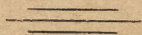
LISBOA ANTIGA

LISBOA ANTIGA

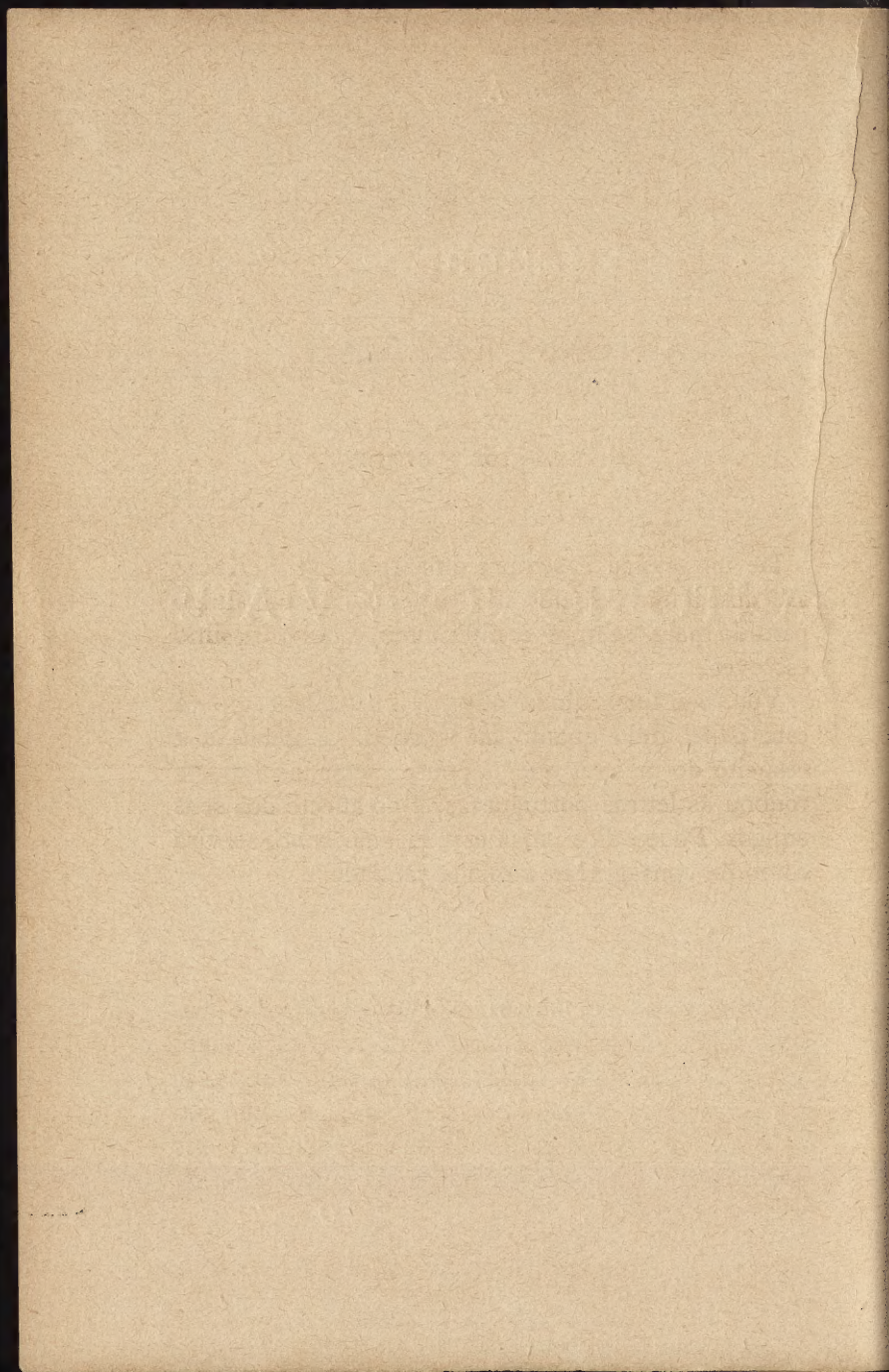
POR

JULIO DE CASTILHO

LISBOA
LIVRARIA FERREIRA
132-134 — Rua Aurea — 136-138

MAIO DE 1890

SEGUNDA PARTE

BAIRROS ORIENTAES

TOMO VII

ANTONIO JOSÉ VIALE

APONTAMENTOS FUGITIVOS

De um amigo é sempre difficil escrever; criticas são descabidas; elogios são suspeitos. De um amigo perdido para sempre é difficillimo e dolorosissimo escrever.

Vou, comtudo, ainda que me custe, lançar para este papel tudo quanto me suggerir a memoria a respeito do mestre, que ha poucas semanas a morte roubou ás lettras portuguezas, e ao affecto dos seus amigos. Pouco direi; mas esse mesmo *pouco* servirá como de consagração á minha saudade.

I

Foi Antonio José Viale uma d'aquellas figuras suaves, cuja companhia e cujas conversações deixam sempre melhorado o espirito alheio, uma d'aquellas creaturas feitas de muita bemquerença, nascidas com todo o feitiço do ensinamento e da persuasão, e das quaes quem uma vez as tratou de perto se ha de sempre recordar.

Ninguem mais polido, mais lhano, da lhaneza e polidez de antigas eras, aquella polidez grave, que não só demonstra respeito, mas o sabe conciliar.

Nunca fez mal a quem quer que fosse; nunca soube vingar-se, a não ser perdoando.

Nunca deixou de ser accessivel aos estudiosos obscuros, elle alto professor, mestre de Principes, Academico. Nunca se lhe sollicitava conselho ou estimulo, que se não achasse logo prompta a phrase animadora, e o aviso seguro e paternal. Essa qualidade (que n'elle foi commum com outro benemerito das lettras, calumniado vilmente pelos mesmos a quem tirava do nada, e a quem infundia brios com a sua palavra benevola e acariciadora) essa qualidade era no bondoso Viale innata, e filha da sua indole branda e do seu amor á sciencia. Mancebo que elle pressentisse propenso ao estudo, principalmente ao estudo serio das litteraturas antigas, delicias do velho mestre, achava um companheiro, um confidente, e um pae.

Além d'estes predicados, com que se nasce, tinha outro que só a poder de muitas vigilias se adquire: a auctoridade.

*

Se a personalidade do venerando Quintiliano ainda hoje nos attrahe, e nos domina (a nós outros, pelo menos, que folgâmos de reconhecer mestres e mentores, a nós outros, que no preito que lhes rendemos sentimos repassarem-nos a alma todas as caricias do amor filial); se, nas nossas estudiosas re miniscencias de mocidade, tanta vez nos acodem á

lembrança regras e conselhos do grande professor, cuja escola tem sido o mundo todo, e todas as gerações (deixar lá falar uns sabichõesitos de hoje em dia, que esses *nasceram emplumados*); se para nós, nas nossas duvidas e luctas litterarias, é doce o acolhermo'-nos á sombra do homem probo e douto que ensinou Roma inteira; se nas palavras d'elle, na austera e grave auctoridade d'ellas, recebemos instrucção, e força; tudo isso sentiu o juvenil cultor de lettras ao acercar-se do eminente Viale, ao procural-o no seu retiro da Ajuda, ou ao ir topar com elle, myope, exhausto, e ainda assim sempre laborioso, no seu gabinete da Bibliotheca Nacional. Tudo isso sentiu quem o interrogava sobre tal ou tal ponto de historia universal, sobre tal ou tal duvida na *exegése* de algum trecho celebre, sobre tal ou tal modo de expressar com vernaculidade e precisão os anhelos e arroubos das phantasias poeticas.

Sempre prompto, sempre cortez, obsequioso sempre; era gosto vel-o descer da sua muita sciencia, e partir *em pequeninos* o pão dos estudiosos.

Ahi fica o seu retrato moral; ninguem dirá que não sahiu parecido.

Continuemos a falar do homem.

*

Fôra seu Pae um pintor distincto, chamado de Italia com outros artistas para a ornamentação do paço da Ajuda. Assim é, que, educado n'um centro artistico, apesar de ter nascido na Lisboa sueva de 1807, o moço Antonio se familiarisou desde menino

com a idéa do bello; e, com quanto não fosse dotado de faculdades propriamente artisticas, não podia ser estranho á influencia da Arte na sua imaginação de menino. É incalculavel (tenho-o dito mil vezes, e repetil-o-hei outras mil) o quanto influem nos espiritos litterarios as regras da estatuária ou da pintura. Irmãs entre si, mutuamente se auxiliam na convivencia as Bellas Artes. Bem pode ser portanto, que o exemplo paterno, o respeito que seu Pae consagrava aos grandes mestres da grande Italia, fossem para o estudantinho de primeiras lettras auxilio e estimulo efficaz.

Da sua primeira educação nada sei. Consta-me apenas, por lh'o ter ouvido, que em muito novo foi para Italia, onde tinha os parentes, e ahi habitou Genova, uma das mais pittorescas e historicas povoações do littoral.

Apercebido com as *humanidades,* completas e profundas como então se cursavam na Italia, senhor do latim e do grego, possuidor de malleavel talento, destinava-se a uma qualquer carreira publica, ao tempo em que lhe succedeu uma galantissima aventura, que da sua propria bocca ouvi duas vezes, e que veiu a ter na escolha do seu modo de vida a maior e mais decisiva influencia.

*

Estava a sahir de Genova para Pariz, na qualidade de Embaixador d'el-Rei de Sardenha, um dos mais illustres cavalheiros da alta Italia: o Marquez de Brignole-Sale, membro e representante de uma raça de senadores, cujo nome brilha desde seculos no livro

de oiro da aristocracia genuense; gente antiga, poderosa, e culta. Haja vista (além de muitos outros, que seria fastidioso enumerar) um dos avoengos da casa, Antonio Julio de Brignole-Sale, virtuoso Jesuita eruditissimo do seculo XVII.

Ao novo Embaixador, já quasi de todo prompto a abalar para França, faltava apenas um secretario particular; mas esse *apenas* encerrava um mundo de difficuldades. Tinha o Marquez deitado bando entre os seus amigos, e debalde; tinha tomado inculcas de varios candidatos ao logar, e tudo falhára! senão quando, lhe falaram n'um rapaz muito novo, mas muito sizudo, e que, não só pelo porte, mas até pela precoce instrucção, pela discreção e prudencia, e pela honrada familia a que pertencia, era talhado de molde para o emprego. Chamava-se Antonio José Viale-Lodi; achava-se disponivel, e desejoso de trabalhar. De ordem do Marquez foi interrogado o Pae, o velho pintor Viale; respondeu que não se oppunha ao proposito, mas deixava a acceitação ou recusa ao arbitrio do filho. Consultado este, acceitou.

Quiz o Marquez, e muito bem, conhecer primeiro o rapaz, e examinal-o elle proprio; para o que se mandou perguntar ao mesmo Marquez em que dia determinava que lá fosse procural-o o seu futuro secretario.

Custou muito a aprasar dia e hora, porque nas vesperas de jornada parece que recrescem as difficuldades, e se acastellam montões de ninharias a fazer de cordilheiras.

—Ámanhã não pode ser, porque tenho uma conferencia com os meus rendeiros; depois de ámanhã

não pode ser, porque almóço em casa de Fulanos, e vou jantar a casa de Cicranos; na semana proxima não pode ser, porque vou a Turim receber as ordens de el-Rei; em tal dia é impossivel, porque tenho que receber Beltranos.

E assim por diante; ia-se esgotando o calendario.

Procurando muito, achou emfim o Marquez uma hora disponivel, mas essa hora eram as dez da noite do dia tantos.

Nós hoje, n'uma cidade grande e animada como é Lisboa, não comprehenderiamos quem chamasse as dez da noite uma hora morta. Pois comprehendia-se isso muito bem na escura e solemne Genova d'esse tempo, n'aquella cidade grave, n'aquella Genova dos palacios arrogantes, e das viellas escassamente allumiadas; e comprehendia-se muito melhor no bairro apartado e deserto em que morava a familia Viale. Eram as dez horas da noite um impossivel para aquella gente serena, antiquada, que madrugava antes do sol, e se recolhia ás Trindades. Alli tudo era pautado: a lida, a oração, a meza. Áquelle viver honesto, monotono, e patriarchal, repugnava qualquer intrusão de modernices; e para umas tias idosas que lá havia, senhoras do antigo regimen, creadas atraz de gelosias, e austeras como Romanas da Republica, era monstruosa a idéa de ter o menino da casa de estar ausente do lar ás dez horas da noite. Era inadmissivel.

E comtudo, havia de admittir-se essa monstruosidade. Era o momento marcado pelo Marquez. Foi forçoso obedecer.

Ás nove horas e meia (caso sem precedente nos

annaes da familia) sahia o moço Antonio acompanhado de um creado velho, de irreprehensiveis costumes, e pouco depois entrava no palacio Brignole. S. Ex.ª não estava, mas devia chegar breve; pelo que, tinha ordem o guarda-portão para fazer entrar o *giovinotto* a uma sala do rez do chão, onde esperaria.

Entrou com effeito; accendeu-se-lhe um candelabro, e fechou-se-lhe a porta.

Era um salão de escudeiros, alto, sombrio, de tecto acairelado e escuro; moveis enormes, seiscentistas; cadeirões heroicos; bufetes epicos, em oitava rima; conjuncto senhoril, mas desconchegado. De mais a mais, fazia frio. Genova é frigidissima no inverno. Não se accendêra o fogão, e o ambiente enregelava as fibras, como a abobada de um mausoleo.

Viale esperou. Sentou-se; passeou; tornou a sentar-se; contou as taboas do chão, que formavam não sei que mosaicos muito imaginosos; examinou as figuras dos candelabros; tornou a passear. Aquelle silencio do palacio todo era de um peso inexplicavel. Das paredes pendiam uns retratos muito escuros, indifferentes.

Desejou algum livro para enganar o tempo; não havia. Contou dez horas n'um campanario visinho; ouviu-as repetidas em dois relogios, um d'elles com menuete, alli, n'umas salas proximas, algures. Contou dez e meia! onze horas! onze e meia! e por fim meia noite!!... Que diriam as tias?!...

E nada de Marquez. Viale cahia com somno.

Por fim, á meia noite e tanto, pára uma carroa-

gem; ouve-se um rumor de portões e passos apressados; um creado fardado abre a porta do salão; e vê-se entrar, desembuçando-se, com modos rapidos, e conservando o chapéo na cabeça, o Marquez de Brignole em trajo de ceremonia.

O mancebo levantou-se, e curvou-se saudando.

—Ah! sois vós então?—pergunta o Embaixador ficando sempre de pé—sois o secretario de que me falaram; não é assim?

—Sim, Excellencia; sou eu.

—Muito bem; muito bem; perdoae-me; eu tinha-vos marcado as dez horas, e vim mais tarde; tenho tanto que fazer, que não posso dispôr nunca de mim.

O mancebo inclinou-se calado.

—Sabeis o que eu desejo; não é verdade? é escusado estarmos a repetir; tenho a vosso respeito as melhores e mais completas informações. Sois latinista; sois hellenista; escreveis a nossa lingua com pureza, assim como o portuguez, e o francez; sabeis direito internacional... Muito bem; estais no caso. Desejo apenas ver como é a vossa lettra, visto que esse ponto é importante... Vamos.

E mandou vir papel e tinteiro.

—Escrevei ahi qualquer coisa; qualquer pensamento; duas linhas.

—Em que lingua, sr. Marquez?

—Em qualquer; em latim, por exemplo; só para ver; só para apreciar o vosso caracter de lettra.

E sorria-se, com certa affabilidade elegante, e sempre com aquelles modos appressados e desdenhosos, que lhe ficavam a matar. Era o Marquez um homem intelligente e muito culto, mas não isento de certos

ressaibos de orgulho fatuo e protector, que n'elle tinham graça, e realçavam o seu ar distincto de verdadeiro patricio.

Viale tomou a penna; meditou um minuto; e machinalmente (visto que lhe tinham pedido duas linhas) escreveu, sem a mais leve intenção, e como quem escrevesse palavras sem sentido, aquelles dois sabidissimos versos do livro II da *Eneida*, em que o Poeta pinta a cidade de Troia adormecida na fatal noite da traição:

Tempus erat, quo prima quies... etc. etc.,

ou, na traducção de Barthèlemy:

C'etait l'heure où les Dieux de leurs mains bienfaisantes
Versent le doux sommeil...

Ao acabar de escrever, pegou na folha de papel, e estendeu-a respeitoso ao Marquez, que do outro lado da meza esperava de pé.

Apenas este, aproximando-se um pouco do candelabro, leu para si os dois versos, abaixou a viseira (como vulgarmente se diz), e tomando de repente um aspecto frio e serio, respondeu, dobrando o papel, e guardando-o:

— Muito bem. Não preciso mais nada. Agradeço-vos, e qualquer resolução, mandar-vol-a-hei participar. Sei a vossa morada.

Viale tornou-se para casa escabeceando.

Passados dois dias, partia o Marquez para França, tendo mandado dizer ao seu gorado secretario que adoptára outra resolução, e que por isso esperava o

desculpasse de não o acceitar ao serviço da Embaixada.

A razão *certa* contou-a elle muito sentido a um amigo commum, que a disse em casa de Viale; a razão fôra esta: tomára os versos de Virgilio como epigramma encapotado á demora.

Pobre Virgilio! e sobretudo pobre Viale, que pensaria em tudo áquella hora, menos em commetter uma grosseria para com o homem que ia ser seu chefe. As intenções nem sempre se avaliam; as apparencias enganam muita vez.

Esta anecdota tão graciosa, que Viale contava muito bem, arremedando em italiano, e com certa *vis* comica, os modos *évaporés* de Brignole, conservei-a eu de memoria. Os versos do Mantuano vieram a ter na carreira do applicado mancebo a mais decisiva influencia: não indo para Paris, voltou a sua attenção para outro lado; e tendo podido ser secretario particular d'aquelle brilhante diplomata (com o que se lhe abriria talvez um futuro na phalange official da diplomacia), tomou outro rumo, e não se inutilisou para as lettras e para os estudos serios. Ha males...

II

Aos dezasseis annos começava Viale uma tragedia sobre assumpto, que (segundo a phrase que ouvi attribuir a Garrett) «está por tratar, e é mau de tratar»: nada menos que *Ignez de Castro.*

Quiz o auctor brindar-me uma vez, em 1875, com o original das tres primeiras scenas do Acto I, uni-

cas escriptas. Archivo com cuidado esse precioso autographo.

A scena I é de Ignez com Elvira, sua confidente; na II entra um Inigo, mensageiro e amigo do Infante D. Pedro; na scena III acham-se sós o Infante e D. Ignez.

Mentiria á sua consciencia quem ousasse affirmar que são bons esses tentames; mentiriam porém elles proprios á natureza e á verosimilhança, se fossem poesia alta, elles que assim brotavam nos ocios estudiosos de uma pobre creança de dezasseis primaveras. Não são bons, não, e assim devia ser. A poesia elevada e rica não madruga; não sabe madrugar. Aquillo são adejos de quem, em 1823, já tinha lido muito, e estudado muito; só isso; nem o auctor m'os inculcou senão como envergonhados fructos precoces do seu engenho.

*

Seguiu Antonio José Viale, em 1828, por circumstancias de familia, e convicções de educação e indole, o partido do Senhor D. Miguel, onde aliás não tomou o caminho de tantos outros, que se tornaram conspicuos na ferocidade e na intolerancia. Era um absolutista benevolo e indulgente (como muitos outros tambem), um espirito ordeiro, sempre respeitador da auctoridade, e acanhado, ou antes restricto, em desejos e ambições; no de mais, contente com o bem que um Governo absoluto serio, e temperado pela benignidade pessoal de um Soberano, podesse trazer-nos. Vira, desde todo o principio, os desman-

dos impios dos denominados *liberaes*, e isso assustára-o, porque a sua alma era, antes de mais nada, piedosa, religiosissima.

Alheio á politica militante, servia como Official que era da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, em Lisboa, e trabalhava comsigo no estudo constante das suas queridas litteraturas classicas.

A este seu cargo de Official de Secretaria liga-se uma historia curiosa, que tambem lhe ouvi contar. Passou-se durante a emigração.

Uma noite, em Paris, em casa do nosso illustre patricio o 2.º Visconde de Santarem, partidario acerrimo do Senhor D. Miguel, e seu ex-Ministro, achava-se certo Conde italiano notavel, que tinha estado em Lisboa havia annos, e que no Ministerio dos Estrangeiros tinha conhecido, por intermedio do mesmo Visconde, o nosso joven Official de Secretaria. Tornando a fazer-se a apresentação, o Italiano, cujo nome me escapa, mostrou lembrar-se muito bem de Viale, e disse ao Visconde de Santarem:

—Por Deus! já conheço o sr. Viale ha annos; estive com elle em Lisboa, quando elle exercia o cargo de Secretario de Estado.

—O sr. Viale? peço perdão, mas nunca foi Secretario de Estado.

—Como «nunca foi»?! conheci-o eu na Secretaria de V. E.

—Na minha Secretaria, certamente, mas não como Secretario de Estado.

—Affirmo a V. E. que sim.

—Affirmo a V. E. que não.

Interveio Viale, e aclarou o caso.

—Se me dá licença, sr. Visconde, ambos teem razão.

—Ambos temos razão? então *foi*, e *não foi?*

—Fui Secretario de Estado.

—O sr. Viale? está brincando!

—Não estou. Lembre-se V. E. de que os Italianos chamam *segretario di stato* ao que nós chamamos *official de secretaria.*

—Ah! sim? tem a maior graça! pois não sabia—dizia Santarem ás gargalhadas.

—*Per Baccho!*—tornava o outro—*io lo sapeva benissimo; io ne stava sicuro.*

Viale achava muito chiste ao qui-pro-quo, e fez-me rir quando m'o disse.

*

Na emigração, escola dura, periodo de provações para alguns, na emigração absolutista que principiou em 1834, curtiu Viale grandes amarguras. Sei-o de raiz. Esteve na Italia, e esteve em França. Teve em França e na Italia frequentes privações do necessario. Sempre honrado porém, sempre meticuloso no seu proceder, arrostou animoso com a desgraça, e soube restringir-se. Nunca a ninguem deveu um seitil, e harmonisou sempre a sua magra receita com a sua mesquinha despeza. A sobrecasaca, muita vez no fio; o alimento, muita vez pão secco; a poisada, reduzida á infima especie; isso sim; mas limpo o seu credito de emigrado, e levantada sempre a fronte no meio dos seus correligionarios. Deu lições de grego, de latim, de rhetorica, de logica,

para viver; e viveu; mas o que não é menos certo é que deu tambem lições de independencia e probidade.

É n'esse periodo que deve collocar-se a sua estada como professor no Collegio de Fontenay-aux-Roses, a umas duas leguas de Paris, casa de educação regida pelo nosso bom Frei José da Sacra-Familia, Agostiniano, emigrado depois da vandalica abolição das Ordens religiosas.

É Fontenay-aux-Roses um logarejo de appetite, onde se cultivam com esmero roseiras e morangueiros, e em tão basta quantidade, que deram nome ao sitio. Rosas e morangos! as duas coisas mais rescendentes que Deus fez! as duas joias do olfacto! A Rosa teve como cantores todos os poetas do mundo, a começar em Anacreonte, e a acabar... em Anacreonte; é uma realeza que não abdica os seus fóros, e que se ri da politica; é uma realeza de quem são cortezãos todos os que teem o sexto sentido, a poesia, e os que se limitam a ter os outros, e entre elles o olfacto. A Rosa uma vez quiz casar; escolheu o Morango; fez muito bem; não se derogou; não se desdoirou; não envergonhou a sua prosapia (apezar de que o Morango, coitado, nunca achou um poeta). Ora d'esse casamento do Morango com a Rosa, nasceu a aldeia de Fontenay-aux-Roses.

Foi ahi, entre amenos vergeis entresachados de quintas e chalets, que Sacra-Familia (o Padre José da Silva Tavares) estabeleceu em 1838 o seu Collegio Portuguez, que durou alguns annos, e para onde de preferencia eram mandados os meninos portuguezes que os paes desejavam mandar educar lá fóra.

Conheço algumas pessoas, que alli tiveram a honra de ser discipulos de Antonio José Viale, e que ainda se recordam do carinhoso affecto, que elle, moço de trinta annos, mostrava a todos os applicados.

*

Viale era muito affectuoso; muitissimo. As saudades que em França curtiu da sua terra natal foram horrorosas. Para Peninsulares a nostalgia é muita vez a morte. Ovidio, que era nosso patricio (porque ser Italiano é ser Portuguez) morreu de nostalgia; e o meu João de Lemos, esse teve animo para dedilhar a sua immortal *Lua de Londres*, porque em breve tencionava tornar-se a Portugal.

Viale curtiu, além de todos os desgostos que tem de curtir um emigrado pobre, as saudades da patria em extremo gráu. Mil vezes esteve para voltar para a sua terra; mas, sobre as difficuldades materiaes do transporte, havia outra razão ponderosa que o detinha: que viria elle fazer em Portugal? empregar-se em quê? quem conhecia elle cá? os seus amigos, quasi todos, ou tinham morrido, ou estavam longe. Hesitou muito tempo. A final... venceu a saudade; e um bello dia, no verão de 1843, despediu-se dos seus alumnos e dos seus collegas, juntou as suas pequeninas economias, tomou passagem no Havre a bordo de um navio que ia levantar ferro para Lisboa, e chegou a Portugal.

Desembarcou em 15 de agosto d'esse anno de 1843. Hospedou-se n'um hotel ao Caes do Sodré.

Aqui páro um minuto, para perguntar isto: em

coisas de sentimento ha por acaso minucias desprezíveis? não ha; tudo serve; tudo pinta. Disse-me o excellente Viale, que, tendo desembarcado no fim da tarde, e tendo-se recolhido á hospedaria n'um estado de alegria indescriptivel, passára a noite mais socegada e feliz, de que tinha memoria; e na manhã seguinte, ao acordar, muito cedo, ao ver entrar pela vidraça este bello sol de que elle estava privado desde annos, ouvira ao longe, entre o rumor das ruas, o pregão tão fresco, tão argentino, e tão lisboeta, de «*Quem quer figos? quem quer almoçar? Quem quer figos de capa rota?* e bastou isso, essa saudação matinal da sua Cidade, para lhe arrancar copiosas lagrimas, que o escaldavam, e ao mesmo tempo eram uma delicia.

Desgraçado de quem o não entender!

*

Poucos dias depois da chegada, acceitou um quarto em casa de um antigo amigo, um tal Fulano Meneses, pessoa seria, director de collegio na travessa de Sancta Justa.

Era Meneses homem muito applicado, e seguia com olhos intelligentes o movimento litterario. Contou ao seu recem-vindo amigo o muito que se trabalhava por cá em historia, em theatro, em bellas lettras, e citou-lhe os nomes mais conspicuos. Todos esses nomes eram quasi estranhos, por assim dizer, ao juvenil professor de Fontenay.

....

Quanto a Castilho, sei eu o seguinte:

Em Fontenay, por fins de 1841, ou principios de 42, acertou Viale de ver nas mãos de um dos seus mais aproveitados alumnos de latim um exemplar da recente obra de Castilho, traducção das *Metamorphóses*. Devorou o livro, e pasmou! Como consumado latinista, apreciou, saboreou aquella sabia versão, e gostou principalmente do prologo.

—Pois em Portugal ainda se escreve assim!—dizia elle comsigo—Que vernaculidade! que opulencia! que senso! que força!

Como andára annos fóra, perdêra o fio aos nossos estudos litterarios; recordou-se porém então das *Cartas de Echo e Narciso* lidas ainda em Lisboa; e recordou-se mais, de que, sendo uma creança de treze annos, em 1820, ouvira em casa de seu Pae, em Belem, citar com elogio o nome de um cego, estudante de Coimbra, e que já dava brado pelo talento.

As *Metamorphoses*, aquelle improbo lavor de ourives e cinzelador da palavra, eram a obra maturada do cantor da primeira parte das *Cartas*.

Desejou pois conhecer esse homem; e Meneses, amigo tambem de Silva Tullio, o qual por elle o ficou sendo de Viale, proporcionou pelo mesmo Tullio uma introducção em casa de Castilho, na rua de S. Marçal.

Vinha o bom Viale muito de molde para companheiro frequente do redactor da *Revista Universal*, do nacionalisador de Ovidio. Com os seus estudos e a sua indole, achou-se Viale de repente amigo antigo da casa. Muita vez lá ia passar o serão, tomando chá com o poeta, e lendo e saboreando com elle auctores latinos, leitura de que o pobre Castilho

poucas vezes se gosava então, porque os seus secretarios não sabiam ler latim, e, ainda que o tentassem, só conseguiriam esfollar os classicos a poder de syllabadas e disparates nonsenses. De expressão e colorido, nem fallemos.

Tenho já alguma idéa de Viale por aquelles annos mais proximos, a contar de 1849 por deante. Era um homem de pouco mais de quarenta annos, cabello todo preto, luneta de dois vidros, para vista muito curta, rosto cuidadosamente rapado, muito singela e muito limpamente vestido, de escuro, e com maneiras respeitosas e austeras, que, para quem o não conhecia, tocavam ás vezes as raias do retrahimento e da frieza.

As relações de Viale e Castilho duraram sempre; a não ser uma vez ou outra, em que esfriaram algumas semanas, e em que os dois discordaram, travando-se entre elles não sei já que discussões, por causa de instrucção primaria popular, assumptos a que Viale, enfronhado n'outra ordem de idéas, não dava, creio, toda a attenção que o exclusivo Castilho, absorvido na sua utopia, exigia que lhes dessem. Mas (repito) eram fogachos passageiros; meteóros de verão; *renhir, para mais amar*.

*

Foi Viale apresentado pelo seu novo amigo Castilho ao irmão d'este, José Feliciano, Bibliothecario-Mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Eu não sei se as gerações novissimas sabem o que vinha a ser «Bibliothecario-Mór». Bibliothecario-

Mór era um funccionario que superintendia no primeiro estabelecimento official de livros em Portugal, e tinha á sua conta, além de outros encargos, a inspecção dos monumentos nacionaes, etc. O Governo da Senhora D. Maria I ao instituir esse logar, tão alto, e tão trabalhoso, inaugurára-o collocando n'elle um luminar das lettras e das sciencias, nada menos que Antonio Ribeiro dos Santos. D'aquella mesma cadeira onde elle se sentára, presidiram no lapso de cincoenta annos á Bibliotheca alguns homens distinctissimos por lettras e posição; e todos tinham para si, que o desempenhar aquellas funcções pesadas e sérias era tarefa honrósa, que (a ser bem regida) devia absorver exclusivamente os minutos todos, e todas as faculdades, do Bibliothecario-Mór. Crescêra de importancia o logar desde a annexação das livrarias roubadas aos Conventos em 1834; o pessoal da casa era numeroso, e digno; todos trabalhavam; todos queriam trabalhar.

Um Ministro ousado e de genio, o sr. Antonio Bernardo da Costa Cabral, depois Conde, e hoje Marquez de Thomar, que pertence ao grupo dos estadistas que adivinham, nomeou Bibliothecario-Mór um moço de talento, e de prodigiosa actividade: José Feliciano de Castilho, Deputado, Bacharel e Doutor em varias Faculdades. O como elle correspondeu á espectativa do seu Ministro, não o direi eu; diga-o a evidencia dos factos. Isso não vem para aqui. Hoje... acha-se abolido, desde pouco, por inutil, o cargo de Bibliothecario-Mór! São modos de ver. Ha estadistas... e estadistas.

Conscio dos altos merecimentos de Viale, não des-

cançou o Bibliothecario-Mór em quanto o não adquiriu para a Bibliotheca. Instou com elle para que fosse a um concurso que ia abrir-se. Viale annuiu, e venceu; estava visto. A Bibliotheca publica honrou-se contando no numero dos seus empregados Antonio José Viale.

Ahi abre-se um periodo novo na existencia do estudioso. Vel-o na Bibliotheca, onde (mau grado ao que propalam as más linguas) trabalhou muito, em quanto podia trabalhar, onde classificou e catalogou milhares de volumes, onde redigiu memorias e pareceres que devem existir, onde encaminhou e aconselhou durante quarenta e tantos annos milhares de leitores, onde estudou muito para si, e augmentou o seu já opulento cabedal de sciencia, que é tambem trabalhar para os outros; consultal-o alli, de improviso, no seu telonio, no seu modesto gabinete, que parecia uma cella de frade (e o tinha sido), com a meza de oleado e saia de baeta vermelha, tres ou quatro cadeiras, uns retratos a oleo na parede, e muitos livros abertos deante de si; ouvil-o sobre tal ou tal ponto de direito canonico, ou de historia; ou recorrer á sua memoria portentosa para corrigir de prompto alguma licção de classicos gregos ou romanos, ou de auctores italianos, francezes e portuguezes, era um assombro! (Saibam isto os empregados modernos da casa; os antigos, os que o conheceram... esses já lá vão quasi todos). Parecia que se tinha aberto uma encyclopedia no tomo tantos, a paginas tantas, ou (quando menos) que o douto informador estudára em casa, antes de para alli vir, o assumpto indigitado. Os que se aconselharam com

elle sabem se exagero. E iam ouvil-o escriptores de alta polpa, nacionaes e estrangeiros...

Uma vez, em 1876, creio, ia eu a entrar no gabinete, e vi sentado junto á cadeira do mestre um homem; conversavam ambos sobre assumpto, que, segundo parecia, lhes absorvia toda a attenção. O homem ao ouvir o rumor da porta virou o rosto, e olhou para mim, com um olhar firme, azul, muito placido. Era Alexandre Herculano.

Inclinando-me fechei subtilmente a porta, e retirei-me.

III

De varias habitações do bom Viale me recordo eu.

A mais antiga que sei, ou creio saber, parece-me ter sido na rua dos Poyaes de S. Bento, esquina da antiga travessa da Queimada, hoje *dos Poyaes*. Por signal (seria isso, salvo o erro, por 1851), era no mesmo predio a lithographia do artista francez Maurin, conhecido auctor de muitos retratos de pessoas notaveis. Ahi se lithographou um retrato grande de Castilho, desenho do natural por Silva Oeirense (não me atrevo a dizer que seja das obras mais felizes, como semelhança, devidas ao lapis do mesmo mestre). Estava prompta a pedra, tinha-se procedido á tiragem de poucos exemplares, quando uma noite ardeu a casa, e toda a lithographia se destruiu. Do retrato de Castilho salvaram-se apenas as poucas provas que já tinham sahido. Por isso, saibam os collectores que é peça de primeira raridade. Isto foi apenas uma digressão.

De outro predio me lembro, onde habitou o erudito hellenista: na travessa do Convento de Jesus, defronte do muro das cêrcas de Jesus e dos Paulistas, n.º 53, 1.º D'essa casa, onde com certeza morava em 1855, tenho uma lembrança: a sala era forrada de um lindissimo papel francez continuo, representando a claro escuro, e em desenho correctissimo (gosto *imperio*, segundo posso avaliar), uma *Theoria* grega, ou uma festa de *Panathenêas,* ou coisa n'esse genero. Encantador espectaculo! a parede em volta, que eloquente que era com aquella procissão de devotas da antiga Grecia! com aquellas triremes a varrer as ondas do Egeu! com aquelles frontões de templos a assomar d'entre o massiço dos loireiraes!... e encantadora não menos a coincidencia de ir morar para essa casa aquelle grego cortesão de Péricles, extraviado no Portugal de Pedro V!

*

A proposito d'este nome:

Foi Viale o mestre dedicado dos Principes da nossa Casa Real, por espontanea iniciativa da Rainha «Educadora». Ouviu a mesma Augusta Senhora encarecer o merito relevante de Viale, como sabedor, e como professor. Mandou-o convidar, e entregou-lhe a instrucção de seus Filhos no que respeitava á lingua grega. Podia elle recusar? Sahiu-se da incumbencia como todos esperavam; e não instruiu sómente uma geração; foi tambem preceptor da segunda.

Quando se ajustou o casamento de el-Rei D. Pedro com a Princeza Estephania de Hoenzollern-Sigma-

ringen, foi necessario enviar á Allemanha um professor, que em tres ou quatro mezes desse á joven Princeza algumas noções da nossa lingua e da nossa Historia e Litteratura, descrevesse a «Sua Alteza» as formosas terras que em breve «Sua Magestade» chamaria suas, e em conversações diarias a fosse predispondo para o conhecimento das pessoas e dos usos d'estes paizes peninsulares, tão outros do paiz allemão!

Não podia escolher-se melhor do que Viale, o mestre de el-Rei e dos senhores Infantes, o perfeito cavalheiro habituado desde creança a frequentar altissimos personagens, o homem emfim, que, falando na perfeição varias linguas modernas, do proprio allemão tinha o conhecimento bastante para o saborear na leitura.

Agraciado pois com a carta do Conselho, foi Viale enviado á Prussia na qualidade de professor da juvenil Rainha. Esta Santa, cujo nome é ainda hoje proverbial em se tratando de virtude e singeleza de alma, deu-se ás mil maravilhas com o litterato portuguez, e retinha-o muitas horas no Paço, pedindo-lhe descripções de Portugal, e nomeadamente de Lisboa, commentando com elle photographias, estudando as paginas modernas e antigas da nossa Historia, e até provocando explicações e retratos oraes dos personagens politicos mais eminentes do Reino.

Uma vez (aqui vae uma anecdota muito engraçada, que tenho de boa fonte), tinha o mestre descripto a Sua Magestade a magnificencia da entrada na barra de Lisboa; tinha, á vista de uma planta orographica,

mostrado os logarejos e aldeias da costa, desde Sagres, onde rutila o espirito do Navegador, até o venerando Cabo de S. Vicente, com as tradições piedosas do nosso primeiro Rei; desde S. Vicente até Setubal, tão risonha no seu açafate de laranjaes; desde Setubal até ao Espichel, tão festival com as suas romarias á Virgem; desde o Espichel até á Torre do Bugio, sentinella marinha alli postada pela mão do Rei-Cardeal. Tinha, pelo rumo do Norte, descido desde a Nazareth, tão celebre pela sua lenda, até ás Berlengas, a Peniche, ao Cabo da Roca, á bahia de Cascaes, e á torre historica de S. Julião. Tinha desenrolado aos olhos absortos da meditativa Princeza o vasto e luminoso espectaculo que Ella ia por seus olhos presencear em poucos dias; e por fim, como que para recordar o aprendido, tinha proposto á sua Real Discipula uma especie de exame vago de toda a materia.

A Senhora D. Estephania, applicada e intelligente como era, fizera progressos notaveis, e já falava, com muito vagar, mas quasi bem, em portuguez, pelo menos n'uma conversação usual, que não exigisse grande riqueza de synonimia.

—Muito bem, minha Senhora—dizia o Conselheiro Viale;—V. M. acaba de me dizer com muita certeza os nomes d'esses cabos, rios, e aldeias; agora vamos a figurar que entra na barra do Tejo. Vae no seu navio; e que vê V. M.?

—Duas torres—respondia a Rainha com a sua linda pronuncia estrangeira.

—Sim, minha Senhora; muito bem; muito bem. E são ambas na costa?

—Não; uma na costa, e outra no meio do mar.

—Muito bem. E como se chamam?

—A da costa é a torre «de S. Julião».

—Perfeitamente. E a outra?

—A outra — torna a Rainha muito séria, com muita segurança, e muito ingenuamente convicta — A outra é a torre «de S. Bugio».

Riu immenso o mestre; e quando explicou o motivo, riu a discipula ainda mais.

*

Houve um tempo, em que se reunia semanalmente, de dia, em casa do velho Prior de Santa Isabel, o bom padre José Jacintho Tavares, na rua quasi aldeã de S. João Nepomuceno, um *synedrio* de amigos, todos, por assim dizer, intimos, e todos muito escolhidos. Aquelles Domingos eram deliciosos; e para o serem, bastava o elenco dos membros.

Em primeiro logar o velho Prior, bondosissimo michaelense, todo elle meiguice, a creatura mais hospitaleira que havia em possessões portuguezas, verdadeiro enthusiasta dos talentos, e pregoeiro incançavel de tudo que era digno. Em elle olhando, com aquelles olhos muito bons, armados sempre dos competentes oculos de oiro, parecia que toda a sua physionomia se abria n'um sorriso, e que n'esse sorriso lhe rutilava o coração. Ver os seus convidados alegres e felizes era para elle a ventura suprema. Amigo intimo do Duque de Saldanha, e seu partidario politico decidido, quebrava lanças por elle no Parlamento, onde teve mandato algumas vezes, e

cá fóra, no mundo, nas conversações. Em despontando uma idéa grande, procurassem junto dos apóstolos d'ella o Prior de Santa Isabel, e tivessem a certeza de que lá se achava. Morava em casa propria, muito bem posta, muito espanejada, muito alegre de passaros e luz, mas sem luxo. O seu maior prazer era ter aquelle synedrio semanal á sua mesa, n'uns interminaveis jantares que elle dava, onde as sobremesas eram finissimas, e a conversação ainda mais.

Depois d'elle, lembro-me do sr. General Augusto Xavier Palmeirim, então em todo o vigor da edade, bella figura militar, homem sempre empregado em commissões difficeis e honrosas, que desempenhava com brilho, e pessoa em quem o arreganho marcial não excluia a mais primorosa e elegante cortezia, até para creanças.

Lembra-me o Doutor Jacintho Luiz do Amaral Frazão, bello velho, com uma cabeça de philosopho grego, umas theorias arrojadissimas em medicina, e uma alma e uma independencia admiraveis.

Havia mais o Par do Reino José Maria Grande, nome illustre, intelligencia robusta, um dos da romaria da «Lapa dos Poetas», companheiro dos melhores engenhos da nossa terra, politico e litterato, sabio e homem de sala; Castilho, amigo de todos elles, e cujo estro na conversação (quando estava bem disposto) fazia o encanto dos convivas; e emfim, afóra um ou outro que me não occorre (e não contando como *effectivo* o proprio Duque de Saldanha, que uma ou duas vezes alli foi espairecer-se das seccas da politica), o nosso Conselheiro Viale, sempre bemvindo entre doutos, como douto que era, sem inve-

jas, antes preconisando quanto podia os talentos alheios.

Que se fazia n'essas reuniões? eu digo.

Ouviam primeiro Missa em Santa Isabel, ás onze horas, se não me engano, ou ao meio dia, e depois desfilavam juntos para casa do Prior, que desde a sacristia os acompanhava. Havia em casa bons charutos, algum refresco em tempo de calor, o jantar ás quatro, e antes d'elle boa conversação, e sempre alguma leitura, que por via de regra era (quem tal crerá isto hoje em certos circulos frivolos que eu sei?) eram os *Sermões* ou as *Cartas* do Padre Antonio Vieira!!

Nos intervallos o dono da casa abria o piano, e improvisava em grande extase umas musicas muito doces e muito monotonas, que (singular coisa!) lembravam quasi sempre a *Preghiera* do Moisés de Rossini, que elle adorava.

Taes foram os Domingos do Prior. E duraram annos, ainda assim. Depois... acabaram, como tudo acaba!

*

Em 1859 creou el-Rei D. Pedro o Curso Superior de Lettras. Chamando á regencia das cadeiras Herculano, e Castilho, não quiz esquecer-se do seu querido mestre, e nomeou Antonio José Viale lente da cadeira de Litteratura grega e latina.

Começou ahi para o antigo professor de Fontenay um periodo laborioso, em que elle se mostrou á altura do seu ministerio, já pela competencia scientifica, já pela amenidade da exposição, já, em summa, pela pontualidade escrupulosa. Para Viale, um tanto

alquebrado e debilitado dos annos, e dos trabalhos, era difficil cumprir tão pesada tarefa. Pois cumpriu-a; e de tal modo, e com tanto acerto, e com tão pouco alardo, que foi o modelo do professorado.

As aulas eram á noite. Rebello da Silva, substituto de Herculano, e Mendes Leal, substituto de Castilho, precisavam auditorio; desejavam-n'o até, habituados como estavam ás animadas prelecções da «Philomatica», e ás tumultuosas sessões do Parlamento. Tornaram-se as lições do Curso Superior de Lettras, n'aquella mesma vasta sala dos claustros, que ouvira as doutas conferencias dos antigos Religiosos de Nossa Senhora de Jesus em Philosophia racional e moral, o praso-dado habitual de muitissima gente cultivada e apreciadora. Nada mais agradavel do que ver juntar-se alli aquelle publico, sequioso do entretenimento desusado que lhe facultaram os excellentes desejos do Rei civilisador. Para lá da teia as cadeiras dos discipulos, e os logares privativos dos Socios da Academia Real das Sciencias. Ao topo da sala, sobre um estrado alto, a mesa do professor, com alguns livros, e o indispensavel copo de agua. Á direita do professor, uma especie de throno forrado de damasco carmesim, onde vinha sentar-se quasi todas as noites, ouvindo, aprendendo (e ensinando, sem o suspeitar), o Fundador do Curso, o melancolico Soberano, o sympathico D. Pedro, quasi imberbe, pensativo, encostado aos copos da espada, tão singelo, e tão grande!

A palavra colorida e vivaz de Rebello da Silva (falemos d'este só, por brevidade), aquelle dizer fluente, ás vezes tão pittorescamente incorrecto, aquella elo-

cução cheia e pomposa, aquella voz cava, que elle sabia graduar com acabada mestria, aquella physionomia vulgar cá fóra, mas alli tão cheia de alma, e tão sublime, tudo isso, n'aquelle theatro especial e unico, era espectaculo encantador, e que nunca mais poderá egualar-se. A lampada de gaz, pendente quasi sobre a cabeça do orador, illuminava aquella nobre fronte despovoada de cabello, e accentuava com vigor as modelações do rosto intelligente. O gesto largo e possante, sobrio e grave, dava novo realce á oratoria; e a esplendida narrativa desenrolada alli pelo mestre, alli, de vagar, com certa solemnidade de sacerdocio, ia apresentando aos olhos extacticos do publico as grandes scenas da chronica portugueza, as grandes figuras do nosso gloriosissimo passado.

Quem não teve a ventura de ouvir, n'aquelles serões, o eminente orador, cuja palavra, não preparada de ante-mão, ia fluindo com tanta magestade, não póde calcular o que eram taes festas! festas, sim; festas para elle, que se expandia no seu elemento; festas para o publico, attrahido alli pelo desejo de presenciar tão altas novidades; festas para o juvenil Monarcha portuguez, cuja boa alma se revia na sua obra.

Pois Viale, o modesto Viale, que ia alli não para brilhar, mas só para ensinar, obteve que a sua aula fosse de manhã. Abrir uma aula ás oito e tres quartos da manhã (eu ia escrevendo *da madrugada*), equivalia a dizer: dispenso auditorio.

E com effeito, o seu publico eram os discipulos. Elle não tinha loquella brilhante e imaginosa que attrahisse; tinha apenas... muito saber. A sua aula,

assim á capucha, foi a mais pratica, foi a mais estudiosa, e foi a mais util.

Nunca se zangou com um alumno. Enternecia vel-o, mesmo com os *cabulas* (perdoem a palavra; é tão escholastica!). Tinha sempre uma phrase para os desculpar, e um sorriso para os animar.

Viale ouvia pouco, mas servia-se d'esse mesmo defeito para acobertar as suas indulgencias; e quando algum ouvinte, por elle interrogado sobre tal ou tal ponto, respondia *branco*, Viale, sem o querer ferir, tornava delicadamente e com muita bonhomia:

—Tem razão, sr. Fulano; diz muito bem; é *preto*.

Sei de um, que não primava pela assiduidade no seu culto aos grandes poetas de Grecia e Roma; e uma vez, tomado de sobresalto por certa pergunta de Viale, sahiu-se com uma replica muito magana, que fez rir a bandeiras despregadas a aula toda. Foi assim:

Viale tinha recommendado aos alumnos, desde todo o principio, que estudassem muito Homero, e os exemplares gregos, e os lessem, e os manuseassem com mão diurna e nocturna (embora em traducções), para se compenetrarem do entrecho d'aquelles poemas immortaes. Querendo ver qual fosse o aproveitamento de certo alumno, pergunta-lhe, lá do seu logar, e com o seu modo arrastado e carinhoso, depois de procurar os nomes no livro dos matriculados:

—Diga-me uma coisa, sr. Fulano; tem muitas relações com Homero?

O rapaz esperava tudo, menos aquella interpellação á queima-roupa; e pondo-se em pé, e corando levemente, responde com muito chistosa firmeza:

—Eu, sr. Viale? não senhor; tenho com esse personagem relações de mero comprimento.

É escusado dizer o que o bom Viale riria. Outro qualquer enfurecia-se. Elle era grande.

IV

Não só no Curso Superior de Lettras dava elle largas ás suas altas faculdades docentes. Vendo a falta que aos alumnos fazia o grego, que nenhum de nós sabia (porque o grego hoje... é *grego)*, offereceu-se para reger gratuitamente, n'uma sala da sua querida Bibliotheca, um curso d'aquelle idioma. Quem faria isto? quem se promptificaria a aturar principiantes, assim, sem estimulo, sem mandato, sem compensação de especie alguma? Quem se resolveria, com tanta espontaneidade, a dar umas horas do seu descanço ao ensino de ignorantes? Pois para o bondoso Viale foi isso uma alegria.

Tendo-lhe o Governo *permittido* essa regencia, e tendo-lhe o Conselho litterario e administrativo da Bibliotheca facultado uma sala, ahi se viu, durante sete ou oito annos, funccionar aquella pequenina aula, em que o fogo sagrado era mantido pelo zelo indefesso do sacerdote das litteraturas classicas. E isto, sem animação de especie alguma! e isto, distribuindo elle proprio á sua custa livros como premios aos mais applicados! e isto, merecendo apenas ao Ministerio do Reino a rarissima e honrosissima distincção de uma portaria annual de louvor!

Como se não agradecem melhor serviços taes?

Quem os não avalia, como ha de agradecel-os?

*

Casou Viale pelos annos de 1865 ou 66, se me não falha a memoria; e tendo eu tido a honra de ser apresentado a sua Mulher, conheci quanto essa virtuosissima senhora soube encher de felicidade o vacuo d'aquella existencia. Dir-se-hia que na sua carreira, tão atravancada de estudo improbo, e tão cortada de desenganos, não tivera logar o sabio para pensar, de fugida que fosse, nas venturas sem nome do lar domestico. Para devanear com Sóphocles e Homero, tinha-se esquecido de si. A final, poz Deus junto ao piedoso varão, nas orlas do outomno da vida, um Anjo da guarda, e tres filhos, que successivamente vieram alegrando de esperanças aquelle lar austero e solitario, collocado como um ninho no alto da alameda da Quinta Real de Belem.

Creio que ainda não disse isto: Viale morava em propriedade que lhe dava el-Rei, como a régia munificencia costuma concedel-as a antigos e modernos empregados da Casa. A vivenda do nosso mestre era no celebre palacio do Pateo das Vaccas, o lanço fronteiro á entrada do pateo, ao fundo. Fica este palacio a meia encosta da linda montanha da Ajuda, que elle tanto amava, e que (além de lhe falar de seu Pae) lhe recordava os dias bons da mocidade. Viale adorava Belem. Tudo alli para elle eram saudades; tudo: desde as abóbadas manuelinas dos Jeronymos, até aos tectos da Ajuda, em cujas pinturas seu pae collaborára; tudo: as ruas, as casas, as estatuas e caramanchões da Quinta Real, e os tanques musgosos do Jardim Botanico; os oiteiros da

Torre Velha, e a entrada e sahida dos navios. Belem era a sua *patria*.

E tinha razão de gostar tanto do sitio.

A um Romano, como elle era, os buxos recortados da Quinta Real falavam-lhe de Plinio, e retratavam-lhe as *villas* de Tusculo e de Laurente.

A um homem affectuoso, e todo familia, como elle era, as ruas e casas lembravam-lhe a sombra querida de seu Pae, seu mentor e seu companheiro, de quem nunca o ouvi falar sem certa commoção.

A um camoniano erudito e de sentimento, como elle sempre foi, bastava aquella mole grandiosa do Mosteiro de Rastello, para lhe trazer á lembrança os versos commoventes do Epico, versos que elle sabia de cór, e repetia com a emphase cantarolada da recitação italiana.

Porque é preciso não desligar d'aquelle Poema aquelle Edificio. O Mosteiro e o Poema são uma e a mesma coisa. Se aquelle é de pedra, e se este é de bronze, ambos falam á mesma lingua, ambos celebram o mesmo Heroe. Se o Mosteiro tomou com os annos aquella côr ardente e historica, o Poema, com o seu ar vetusto e cahido, e as heras roçagantes do seu dizer archaico, ostenta não menos a *pátina* tres vezes secular da veneração publica. Se no rendilhado d'aquelles portaes e d'aquellas columnas acha a imaginação toda a exuberancia do genio artistico da edade media, toda a influencia da indole cavalleirosa de um povo, no Poema brilha tambem, em mil quadros marinhos, em mil pormenores embrincados entresachados nas linhas geraes da epopêa, a aventurosa imaginação do genio portuguez.

Por ultimo: a mistura do tom geral e vibrante dos troveiros com a norma e pauta do classicismo, e do sagrado com o profano, mistura tão evidente no Poema nacional, lá se vê representada no consorcio hybrido de columnellos, laçarias, e florídas archivoltas manuelinas, com o regrado e frio desenho jonico da capella-mór. Sim; no Poema e no Mosteiro rutila, em todo o seu esplendor, a Renascença portugueza.

Isso tudo, esse enthusiasmo, deveu sentil-o certamente o nosso bom Viale, quando, ao passar em frente do templo dos Jeronymos, onde jazia o Gama, e onde jazia o Camões, repetisse mentalmente algum trecho do Poema, que, por assim dizer, brotou d'aquella praia.

*

Quanta vez não visitei eu o Conselheiro Viale na sua casa do Pateo das Vaccas! Quanta vez lhe não fui pedir conselhos moraes e litterarios! Quanta vez alli o não ouvi, com o seu modo suave e digno, falar-me de meu Pae!

Convidou-me um dia para jantar com a sua familia (distincção rara; á intimidade só penetravam os escolhidos). Foi, por signal, em 15 de junho de 1884.

Quando, dando o braço á dona da casa, entrei na sala de jantar, vi na parede, entre outros retratos, o de meu Pae; e li cheio de commoção o seguinte distico latino, escripto pelo insigne mestre na orla inferior do quadro:

Mantua Virgilio gaudet; Florentia Dante;
Castilius Lusæ gloria gentis erit.

Momentos d'aquelles não esquecem nunca.

*

Existe uma interessante correspondencia em verso latino entre elle e Castilho. Não a transcrevo para não alongar este escripto. É mais uma prova da amisade entre os dois.

*

No outomno de 1870 o obscuro auctor d'estas linhas compoz uma Epistola ao poeta Boileau, e dirigiu-lh'a para o outro mundo. Convidava-o para vir a Lisboa ver as coisas notaveis que temos por cá, e travar relações com os modernos confrades, homens de lettras portuguezes; recommendava-lhe com muita especialidade certa casa no alto de uma alameda realenga, entre a Ajuda e Belem, no topo de um pateo, e pedia ao auctor da *Arte Poetica* fosse lá para tratar de perto um mestre que alli habitava, mentor da mocidade, cultor das Musas antigas. Descrevia-lhe em duas pennadas a habitação e o morador, e em summa (segundo a chistosa expressão de alguem) punha em alexandrinos o Pateo das Vaccas.

Para quem conhecesse a casa e os sitios (não nomeados senão por figuras), e o preceptor dos Principes (tambem nunca nomeado), quadro e retrato estavam photographicamente exactos.

Não tinha o auctor mostrado ainda a sua composição a pessoa alguma, nem sequer ao proprio retratado; e tendo vagado, tempo depois, um logar de official na Bibliotheca Nacional, viu-se inhibido de

tirar os versos de dentro da pasta, visto ter de ser Viale um dos membros do jury, e propôr-se o auctor entrar no concurso. Era um melindre justo e natural de delicadeza.

Correram mezes; o logar poz-se a concurso, o auctor concorreu, e teve a honra de ser provido; cessavam portanto os melindres todos.

Um dia, em fins de 1872, vindo o bom Viale visitar-me, e insistindo para que lhe lesse alguma das minhas ultimas composições, escolhi os taes versos, que já tinham perto de dois annos, e principiei a lel-os.

Quando elle ouviu:—AO POETA BOILEAU—EPISTOLA—deu toda a attenção, e assim foi seguindo, sem maliciar o que o esperava. A pouco e pouco vão-se accentuando os traços physionomicos do retrato; apparece o Pateo das Vaccas, a livraria, muito socegada, os retratos de familia, o Pindaro aberto em cima da mesa, o filhinho a fazer bulha, e todos os mais traços caracteristicos inconfundiveis.

É no meio da encosta em que o Monarcha ostenta
seu marmoreo Versalhe, e ao rez do Tejo assenta
os seus caes e jardins a historica Belem,
mirando e saudando as náus que vão e veem.

Sim; no meio da encosta; uma extensa alameda;
um palacio no cima; um pateo. Ahi não veda
ingresso ao viandante a importuna etiqueta;
não temas que porteiro, ou cão grande, acometta.
Bate nos argolões, e dize: «É um amigo».
Bastou; e entras bemvindo; e um mestre tens comtigo.

Repara. Sobre a meza, olha, não vês? a vela
d'esta noite deixou, como uma sentinella

que não foram render, um Pindaro entreaberto,
em que a mão d'elle andára ao rabisco. Alli perto
uma Biblia, alimento á sua piedade,
livro de sua mãe, tão cheio de saudade!
Acolá, na parede, um quadro a oleo. A terna
piedade do filho acha a effigie paterna
n'essa obra de artista; e os olhos de sua mãe
de outro quadro ao-pé d'esse o contemplam tambem.
Vê-se em tudo o homem bom, modesto, utilitario.

O sitio onde fez ninho o douto solitario,
até co'o nome attráe; é um nome de arribanas,
rescendente aos redís; recorda-te as cabanas
de Evandro; pensas n'elle, e nos seus bois latinos,
e nas choças, avós dos Paços Palatinos.
....

A pouco e pouco, Viale, confundido, commovidissimo, abaixou a cabeça; e a cada verso novo mais a abaixava, por fórma que no fim da leitura já se achava quasi de todo sumido atraz da minha mesa de trabalho.

Ao concluir-se o ultimo verso, levantou-se e abraçou-me com as lagrimas nos olhos.

D'estes casos assim, tão singelinhos e tão significativos, tenho muitos; o que me falta é espaço; e até a penna já se recusa.

*

Não quero comtudo concluir estas fugitivas memorias, sem falar nas obras litterarias que o mestre deixou.

Diga-se a verdade nua e crua: o que elle deixou não corresponde ao que elle valia. Ou por certa perguiça, ou por modestia, ou por ter já cançado na edade

em que todos produzem ainda, ou por ter atrophiado com a erudição compacta as faculdades creadoras que tem todo o litterato, ou por qualquer outro motivo que não attinjo, o que vejo é que as obras de Viale não são o Viale que nós todos conhecemos.

Escriptores ha, que se revelam e retratam inteiros nas suas obras. O que sabem, o que podem, o que alcançam, com a observação ou com o raciocinio, tudo alli se vê, graças á expansão que logram dar ao estylo, e graças ao muito que se põem á vontade comsigo e com os assumptos.

Outros ostentam muito mais do que sabem. Ha umas certas gymnasticas litterarias, uns certos saltos de acrobáta a fingir azas, uns certos desdens a fingir força, que (para quem os não adivinha) centuplicam a *mostra* do escriptor.

Outros porém (Viale era infelizmente d'esse grupo) não chegam a dizer tudo que tinham para dizer. Encolhidos n'uma sobriedade timida, acanhados comsigo e acanhados com o leitor, apresentam o bordado pelo avêsso, e na sua modestia descabida, ou no seu pudor injustificavel, ainda julgam que se ostentaram demasiado.

Quem ler o limitado elencho de Innocencio, quem manusear os opusculos assignados por Antonio José Viale, quem buscar por esses opusculos recompôr a larga intelligencia, a rapida comprehensão, o apurado criterio, a prodigiosa memoria, e o assombroso saber do auctor, acha-se enganado, e nota a disparidade entre o que elle escreveu, e o que elle era.

Possuo alguns versos latinos ineditos d'elle, possuo muitas obras impressas, e algumas cartas.

*

Dos versos latinos ineditos citarei dois disticos, que elle deixou uma vez junto do grande retrato de Castilho por Miguel Lupi; e, além d'elles, uma traducção da primeira das *Cartas d'Echo.*

Os disticos são estes:

Non loquitur, citharæ non pulsat pectine chordas
Hic vates pariter maximus: ore, lyra;
At spirat, nobisque favere loquique videtur,
Forsitan et meditans carmina pulchra simul.

A traducção da Carta irá alternada com o original, nos trechos respectivos, para que os leitores eruditos saboreiem melhor a elegante correspondencia.

ECHO A NARCISO

Dos mancebos gentís ao mais amavel,
ao formoso Narciso, uma das Nymphas
saude, e o coração, e os ais dirige.

Qui juvenes superas formâ pulcherrimus omnes,
Nympha tibi mittit quas legis ipse notas.
Nympharum una tibi mittit, Narcisse, salutem,
Cui cor, et gemitus, et sua cuncta dicat.

No tronco d'este choupo ella te escreve,
nas verdes margens do sereno rio,
que de continuas lagrimas augmenta.

Populeo in trunco, qui surgit margine rivi,
Hæc scribit, lacrymis quam rigat usque suis.

Ás minhas expressões aqui traçadas
negar não poderás teus lindos olhos.

XLVIII

Versibus hisce meis incisis arbore, ocellos
Non ego te credam posse negare tuos.

Seguido de teus cães é teu costume
passares por aqui, mal rompe a aurora,
indo á montanha perseguir as feras.

Huc transire soles, canibus comitatus odoris,
Cûm primo terras lumine lustrat Eos,
Ad montem quoties vicino tramite pergis,
Persequerisque tibi præmia magna feras.

D'entre as annosas arvores occulta,
sem ser vista jámais te vejo sempre.

Inter ego annosæ frondes tunc abdita silvæ,
Te specto, nunquam, bellule, visa tibi.

Ou vás, ou voltes já no fim da tarde,
ao ver-te cada vez te amo de novo.

Mane, seu vadas, redeas seu vespere, præbes
Flammæ tu semper pabula certa meæ.

O fogo que por ti ferve em minh'alma
de dia em dia mais e mais se ateia.

Jamdudum vivit sævum sub pectore vulnus,
Inque dies miseram sævius urit Amor.

A trança de oiro desatada ao vento,
teus lindos olhos, teu semblante amavel,
teu bello collo, tuas mãos de neve,
e a edade juvenil, e tudo encantos,
mostram-me ao vivo as perfeições de Adonis.

Aurea cæsaries, quam das diffundere ventis,
Fulgentesque oculi, vultus et iste decens,
Lactea colla, manus niveo candore nitentes,
Aetas et viridis, cunctaque grata simul,
Idalium referunt juvenem quem fama celebrat.

Ao ver-te eu julgo vel-o, e digo sempre:
«Se Adonis era assim, não te envergonhes
«de adorar um mortal, ó Paphia deusa».

Te cernens illum cernere pæne puto;
Crebro teque videns occurrit Cyprius heros;
Protinus et læsâ talia mente loquor:
«Si fuit ille, Venus, talis, tam pulcher, Adonis,
«Ne pudeat juveni concubuisse deam».

*

Das obras impressas notarei a mais importante, talvez, o seu *Bosquejo metrico da Historia de Portugal,* primoroso exercicio de metrificação, que mereceu sempre os maiores gabos a quem entende da arte.

Rien ne ressemble moins à la poésie épique, que l'histoire versifiée—diz Ampère algures, falando de Ausonio, que poz em verso os annaes de Roma, e referindo-se a S. Paulino, que metrificou a historia de Suetonio. Tudo isso será muito certo; mas o modesto Viale nunca teve em mente fazer um poema epico; portanto, não cabem ao *Bosquejo* as censuras dos que imaginavam (ou fingiam imaginar) que elle queria dar-se como rival de Camões. Pobres de espirito? houve-os sempre.

O que elle quiz com aquelle resumo, tão perfeito, tão limado, tão terso, foi mnemonisar, por que assim o digâmos, os acontecimentos principaes da historia portugueza; foi dar com qualquer d'aquellas oitavas ensejo e materia para as explicações dos professores; foi, com aquelles apanhados de tão puro sabor, incutir na mocidade o conhecimento synthe-

tico da nossa chronica. Isso é que elle pretendeu, e isso é que elle fez. Ha em muitos d'aquelles versos a côr latina e italiana dos melhores modelos; predicados que a pouco e pouco se infiltram no gosto dos estudantes, e os adextram para avaliarem depois producções de mais alto cothurno.

*

A proposito d'essa obra, confirmarei o que ha pouco disse: ter ella merecido gabos aos entendedores da arte. Transcreverei uma oitava, que foi dirigida a Viale por um dos raros litteratos que ainda hoje cultivam as Musas classicas, um alto sabedor de indiscutivel merecimento: nada menos que o sr. Visconde de Seabra. Não me illude a admiração *hereditaria* que lhe tributo, nem o filial e respeitoso affecto que lhe consagro; affirmo que o voto do Visconde de Seabra é do maior peso, e vale como uma corôa de loiros deposta sobre o livro do grande hellenista.

Eis os versos:

AO ILL.^mo^ E EX.^mo^ SR. ANTONIO JOSÉ VIALE

FELICITANDO-O PELA PUBLICAÇÃO DO SEU «BOSQUEJO METRICO»

Narrando á tenra infancia a lusa historia
em phrase amena e versos concertados,
de bom grado lhe imprimes na memoria
«as armas e os barões assignalados.»

Educada ao fulgor de tanta gloria,
vereis novos heroes remodelados;
em quanto o Vate e o preceptor preclaro,
util sabe tornar-se, e á Patria caro.

VISCONDE DE SEABRA

*

Viale era poeta; isso é innegavel; revelou-o porém mais na maneira como apreciava qualquer outro poeta, do que propriamente na maneira como expressava os seus pessoaes sentimentos. Porquê? porque o seu talento, avêsso á evolução romantica, e extranho ao mundo novo, não soube sahir das faixas estreitas com que fôra educado. Viale, nascido cincoenta annos antes, teria nome muito maior, me parece. Filho de um tempo em que a litteratura jazia entre nós maniatada, e entregue de corpo e alma ás imitações de imitações, não teve o estro necessario para sacudir obstaculos e acceitar as reformas. Em tudo purista e orthodoxo, reputar-se-hia hereje se abjurasse a sua educação.

Viale era poeta; sim; mas Viale era sobretudo erudito. O seu cabedal enorme de sciencia litteraria e de sciencias canonicas, dava-lhe direito a logar muito conspicuo entre os homens de lettras. Pois havia quem o picava; quem falava do seu saber... sorrindo; quem o tomava como prototypo de pedantes. Essas apreciações injustas (e quero chamarlhes tambem impensadas, irreflectidas) hão de esquecer; hão de apagar-se. A memoria de Viale, essa ha de ficar.

O que realmente faz gosto, e consola a alma, é a

espontaneidade, a quasi unanimidade, com que a Imprensa portugueza, diaria e não diaria, commemorou o passamento d'este homem, de quem um grupo de amigos foi despedir-se n'aquella triste tarde de 27 de abril, ao cemiterio da Ajuda.

Honra seja aos que assim deram ao benemerito, ao incançavel trabalhador, essa prova posthuma de apreço. Para quem é espiritualista, e se présa de o ser, um côro tão geral compensa muita outra ingratidão.

*

E basta. Ficarei por aqui. Precisei entregar a este papel, como a um confidente, as minhas impressões. Se não disse tudo quanto podia dizer, a culpa não foi do assumpto; foi minha.

E perdão mil vezes por ter falado tanto da minha personalidade humilde. Tenho ufania (que querem? somos todos assim) em que vá, de certo modo, ligado o meu coração com o do mestre. Oxalá podesse eu como homem de lettras seguir um tal Mentor, ainda que fosse

... non passibus æquis.

Quinta de S. Bento—Olivaes,
16 de junho de 1889.

JULIO DE CASTILHO.

AO LEITOR

Com este volume vou fechar a Parte II da minha obra

Tratou esta Parte das varias parochias erigidas no reinado do senhor D. Affonso Henriques, todas ellas collocadas nos bairros orientaes de Lisboa. A proposito de cada uma das ditas parochias, tive arte de ir enfeixando muitas outras noticias, que, embora mais modernas, era conveniente conservar.

Devo confessar uma coisa aos leitores, que se interessem pelo proseguimento de tão laboriosa empreza: o methodo seguido não corresponde plenamente ás exigencias do assumpto, se acaso pode achar-se methodo rigoroso para obra da indole d'esta.

A Parte I, chronica do Bairro-alto, foi um balão de ensaio, nascido de circumstancias de todo alheias ao plano geral, cuja concepção ainda não existia. Esse volume (a ter o auctor tencionado, já então, continuar systhematicamente os seus estudos) deveria ser o 14.º ou 15.º da collecção. Os primordios de Lisboa, a descripção de ALÍSUBBO e OLISIPO, deveriam ser em rigor a Parte I da *Lisboa antiga.*

Como assim não succedeu, por motivos que nada interessam o leitor, e que portanto pareceria importunidade referir-lhe, como a idéa de continuar esta serie de estudos, por uma fórma até certo ponto chronologica, nasceu depois que a Parte I corrêra muitas mãos, o auctor appellou para a eventualidade de uma segunda edição, e n'esse caso elle, ou algum editor do seculo XX, homem intelligente e sagaz, refundirá o plano (para o que tem desde já carta-branca) dando-lhe a unidade que lhe falta. Então irá o leitor seguindo desde as origens provaveis d'esta nobre povoação, atravez dos successivos reinados, utilisando os varios pontos de-partida para n'elles, como em argolões valentissimos de bronze, se irem prendendo as cadeias de noticias, que sirvam de transição entre o antigo e o moderno.

É o que se tem feito.

Assim foi, por exemplo, que, tratando-se do Chão-da-feira, coevo com os principios da Monarchia, a narração prendeu n'esse ponto a historia successiva da Feira da ladra, a do Rocio até agora, e a das hortas do Valverde até ao Passeio Publico e á Avenida da Liberdade.

Assim foi tambem, que, tratando-se da vetusta parochial de S. Jorge junto á Sé, se passou d'ahi para Santa Barbara das Fontainhas, para S. Jorge de Arroyos, e para o Caracol da Penha.

Todas estas materias (é bem verdade) ligam-se estreitamente umas com as outras; todos os bairros, mais ou menos, se fundem entre si; todas as noticias historicas de uma Cidade grande e antiga formam um feltro litterario inextricavel. Em parte ne-

nhuma se realisa melhor o dito de um pensador: «Tudo se acha em tudo».

Quem quizer experimentar a verdade d'estas asserções, escreva por desfastio a historia pittoresca do seu bairro, ou sequer a da sua rua, ou até mesmo a do seu predio, e verá onde o levam, n'este mar immenso, as correntes e contra-correntes da narrativa; conhecerá que é impossivel deixar de extravasar da rua para o bairro, de um bairro para outro, e da historia peculiar da Capital portugueza para o pélago sem limites da historia geral.

*

Segundo disse, abrange a Parte II da *Lisboa antiga* as fundações lisbonenses do primeiro reinado; algumas edificadas sobre outras fundações que já existiam em 1147, quando a espada victoriosa de Affonso Henriques doou Lissabona ao Christianismo; outras, mais modernas, mas todas, segundo se crê, anteriores a 1185; a saber:

a Lisboa primitiva, a Lisboa romana, a Lisboa moira:

as suas fortificações, e a historia das suas portas militares;

o seu foral, como documento primeiro da sua chronica administrativa;

a celebre Albergaria do cavalleiro Payo Delgado, até ao actual Poço do Borratem:

a parochia de SANTA CRUZ DO CASTELLO;

a Alcáçova, ou residencia acastellada dos walis de Aschbouna;

o Castello propriamente dito, com as suas altas torres moiras e christãs;

a interessante Moiraria;

a veneranda SÉ CATHEDRAL, que é só por si um mundo;

a proposito d'ella um sem-numero de outros edificios;

os paços episcopaes;

a parochia de SANTA JUSTA desde os seus ennevoados principios até ao seu estado actual de deposito de tabacos;

no recinto d'essa parochia o paço dos Estáos, e a ermida antiquissima de Nossa Senhora da Escada;

a parochia de S. VICENTE e o seu nobre mosteiro;

a proposito d'elle as Escolas Geraes, e as egrejas de S. Thomé e de Santa Marinha;

a parochia de NOSSA SENHORA DOS MARTYRES no antigo cemiterio dos estrangeiros;

a proposito d'ella o paço dos Duques de Bragança, e varios outros palacios notaveis das immediações;

a parochia de S. MARTINHO, e o seu paço fronteiro, hoje cadeia;

a parochia de S. JORGE, e as suas successivas mutações;

a proposito d'ellas o sitio de Arroyos, e algumas memorias notaveis de Santa Barbara e do Almocavár;

a parochia da MAGDALENA;

a proposito d'ella a ermida do Arco da Consolação, a porta do Ferro e suas immediações;

n'essas immediações a ermida de S. Chrispim e o seminario de S. Patricio dos Irlandezes;

a parochia e o mosteiro do SALVADOR, com as suas lendas tão pittorescas;

o Chão da feira;

a proposito d'elle a feira lisbonense nas suas mutações, o Rocio e o Passeio Publico até á actual Avenida;

a parochia de S. BARTHOLOMEU, e o paço historico da mesma denominação;

varios outros palacios notaveis do sitio; e emfim, a proposito de paços Reaes, juntou-se uma serie de noções preciosas a respeito da antiga vida das Pessoas Reaes portuguezas, e de saborosas etiquetas hoje esquecidas;

tudo entremeado de genealogias e noticias estreitamente ligadas com a historia da Lisboa antiga, e da Lisboa modernissima.

Ficam assim estudadas, pois, as dez parochias, que, segundo a chronologia do incançavel João Baptista de Castro, se achavam constituidas, ou se suppõe que o devessem estar, até ao anno de 1173. D'esse anno em diante a primeira que se encontra refere-se a 1200, portanto ao segundo reinado, ao do senhor D. Sancho I. Será analysada para o diante.

Parece tudo isto muito?

Pois é em realidade pouquissimo á vista do que podia e devia ser, se eu me não achasse quasi só.

Vamos porém andando, com o auxilio d'Aquelle que tudo pode. Se Deus me quizer dar vida e animo, algum dia continuarei; se não, algum outro cabouqueiro, mais architecto do que eu, proseguirá na

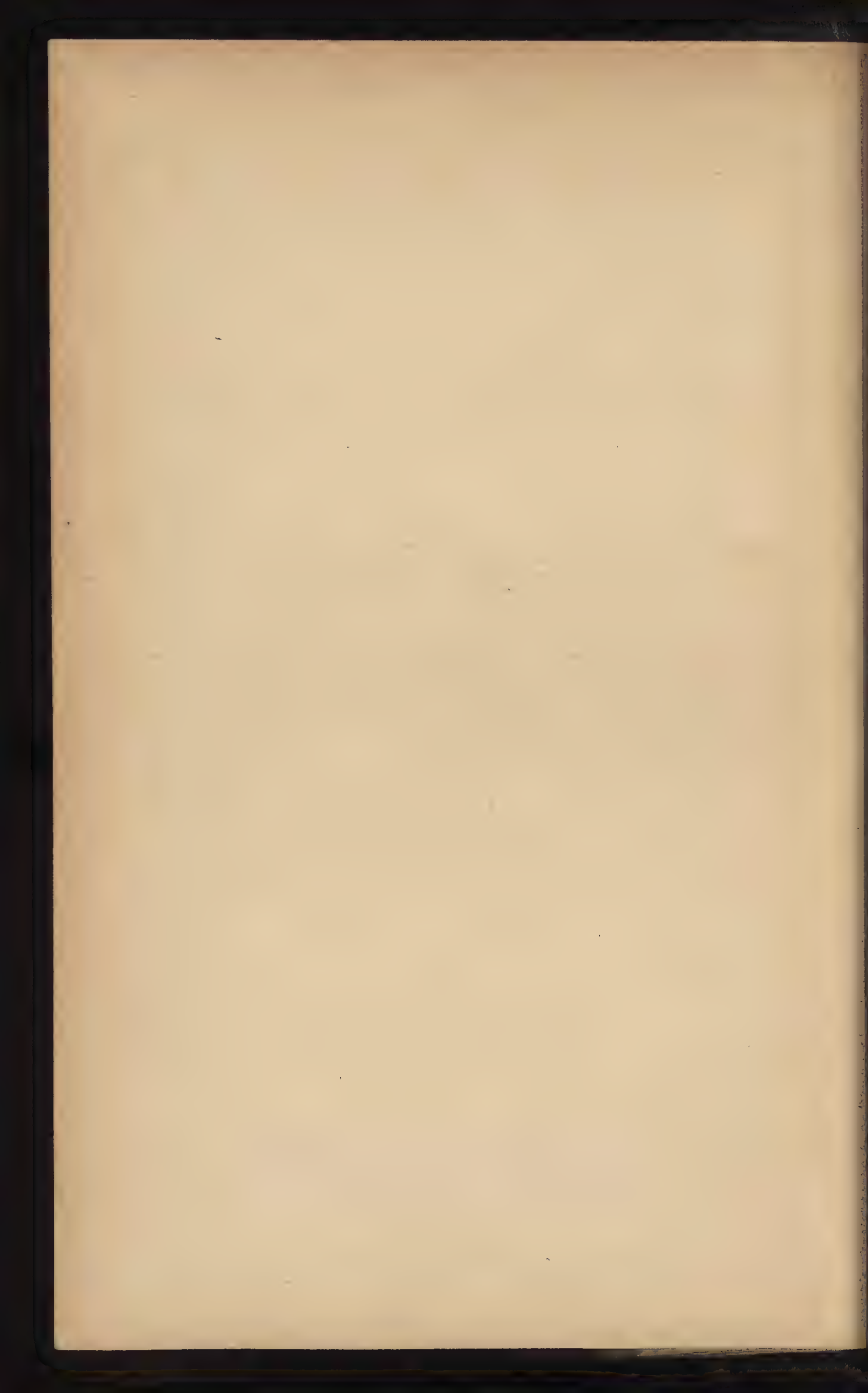
obra, com a mesma traça, ou com outra. Todo o caso está em trabalhar.

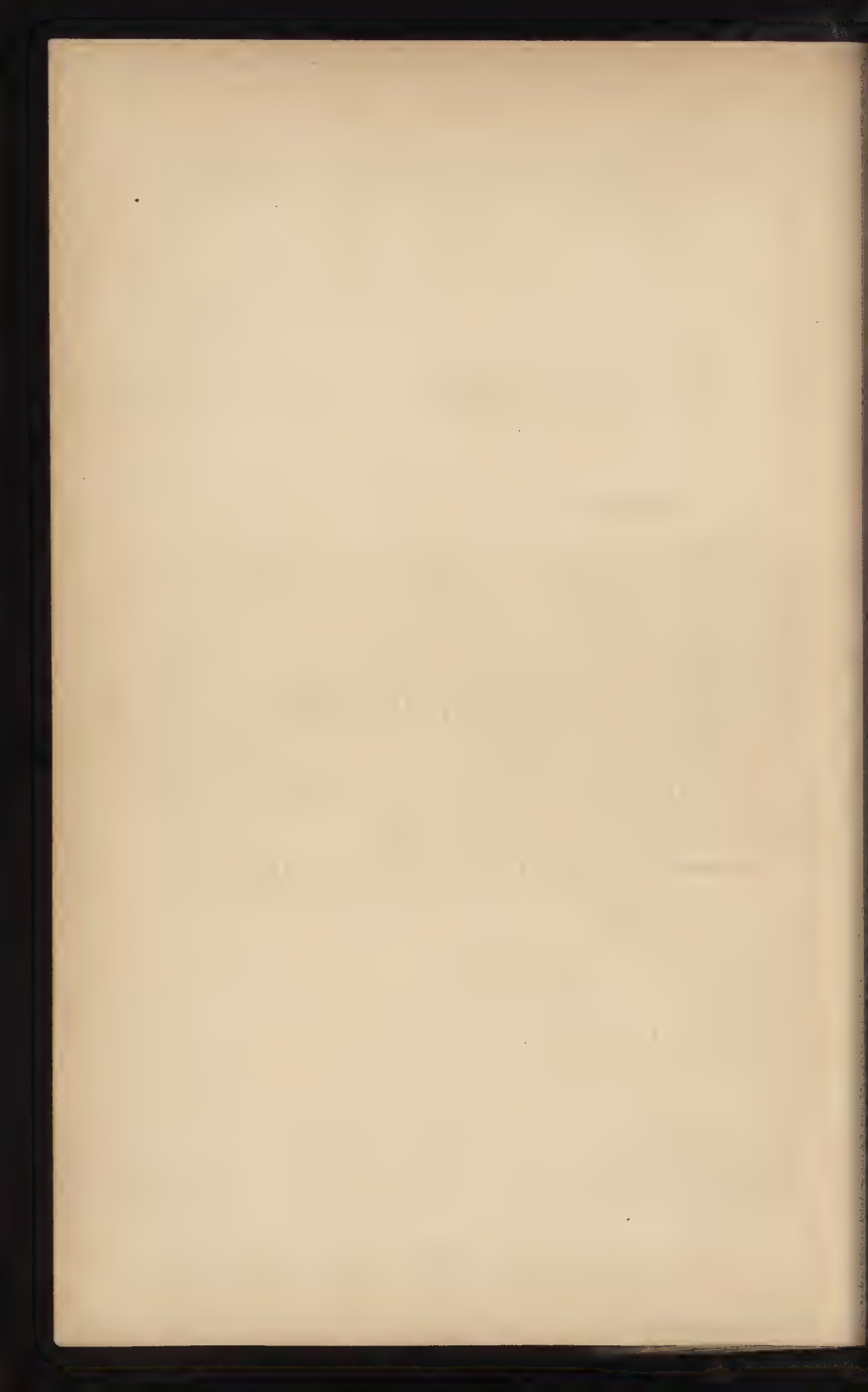
Eu por mim, trabalho, e hei-de trabalhar, n'este ou n'outros assumptos parecidos, repetindo sempre as palavras de D. Fernando Corrêa de Lacerda na sua *Vida da Princeza D. Joanna:*

VIVER COM OS LIVROS É HABITAR COM OS MORTOS; E A MELHOR CONVERSAÇÃO É A DOS MORTOS.

LIVRO VIII

LISBOA CHRISTÃ
EL-REI D. AFFONSO I—FUNDAÇÕES

Egreja parochial de S. Bartholomeu
Paço de S. Bartholomeu
Paço dos Condes de Tentugal
Outros palacios da freguesia

Bem sabemos que a todos não podemos aprazer; porque, se em os materiaes edificios vemos que o filho, nascido e creado nas casas do pae, tanto que as herda lhe muda a janella, a porta, a camara, e troca tudo ao seu juizo, por lhe desaprazer o d'aquelle que o gerou; ¿ que se pode esperar do edificio das lettras, o qual o autor d'elle faz commum a todalas gentes? principalmente o da Historia, em que assi os doutos como ignorantes são licenciados para arguir!

JOÃO DE BARROS
Asia — Dec. II — Prol.

EXPLICAÇÕES

AO

PLANO JUNTO Á PAGINA 58

(1)—Castello de S. Jorge, com os seus bastiões moiriscos sobre o Chão da feira.
(2)—Entrada principal do recinto do Castello.
(3)—Chão da feira.
(4)—Logar do Seminario fundado pelo Cardeal-Rei.
(5)—Pateo de D. Fradique; palacio da Casa Belmonte.
(6)—Largo do Contador-Mór.
(7)—Egreja parochial de S. Thiago.
(8)—Palacio dos Castros, Senhores do Paul de Boquilobo.
(9)—Residencia dos Priores de S. Thiago.
(10)—Palacio dos Castros, Condes do Basto.
(11)—Palacio dos Perys de Linde, antigo paço da Rainha D. Leonor.
(12)—Pateo ajardinado.
(13)—Directriz provavel do passadiço sobre a tribuna da egreja do Convento dos Loyos.
(14)—Palacio dos Condes de Tentugal.
(15)—Palacio de D. Marianna da Cunha de Castello-Branco.
(16)—Palacio dos Cabedos de Setubal.
(17)—Logar da demolida egreja do Convento dos Loyos.
(18)—Convento dos Loyos, hoje quartel da Guarda Municipal.
(19)—Casas particulares.
(20)—Casas particulares.

(21)—Pateo.
(22)—Casas particulares.
(23)—Casa do Conselheiro J. J. Ferreira Lobo, filho do Visconde de S. Bartholomeu.
(24)—Casas do Doutor Xavier da Cunha.
(25)—Jardins das ditas casas.
(26)—Predios de varios donos.
(27)—Rua de S. Bartholomeu.
(28)—Rua do Milagre de Santo Antonio.
(29)—Largo dos Loyos.
(30)—Rua das Damas.
(31)—Rua de S. Thiago.
(32)—Logar da antiga parochial de S. Bartholomeu.
(33)—Rua da Saudade.
(34)—Directriz do antigo e extincto Beco do Seminario.
(35)—Beco do Chão da feira.
(36)—Rua da Torre.
(37)—Travessa de S. Bartholomeu.
(38)—Beco da Lage.

Lisboa Antiga, P. II, T. VII, pag. 58.

CAPITULO I

Começa-se a analyse da egreja velha de S. Bartholomeu.— A memoria mais antiga d'este templo em 1168.—A egreja parece ter sido capella Real.—Instituição de uma capella n'este templo em 1308.—Vista da egreja primitiva segundo Braunio.—Opiniões de José Maria Antonio Nogueira, e do sr. Vilhena Barbosa.—Computações estatisticas.—Reedificação da egreja em 1707.—Medições.—Analysa-se o interior do templo em 1755.—Uma casa de Pedro da Alcaçova.— Ruina com o terremoto.—Foge o parocho com a parochia para o sitio do Cardal.—No Cardal morava o Padre João de Loureiro.—Cita-se Nicolau Tolentino.—Transferencias da parochia para a travessa da Veronica até ser passada para a egreja dos Loyos em Xabregas.

Tinhamos emprehendido no volume antecedente a chronica da antiga parochial de S. Bartholomeu junto ao Castello; principiámos pelo Chão da feira, e seguimos d'ahi, n'uma carreira velocissima, a estudar, (como a proposito) o Rocio, theatro do antigo mercado lisbonense, o Passeio Publico, de saudosa memoria, e a faladissima Feira da ladra.

A bem dizer ainda falta quasi tudo, que não coube na moldura de um volume. Passaremos a estudar agora a egreja antiga de S. Bartholomeu, tão proxima, n'outros seculos, ao Chão da feira, e tão ligada a memorias velhas da Cidade. Hoje, desapparecida ha tantos annos, ainda mantém o seu nome, apesar da provada vontade e ancia dos municipios TODOS em demolirem os fastos da Capital: ainda, como derradeira lembrança do venerando templo, lá temos, desde o fim da rua da Saudade até á porta do Castello, a rua *de S. Bartholomeu.*

*

Dizer quem fundou a egreja de S. Bartholomeu, não posso; mas que é muito antiga, tudo o demonstra; pois, mau grado ás suas tradições vetustas e interessantes, desappareceu de todo; apenas se lhe sabe o logar; e isso imperfeitamente.

Diz João Baptista de Castro, que a memoria mais antiga que poude descobrir d'esta parochia, é (segundo o testemunho de D. Rodrigo da Cunha) *a que consta de uma escriptura feita pelo Bispo de Lisboa D. Alvaro no anno de 1168, na qual se faz já menção da egreja de S. Bartholomeu.*

É tradição ter sido capella Real[1]. Presumo que se não engana essa tradição conservada pelo laborioso Sousa; o proximo paço de S. Bartholomeu auctorisa tal supposição, assim como a visinhança do paço

[1] *Hist. Gen.* T. III, pag. 178.

de S. Martinho[1] faria capella Real a egreja do mesmo nome, e o paço dos Estáos[2] se serviria da visinha ermida de Nossa Senhora da Escada como capella da côrte.

É de presumir, repito, que se não engane a tradição, e se refira a alguma occasião em que a Familia Real habitasse no paço de S. Bartholomeu. Como confirmação d'essa noticia, notarei que no tecto da mesma egreja se viam pintadas antigamente as Armas Reaes, segundo diz o auctor do *Sanctuario Marianno;* e ainda no tempo d'elle o prior e os beneficiados celebravam alguns anniversarios pelos Reis e Membros da Casa Real, bemfeitores da parochia.

Ha outra noticia que remonta aos primeiros annos do seculo XIV, e que se liga tambem a este templo: é a instituição, em 21 de agosto de 1308, de uma capella de Santo Eutropio n'esta matriz parochial, por D. João Soares Alão, Bispo do Algarve, capella a que o mesmo annexou um hospital fundado nas casas que possuia ahi ao-pé[3].

*

Vistas da egreja, tenho-as em algumas das muitas estampas que possuo da Lisboa desapparecida. Tomarei para exemplo uma vista (das mais antigas) reproduzida n'um dos meus antecedentes volumes: a do *Theatrum Urbium.* Por ahi se fica fazendo idéa

[1] Estudado por mim n'outro volume.
[2] Já tambem estudado.
[3] *Mon. Lusit.*— T. VI, pag. 127 e seg.

tal qual de um templo de frontaria bicuda, com sua torre ao norte, e janellas por cima da porta principal.

O sitio, esse é mais difficil de fazer comprehender. Tentemos.

Diz o fallecido José Maria Antonio Nogueira, aquelle applicado e erudito investigador, com quem aprendi tanto, que ficava a egreja velha de S. Bartholomeu *situada onde é hoje a casa do sr. visconde de S. Bartholomeu*[1], isto é na esquina da rua de S. Bartholomeu, e da outra rua impropriamente chamada Largo dos Loyos[2]. Com a venia devida á memoria do escriptor laboriosissimo, parece-me que se enganou n'este ponto a sua douta penna. O sr. Vilhena Barbosa pensa que no sitio da demolida egreja se vê hoje um largo, e no sitio do paço *uma correnteza de casas*[3]. Pena é que fosse tão pouco explicito este mestre de nós todos.

Quanto a mim, ficava o templo parochial de S. Bartholomeu na extremidade meridional do terreno delimitado hoje pela rua das Damas, o largo do Loyos, e um pequenino pateo que lá existe, e cujas portas teem os n.os 6 e 7; por outra: ficava com a cabeceira, ou costas, para o extremo da rua das Damas, a frente para o tal pateo, ou largosinho, e o lado da Epistola

[1] Artigo sobre hospitaes de Lisboa, publicado no *Jornal do Commercio* de 27 de julho de 1865.

[2] Esse palacete da esquina é propriedade do actual secretario do Tribunal de Contas, o sr. conselheiro José Joaquim Ferreira Lobo, filho do fallecido sr. visconde de S. Bartholomeu, desembargador.

[3] *Arch. Pitt.* T. IV, pag. 167.

da capella mór mesmo em frente da egreja do convento dos Loyos.

*

Não se sabe quem fundou S. Bartholomeu, nem consta alguma das suas antigas reconstrucções, até aos primeiros annos do seculo XVIII. Em 1707, pouco mais ou menos, é que se sabe ter sido reedificado o templo por diligencias do prior, o padre Manuel da Silva e Moura[1].

Em 1755 media de frente (para a banda da barra, está visto) 64 palmos, e de fundo 100[2]. Da porta principal descortinava-se larga vista sobre o poente, e dominava-se um adro de 51 palmos de comprido sobre 53 de largo.

*

Tinha a egreja nos fins do seculo XVII tres naves, com tres arcos cada uma; e cinco altares, pela fórma seguinte:

O mór ostentava formosa tribuna de talha doirada, onde se venerava a Senhora da Conceição, em vulto, da parte do Evangelho, e o Apostolo S. Bartholomeu da parte da Epistola. Os dois altares collateraes tambem apresentavam boa obra de talha. O da banda do Evangelho tinha no throno uma linda Imagem de Nossa Senhora da Graça. O opposto pertencia a S. Miguel, e possuia irmandade das Almas; tinha mais

[1] J. B. de Castro, *Mappa*, e *Santuario Mariano*, T, VII, pag. 136.

[2] Citado tombo da Cidade.

do lado da Epistola S. Sebastião, e no lado contrario S. Silvestre Papa, Imagem unica em toda Lisboa. As outras duas capellas, á direita de quem entrava no templo, pertenciam a particulares.

Tudo isso m'o diz Carvalho da Costa[1]. Aqui vae o plano:

[1] *Chorogr.* T. III, pag. 350 e 351.

E

S.ra da Conceição

Altar mór

S. Bartholomeu

S.ra da Graça

S. Miguel

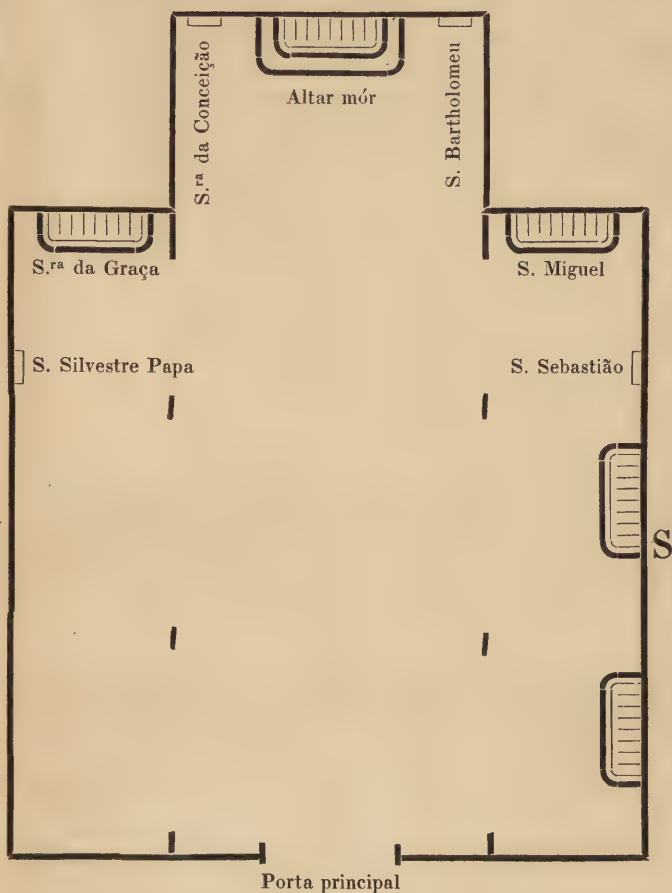
S. Silvestre Papa

S. Sebastião

N

S

Porta principal

O

Planta aproximada
da egreja de S. Bartholomeu nos fins do seculo XVII
segundo Carvalho da Costa

O *Sanctuario Marianno* discrepa da *Chorographia*; dá além da capella-mór tres: duas collateraes, e uma (em vez de duas) no corpo do templo.

Vem outro informador, não menos para consulta, D. Antonio Caetano de Sousa, e n'umas suas *Memorias* ineditas acrescenta isto:

Na capella de Sant'Anna, que vinha a ser a primeira á entrada da porta principal, do lado da Epistola, lia-se sobre uma sepultura esta inscripção:

DEPOSITUM
INTESTINORUM
PETRI DE TAVARES
DOMINI MIRAE
XVI DIE MARTII
ANNO DÑI M. DC. XXVI.

Por que fossem aqui depositadas as entranhas do senhor de Mira, não sei dizer. Basta apontar o facto.

Sobre outra sepultura da mesma capella lia-se a seguinte inscripção, preciosa por nos dar o nome dos fundadores:

ESTA SEPULTURA HE DE IOÃO DA FONSECA CUJAS FOROM AS ILHAS DAS FRORES E DE SUA MOLHER M.^DA^ DALCAÇOVA OS QUAIS EDIFICARÃO ESTA CAPELLA PERA SEU IAZIGO, E DE SEUS FILHOS, E ERDEIROS. ELLE SE FINOU 22 DIAS DO MES DAGOSTO DA ERA DE 1522 ANNOS[1].

[1] *Memorias sepulchraes, que para beneficio da Historia de Portugal offereceu á Academia Real D. Antonio Caetano de*

*

A proposito do appellido da mulher d'esse citado João da Fonseca, direi que ahi ao pé, á porta da Alfôfa, possuia Pedro de Alcaçova no seculo XVI uma casa. N'esse predio nasceu sua irmã Beatriz de Alcaçova, mulher de Antonio Carneiro, secretario d'el-rei D. Manuel e d'el-rei D. João III, paes de um menino que na mesma casa viu a luz, e vinha predestinado para representar grande papel nas politicas cortesãs do tempo; nada menos que o famigerado Pedro de Alcaçova Carneiro, Conde das Idanhas, baptisado na visinha parochia de S. Bartholomeu[1].

*

O terremoto de 1755 derrubou o tecto e a frontaria do templo; o incendio destruiu-lhe as melhores tres capellas, a prata, e os ornamentos, salvando-se porém tudo quanto pertencia á Senhora da Graça.

Esta Imagem era tão antiga, que (segundo o padre Santa Maria) a attribuiam ao tempo da rainha Santa Isabel. Achava-se collocada *sobre um throno, no meio de um retabulo de talha moderna muito bem doirado.* A Imagem era de roca, e de vestidos.

Sousa. Manuscripto que pertenceu ao Em.mo Cardeal S. Luiz, e hoje pára em poder do sr. conselheiro Venancio Deslandes, que teve a bondade de m'o facultar.

[1] Barb. Mach. *Biblioth. Lusit.* T. III, pag. 547.

*

O terremoto de 1755 derrubou o tecto e a frontaria do templo; o incendio destruiu-lhe as melhores tres capellas, a prata, e os ornamentos, salvando-se porem tudo quanto pertencia á Senhora da Graça.

Quando succedeu a catastrophe do 1.º de novembro, o vigario (esse era o seu predicamento) foi acampar com o preciosissimo deposito n'uma barraca erguida no sitio então ermo, do Cardal, ao campo de Santa Clara, d'onde nasceu o nome de Cardal *da Graça,* que ainda existe[1], sitio ao qual se apegam as duas seguintes memorias:

1.ª—Ao Cardal da Graça morava em 1791 o erudito padre João de Loureiro, botanico e missionario celebre, cuja biographia escreveu o sabio academico dr. Bernardino Antonio Gomes[2].

2.ª—No tempo de Tolentino foi necessariamente o Cardal da Graça o sitio onde se enforcavam os criminosos. Haja vista o soneto XXXIII do mesmo poeta, que principia

Ergueu aos ceos alegre gritaria,

e termina:

dar gosto ao povo no Cardal da Graça.

[1] Vide Moreira de Mendonça, pag. 126, J. B. de Castro—*Mappa*—etc.

[2] A noticia d'essa morada encontrei-a a pag. 444 do *Almanach* do dito anno de 1791.

Segundo Christovam Rodrigues de Oliveira, contava esta parochia 74 casas, com 596 almas, e 91 visinhos, ou fogos, no seculo XVI; segundo o padre J. B. de Castro eram 500 as almas, e 140 os fogos antes do terremoto de 1755, ficando depois em 170 almas e 51 fogos; segundo o *Portugal sacro-profano* eram 140 os fogos antes do terremoto, reduzindo-os a catastrophe a 50 apenas.

*

Essa noticia de ter a matriz parochial de S. Bartholomeu acampado no sitio do Cardal da Graça, não a encontrei senão muito succinta nas fontes que citei. O exame porém dos registos parochiaes d'esse tempo, compulsados por mim no Beato, a 20 de dezembro de 1888, graças á obsequiosidade do actual prior, o muito Rev.do sr. padre José Joaquim Marques de Oliveira, indica positivamente que o sitio escolhido foi uma ermida de Nossa Senhora do Rosario, na travessa da Veronica. Ahi vejo a parochia em abril de 1759, e ainda em dezembro de 1765. Eram isso terras do visinho convento dos Gracianos.

Em abril de 1770 já a encontro situada com mais estabilidade e maior decoro no sitio de Enxobregas (Xabregas), na egreja conventual dos Conegos de S. João Evangelista (os Loyos; hoje fabrica de bolaxa dos srs. Britos!). Diga-se, em justo abono dos mesmos Conegos, que, sendo a parochia de S. Bartholomeu pobrissima, nomeadamente depois do destroço de 1755, faltando-lhe alfaias, paramentos, rendimentos, tudo, emfim, os Conegos a custeavam como

podiam, e a elles se deveu a pontualidade, com que se praticaram alli até 1834 os deveres religiosos.

A respeito d'essa pobreza, apparecem no cartorio documentos que fariam rir, se não indignassem. Abstenho-me de os transcrever.

CAPITULO II

Transferencia da séde da parochia de S. Bartholomeu para o extincto convento dos Agostinhos do Grillo em 1836.—Ahi se encontra hoje com o titulo de S. Bartholomeu do Beato. —Exame minucioso da actual egreja.—Alfaias.—Registos parochiaes.—Visita ao contiguo Recolhimento.

Depois da vandalica e inqualificavel extincção das Ordens monasticas, encontro um aviso do Governo, de 16 de outubro de 1835, ordenando a mudança da referida parochia de S. Bartholomeu para a egreja do extincto convento de frades Franciscanos de Nossa Senhora de Jesus de Xabregas (hoje fabrica de tababos!!) Oppoz-se o povo em geral, e representou ao Governo, dizendo que, attento o pessimo estado do templo dos Franciscanos, creio que saqueado ignobilmente, seria mais acertado collocar a parochia no convento dos Agostinhos descalços, ao Grillo, alli aó-pé. A parochia era pobre; dizia bem n'esse templo pobre tambem, e pequeno, que mais se prestava que o outro a ser bem vigiado e limpo.

N'este paiz nem tudo que é rasoavel consegue vingar; foi necessaria toda a influencia do Conde da Taipa, que então morava n'um palacio historico (hoje transformado) no visinho largo de D. Gastão, para baixar outro aviso do Governo, determinando a transferencia da parochia para o extincto convento do Grillo; o que se realisou em 1836. É ahi que se acha agora... até nova ordem.

*

Se o leitor quer, examinaremos juntos este templo; não ha-de arrepender-se.

Fundou o convento (assim como o outro, quasi fronteiro para o lado do Norte, que era de freiras, e está agora sendo demolido!) a rainha D. Luiza de Gusmão em 1666 para frades Agostinhos descalços.

Seu filho el-rei D. Affonso VI—diz o sr. Ignacio de Vilhena Barbosa[1]—*lançou a primeira pedra nos alicerces do templo, com grande acompanhamento e solemnidade, no dia 15 de maio de 1666. Ateando-se violento incendio n'este edificio no dia 23 de outubro de 1683, em menos de duas horas destruiu toda a egreja e a maior parte do convento. Porém, passado pouco tempo, estavam completamente reconstruidos.*

O terremoto de 1755 e o incendio fizeram na casa enorme destroço.

A egreja é de uma nave só, mas muito alegre e harmoniosa nas suas proporções, com quanto intei-

[1] *Arch. Pitt.* T. VII, pag. 213 col. 1.ª

ramente destituida de riquezas artisticas, quer na architectura, quer nas esculturas ou pinturas.

O altar mór tem bonita tribuna de talha, com columnas salomonicas, e ornamentações, que não remontam, creio, para lá do primeiro quartel do seculo XVIII. No meio do altar eleva-se n'uma alta pianha a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, tendo ao seu lado direito S. Bartholomeu, e ao esquerdo Santo Agostinho. Nas costas do altar, que é de pedra, lê-se esta inscripção, por mim copiada:

ALTARE B. MARIÆ V. SVB TIT. IMACVLATA CONCEPT. CONSE | CRATṼ DIE 19 APRIL. AN. 1739 A D. FR. LEANDRO A PIETATE HVIVS | REGAL. CONGREGATION. PROFESSO ET INSVLÆ D. THOMÆ EPISCOPO |

TRADUCÇÃO

Altar da Bemaventurada Maria, da invocação da Conceição Immaculada, consagrado a 19 de abril de 1739 por D. Frei Leandro da Piedade, Frade Professo desta Real Congregação e Bispo da Ilha de S. Thomé.

Segue-se o cruzeiro.

Do lado da Epistola, o altar da Senhora da Soledade, com Imagem. Do lado do Evangelho, o altar da Senhora da Piedade, tendo á sua direita Santa Thereza de Jesus, e á sua esquerda Santo Antonio.

Segue-se o corpo da egreja.

Tem tres capellas por banda, fechadas com teia, e communicando entre si.

A primeira junto ao cruzeiro, do lado do Evangelho, é a do Santissimo Sacramento, cerrada com uma pobre porta de grades de madeira pintada de amarello e branco. No retabulo ha um mau quadro a oleo, quasi todo encoberto por uma grande Imagem do Crucificado, esculpida em *papier mâché*, e encarnada. A baixo e a deante d'esse alto Crucifixo avulta a Imagem da Senhora da Soledade, tendo aos seus dois lados duas Figuras de Santas, de escultura bem antiga, e cujos nomes não pude saber.

Depois d'esta capella vem a de Nossa Senhora, chamada das Barraquinhas (não me souberam informar do motivo). É uma pequena pintura a oleo, cuidadosamente conservada n'uma machineta de vidraça. Veiu, segundo é tradição, do proximo convento dos Loyos. A deante uma grande Imagem do Senhor, tendo aos dois lados as de S. José e Nossa Senhora. Nas paredes lateraes d'esta capella ha dois quadros a oleo, de pouco merito, representando um a fugida para o Egypto, e o outro Nossa Senhora do Patrocinio. Cumpre dizer aqui uma coisa: essa Imagem da Virgem, que veiu dos Loyos, era comadre do fallecido Par do Reino José Maria Eugenio de Almeida, por ser madrinha de sua filha casada com o actual digno Par, o sr. Francisco Simões Margiochi.

Depois segue a capella de S. Sebastião, cujas settas apparecem, aqui, alli, na ornamentação do azulejo. Tem a Imagem do Santo Martyr, e mais a baixo, a deante d'elle, Nossa Senhora da Atalaya.

Passemos ao lado direito do templo.

Começando por baixo, temos primeiro a capella

do Senhor dos Passos, com uma grande Imagem do mesmo.

Depois temos uma capella, em cuja tribuna ha duas Imagens do tamanho natural, representando o Senhor ajoelhado no horto, e o Anjo apresentando-lhe o Calix da amargura. Dos lados do altar ha duas Imagens: uma de um Santo Bispo, cujo nome não sei, escultura em madeira, e interessantissima pois está assignada por um tal *Manoel d'Alm.[da] Portuense, esc...* A outra Imagem é de uma Santa que tambem não conheci.

Temos emfim, junto ao cruzeiro, uma bonita capella, adornada de mosaico florentino. Sobre o altar campeia a Imagem do Senhor da Canna Verde, em ponto grande; e aos dois lados vemos Santa Barbara, e S. Bento. Nas paredes dois quadros grandes e maus. No chão uma inscripção, que de todo não tive tempo de lêr.

*

Ha n'esta egreja algumas alfaias menos más, provindas do *saque* de outros templos, segundo é nosso tristissimo costume. Especialisarei apenas dois panos de pulpito eguaes, e muito ricos.

Quanto a registos antigos, baptismaes, matrimoniaes, ou funerarios, todos desappareceram no incendio do templo velho em 1755. Os livros começam d'então para cá; mas ha que notar o seguinte: existem traslados de certidões anteriores mandados fazer mais modernamente a requerimento dos interessados. Como porém esses traslados não estão chronologicamente escriptos, e se acham intercalados entre os

outros, é impossivel o seu exame sem um trabalho insano, para que já me vae faltando a paciencia.

*

Achando-nos agora na egreja do extincto Convento dos Agostinhos do Grillo, vem a proposito outra interessante noticia. A parochia de S. Bartholomeu occupa sómente a egreja e a sacristia; o recinto do Convento é hoje habitado por um Recolhimento de respeitaveis senhoras. A rogo do sr. prior, teve a senhora regente a bondade de permittir que eu examinasse o Recolhimento; e como então se achava doente, e encerrada no seu quarto, deu licença para que outra senhora me acompanhasse, e me fizesse com rara amabilidade as honras da casa. Peço licença para enviar d'aqui os meus agradecimentos a S. S. Ex.as.

Desaferrolhado o pesado portão do adro, e passado o vestibulo, encontrei-me n'uma esplendida escada de pedra, uma das mais formosas e alegres que tenho visto. Puro estylo do seculo passado. Azulejos magnificos, enorme altura, e tecto ricamente estucado. De duas elevadissimas janellas jorram ondas de luz sobre todo o ambiente. De um dos lados do tecto lê-se: FEITO EM 1746; e do outro: RETOCADO EM 1870.

É este Recolhimento o denominado «de Nossa Senhora do Amparo», que estava na Mouraria, no sitio onde está hoje a Guia, edificio dos antigos Meninos Orphãos; segundo o sr. Vilhena Barbosa [1], fundara-o

[1] *Arch. Pitt.* T. VII, pag. 213.

na Mouraria el-Rei D. João IV em 1644, *para servir de asylo ás filhas dos magistrados e militares pobres*.

N'uma capella interior do mesmo Recolhimento tive o gosto de vêr o cofresinho, onde se conteem os ossos do muito venerando Religioso xabregano frei Antonio da Conceição, beatificado pela Santa Sé, e conhecido entre o povo pelo nome de *Beato Antonio*, nome que ficou ao sitio. Esses ossos preciosos, hoje conservados com toda a decencia, vieram do proximo Convento dos Loyos.

Florescia frei Antonio na segunda metade do seculo XVI; e tanta era a sua fama de virtude, que os maiores senhores do Reino o visitavam. Em 20 de julho de 1596, por exemplo, vindo de Villa Viçosa o Duque de Bragança D. Theodosio II, e desembarcando de Aldeia Gallega na praia de Xabregas, foi antes de mais nada á cella do Santinho, com quem esteve largo espaço praticando [1].

O edificio do Recolhimento, de que vinhamos falando, é optimo, e acha-se n'um alinho e cuidado verdadeiramente feminino. Tudo alli respira ordem, socego, bemquerença.

Pendem das paredes alguns paineis, que me pareceram mediocres.

A egreja vista lá de cima, do côro, apresenta um lindo effeito.

Boa vista de Tejo, um pequeno jardim, e optimos ares, alegram a residencia.

Oxalá houvesse em Portugal muitas mais casas d'este genero, onde os desenganados do mundo po-

[1] *Hist. Gen.* T. VI, pag. 336.

dessem acolher-se! Essas poucas que por ahi ha, sabe Deus quanto os nossos reformadores ridiculos as deixarão durar!...

Esqueceu-me dizer que, á esquerda de quem entra no vestibulo, se vê uma lapide embebida na parede, e que diz isto, para mim enigmatico:

EL REI | O SNR. D. IOAÕ. O 3.º FOI O INSTITVI
DOR DESTE COLL.º | NO ANNO DE 1549. EL-
REI | O AUGUSTISSIMO SNÕR D. IOZE 1.º
FOI O FUNDADOR | DO DITO COLLEGIO
NO ANNO DE 1753 SENDO SEU | SECRETARIO
DE ESTADO E INTERCESSOR DA O | BRA
DELLE O ILLUSTRISSIMO E EX.mo DIOGO DE |
MENDONSA CORTE REAL | PROUEDOR O P.e
IOZE FERREIRA DE HORTA DEPUTA | DO DA
MEZA DA CONCIENCIA E ORDENS | E REITOR
O P.e IOÃO DE SAA PEREIRA FREIRE PRO |
FESSO NA ORDEM DE CHRISTO |

Concluindo, agradeço de novo ao sr. prior a sua franca amabilidade, e as diligencias cordeaes com que se empenhou em me ser util. Estas recepções assim compensam bem os silencios de outros sujeitos...

*

Em quanto a parochia de S. Bartholomeu se achava no Convento dos Loyos de Xabregas, teve a proxima egreja do Convento dos Franciscanos de Santa Maria de Jesus uma alta distincção: a de dar jazigo a um dos mais notaveis mestres da arte da pintura em Portugal: o grande FRANCISCO VIEIRA LUSITANO.

A folhas 57 do Livro I dos obitos da parochia actual lê-se este termo:

Em trese de Agosto de mil setecentos oitenta e tres falleceo n'esta Freguesia com todos os Sacramentos Francisco Vieira Lusitano Cavalleiro da Ordem de S. Thiago, viuvo de D. Jgnez Elena de Lima e Mello, foi sepultado na Egreja do Convento de S. Francisco de Xabregas, de que fiz este assento
O Parocho Luiz Miguel Coelho Alb.z

Quanto a este insigne artista, celebrado auctor de tantos quadros notaveis, e a quem sempre consagrei sincera admiração, direi aos estudiosos que trabalho activamente, nas minhas horas vagas, em lhe escrever a biographia, tão completa e conscienciosa quanto me seja possivel.

Espero que em breve verá a luz.

CAPITULO III

Volta o auctor com os seus leitores á antiga freguesia de S. Bartholomeu do Castello.—As fiandeiras de S. Bartholomeu. —A rua do Seminario.—Analysa-se esse antigo Seminario, denominado «de Santa Catherina».—Elogio ao ensino dos Ecclesiasticos em geral, e muito especialmente ao dos Jesuitas.—Estado do predio onde funccionou o antigo Seminario no seculo XVI.

Parece haver sido este sitio de S. Bartholomeu antigo poiso de fiandeiras afamadas, assim como tambem a proxima freguesia da Magdalena, a crermos um ditado, que resa assim: *A boa fiandeira, de S. Bartholomeu a toma a velha, e a mais boa, da Magdalena.* O numero que havia d'ellas a meio do seculo XVI dava não só para duas, mas para muitas freguesias. Diz o *Summario* de Rodrigues de Oliveira, que eram em Lisboa oitocentas e quinze!

*

No recinto d'esta freguesia ainda existe a denomi-

nação de uma rua, vestigio historico precioso: refiro-me ao actual beco do Seminario, que parte do fim da travessinha de S. Bartholomeu; a antiga directriz do mesmo beco, outr'ora muito mais comprido do que hoje, mas hoje vedado por utilidade publica, ainda se percebe entre os quintaes. O jardim do meu amigo o dr. Xavier da Cunha, pertença dos seus predios da rua de S. Bartholomeu n.^{os} 12 e 26, ainda tem uma janella sobre a tal viella, hoje tornada inutil.

Esse Seminario, da invocação de Santa Catherina, fôra fundado pelo Cardeal Infante D. Henrique, quando Arcebispo de Lisboa, em 30 de novembro de 1566[1].

Os collegiaes, diz João Baptista de Castro que eram seculares, e governava-os um reitor Jesuita, e um vice-reitor clerigo secular. Acompanhava-os este ao Collegio de Santo Antão (hoje Hospital de S. José) onde iam ouvir lições de grammatica, philosophia, e theologia especulativa e moral[2].

*

A proposito: tinham fama em todo Portugal as aulas dos Jesuitas em Santo Antão; e tel-a-hão sempre os methodos empregados pelos sabios Padres da Companhia de Jesus, que parece nasceram talhados para o ensino. Ninguem como elles tem o condão suave da doutrinação; ninguem se dedica

[1] *Mappa de Portugal.* Arcebispos.
[2] Carv. da Costa. *Chorogr.* T. III, pag. 351.

tanto de coração á mais improba (quanto a mim) das Obras de Misericordia; ninguem espalha a luz com tanto valor e tanta efficacia; ninguem acompanha com tanta ponctualidade os progressos intellectuaes; e ninguem corrige com tanto denodo os desmandos d'esses progressos. Toda a gente de boa fé o ha-de confessar. Conhece-se pela nitidez e pela profundeza o ensino dos Jesuitas. E ha quem lhes chame obscurantes! a elles, que, sabendo tudo, tudo quanto sabem ensinam a quem os queira escutar!

As vantagens incalculaveis do ensino feito pelos Padres nas casas religiosas, inspiraram a frei João do Sacramento algumas considerações sensatissimas, que merecem relidas, hoje principalmente[1].

Estorninhos chamava o povo aos numerosos bandos da estudantina portugueza, que apinhavam os arredores das aulas de Santo Antão, com os seus habitos talares negros, como estudantes de Coimbra[2]; e lá os menciona com respeito o anonymo auctor da descripção de Lisboa em 1626, dizendo:

Logo junto Santo Antão,
logar de escolas e lettras,
Collegio da Companhia
com perpetua comparencia.

Aqui muitos estudantes,
como em frequente académia,
occupam tempo e cuidado
nas grandezas de Minérva[3].

[1] *Chron. dos Carm. descalços.* L. IV, cap. XLII.
[2] Theatro da Manuel de Figueiredo. T. XIV, pag. 450.
[3] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa.* 1626.

Mas restringindo-nos por em quanto ao Seminario de Santa Catherina, e deixando Santo Antão para ensejo mais propicio, notarei que houve graves hesitações ácerca do sitio em que havia de ser collocada a util fundação do Cardeal. Segundo se verá logo, por certo documento de que n'um dos capitulos proximos falarei, foram vinte e um os palacios mais ou menos importantes que entraram na escolha; alguns bellissimos; mas isso de nada valeu, visto que afinal se albergou o Seminario n'um edificio *apertado, e pouco capaz para o ministerio* (palavras de Carvalho da Costa); casa com tres frentes: para o actual beco do Chão da Feira, rua da Torre, e travessa de S. Bartholomeu, ao topo do beco do Seminario. Tambem, só esse nome é que resta como vestigio. Diz Castro que o edificio *padeceu muito com o terremoto e incendio, ficando em deploravel estado.*

Hoje é uma casa particular vulgarissima.

Segundo o tombo da Cidade, media de frente o Seminario 72 palmos, e de fundo 104.

CAPITULO IV

Entra como assumpto n'este capitulo o celebre paço de S. Bartholomeu.—Passadiço da egreja da mesma invocação para o paço fronteiro.—Quem fundou este paço? seria el-Rei D. Affonso III?—É este soberano quem fez Lisboa capital do Reino.—Duvidas sobre quem fundou o paço de S. Bartholomeu.—Uma doação d'el-Rei D. Diniz a seu neto D. João Affonso.—Examinam-se documentos.—Habita el-Rei D. Diniz n'um paço defronte de S. Bartholomeu.

Para a egreja velha de S. Bartholomeu junto ao Castello, por mim estudada nos antecedentes capitulos, entrava um passadiço, por onde iam os *senhores Reaes* (como respeitosa e engraçadamente diria o cortezão Ruy de Pina) assistir ás festas quando habitavam o proximo paço chamado de S. Bartholomeu. Dil-o tradição antiga, conservada por alguns auctores.

Affirma com effeito João Baptista de Castro, que

fôra esta egreja *capella Real d'el-Rei D. Diniz, quando vivia no palacio fronteiro da egreja, para a qual tinha* (conclue o auctor) *passadiço e tribuna*[1].

É mais explicito frei Agostinho de Santa Maria no seu *Sanctuario Marianno*, quando escreve: *É esta egreja* (de S. Bartholomeu) *muito antiga, e consta que foi Capella Real no reinado d'el-Rei D. Diniz, que começou a reinar no anno de 1279; e o seu palacio eram as casas que lhe ficavam fronteiras, que depois vieram, por compra ou por mercê, aos Machados das Laranjeiras de quem são ao presente* (1721).

. . . .

Tinha este palacio passadiço para a egreja de S. Bartholomeu, com tribuna, aonde os Reis iam a ouvir Missa, como ainda ao presente se está vendo de alguns vestigios, que se reconhecem na parede da torre dos sinos[2].

Peço ao leitor que tome nota d'essas varias asserções, que logo hão-de entrar na complicada argumentação com que vou entretel-o.

*

Quem fundasse este paço, não o sei. Querem escriptores de muita gravidade que fosse el-Rei D. Affonso III. É possivel, mas ainda não encontrei documento que o provasse.

É sabido (isso sim) que foi esse soberano quem

[1] *Mappa*, freg. de S. Barth.
[2] *Sanct. Mar.*, t. VII, pag. 136. (L. I, tit. XXXIX).

deu á formosa Lisboa os seus foros indisputaveis, constituindo-a cabeça do Reino, e arrancando em favor d'ella o sceptro á nobre Coimbra. Diz frei Francisco Brandão, que o fez para mostrar aos moradores de Coimbra o seu desagrado por elles terem sustentado essa cidade contra elle, em favor do senhor D. Sancho II[1]. Ahi, quanto a mim, andou pensamento mais alto que uma vingança mesquinha: andou a razão geographica, andou a comprehensão do papel, que a magnifica posição d'esta cidade lhe destinava como rainha dos mares. Lisboa impunha-se; el-Rei acceitou-a; nada mais.

Formado o plano de ter a sua séde em Lisboa, era-lhe indispensavel residencia condigna. A Alcáçova moirisca dos antigos valis de Lissibona, desamparada, arruinada talvez, era mesquinho albergue para quem se habituara em França a luxuosas moradas Reaes. Os seus antecessores, que só de longe em longe vinham a Lisboa, tinham-se contentado com alguma poisada provisoria. Elle não. Fundou pois, segundo se crê, n'este cabeço, perto da velha Alcáçova, com boas vistas de mar, e algum jardim cheio de sombras, junto á egreja de S. Bartholomeu, que ali campeava desde mais de um seculo, uns paços para sua habitação.

Isso é o que se diz, e é bem verosimil; mas prova não a encontro.

Um documento do anno de 1279 (era 1317), feito a 17 de janeiro, apenas mostra ser datado «nas casas do Rei em Lisboa», mas não as designa: *apud*

[1] *Mon. Lus.*, t. v, fl. 78 v.

Ulixbonam, in domibus Domini Regis[1]*;* palavras que podem applicar-se a toda e qualquer residencia, effectiva ou interina.

Mas ha mais; no seu testamento, nem uma só vez allude el-Rei D. Affonso a fundação de paço em Lisboa; e dizendo auctores modernos, que, em 9 de outubro de 1261, nascera, no *paço de S. Bartholomeu*, o principe que veiu a ser o Rei D. Diniz, nunca até agora achei essa affirmação fundamentada em auctores antigos. Apenas elle proprio, el-Rei D. Diniz, n'uma escriptura velha allude ao seu nascimento e creação em Lisboa; *e disse mais*—palavras textuaes—*que não hauia conselho em todo seu Reyno com que ouuesse maiores dividos de bem, ca com o conselho de Lisboa, cá hy nacera e hy fôra criado e bautizado, e hy fôra Rey*[2].

Como se vê, não ha ahi a minima referencia ao tal decantado paço, nem sequer á freguezia de S. Bartholomeu.

Diz-se tambem, na fé de um dos auctores da immortal *Monarchia Luzitana,* que el-Rei D. Diniz doou a seu neto D. João Affonso, senhor de Albuquerque, em 1317, uns *paços Reaes* sitos na parochia de S. Bartholomeu, onde viveu o mesmo D. João; e conclue-se: esses paços Reaes eram os que fundara Affonso III, pae do doador.

Porquê? Onde se contém essa conclusão? Eis as palavras da *Monarchia:*

O sitio em que D. João Affonso viveu em Lisboa foi a parochia de S. Bartholomeu, na qual El-Rei

[1] *Mon. Lus.*, t. IV, pag. 498.
[2] *Mon. Lus.*, t. V, fl. 3 v.

seu avô (D. Diniz) *lhe deu uns paços que tinha, por carta feita em Lisboa a 18 de julho de 1317*[2].

O que apenas ahi diz frei Francisco Brandão é que o Rei deu de presente a seu neto *uns paços que tinha* em S. Bartholomeu. Ora como esse soberano era riquissimo em bens territoriaes, e como um palacio ou palacete pertencente a um grande se chamava paço, qualquer palacete d'el-Rei, doado a um particular da notoriedade de D. João Affonso, era *paço*. Isto *a priori;* mas procurando no Real Archivo da Torre do Tombo, como procurei, o documento da respectiva doação, o que se vê é unicamente isto: em 18 de julho de 1317 doou el-Rei D. Diniz ao dito seu neto umas suas casas, que possuia na freguezia de S. Bartholomeu, casas que tinham pertencido a um Vicente Martins, antigo thesoureiro do mesmo Rei, e nas quaes então morava João Simão, as quaes casas partiam com outras, que o dito João Simão tinha comprado a um tal Estevão Domingues, que fôra saquiteiro do mesmo Rei.

Pergunto: se essas casas fossem um paço edificado pelo illustre pae do doador, não havia isso por força de constar na carta? um paço Real, habitado por Affonso III, um paço Real em cujo recinto houvesse visto a luz o doador, designava-o esse doador apenas como *as minhas casas que eu hei na freguezia de S. Bartholomeu de Lisboa, que foram de Vicente Martins*[1]*?* Não, certamente não.

[2] *Mon. Lus.*, t. VI, pag. 219.

[1] Vide em nota no fim do volume a integra do documento fielmente copiado por mim na Torre do Tombo, na chancellaria respectiva. L. III, fl. 113 v.

Portanto o que se percebe é bem diverso do que se julgava: essa casa, em logar de ter sido herança de Affonso III passada a seu filho D. Diniz, passára de Vicente Martins (por compra ou deixa) para el-Rei, que a doou em 1317 a seu neto D. João.

Verdade é que el-Rei D. Diniz, o reedificador dos paços da Alcáçova, e o doador da citada casa na freguezia de S. Bartholomeu, habitava (ou habitou) na mesma freguezia um *palacio fronteiro á egreja para a qual tinha passadiço e tribuna* (palavras de João Baptista de Castro, citadas por mim pouco acima). Pode-se suppor, até certo ponto, que o paço doado seja este; mas nada prova que o fosse, nem que houvesse sido fundado por Affonso III.

Vieram, passados annos, as tristes desavenças entre o infante D. Affonso (Affonso IV) e seu meio irmão D. Affonso Sanches; os bens d'este em Portugal foram-lhe confiscados pelo seu antagonista depois de Rei; afinal firmou-se a paz entre ambos os contendores; e diz frei Raphael de Jesus, que, se bem não constem as condições do pacto, é certo ter D. Affonso sido reintegrado na posse dos seus bens, ficando comtudo residindo em Castella. Seu filho D. João Affonso é que passou logo para Lisboa, onde ficou vivendo, possuindo entre outros bens os *paços Reaes que el-Rei D. Diniz lhe doou no districto parochial de S. Bertholameu, anno de 1317, em que sempre viveu*[1].

[1] Palavras textuaes:

«... Tratou-se a paz; e de uma e outra parte se firmou o contracto. E ainda que nossos chronistas não especificam as condições do pacto, é certo que foi com o Infante ficar resti-

Nada d'isso prova que essa casa, em que D. João *sempre viveu,* fosse um paço fundado por seu bisavô; e (torno a perguntar) se o fosse, poderia admittir-se que a doação d'el-Rei D. Diniz não alludisse a tal e tão conspicua circumstancia?

Caducou a lenda. É pois forçoso reconhecer o seguinte:

1.º Não se sabe *ao certo* se el-Rei D. Affonso III fundou uns paços em S. Bartholomeu;

2.º Não se sabe *ao certo,* no caso de os ter fundado, se ahi nasceu el-Rei D. Diniz;

3.º O predio doado por el-Rei D. Diniz a seu neto D. João podia ser, e podia não ser, aquella casa historica.

O primeiro vestigio que se topa authentico de um paço Real na freguezia de S. Bartholomeu, e *a par* d'essa egreja parochial, ou *defronte* d'ella, remonta aos dias d'el-Rei D. Diniz; é certo; depois ha uma lacuna, e torna a apparecer-nos authenticamente documentada a existencia de um paço (que é bem possivel, e até provavel, fosse o mesmo), nos ultimos annos do seculo XV.

Esta é, quanto a mim, e salvo melhor juizo, a verdade nua e crua.

tuido em todos os bens patrimoniaes, de que fôra despojado. Fundo a affirmativa em que, supposto que o Infante D. Affonso Sanches ficou em Albuquerque, e viveu em Castella, seu filho D. João Affonso de Albuquerque veiu logo viver a Lisboa, possuindo no Reino os bens de seu pae, e entre elles os paços Reaes que el-Rei D. Diniz lhe doou no districto parochial de S. Bertholameu, anno de 1317, em que sempre viveu...»

Mon. Lus., parte VII, L. VI, cap. IV, n.º 4, (pag. 252).

CAPITULO V

Nos ultimos annos do seculo xv habitava no paço de S. Bartholomeu a Rainha D. Leonor.—Uma asserção de Damião de Goes.—Descendencia de D. João Affonso; conjectura-se que n'essa descendencia ficasse a herança d'elle.—Atreve-se o auctor d'este livro a apresentar a identidade do paço de S. Bartholomeu, e do de Santo Eloy.—Provas em que se funda.—Estuda-se, como reforço á argumentação, outro palacio visinho da egreja de S. Thiago.—Pertenceu aos Castros senhores do Paul de Boquilobo.

Sim; nos ultimos annos do seculo xv habitava nos seus paços de S. Bartholomeu a grande Rainha D. Leonor, viuva d'el-Rei D. João II. Logo veremos em que fundo a affirmativa. Attenhâmo-nos por ora aos principios do seculo xvi.

Quando em 1508 e 1509 ella planeava a fundação do seu Mosteiro, da primeira regra de Santa Clara, que veiu a erigir-se em Xabregas, tinha a mesma Rainha (segundo diz frei Fernando da Soledade na

sua *Historia Seraphica*[1] umas casas onde morava *n'esta cidade de Lisboa, situadas entre a egreja de Santo Eloy, e a parochia de S. Bartholomeu, que, por nobres e grandes, lhe pareciam proprias para o effeito do seu destino* (a fundação do mosteiro).

Essa noticia repete-a quasi pelas mesmas palavras outro chronista monastico, frei Jeronymo de Belem, e diz que, possuindo a Rainha *um palacio n'esta Côrte, entre a egreja de Santo Eloy, de conegos seculares de S. João Evangelista, e a parochia de S. Bartholomeu, n'elle delineou a fundação*[2].

Mas se estas affirmações não bastam, por serem de auctores do seculo XVIII e XVII, busquemos as de um coevo.

Narrando Damião de Goes um caso acontecido em 1512, e a que logo me referirei, pois dá muita luz para o problema que nos occupa, diz assim:

Sua Alteza (el-Rei D. Manuel) *acostumava ir muitas vezes visitar a Rainha D. Leonor sua irmã, que então poisava nos seus paços a par da egreja de S. Bartholomeu*[3].

Que significa isto? que valia teem essas palavras? teria a Rainha comprado a casa? tel-a-hia havido por doação? Tudo duvidas.

Que o predio não lhe estava alugado parece certo; devia ser propriedade da alludida senhora. Provar-se-hia com isto (se fosse prova concludente a affirmação de um auctor relativamente moderno): n'este mesmo predio projectou ella, como acima disse, fun-

1 Parte IV, Liv. I, cap. XVIII. (T. IV, pag. 65, col. 1.ª)

2 *Cron. Seraphica*, P. III, L. XIII, cap. I. (T. III, pag. 2, col. 1.ª)

3 *Chron. d'el-rei D. Manuel*, parte III, cap. XL.

dar um Convento de Religiosas reformadas da Ordem de Santa Clara. *Intentava fazel-o*—diz o auctor do —*Sanctuario Marianno*—*nas* «SUAS CASAS», *que estão defronte da egreja de S. Bartholomeu, junto a Santo Eloy*[1].

E n'outra parte repete o auctor a mesma affirmativa, dizendo que n'este palacio vivia a Rainha *quando se resolveu a fundar o convento das Religiosas capuchas da primeira regra de S. Francisco, a quem damos o titulo da Madre de Deus, em o valle de Xabregas*[2].

Como se está vendo, estes escriptores ecclesiasticos *todos*, homens doutos, applicados, e que tinham sempre á mão mil subsidios authenticos, concordam em que a Rainha habitava alli junto a Santo Eloy nos começos do seculo XVI e, seguindo a supra-indicada asserção de Goes, tambem concordam (ao que se figura) em que o predio pertencia á augusta moradora.

Mas vamos devagar e cautelosamente.

*

Aqui vae uma conjectura:

O supra-mencionado D. João Affonso, senhor de Albuquerque, neto d'el-rei D. Diniz, foi, como disse, dono e habitante do tal famoso predio em S. Bartholomeu. Passaram os seus haveres a seu filho D. Fernando Affonso de Albuquerque.

[1] T. I, pag. 125.
[2] T. VII, pag. 136.

D. Fernando Affonso não casou, mas de uma senhora ingleza, por nome Laura, teve duas filhas: D. Joanna de Albuquerque, e D. Thereza de Albuquerque.

D. Thereza (para encurtar razões) teve por bisnetos a

Pedro de Albuquerque (que se achou implicado na conjuração do Duque de Vizeu, e foi degolado, confiscando-se-lhe os bens); e mais, além de outro, que não teve geração,

Lopo de Albuquerque, Conde de Penamacor por graça d'el-Rei D. Affonso V em 1476, copeiro-mór, etc. Este Lopo, desavindo tambem com el-Rei D. João II (como toda a gente) passou por conjurado, e fugiu para Inglaterra. Foram muitas as diligencias que fez o vingativo Soberano para o alcançar, mas baldadas. Veiu Lopo de Albuquerque a fallecer em Sevilha, e d'elle existe descendencia muito illustre[1].

O leitor já vae ver para que eu trouxe isso tudo.

Como quartos netos de D. João Affonso, senhor de Albuquerque, deviam estes dois, Pedro e Lopo, possuir provavelmente, ainda em dias d'el-Rei D. João II, a tal casa de S. Bartholomeu, que, segundo já contei, fôra doada por el-Rei D. Diniz a seu neto. Confiscados os bens de Pedro e Lopo, entraria no confisco este predio[2]. Seria ousadia suppor-

[1] Veja-se Ruy de Pina, *Chron. de D. João II,* cap. XXXIV.— Garcia de Resende, *Vida e feitos*, etc., cap. LXXIV.

[2] Como idéa associada direi que possuo, por favor do meu joven e estudioso amigo, o sr. Gabriel de Almeida Santos, filho do sr; barão de Almeida Santos, copia de um contracto de

se que fosse então doado, pelos annos de 1487 ou 88, á Rainha D. Leonor? Sendo assim, a Rainha entrava na posse do predio que el-Rei D. Diniz possuira, e onde habitara.

Com effeito, como acima disse, só no tempo d'essa Soberana é que se ouve nos livros velhos menção de tal residencia; e não é inverosimil que um palacio proximo, como este, á Alcáçova, fosse habitado pela viuva d'el-Rei D. João II, e (direi mais) pela mesma senhora ainda em vida de seu marido (como logo demonstrarei á evidencia).

*

Agora apresentarei aqui pela primeira vez uma atrevida persuasão em que ando ha muito: o paço de S. Bartholomeu não é outro senão o de Santo Eloy; duas designações da mesma casa. Prova:

A phrase de Damião de Goes *a par da egreja de S. Bartholomeu* parece caracterisar ao certo o sitio da casa; isto é, colloca-a na visinhança muito proxima da parochial de S. Bartholomeu. Mas como este templo ficava tambem muito visinho do Convento de Santo Eloy (os Loyos), não estará isto revelando identidade entre os dois paços?

Os depoimentos escriptos dão a Rainha D. Leonor possuindo, pelos mesmos annos pouco mais ou me-

aforamento de certo terreno a um Diogo da Silva, terreno que ficava defronte das casas onde vivia o dito Diogo, e no qual fôra a casa de Lopo de Albuquerque, confiscada pelo Rei. Tem a data de 15 de julho de 1550. O original pertence ao mesmo sr. Gabriel de Almeida Santos.

nos, o paço *de S. Bartholomeu* (haja vista em 1512 Damião de Goes), ou o paço *de Santo Eloy* (haja vista o auto do casamento do Duque D. Jayme no anno de 1500, onde se lê: *as casas da Rainha D. Leonor nossa senhora, que estão junto com Santo Eloy*[1]. Depois vieram escriptores, que, embora não já contemporaneos da Rainha nem do paço, eram homens instruidos e versados em antiguidades; e lemos por exemplo no *Sanctuario Marianno*[2], que a Rainha D. Leonor tinha *as suas casas, que estão defronte da egreja de Sam Bartholomeu, junto a Santo Eloy;* ou na *Historia Genealogica da Casa Real*[3], que morou *junto á egreja de Santo Eloy;* ou na *Chronica Seraphica:* que possuia *um palacio n'esta Côrte entre a egreja de Santo Eloy... e a parochia de S. Bartholomeu*[4]*;* ou na *Historia Seraphica: que tinha umas casas onde morava... entre a egreja de Santo Eloy, e a parochia de S. Bartholomeu*[5].

Qualquer d'esses auctores citados, ou frei Agostinho de Santa Maria, ou D. Antonio Caetano de Sousa, ou frei Jeronymo de Belem, ou frei Fernando da Soledade, conhecia bem Lisboa, conhecia Santo Eloy e S. Bartholomeu, egrejas muitissimo proximas uma da outra, e apenas intervalladas por uma rua. Portanto, tudo leva a crer que todos elles se referiam á mesma casa a que se referia Goes, e o citado documento coevo.

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. IV, pag. 17.
[2] T. I, pag. 125.
[3] T. V, pag. 493.
[4] T. III, pag. 2.
[5] T. IV, pag; 65.

E se assim é, como julgo; se todos esses escriptores designam com o titulo de dois Santos diversos um e o mesmo palacio; se o dito palacio da Rainha tinha um passadiço para Santo Eloy (edificio mais moderno que a egreja de S. Bartholomeu) como d'antes o tivera para S. Bartholomeu; se tudo isto tem visos de verdade, parece estar achado o sitio exacto de residencia tão celebre. Note o leitor uma coisa antes de mais nada: teriam razão a um tempo duas pessoas, das quaes uma dissesse que o palacio Marialva (casebres do Loreto, hoje praça de Luiz de Camões) ficava junto á egreja do Loreto, e a outra affirmasse que ficava junto á da Encarnação.

Dir-se-me-ha: Não poderia a Rainha morar em duas e até muitas casas durante a sua viuvez?

Respondo: de certo que podia; mas a circumstancia de nol-a mostrarem contemporaneos seus morando a par de Santo Eloy, e a par de S. Bartholomeu (o que tudo, referindo-se aos mesmos annos, e n'uma area tão restricta, parece uma e a mesma indicação) leva-me a concluir que os dois paços em questão não podem deixar de ser um só.

A identidade entre o paço da Rainha D. Leonor e o d'el-Rei D. Diniz com o *passadiço* para S. Bartholomeu, essa já o meu mestre e respeitavel amigo o sr. Vilhena Barbosa a tinha adoptado, e muito bem[1].

E note-se outra minucia: na phrase que citei pouco acima, transcripta do *Sanctuario Marianno,* onde o auctor menciona as casas da Rainha, escreve em 1707: *as suas casas, que estão defronte da egreja de S. Bar-*

[1] *Archivo Pitt.,* passim.

tholomeu; diz positivamente *que estão,* e não que *estavam,* que *foram,* ou *que se diz terem sido*; diz *que estão*; logo, ainda em 1707 toda a gente (ou pelo menos a gente douta) sabia onde era o predio da Rainha. D'então para cá deixáram perder essa noção preciosa.

Agora paremos aqui, e estudemos uma circumstancia topographica importante, que vae contribuir para a lucidez dos futuros argumentos.

*

O leitor conhece a egreja de S. Thiago. Este templo tem a sua frente para a rua de S. Thiago, a que Antonio Carvalho da Costa chama *rua larga defronte da egreja que vae dar ao convento dos Loyos*, João Baptista de Castro *rua larga que vae da egreja de S. Thiago para os Loyos,* e o tombo da Cidade designa por *Largo grande de S. Thiago.*

Essa rua pega pelo nascente, junto ao templo parochial, com o largo do Contador Mór. Na esquina ha um enorme predio, de nobre e grande apparencia, onde está uma Escola municipal, d'essas muitas que por ahi pululam agora. Não se crê o trabalho que me tem dado esse predio, para afinal tirar das minhas investigações pouquissimo resultado. Que é edificação antiga, é bem certo; já o aspecto geral o demonstra, com uma especie de torre a um lado; e confirma-o a grandeza d'aquellas divisões todas, reformadas (está-se a ver) no seculo XVII ou no XVIII.

Quem entra na loja do dito palacio, supplicando humildemente licença para isso ao porteiro, que na

sua magnanimidade a concede em hora de bom humor, pode vêr, no primeiro patamar da mesquinha escada de serventia para as salas, uma graciosa misula, que sustenta a volta redonda do arco em nervuras ou ribetes; tudo muito caracteristico, se bem que emplastrado em tinta a oleo. Essa mísula, por fórma nenhuma mais moderna que a primeira metade do seculo XVI, e talvez sessenta ou setenta annos mais antiga, tem na sua face inferior um pequenino escudete de armas, que facilmente se percebe ser o dos Castros de seis arruelas, com quanto as arruelas pareçam á primeira vista seis grossas cabeças de prego; escudete precioso, que (á falta de outras indicações, que, por mais que diligenciei, pedi, e suppliquei, não pude obter) nos vae dar um clarão de luz electrica n'estes escurissimos assumptos.

Aquellas seis arruelas são nada menos que o indicio certo de que o predio pertenceu a um ramo da familia Castro; mas qual? Damião de Goes é que por incidente m'o deixou entrever, e as minhas porfiadas diligencias completaram o mais; esse ramo era o dos senhores do Paul de Boquilobo, cuja linha veiu a entrar na dos Marquezes de Nisa. Aqui abre-se uma historia necessaria. Eu conto.

CAPITULO VI

Apresenta-se aos olhos do leitor um caso interessante de 1512. —Justiça d'el-Rei D. Manuel.

Foi o segundo senhor do Paul de Boquilobo um D. Alvaro de Castro, governador da Casa do Civel em tempo d'el-Rei D. Manuel, védor da fazenda d'el-Rei D. João II, homem de muita auctoridade na Côrte, e cuja personalidade, vivaz e original, ainda hoje se destaca, em todo o seu brilho, das paginas dos chronistas coevos. Com que immensa verdade o não retrata Damião de Goes, por exemplo, pintando-o *muito cortesão, grande motejador, e mui eloquente no falar! tanto, que onde quer que estava, faziam roda de homens que chegavam para o ouvir.*

Está-se a perceber o personagem: sempre gracioso, sempre com o troco e o sorriso, narrando bem, aproveitando as anecdotas veridicas, salgando-as, talhando o discurso ás posses do auditorio, e polvilhando o dialogo com a brilhante grangeia do epigramma de

sala. Esses homens assim, revivem depois nos livros dos Valerios Maximos de todos os tempos.

Tinha grande casa D. Alvaro de Castro, com muitos creados, e numerosas donzellas e *escravas brancas* do serviço de sua mulher. Esta era D. Leonor de Noronha, filha do Conde de Abrantes D. João de Almeida, senhora de muito sizo e virtude, de que deu provas.

Entre as suas escravas brancas havia uma muito formosa, a quem ella estimava sobre-modo, e a quem requestava um pobre rapaz, d'aquelles muitos que se creavam á boa sombra dos grandes. Fosse pelo que fosse, desagradaram taes amores a D. Alvaro e a D. Leonor, e viu-se o infeliz amador despedido, e prohibido de tornar.

Ateou-se a labareda dos amores contrariados; continuaram os dois correspondendo-se, a ponto que teve D. Alvaro denuncia de que lhe entrava sorrateiro em casa o atrevido e constante mancebo. Postas espias, não tardou o triste em ser colhido certa noite, em que, do jardim para a varanda, ou de algum eirado escuso, conversava á luz das estrellas com a misera e gentil dona dos seus pensamentos. Foi um reboliço no palacio. Agarrado o intruzo, esbravejou D. Alvaro ferido no seu orgulho; e, mandando vir os moiros do serviço da sua estrebaria, ordenou-lhes que açoitassem para escarmento, e sem dó nem piedade, o imprudente infractor das suas immunidades. Tão bem, e tanto á moirisca, o açoitaram os moiros, que o desgraçado ficou todo uma chaga; não tinha sitio no corpo, que não gottejasse sangue. Escorraçado para a rua, fechados os portões, e dado

este exemplo sanguinario pelo orgulhoso governador da Casa do Civel, recahiu o palacio e a rua no socego habitual d'aquelle bairro.

*

Mas o cruento drama era em meio—como diria o Poeta. Era o justiçado filho de boa gente; o sangue, que lhe escorrera dos vergões das azurragadas moiras, se não era azul, não era eivado de mácula; tinha a triste victima de D. Alvaro certos parentes limpos, e até empregados no Paço, os quaes, ao saberem do acontecido (e souberam-n'o logo), prometteram empenhar-se quanto podessem em favor do injuriado, cuja affronta os salpicava a elles todos em geral. Se bem o prometteram, melhor o cumpriram; e quando á seguinte manhã, no paço da Ribeira, sahia el-Rei D. Manuel dos seus aposentos para a capella a ouvir Missa, impelliram ao seu encontro, n'uma evidencia supplicante, n'uma humildade tragica, um pobre homem embuçado n'uma capa, e que, ao acercar-se do seu Rei, se desembuçou, e em lagrimas lhe disse, mostrando nus o peito e as costas a escorrer sangue:

—Senhor, *ecce homo!* eis a justiça que em mim mandou fazer o vosso governador da Casa do Civel.

—Porquê?—perguntou el-Rei parando e commovido.

—Por me achar falando com uma sua escrava.

Mandado agazalhar o homem, indagados n'um relance os principaes pormenores, e ouvida Missa, onde sem duvida consultou el-Rei muito com a sua con-

sciencia, chamou o senhor D. Manuel a André Pires Landim, seu escrivão da camara; ordenou-lhe então fosse ter com D. Alvaro de Castro, e lhe dissesse da sua parte que se considerasse suspenso do seu officio de governador, ficasse preso em casa até nova ordem, e entregasse logo a André Pires quinhentos cruzados para serem dados como indemnisação á victima dos seus intempestivos furores.

Quando André Pires se fez annunciar a D. Alvaro, sahiu-lhe este logo, risonho e cortesão, como costumava, perguntando desprecatado:

—André Pires, que boas venturas me entram hoje em casa com a vossa visita?

—Senhor—tornou com modo triste o emissario—eu bem vos quizera trazer recado mais de vosso gosto do que trago.

E disse a que era vindo.

Ficou petrificado D. Alvaro, e respondeu com ar serio e concentrado, depois de alguns instantes de silencio:

—Pois que el-Rei manda, tudo cumprirei sem falta. Agora quanto ao dinheiro, não ha tanto de contado n'esta casa; mas aguardae vós, que sobre penhores o mandarei buscar.

Entregue a quantia dos quinhentos cruzados, somma grande para então, e que hoje equivaleria a réis 1:080$000, despediu-se Landim, não pouco magoado da commissão.

*

Mandou logo chamar D. Alvaro a casa os seus principaes parentes, que eram Castros, Limas de Vil-

la-Nova de Cerveira, Almeidas de Abrantes, e outros, e expoz-lhes o acontecido. Faz-se idéa da magna conferencia. Todos á-uma tomaram as dores do offensor, dando-lhe honras de victima da crueza d'el-Rei; e assim como os parentes do amante da escrava se tinham unido na defensa d'elle, tambem os do governador da Casa do Civel confraternisaram todos no mesmo pensamento de pugnar pelo seu consanguineo.

E elles ahi vão em grupo cerrado ter com el-Rei. Estranharam-lhe o rigoroso castigo, com que assim se amesquinhára e abatêra a fidalgo de tal grandeza; mas baldou-se-lhes a eloquencia, porque el-Rei foi inflexivel, e respondeu atalhando-os:

—Ainda que D. Alvaro fôra rei, não devia fazer justiça em sua casa, mas só promovel-a pelas vias ordinarias. O castigo que lhe dei, ainda me parece brando para o que elle merecia. Ide-vos todos em boa hora; farei a justiça que melhor me parecer.

Com esta resposta firme e digna ficaram muito aggravados os requerentes, a ponto que alguns até deixaram de mostrar-se no Paço, onde aliás, segundo os seus cargos, lhes cumpria apparecer. Foi uma especie de protesto; uma rebellião quasi patente. Dois filhos de D. Alvaro, moços-fidalgos d'el-Rei, D. Fernando, o mais velho, e D. João, não compareceram mais ao serviço da meza do seu senhor. A ousadia d'estas manifestações está a revelar o espinho que pungia aquellas almas; e no meio d'isto tudo, escabujava de furia, na sua prisão humilhante, o impetuoso senhor do Paul de Boquilobo.

*

Uma tarde, estando el-Rei merendando, ou ceando, junto de uma janella do paço, viu andarem a galopar no Terreiro dois rapazotes, que lhe pareceu reconhecer. Affirmou-se, perguntou, e soube que eram D. Fernando de Castro, e D. João, os desertores. Não se poude conter a uma tal provocação; e chamando o seu mordomo mór, Conde de Tarouca D. João de Menezes, prior do Crato, os mandou riscar dos livros das moradias.

Esta severidade ainda doeu mais á familia do que as antecedentes. Lá vem de novo a turba da parentella representar a el-Rei contra taes providencias, allegando os longos serviços da casa de Castro ao Rei e ao Reino, e em especial os de D. Alvaro. Recebeu-os el-Rei carrancudo, disse-lhes que faria justiça segundo a entendesse, e ordenou-lhes que se retirassem.

Por este lado estava tudo perdido; o desengano era terrivel. Acabada a missão dos homens, entrou, com a sua missão toda conciliadora, a mulher; tomou a si D. Leonor de Noronha a desgraça de seu marido, e determinou revolver ceos e terra. A mulher é sempre a mesma: sempre o Anjo da guarda, sempre a missionaria da paz. A sua bondade é astucia; a sua astucia é amor.

*

Um dos que mais privavam com el-Rei era Fructuoso, ou Frutos, de Goes, irmão do celebre chro-

nista; homem do mundo, caracter conciliador, a quem n'este caso coube o engraçadissimo papel de intrigante do bem, mexeriqueiro no bom sentido, enredador da harmonia domestica. Tambem os ha. Já o leitor vae vêr a abençoada doblez do nosso amigo Frutos.

Um dia recebeu elle um recado em segredo, da parte de D. Leonor, pedindo-lhe que, se isso o não incommodasse, tivesse a bondade de lhe ir falar a casa. Não se demorou Frutos de Goes, e correu aos pés da nobre dona.

Sagacissima de natureza, previu ella que mais podia n'um caso difficil, como este, uma figura secundaria, um simples guarda-roupa d'el-Rei, do que todo o entono dos grandes senhores, que, mais aggressivos do que humildes, tinham até alli blazonado apadrinhar a questão. Confiou-se toda ao valído; expoz-lhe lavada em lagrimas a humilhante posição do seu Alvaro, o desdoiro dos filhos, a amargura d'aquella casa toda, assim enluctada pela severidade d'el-Rei, d'el-Rei sempre benigno para todos, e agora tão aspero para tão leal servidor; e por fim pediu conselho.

Respondeu o guarda-roupa, depois de meditar, que nunca se atreveria a falar a seu amo em tão melindroso assumpto, mormente attendendo ao pessimo resultado das duas embaixadas dos fidalgos; mas que, bem conhecedor do genio d'elle, sabia, de raiz, que o modo de o vencer era empregar brandura, e não asperezas; que lhe parecia estar tudo nas mãos d'ella D. Leonor.

—Nas minhas? prouvera a Deus que estivesse!

—Está, senhora minha.

—E como?

—Eu vol-o digo. Não vem el-Rei visitar muitas vezes aqui, ao-pé da vossa casa, sua irmã a Rainha viuva D. Leonor, nos seus paços a par da egreja de S. Bartholomeu?

—Vem; e depois?

—Quando perceberdes que chegou el-Rei, ide n'um prompto a casa da Rainha. Sabeis que algumas vezes costuma elle pedir agua, e conservas doces, que lhe são servidas por alguma das damas presentes. Servi-o vós, senhora, e pedi á Rainha que, como coisa sua, interrogue seu irmão sobre os termos em que se acham os negocios de meu senhor D. Alvaro. Nada mais. Entregae o resto a Deus, e crede que é grande o desgosto de Sua Alteza; muito grande!

Agradeceu D. Leonor o alvitre, e prometteu seguil-o.

Aqui principia o chocalheiro o seu bonito papel. Foi-se ter com el-Rei, contou-lhe tudo em confidencia, e ambos riram muito, porque a verdade é que o desejo do Soberano era poder perdoar. Era de veras amigo de D. Alvaro; e em summa: faziam-lhe falta, lá nos seus serões, e no seu conselho, e nos seus passeios pelo rio, e nas suas alegres merendas, o talento, a conversação chistosa, o rosto vivo e prasenteiro, do seu governador da Casa do Civel. Ficaram entendidos, o amo e o guarda-roupa, e começaram a trabalhar de accordo.

*

Uma tarde proxima, ouviu D. Leonor, lá do interior dos seus aposentos, subirem a rua de S. Thiago as charamellas annunciando el-Rei. Não tardou em sahir á pressa, e apresentou-se na casa da sua Real visinha.

O senhor D. Manuel, amabilissimo como sempre, esteve em grande conversação com sua irmã, disfructou das janellas o Tejo, que estava lindo, falou, riu, e afinal, com modo intencionalmente distrahido, pediu o classico copo de agua.

Oh! como palpitou áquelle pedido de agua e doces o coração affectuoso de D. Leonor de Noronha! Correu a buscar a merenda; e de salva na mão ajoelhou aos pés do Monarcha, pallida, com os olhos humidos de lagrimas. Queria fazer-se forte; e a boa Rainha, que entrava na conspiração, e tencionava talvez, quando achasse occasião propicia, dirigir a seu irmão alguma pergunta capciosa, estava passada, e com immenso dó da sua dama. O Rei, que percebia tudo, e as estava embaçando a ambas com muito chiste, era quem mais indifferente se mostrava. Que scena!

De repente, olhando com a maior naturalidade para D. Leonor, perguntou-lhe como estava D. Alvaro, pois tinha ouvido que não se achava bem. Respondeu ella em voz tremula, que a doença do marido, só Deus e Sua Alteza a podiam curar. E debulhou-se em pranto.

—Vamos, vamos, socegae;—tornava el-Rei, co-

mendo uma succulenta laranja doce de Setubal—tudo se ha-de fazer pelo melhor.

....

*

Ao outro dia contou el-Rei o succedido a Frutos de Goes, e combinou com elle o modo de acabar este estado impossivel de coisas.

Foi logo Frutos a casa de D. Alvaro, e pediu-lhe da parte de seu amo, que á hora da sésta fosse falar com elle ao paço, mas só, e sem parente nem apaniguado. Pergunto eu ao leitor se lhe parece que D. Alvaro faltasse ao chamamento; responde-me de certo, que lhe parece que não faltaria. Diz muito bem.

El-Rei foi ternamente grave com D. Alvaro; e em quanto elle se lhe deitava aos pés, e lhe beijava affectuoso a mão, exprobrava-lhe o Soberano em tom paternal os seus desmandos e rancores, e dava ordem para que o pae e os dois pequenos fossem reintegrados todos tres nos seus logares. Frutos de Goes espreitava de certo a scena atraz de um reposteiro. Vou apostar.

*

Ahi fica em poucos traços um esboceto da justiça branda, e ao mesmo tempo severa, d'el-Rei D. Manuel. Copiei-o (muita vez formaes palavras) da Chronica de Damião de Goes[1]. É um quadro de costumes; não podia desprezal-o n'este livro.

[1] P. III, cap. XL.

CAPITULO VII

O que veiu provar a anecdota do capitulo antecedente?—A casa da esquina da rua de S. Thiago para os Loyos, habitada hoje pelo sr. Cunha Porto.—Examina-se esse vetustissimo predio.—Vestigios de um passadiço para a demolida egreja de Santo Eloy.—Palavras de frei Francisco de Santa Maria. —N'essa casa devia ter sido o paço de S. Bartholomeu e Santo Eloy.—A rua das Damas.

Mas não foi só como quadro de costumes da côrte portugueza, que escrevi o que ahi fica; foi sobre tudo, porque do que ahi fica já o estudioso colligiu a proximidade em que, segundo o testemunho irrecusavel de Damião de Goes, estava o palacio de D. Alvaro de Castro do paço de S. Bartholomeu.

Ora o palacio de D. Alvaro era, como disse, na esquina do actual largo do Contador Mór para a rua de S. Thiago. Já Christovão Rodrigues de Oliveira dá ahi mesmo, n'essa freguesia de S. Thiago, o sitio chamado *Terreiro das Casas do Governador,* que é uma parte do que hoje dizemos largo do Contador,

e tirava nome d'este Castro, *Governador* da Casa do Civel. Está perfeitamente caracterisado o palacio. Logo, devemos ir procurando o paço da Rainha ahi na visinhança muito proxima.

—Onde?—pergunta ancioso o leitor, cançado de toda esta laboriosa argumentação.

Eu lh'o digo, mas não quero para mim a gloria *toda* do descobrimento; não me pertence.

O mais a que me parecia ter chegado era (quando muito):

1.º—identificar até certo ponto os famigerados paços de Santo Eloy e S. Bartholomeu;

2.º—achar o palacio de D. Alvaro de Castro, e, aproximando d'elle as palavras de Goes, pôr-me a tactear no escuro, procurando ao-pé d'esse predio, para o lado ou para cima, o paço da Rainha D. Leonor de Lencastre.

Consultava escriptores que se tinham occupado do assumpto, e essas consultas (devo confessal-o) enchiam-me de confusões. Por exemplo: um artigo anonymo intitulado *O Castello de S. Jorge*[1], e em cujo auctor julgo reconhecer nada menos que o sr. Vilhena Barbosa, inclina-se a que o paço de S. Bartholomeu fosse onde hoje vemos (muito renovados, é claro) os dois palacios grandes do largo do Contador Mór; e eu objectava, de mim para mim, que a distancia a que ficavam da egreja de S. Bartholomeu impedia o passadiço, que aliás se dava como certo.

Tive momentos de incerteza incommodissima, e de muita amargura.

[1] Publicado no jornal de 1842 *Universo pittoresco*, t. II, pag. 115.

*

Senão quando, uma tarde, no dia do Corpo de Deus de 1888, visitando o meu amigo o sr. José da Cunha Porto, na sua bellissima residencia da rua de S. Thiago n.º 24, esquina dos Loyos, elle teve a bondade de me dar parte das conjecturas que formava, e que o habilitavam a suppôr que tivesse sido alli, n'aquelle nobre predio senhoril, o paço de Santo Eloy. E n'isto tudo eramos ambos encaminhados pela fina intelligencia de outro amigo, o sr. Julio Carlos Mardel de Arriaga, alli presente, e que tambem se dera ao estudo detido da materia.

Ao principio não acceitei a hypothese; mas, de investigações em investigações, foi entrando commigo a persuasão; e hoje mantenho-a, e defendo-a.

De mais a mais (isto foi de muito pezo para mim) os dois investigadores não eram *les premiers venus*; eram homens instruidos, amantissimos da antiguidade, e dedicados a ella. As salas e os gabinetes do sr. Cunha Porto dão d'isso documento; são primorosos museus, organisados com o mais fino gosto. Desde a loja, a baixo da escadaria, onde encontrâmos uma rica liteira antiga, que alli está como se se acabasse de apear d'ella alguma elegante seiscentista; desde a sala de entrada, onde soberbas armas velhas, entre moveis severos, cofres do seculo XV, cadeiras preciosas de coiro imprensado, nos predispõem com muita arte para o que a deante nos espera; desde esse salão grave, onde os brandões, erguidos em vetustos candelabros colossaes de ferro, dizem com o estylo da ornamentação e a côr som-

bria dos estofos; desde essa sala, digo, até á risonha sala á Luiz XV, ou á formosa sala á Luiz XVI, onde os carcéis de Sèvres mais authenticos allumiam os magnificos retratos em miniatura dos dois Regios Guilhotinados; tudo, afinado pelo gosto do dono da casa, nos transporta para bem longe do nosso tempo, e nos dá a impressão singular de um museu *sui generis*. Porque é preciso observar uma coisa: aquella residencia não é um basar, nem é um vulgar museu. Com um supremo tacto de homem elegante, o sr. Cunha Porto manteve-se nos limites, e não fez (como muitos) de uma sala um armasem de ferro-velho, nem de um museu um gabinete. Não; aquillo são salas, illuminadas pela intelligencia de um apreciador, mas são salas; ha a comprehensão do todo, e a comprehensão dos pormenores. Tudo está no seu logar; tudo tem o seu motivo, e a sua historia, que o amavel cicerone nos conta, o que realça ainda a valia dos objectos.

Trago isto tudo muito de proposito: para mostrar como o espirito do sr. Cunha Porto se compraz no estudo das velharias, e quanta diligencia teriam posto, elle e o sr. Mardel, nosso commum amigo, na averiguação da authenticidade do paço da Rainha D. Leonor.

Vamos por partes.

É ou não é aquelle predio antiquissimo? é de certo. A data que tem sobre o portão,—1682—, relativamente moderna, mostra apenas que houve n'esse anno consideraveis obras de reconstrucção, que ainda assim não apagaram alguns vestigios muito velhos, que por dentro da casa se observam. Esses vestigios

podem bem ser do seculo XV, ou talvez anteriores alguns.

Ha um claustrosinho interior (por outra, uns fragmentos de claustro) que hoje pertence ao predio contiguo, com uns restos de arcadas preciosas. Ha nos ricos madeiramentos das portas, que ultimamente eram pintalgadas a oleo, mas que estão convenientemente desnudadas, uns lavores de antigo desenho. Ha azulejos de grande vetustez. Ha uma cisterna antiquissima. Ha umas portas almofadadas em não sei que armarios, que devem ter seculos. Em summa: aquelle palacio, restaurado por mão poderosa no seculo XVII, e á moda mais primorosa da era, traz em si mesmo, no todo e nos pormenores, signaes mais que evidentes de ter sido morada altamente aristocratica, se não principesca, ha uns quatro seculos, ou mais.

Aceito isto, prosigâmos.

A sua posição, mesmo ao lado da egreja do Convento dos Loyos, justificava um passadiço, que, saltando n'um arco sobre a rua, fosse dar na capella mór da mesma egreja. D'esse passadiço, que (segundo João Baptista de Castro) só de uma parte pertencia á freguesia de S. Thiago, porque a outra era da confinante freguesia de S. Bartholomeu, d'esse passadiço, a que se referem, n'esta ultima freguesia, o mesmo Castro, e tambem Carvalho da Costa, fala muito especificadamente a Chronica dos Loyos. Querem ouvir?

Ha n'esta egreja (dos Loyos) *dois córos, que respondem ás duas naves;*—diz em 1694 frei Francisco de Santa Maria;—*no que fica da parte da terra re-*

sam os nossos Conegos; o outro serve de ante-côro, e antigamente se chamava, e ainda hoje se chama, o côro «DAS RAINHAS,» *porque n'elle vinham assistir as pessoas Reaes aos officios divinos, que sempre aqui se celebraram com grande magestade e perfeição; e nomeadamente a Rainha D. Leonor, mulher d'el-Rei D. João II, a qual, das casas onde morava* (note-se), *defronte de S. Bartholomeu, tinha* PASSADIÇO *para o convento, e assistia quasi perennemente no côro sobredito*[1].

Note-se que o citado chronista do *Ceo aberto na terra* não fala em passadiço algum do predio para a egreja de S. Bartholomeu, egreja que ainda existia então; refere-se só ao passadiço para Santo Eloy. É bem verosimil uma coisa: houvera passagem do velho paço, ainda no tempo d'el-Rei D. Diniz, para S. Bartholomeu, templo anterior a esse paço. Depois, em *casas proprias* que possuia n'esta parochia, edificou D. Domingos Annes Jardo um hospital em 1286. Esse hospital, que até aos dias d'el-Rei D. Affonso V (regencia do Infante D. Pedro) se conservou com a instituição primitiva, foi doado em 1442 aos Religiosos de S. João Evangelista, edificando-se o nobre e vasto Mosteiro que todos sabem, defronte de S. Bartholomeu[2].

Tornado inutil o passadiço para S. Bartholomeu, desde que se levantou o esplendido templo dos Loyos, ao qual a velha parochial ficou suffraganea quando o seu padroado passou para o Mosteiro, as nobilissimas

[1] *O ceo aberto na terra*, pag. 438 e 439.
[2] *Mon. Lusit.* T. v, pag. 96 v. (L. XVI, cap. XXXIX.

festas dos conegos de S. João Evangelista chamaram a attenção das Rainhas, D. Leonor de Lencastre, quem sabe até se D. Isabel de Coimbra, e fez-se do paço para o Mosteiro dos Loyos o famigerado passadiço a que vimos alludia frei Francisco.

Não serão vestigios claros do dito passadiço os que lá me mostraram ao longo da parede do pateo ajardinado, passadiço cujo extremo norte é hoje um gabinete (mais corredor que gabinete), e vae communicar com o interior da habitação do sr. Cunha Porto?

O leitor pouca idéa pode formar d'isto tudo não conhecendo bem os sitios; mas o plano junto o auxiliará.

E perguntarei por ultimo: não quadrará perfeitamente a este predio a indicação que dá o Sanctuario Marianno, e que referi pouco acima? lembre-se o leitor: junto á egreja de Santo Eloy, e defronte da de S. Bartholomeu. É tal qual.

Verdade seja, que o *Theatrum urbium* de Braunio, na gravura que reproduzi n'um dos meus antecedentes volumes, mencionando entre os paços Reaes os de Santo Eloy sob o numero 4, os colloca visivelmente á esquerda de quem sobe a rua larga em frente de S. Thiago, isto é no lado opposto á casa do sr. Cunha Porto, talvez pelo sitio da casa dos condes de Tentugal, que hei-de logo examinar minuciosissimamente. Ora isso transtornaria de um modo diabolico a argumentação, se um plano tão vago como é aquelle podesse ter indisputavel veracidade. N'essa minucia claudicou o desenhador, ou os seus informadores; ou (quem sabe?) houve mera confusão do paço

PLANTA (APROXIMADA) DO FRAGMENTO DE LISBOA COMPREHENDIDO ENTRE O CHÃO DA FEIRA E S. THIAGO.

(PAG. 58_)

de Santo Eloy com aquell'outra casa, paço que foi do Cardeal D. Henrique, segundo mostrarei. Essas confusões são frequentes nos variadissimos planos e vistas antigas que possuo.

O que me parece mais que provavel é que a proxima rua *das Damas*, que forma o limite norte-occidental do longo quarteirão orlado a sueste pela rua de S. Thiago, aquella rua das Damas já mencionada em 1552 pela Estatistica manuscripta da Bibliotheca, a rua das Damas ainda hoje tão sombria, com o seu ar recolhido e austero, com as suas paredes altas, o seu silencio profundo, e as suas gelosias a sombreal-a, seja o vestigio derradeiro dos destinos do predio que examinei. Conservou-se por ventura esse vestigio no precioso archivo (tão despresado!) da tradição popular.

Todos sabem que havia nos paços antigos dos nossos Reis uma parte separada para habitação das Damas de varias cathegorias que serviam as Rainhas e Infantas; havia até porta especial para esse recinto, chamada *portaria das Damas*; um guarda denominado *porteiro das Damas*; e penas severas (como a seu tempo veremos) a quem transposesse esses hombraes. Pois de tudo isso, tenho eu para mim que é documento espedaçado esta archeologica e pittoresca *rua das Damas,* assim como o teria sido talvez o *beco das Damas* na freguesia de Santa Justa, por causa do paço dos Estáos, e assim como ainda hoje no *paço velho* da Ajuda ha o *pateo das Damas castelhanas*, recordando indubitavelmente as creadas do serviço da Rainha D. Marianna Victoria, ou da Princesa Real D. Carlota Joaquina.

Ha ruas de capa e espada, como as ha de mercancia e balcão. Ha ruas que brilham á luz do dia, como as ha que estão pedindo as chapadas luminosas de um luar de agosto a horas mortas. Ha a rua burgueza, a rua religiosa, a rua fidalga, a rua trabalhadora, a rua proletaria, a rua campestre, a rua maritima. Pois a rua das Damas, para mim seu antigo bairrista, para mim que a tenho cruzado como entendedor, recompondo em espirito os quadros a que ella se presta como scenario, e deleitando-me em ouvir passar por ella umas guitarras da meia noite, para mim visionario incorrigivel, a rua das Damas (apesar de muito alterada n'estes annos ultimos) é cavalleirosa, pensativa, e triste, como alguns capitulos de Fernão Lopes. Dizia bem á espalda de palacios: o dos Condes do Vimieiro, o dos senhores do Paul, o dos Condes de Basto, e emfim o da melancolica viuva de D. João II.

N'aquella rua pobre e solemne *o proprio silencio fala,* como de um edificio celebre escrevia Bluteau[1].

[1] *Prosas portug.* T. 1, pag. 366.

CAPITULO VIII

Examina-se, e compara-se com os documentos já apresentados, um desconhecido manuscripto da Bibliotheca nacional.—Palacio de D. Jeronymo de Castro.—Palacio contiguo dos antigos Condes de Basto.—D. Fernando de Castro.—Uma residencia d'el-Rei D. João II.

O que tenho dito até aqui merecia e precisava confirmado com o exame de titulos antigos de propriedade. Infelizmente todos os esforços que empreguei para ver os titulos velhos da casa onde mora o sr. Cunha Porto foram inuteis. Já não existem em poder dos actuaes proprietarios, os srs. Perys de Linde. Desappareceram.

D'essa casa, só alcancei ver os titulos modernos. Não pude ver os do predio que foi de D. Alvaro, e hoje pertence não sei a quem. Não pude, senão a poder de trabalhos e supplicas, que muito me desgostaram, examinar este predio por dentro, apesar d'isso ser hoje uma Escola municipal, portanto um estabelecimento publico, e eu ser um munícipe, portanto um dos contribuintes do estabelecimento.

Na falta pois de confirmações mais positivas, tentarei levar ao animo do leitor o convencimento que já tenho. Peço attenção.

No codice manuscripto da Bibliotheca nacional de Lisboa A—4—5—, intitulado *Memorias para Historia Ecclesiastica de Portugal,* existe uma serie de perguntas e respostas ácerca da Sé de Lisboa, e ácerca de assumptos ecclesiasticos, fundações pias, etc. Quando, no fim da fl. 57, se trata da fundação do Seminario de Lisboa (ao que parece, e é, comquanto o periodo se ache truncado pelo copista), vê-se que o anonymo collector de tantas noticias valiosas teve á mão uma lista, que existia no cartorio que elle examinava, e que provavelmente era o da Sé. Diz o collector:

... *Como para a fundação que se houve de fazer do dito Seminario, se deu ao dito fundador* (o Cardeal Infante D. Henrique) *um rol dos palacios e sitio em que commodamente se podia erigir, nos pareceu transcrever aqui a memoria d'elles, que achámos nos livros d'este cartorio, pela maneira seguinte...*

Depois segue uma lista, em latim, de vinte e um palacios, ou casas grandes, em que se poderia accommodar o Seminario[1]. O 5.º na lista vae indicado como

Palacio de D. Jeronymo, onde o Rei por muito tempo habitou, junto á egreja de S. Thiago[2].

O leitor não está prevenido, mas pouco adeante

[1] A integra do documento vae em nota no fim do volume.

[2] *Item—Palatium Dom. Hieronymi, in quo Rex per multum tempus inhabitavit prope Ecclesiam S. Jacobi.*

vae ver que ahi habitou el-Rei D. João II, e que esse palacio é o dos Castros de Boquilobo.

Que se trata de um dos palacios do largo do Contador-mór, é evidente; persuade-o não só a ordem que segue a referida lista (e que teve seu motivo), mas tambem a circumstancia da proximidade da egreja de S. Thiago. Resta-nos averiguar por que se lhe chamava *palacio de D. Jeronymo*. Vejamos.

Do nosso já conhecido D. Alvaro de Castro foi filho herdeiro D. Fernando (um dos moços-fidalgos rebeldes) senhor do Paul depois da morte de seu pae. Este D. Fernando teve por filho a D. Jeronymo de Castro, e por neto a outro D. Jeronymo, ambos senhores do mesmo Paul. A fundação do Seminario pelos annos de 1566 coincidia com a vida de um d'estes Jeronymos; e eis o motivo por que o redactor da lista escreveu, como coisa notoria, *palacio de D. Jeronymo* (o filho de D. Fernando); e em 2 de junho de 1651 depunha n'um processo inquisitorial o conde de Villa Franca do Campo, que em 1615 costumava frequentar, em S. Thiago, a casa de D. Jeronymo de Castro (o neto de D. Fernando)[1].

Todas estas minucias veem pois confirmar, e comprovar á evidencia, que o palacio designado como *de D. Jeronymo* é, e não pode deixar de ser, o da esquina de S. Thiago para o Contador-mór.

Quanto á morada d'el-Rei ahi, prometto explical-a mais logo; por ora não pode ser.

Prosigâmos.

Este lado norte da rua de S. Thiago tem na es-

[1] Processo na Torre do Tombo; mss.

quina de baixo o palacio dos Castros de seis arruelas (Boquilobo); na esquina de cima, para os Loyos, o palacio dos srs. Perys de Linde (onde mora o sr. Cunha Porto, antiga residencia da Rainha D. Leonor); e entre os dois tem uma casa pequenina, que é do priorado de S. Thiago, e um palacio velho, de muitos andares, escadas, saguões, etc., que (segundo se lê por incidente nos titulos de um predio fronteiro, que me foram amavelmente emprestados) pertenceu aos Castros de treze arruelas, Condes de Basto. Hoje é do sr. Antonio José de Carvalho. Logo examinarei os titulos d'este predio. E antes de mais: tem graça esta contiguidade de duas familias Castros: de *seis* e de *treze*.

Vem este outro palacio indicado na lista do Seminario logo depois do *de D. Jeronymo,* e designado como *Palacio em que habita* (1566, pouco antes) *D. Fernando de Castro, e em que habitou a Rainha de Portugal*[1].

Quem vinha a ser D. Fernando? Diga-o a genealogia. Oiçamol-a:

Houve um D. Diogo de Castro, cognominado *o velho,* que em 1450 sahiu para Italia no sequito da Imperatriz irmã d'el-Rei D. Affonso V, e foi o 1.º capitão da gente de guerra da cidade de Evora. Casou com D. Brites Pereira, filha de João Mendes, da Guarda, corregedor da côrte, e irmão da Commendadeira de Santos mãe do primeiro Duque de Bragança. Teve por filhos:

1 *Item — Palatium in quo habitat Dom. Ferdinandus de Castro, in quo Regina Portugalliæ inhabitavit.*

D. Pedro de Castro, 2.º capitão de Evora, que falleceu sem descendencia, e

D. Fernando de Castro, alcunhado *o Magro,* pessoa de muita auctoridade, herdeiro da casa por morte de seu irmão, e 3.º capitão de Evora. Este veiu a ser pae de D. Diogo de Castro, que em 12 de outubro de 1585 foi elevado a Conde de Basto.

Aqui se vê quanto tudo concorda. O tal documento que citei, diz que era n'este sitio a casa do Conde de Basto, por isso que tinha data posterior a 1585; a lista dos palacios, que é anterior a 1566, diz que essa casa pertencia a *D. Fernando de Castro.*

Isto posto, vamos a ver se descobrimos a data aproximada em que a santa Rainha D. Leonor viesse habitar o palacio fronteiro aos Loyos e a S. Bartholomeu. Estudemos o possivel, e investigador mais feliz do que eu completará as lacunas que eu deixar.

CAPITULO IX

Percorrem-se com muito trabalho successivas residencias da Rainha D. Leonor e de seu marido, de 1491 em deante até 1500.— Casamento do Duque de Bragança D. Jayme no paço de Santo Eloy.— Recapitulação do exposto, e conclusões.

Até á morte d'el-Rei D. João II onde residia a Soberana sua mulher?

No paço da Alcáçova, ou onde quer que residisse seu marido; não é o mais verosimil? seria, se não se désse o facto de andarem aquelles dois conjuges uma grande parte do tempo separados, fasendo casa á parte, segundo o testemunho de Ruy de Pina, na sua Chronica tão plagiada depois por Garcia de Resende.

Frequentissimas vezes allude esse chronista á casa d'el-Rei, e á casa da Rainha. Qual o motivo d'essa separação, que me não parece muito vulgar na nossa Côrte?

Seria porque a estreiteza da Alcáçova não con-

sentisse o estado immenso da creadagem masculina e feminina dos dois esposos? ou (sem querermos perscrutar demasiado segredos inviolaveis) proviria de desintelligencias domesticas entre a virtuosa Rainha e o pae do senhor D. Jorge, o matador do Duque de Viseu, o assassino do Duque de Bragança e de tantos outros parentes, o terror de todos os que o rodeavam? Nas entrelinhas de Ruy de Pina creio lêr o que quer que seja, que auctorisa esta suspeita.

Admittindo que a Rainha habitasse na Alcáçova até á morte do infeliz Principe D. Affonso, vou tentar fixar algumas residencias da mesma senhora para cá d'esse praso, que lhe marcou epocha na vida.

Achava-se na Alcáçova de Santarem com el-Rei, o filho, e a nora. Succedeu lá em baixo na Ribeira em 13 de julho de 1491 o desastre inesperado. Recolhido o inanimado mancebo ao tugurio de um pescador... (oh! leiam o admiravel capitulo da Chronica de Ruy de Pina, que é, na sua singeleza lugubre e sincera, uma das melhores coisas que se podem ler em lingua portugueza), para lá foram as duas senhoras Reaes, e ahi se finou o desgraçado. Não quiseram tornar-se para a villa, e ficaram na Ribeira, nas casas de um Vasco Palha, onde se detiveram quinze dias, mais el-Rei.

D'alli foram afinal para cima, e aposentaram-se nas casas que tinham sido de Fernão Telles, fora-de-villa, onde a Rainha ficou, sahindo el-Rei a acompanhar o prestito funebre até ao mosteiro da Batalha.

Tornou elle a Santarem, e sahiu com a Princeza viuva, sua nora, que volvia a Castella; acompanhou-a duas leguas para lá de Abrantes.

Voltou a Santarem, onde a Rainha o esperava ainda abysmada na sua dôr.

Logo que el-Rei chegou, foi a Rainha para o Mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes, e d'ahi para Alemquer, onde el-Rei a foi encontrar.

Partiram juntos para o Varatojo, onde se demoraram alguns dias em devoções.

D'ahi para Collares, junto a Cintra.

Em outubro tornaram-se para Lisboa, tomaram á Mouraria, subiram a encosta (hoje calçada de Santo André), e entraram pela porta de Santo André. Subiram ao Convento da Graça, e de lá seguiram para o paço da Alcáçova.

Esse formoso paço historico, levantado com tanta graça a cavalleiro da Cidade, com os seus eirados e os seus corucheos, os seus magnificos horisontes, e a alegria d'aquelle sol que o banhava o dia inteiro, aquelle paço tão cheio de recordações de familia, e d'onde a imagem do filho, que alli nascera e alli brincara, salteava a cada canto o coração dos orphanados paes, affligiu-os muito mais ainda do que elles esperavam. A horrivel dôr da mãe, ao entrar na camara onde lhe nascera o mallogrado Affonso, desafogou-se em amargas e horrorosas exclamações, que a Historia conservou. Deu-lhe logo alli um desmaio, e cahiu como morta. Acudiu el-Rei com palavras de carinho, e arrancaram-n'a as damas áquelle cruel cevar-se em amarguras[1].

Ahi abre-se-me no espirito uma presumpção vaga de que tamanha dôr obrigasse a Rainha (a Rainha

[1] Ruy de Pina—*Chron. de D. João II*—cap. L e seg.

só, note-se) a deixar a Alcáçova, e a ir morar... onde? no paço chamado de Santo Eloy, defronte de S. Bartholomeu? isso não me atrevo a affirmal-o, mas quasi.

Que não ficou morando com seu marido, por qualquer motivo que se ignora, é certo. Haja vista a seguinte asserção de Ruy de Pina, testemunha presencial de muitos dos factos que narra: estando el-Rei em Lisboa (não diz em que paço, mas é de crer que fosse na Alcáçova), e sentindo-se accommettido de doença, que ou era peçonha ou tristeza, mudou a sua residencia para a casa da Rainha, pois precisava de carinhos para os seus repetidos *accidentes e desmaios*, *de que* (palavras textuaes) EM CASA DA RAINHA SUA MULHER *conhecidamente esteve á morte*[1].

Passava-se isto em maio de 1492.

Ou muito me engano, ou assim se explicam, e se completam mutuamente, as duas asserções da supramencionada lista dos palacios; a saber:

1.ª asserção—*Palacio em que mora D. Fernando de Castro, e em que a Rainha de Portugal morou.*

Explicação:

É o palacio dos Castros de treze arruelas (depois Condes de Basto) pegado com o da esquina de cima, onde havia o passadiço. Vê-se que a Rainha habitava no palacio da esquina, d'onde ia ás suas devoções aos Loyos; e como essa casa era provavelmente pequena para o seu numeroso estado de damas e creadas, tinha tambem tomado a casa de baixo, contigua a essa, e cujos proprietarios residiam habitualmente

[1] Id. ibid. cap. LXIV.

em Evora, segundo julguei perceber de certos documentos[1].

2.ª asserção.—*Palacio de D. Jeronymo, onde el-Rei por muito tempo habitou, junto á egreja de S. Thiago.*

Explicação:

É o palacio da esquina de baixo, dos Castros de seis arruelas (senhores de Boquilobo), pegado com o dos Bastos. Vê-se que, por motivo da doença d'el-Rei, querendo este approximar-se da Rainha, a qual não queria ir para a Alcáçova, tomou a casa contigua á segunda morada da Rainha para especial habitação d'elle Soberano.

É claro, ou não é?

Continuemos.

No verão d'esse mesmo anno, de 1492, estava el-Rei em Cintra; pelo menos ahi esteve de fugida em 16 de agosto. A Rainha não sei[2].

Em março de 1493, quando a 6 chegou ao Rastello Christovam Colombo, achava-se o senhor D. João II *no logar de Val de Paraizo, que é acima do moesteiro de Santa Maria das Virtudes*[3].

Em março e junho do mesmo anno de 93 dou com elle em Aldeia Gavinha, depois em Torres Vedras, depois em Lisboa[4].

Da Rainha nada me consta; mas vejo que em 4 de maio de 1494, chegando el-Rei a Alcochete, ido

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. v, pag. 679 e seg.
[2] Pina. *Chron. de D. João II.* cap. LXV.
[3] Id. ibid. cap. LXVI.
[4] Id. ibid. cap. LXVI e LXVII.

de Santarem, soube que a Rainha se achava doente em Setubal[1].

Parece que lá foi logo ter com ella, porque no verão d'esse anno, continuando a saude do Soberano a esfacellar-se, conservava-se elle em Setubal *com a Rainha*. Na entrada do inverno foram ambos para Evora[2].

Ahi se demoraram até julho de 1495. D'ahi, peorando elle, partiram os dois esposos para as Alcáçovas, separando-se em fim de setembro; elle para Villa-Nova de Alvito, ella para Vianna do Alemtejo. O motivo, o triste motivo que em tão amarga conjunctura os separava, era nada menos que desintelligencias que lavravam no lar, sempre a proposito do menino D. Jorge[3].

Em 15 de setembro achava-se a Rainha fora de Lisboa; e desejando voltar, escreveu á Camara a perguntar noticias do estado sanitario da Capital, o que prova que andavam cá doenças[4].

Finalmente, no principio de outubro arrastou-se o moribundo Monarcha até ao Algarve, onde morreu; e a Rainha, com seu irmão o Duque de Beja D. Manuel, transportou-se para Alcacer do Sal, na ideia de esperarem el-Rei na volta, e de o acompanharem depois para Santarem[5].

Todo este movimento, cotejando as datas, e uma ou outra circumstancia, levam-me a crer uma coisa:

[1] Pina. *Chron. de D. João II.* cap. LXIX.
[2] Pina. *Chron. de D. João II.* cap. LXX.
[3] Id. ibid. cap. LXXII, LXXIII, LXXXIV.
[4] *Elementos* do sr. Oliveira. T. I, pag. 369.
[5] Pina. *Chron. de D. João II,* cap. LXXVII e LXXVIII.

aquelles dois espiritos, enfraquecidos pela doença, e trabalhados por uma dor profunda, que, embora tivesse já mudado de fórma, os deixara para sempre desmantelados, não podiam parar no mesmo sitio; estavam como o doente,

che non sà trovar posa in sulle piume.

Em dezembro de 1497 habitava a Rainha no Lavradio, onde a foi visitar el-Rei D. Manuel com sua primeira mulher (nora da Rainha) a Princeza viuva D. Isabel[1].

Parando aqui por um pouco, reconheçâmos que tudo nos persuade (á falta de provas positivas que ainda não appareceram) tudo nos leva a crer, que desde os ultimos annos do seculo XV, e talvez, como suggeri, desde a confiscação dos bens do Conde de Penamacor, a casa da esquina dos Loyos pertencesse á Rainha D. Leonor de Lencastre. Que em 1500 pertencia, confirma-o um documento irrecusavel: é o contrato do casamento do Duque D. Jayme de Bragança. Querem ouvir?

Na manhã de 11 de setembro de 1500 ia no paço de Santo Eloy desusado reboliço. Chegavam, acompanhados de creadagem vestindo ricas librés, os principaes senhores da Côrte; recebia-os nas suas salas o dono da casa, nada menos que o Duque de Bragança e de Guimarães D. Jayme. Para ahi se mudára por esses dias, pois habitava, ainda em 3 do mesmo mez, *junto com a cidade de Lisboa nas casas de Pero*

[1] Damião de Goes. *Chron. D. Man.* P. I, cap. XXVI.

Vaz, que estão acerca de Santos o Novo[1], onde passava procuração a Lopo de Sousa seu aio, governador da sua fazenda, e do conselho d'el-Rei D. Manuel, para celebrar o pacto do casamento d'elle, Duque, com a joven castelhana D. Leonor de Mendoça. Feito isso, transferira-se o Duque para Santo Eloy, para o palacio pertencente a sua prima a Rainha viuva D. Leonor, e entre luzida e fidalga companhia assignou os contratos por procuração, do seu casamento com a filha dos Duques de Medina Sidonia[2]; casamento que realisou com a mesma procuração, na egreja de S. Christovam n'esse mesmo dia[3].

O procurador do Castelhano era um tal commendador Pedro de Estupinhão, de quem talvez viesse a ser parente (quem sabe?) o impressor Luiz Estupinhan, que em 1607 imprimiu em Lisboa a *Lusitania transformada* de Fernando Alvares do Oriente, e em 1608 o livro *Do sitio de Lisboa* por Luiz Mendes de Vasconcellos.

Ahi temos pois, no que fica dito, mais que o bastante para illustrar a casa de que tratamos, quando ella não fosse já tão illustre.

Depois d'este anno, temos relativamente a 1512 a alludida asserção positiva de Damião de Goes, quando

[1] *Hist. Gen.* Prov. T. IV, pag. 12.

[2] *Nas casas da Raynha Dona Leonor nossa senhora que estam junto com santo Eloy, honde hora pouza o senhor Duque de Bragança e de Guimarães.*

Contrato do casamento do Duque D. Jayme. *Hist. Gen.* Prov. T. IV, pag. 17.

[3] Ibid. pag. 11.

elle, na scena que narrei de D. Leonor de Noronha, colloca a habitação d'esta senhora (e muito bem) na proxima visinhança da de sua ama.

*

Vejamos por ultimo outra noticia curiosa, que vem confirmar quanto o paço de S. Bartholomeu, ou Santo Eloy, era agradavel e apetecivel. Tral-a frei Jeronymo de Belem na sua já citada *Chronica Seraphica,* estribando-se *n'uma memoria de uma Religiosa antiga*, documento que elle conservava em seu poder.

Andava a Rainha D. Leonor já toda entregue de alma e coração ao santo projecto da fundação do seu Mosteiro; incerta do sitio que escolhesse, intentou fundal-o (é a terceira vez que o digo) na sua propria casa de Santo Eloy, e n'esse proposito a dedicou mentalmente á Virgem, chegando a collocar na sua capella interior, ou oratorio, certa Imagem, que lhe veiu ás mãos por uma circumstancia mysteriosa. Depois, sabendo el-Rei D. Manuel, que já a Rainha mudara de tenção, e comprara terreno em Xabregas, mandou pedir por terceira pessoa, e com muito empenho, a sua irmã lhe cedesse aquelle predio para habitação de sua segunda mulher a Rainha D. Maria, que tinha grande predilecção pelo sitio. D. Leonor limitou-se a responder que já entregara as chaves d'aquella sua casa a outra Rainha maior, que era a dos Ceos; *e n'esta fórma se escusou*—diz o chronista.

*

Em resumo, e concluindo:

Creio ter demonstrado que:

1.º—A Rainha D. Leonor possuia desde os fins do seculo XV junto a Santo Eloy um paço com passadiço para a egreja;

2.º—Esse paço é o mesmo que o de S. Bartholomeu;

3.º—Junto a esse paço, para a banda do nascente, descendo a calçada, havia o dos Condes de Basto, que tambem a Rainha habitava.

4.º—Junto d'esse, na esquina para o lado de S. Thiago, onde hoje é uma escola municipal, era a casa dos Castros de Boquilobo; ahi habitou el-Rei D. João II.

Toda a face norte da actual rua de S. Thiago é portanto um dos sitios mais illustres de Lisboa.

CAPITULO X

Com toda a probabilidade n'este palacio de Santo Eloy falleceu a Rainha D. Leonor.—De 1525 em deante não se sabe o destino que levasse o predio.—Em 1721 pertencia aos Machados das Laranjeiras.—Trinta annos depois pertencia á familia Pery de Linde.—Investigações genealogicas acerca d'essa estirpe.—Instituição de um seu vinculo, de que ficou sendo cabeça urbana este palacio.—Rapida descripção do seu estado actual.—Inquilinos d'elle desde 1819.

O destino que levasse depois do fallecimento da Rainha D. Leonor, isto é desde 17 de novembro de 1525, este celeberrimo palacio de Santo Eloy, não me consta. É provavel que a Rainha findasse n'elle os seus dias; os chronistas só a dão fallecida em Lisboa, mas não indicam onde. É possivel que alguns titulos, ou registos antigos, que não pude compulsar (se é que existem), me encaminhassem.

Que a mesma senhora alli morou, é certo. Saibam-n'o os Portuguezes em geral. Saibam-n'o os

Lisboetas em especial. Olhem para aquelle sitio e para aquelles predios com o respeito que merecem padrões historicos, em quanto a desgraçada mania do demolir não substitue aquelle quarteirão por uma praça com quatro manjaricões aos cantos, e um alguidar ao centro.

Sim, alli viveu grande parte da sua vida aquella mulher-modelo, aquella caridosa mulher, cujo nome é ainda hoje o prototypo da beneficencia em Portugal. Forceja o espirito reconstruir-lhe a residencia tal como seria no seculo XVI, e entrevê, no alto da encosta, fronteira ao Tejo, e á espalda de dois templos, um predio edificado em todo o requinte da elegancia do estylo ogival, embrincado de columnellos, sombreado de gelozias, torrejado de corucheos, azulejado a primor, e alpendrado de varandins, d'onde a vista se espalma sobre a face tranquilla do fronteiro Tejo. Em tudo um ar socegado e senhoril, prasenteiro e retrahido ao mesmo tempo. Quem passa na rua percebe que de dentro ressumbra para fora um ar inconfundivel de grandeza; e todos os bairristas contemplam com veneração a casa onde vive, recolhida em suas maguas, a piedosa viuva d'el-Rei D. João II, a creadora da Misericordia, a edificadora das Caldas, a fundadora do Mosteiro da Madre de Deus, a mãe dos pobres, a santa Rainha Leonor.

Alli a vamos encontrar, n'aquelle seu sanctuario, toda entregue a pensamentos beneficos, e toda enlevada tambem nas coisas do Ceo. Quasi sempre doente, e o mais do tempo confinada no leito, assim lhe passaram os seus trinta annos de viuvez. Muitos d'estes annos viveu alli, na sua casa de S. Thiago;

e basta a memoria de tal Princeza, para tornar o sitio um verdadeiro sacrario de sympathias.

*

Depois da morte da Rainha, condensam-se as trevas. A quem passou a casa? Ninguem o sabe.

Sabe-se só, pelas palavras do *Sanctuario Marianno* citadas n'um dos capitulos supra, que em 1721 pertencia o predio a uma familia do appellido Machado, designada como «os Machados das Laranjeiras»; não sei que gente é hoje.

Menos de trinta annos decorridos, já o palacio pertencia a uma familia illustre, que vae obrigar-me a algumas digressões, e que ainda hoje é proprietaria d'elle: refiro-me á familia Pery.

*

São estes Perys, hoje legitimamente portuguezes, uma estirpe oriunda de Castella e do Brabante, d'onde passaram a Portugal nos seculos XVI e XVII alguns dos seus membros, que estabeleceram residencia, e fundaram casa, em Lisboa e no termo. Pertenciam, como aquelles laboriosos e activos fundadores de S. Patricio, estudados no volume antecedente da *Lisboa Antiga*, áquellas raças fortes de trabalhadores incançaveis, que iam com a sua opulencia contrabalançando o predominio de certas classes privilegiadas pela espada, e lançando (sem o suspeitarem sequer) as bases das robustas classes medias modernas. Como os Crastos, nobilitados em

senhores hereditarios de Barbacena, como os Ximenes de Aragão, cuja riqueza proverbial se entornava não raro para dentro dos cofres realengos, e emfim como outros nossos contemporaneos, um dos quaes deixou vinte e cinco milhões de cruzados, e o outro, cheio de bizarria principesca, foi, por assim dizer, a alma artistica da sociedade do seu tempo, assim tambem estes Perys, sahidos originariamente de Antuerpia, já nobres por sangue, activissimos, promptos no trabalho commercial, que é a mola real das civilisações, foram em Castella e em Portugal exemplo claro do que pode a boa vontade e a perseverança. Por si e por suas allianças juntou esta familia consideraveis haveres, que as revoluções e as mutações no modo de ser do nosso Estado descentralisaram, e aniquilaram em grande parte.

Tinha a provincia do Brabante, como pertença da Casa de Austria, cabido á Corôa de Hespanha; e por isso é que, apesar das manifestações separatistas, eram subditos de Castella os habitantes d'aquelle formoso torrão belgo-hollandez, antigo apanagio de uma Casa ducal extincta.

Em Antuerpia vivia nos fins do seculo XV Hugo Pery, o mais antigo dos membros da familia, homem nobre, fidalgo de cota de armas, segundo parece, e cujos dois netos tiveram de mudar de residencia, desejosos de augmentar casa, transferindo-se em 1629 um para S. Lucar de Barrameda na Andaluzia, á barra do Guadalquivir, e o outro para Lisboa: Miguel, e Francisco.

As filhas do mais velho casaram quasi todas, e parece que bem; a linha primogenita do primogenito

extinguiu-se na terceira geração; a linha da filha mais nova d'esse filho perdeu a varonia; mas uma filha d'essa senhora, casando com um seu primo com irmão, filho unico de Francisco acima mencionado, restituiu á familia a varonia do appellido de Pery. Esse ramo da estirpe tornou-se muito rico; e o filho unico d'esse enlace, Antonio Pery de Linde, desejoso de perpetuar a sua nobreza, instituiu em 14 de abril de 1749 vinculo de Morgado, que se propagou até aos nossos dias.

Pena é que eu não possa jnntar aqui uma longa genealogia, e arvores de geração, que possuo, e que muito esclarecem estes estudos, e a chonica minuciosa de familia tão illustre.

Devo porém restringir-me ao que se refere ao nosso ponto: o palacio de S. Thiago.

*

Sim; foi uma segunda feira 14 de abril de 1749, dia da popularissima Senhora dos Prazeres, que n'uma das salas d'este palacio se passou uma scena, que retrata ao vivo os usos do tempo. Vejamol-a. A penna do tabellião referiu com minucia as pessoas presentes; tratemos nós outros, o leitor e eu, de nos infiltrar na mesma sala, e observemos o que passa. Indiscreção que a ninguem ficará prejudicando.

Primeiro, vemos um ancião de setenta annos (completados havia tres dias), Antonio Pery de Linde, escrivão da mesa grande da Alfandega de Lisboa, morador, como seu pae, em casas nobres e proprias na rua do Valverde, da freguesia de S. Nicolau. Aos

vinte e um annos tomára posse do seu nobre officio de escrivão, e aos quarenta e um, já rico de bens patrimoniaes, herdára a fortuna de seu tio, chantre da Sé, Carlos Pery de Linde, avaliada em mais de 50:000 cruzados, que hoje orçariam por noventa e tantos contos.

Depois, vemos a mulher d'esse Antonio Pery, D. Catherina Josepha Henriques, raça dinamarqueza nobre, senhora de setenta e dois annos.

Além d'elles, o dono do predio, filho dos precedentes, Monsenhor Francisco Pery de Linde, homem que está a tocar nos seus quarenta e nove, doutor em Canones, e Prelado Mitrado da reforma da Patriarchal.

Depois o irmão d'este, o doutor Carlos Pery de Linde, Desembargador da Casa da Supplicação e Fidalgo da Casa Real.

Depois outro irmão, o Conego da Sé, doutor João Hustarte Pery Severino.

Seguem-se duas irmãs, D. Thereza Maria Margarida Pery, senhora de seus quarenta e dois annos, solteira, e D. Catherina Josepha Pery, de trinta e quatro annos, e pouco depois Religiosa em Chellas.

São os unicos irmãos vivos n'este anno de 1749.

Assistem mais o Presbytero João de Almeida, morador á Sé, e o Advogado Manuel Mendes Vicente, morador na rua dos Canos, além do tabellião de notas João Ferreira da Silva.

Eis ahi o pessoal todo. O que alli vae fazer-se é consolidar no dominio da primogenitura os haveres communs. Vejamos em resumo o que se realisou.

Os paes vincularam cada um a sua terça; o Mon-

senhor Francisco as suas legitimas futuras, e os seus bens *quasi-castrenses* (termo juridico para significar bens adquiridos no serviço do Estado); o doutor Carlos o mesmo, assim como o direito ás legitimas de suas irmãs D. Antonia e D. Catherina, das quaes uma era Freira, e a outra o ia ser; o Conego João Hustarte, esse, que tinha recebido de seus paes, como patrimonio ecclesiastico para a sua ordenação de Clerigo, um predio na rua das Gaivotas, cedia essa propriedade; finalmente as mencionadas irmãs D. Thereza e D. Catherina, cediam para o bolo commum as futuras legitimas que podessem haver.

Tudo isso ficava vinculado para sempre, constituindo-se cabeça do vinculo a quinta chamada «do Cabo» no extremo da Villa de Povos. Era a mais antiga possessão territorial da familia, fundada por Carlos e Lamberto Hustarte, avoengos, em 1610. De Carlos Hustarte tinha passado esta quinta para seu sobrinho João Hustarte do Monte; d'elle para seu sobrinho Carlos Pery, antigo Chantre da Sé; d'este emfim para Antonio Pery, que em 1749 encontrâmos fundador de vinculo.

Constava esta bella peça rural de casas nobres, olival, vinhas, pomar, lagar de azeite, etc., tudo murado; e tinha, como pertenças, terras, olivaes, e pinhaes no termo de Povos e Castanheira. Em 1678 (anno da sua morte) fundara João Hustarte uma ermida n'esta quinta, com a invocação do Santissimo Nome de Jesus. O Senhor de Pancas era foreiro de 4$000 réis por umas córtes annexas á quinta, dinheiro destinado para auxilio annual da fabrica da mesma ermida.

Além d'esta bella quinta fasiam tambem parte do vinculo os seguintes bens.

—Uma quinta em Lisboa no caminho de Nossa Senhora da Penha de França, com casas nobres, arvores de caroço, e parreiraes, foreira á Commenda de S. Braz da Ordem de Malta, e tres olivaes pequenos no mesmo sitio, um foreiro ao Convento de S. Vicente de Fora, outro á Egreja de S. Miguel de Alfama, e outro á de S. João da Praça;

—Um casal pequeno junto á dita quinta;

—Umas casas pequenas na rua das Gaivotas, foreiras ao Convento de Odivellas.

—Umas casas junto a Nossa Senhora das Mercês; foreiras á Basilica de Santa Maria;

—Umas casas nobres em Valverde, livres; outras pequenas foreiras a S. Vicente de fora; e outras na calçadinha do Carmo, tambem livres;

(Essas casas nobres de Valverde eram desde muito tempo pertença da familia, e ahi morava Antonio Pery, o instituidor, e tinham morado sempre seus paes. Essa propriedade ficava obrigada pela escriptura a certos pagamentos de pensões).

—Umas casas nobres e outras pequenas de varios moradores na rua das Esteiras, que chegavam até ao adro de S. Julião;

—Umas casas nobres no bairro de S. Thiago, foreiras á Basilica de Santa Maria.

—Uns armasens que serviam de tercenas; livres;

—Um juro na Casa do Infantado, de 88$890 réis cada anno, destinado para duas capellas;

—Outro juro na Alfandega d'esta cidade, de réis 3$500 cada anno.

Tudo isso, como mostrei, eram bens do instituidor. Sigâmos com a lista dos bens com que entrava no vinculo o Monsenhor Francisco Pery de Linde.

Era primeiramente este palacio, onde na segunda feira dos Prazeres estamos vendo reunida a familia, *junto do Convento de Santo Eloy... nobres aposentos,* como diz o documento da instituição; e sem duvida que o eram.

Foi sobre este ponto que se dirigiu com mais attenção o meu trabalho. Ao compulsar os variados documentos de familia, por onde consegui architectar com certa solidez o que ahi fica pela primeira vez exarado; ao folhear esses tombos velhos de fazendas em partes desapparecidas; ao examinar com o microscopio tantas escripturas, e tantos apontamentos, pergaminhos heraldicos, e recibos, como effectivamente examinei em fim de julho e principios de agosto de 1889, graças á obsequiosidade do sr. José Firmino Pery Guerreiro de Amorim, um dos quartos netos do instituidor do morgado, e hoje co-proprietario, com sua irmã mais velha, do celebre predio de S. Thiago, busquei diligentemente vêr se podia achar o caminho exacto por onde essa vivenda historica tivesse entrado na massa dos bens de Antonio Pery de Linde, ou porventura nos de Carlos ou Lamberto Hustaerdt, (ou *Hustarte,* á portugueza) aquelle fallecido em 1627, este em 1625. Nada achei. Nem sequer uma referencia, um fio partido, uma phrase, uma allusão qualquer, que me guiasse. O silencio dos tumulos!

Poderá alguem presumir que um d'esses dois Hustartes, ou talvez já seu pae o primeiro Carlos, tivesse

comprado o predio; e sendo assim, deveria remontar na familia a posse d'elle até proximo dos ultimos annos do seculo XVI. Mas quem lh'o venderia? de que mão portugueza passaria esta propriedade realenga para as mãos d'elles, estrangeiros domiciliados aqui? Sim, poderia alguem presumir ou conjecturar isso, se não existisse a affirmação do auctor do *Sanctuario Marianno,* que nos dá o predio de S. Thiago como pertencente em 1721 aos «Machados das Laranjeiras.»

A ser exacta, como creio, esta asserção, poderá antes conjecturar-se que o Monsenhor Francisco Pery de Linde, rico pelos seus bellissimos ordenados, tivesse comprado o edificio aos taes Machados entre 1721 e 1749.

Como esse edificio pertencesse aos Machados, é o que até hoje tem resistido a todas as minhas pesquizas. Asseguro á pessoa que algum dia (não sei quando nem como) poder desdar esse nó, e conseguir entroncar o predio no anno de 1525, um grande praser, um grandissimo praser, d'estes que só comprehende quem é digno de os experimentar.

O que se sabe é que o palacio, em 1749 em todo o seu esplendor, resistiu ao terremoto de 1755, que só tardou seis annos. A data de *1682* o indica, sobre o portal; e os titulos de um predio fronteiro, do qual opportunamente falarei, o confirmam, dizendo que nos arredores só esse tal predio veiu a terra. Essa data de 1682 prova obras grandes de reconstrucção.

É ainda hoje este palacio uma bella e interessante casa, especimen, já raro, das moradas opulentas do seculo XVII. Oxalá não tivesse andado alli ha annos

(vá a quem tocar) o vandalismo portuguez a contas com aquillo tudo! Exemplo: é tradição, que em certa sala havia uns preciosos azulejos representando a batalha de Aljubarrota; pois nem vestigios d'elles hoje! Quem quer que superintendeu n'alguns refazimentos modernos, insultou a arte, o gosto, a historia, e o senso-commum (o *rarissimo* senso-commum), substituindo esses taes azulejos por estuques. Com a guerra tenaz e bestial, que em Lisboa se declarou ao azulejo, tempo virá (e não longe), em que elle se torne mais precioso que o diamante. É incrivel! de mãos postas pede a Arte nacional aos proprietarios, que não empobreçam as suas casas defraudando-as d'aquelle ornato caracteristico. Por favor! não arranquem os azulejos! quando muito (e visto que é necessario sacrificar ás exigencias da moda) cubram-n'os com papel. Ha hoje, bem o sei, mobilias e estofos, que não dizem com o azulejo; pois bem; concordo; cubram-n'os com papel; mas não os arranquem!!...

No palacio de S. Thiago apenas os vi na capella, ou forrando alguns armarios. Os mais... já lá vão.

*

Terminada esta digressão, muito necessaria, deixarei aqui, para completar o assumpto, o resto da lista das propriedades annexadas por este Monsenhor ao vinculo que seu pae n'esse mesmo momento instituia; mas antes de ir adeante observarei isto; como o predio de S. Thiago pertencia ao Monsenhor, por isso diz o tabellião: *os nobres aposentos do Ill.*^{mo} *e*

Rev.[do] *Monsenhor;* e como (por uma clausula da instituição) cada um d'estes doadores continuou em sua vida usufruindo os seus bens doados, por isso é que o tombo da Cidade, por mim citado pouco a cima, diz que em 1755 pertencia o predio *ao Monsenhor Pery de Linde*. Diz muito bem, e tudo se completa.

Estatuiu-se mais a respeito d'este predio outra circumstancia: era elle cabeça da parte urbana do vinculo; e no caso de se remir o fôro de outro predio pequeno que lhe ficava proximo, foreiro á Basilica de Santa Maria Maior, ficaria tambem vinculado; pelo que, esse tal praso foi desde logo nomeado em Carlos Pery filho e immediato successor do instituidor.

Agora vejamos os outros bens que eram do Monsenhor:

—uma quinta ao Arco do Cego, com casas nobres, vinha, horta, pomar de fruta e de caroço, foreira á Basilica de Santa Maria;

—umas casas pequenas na rua direita de S. Miguel de Alfama, foreiras á Basilica de Santa Maria;

—um praso foreiro á casa do Marquez de Cascaes no Monte de Nossa Senhora de Povos, constante de vinha, olivaes, e pardieiro de casas.

*

Resta-nos examinar os bens annexados pelos outros dois irmãos: Carlos, e João.

Carlos, Desembargador da Casa da Supplicação, possuia tambem:

—uma quinta em Povos; era situada defronte da Fonte nova; constava de casas, então reduzidas a estallagem, e de pomar de espinho; livre;

—junto a essa quinta um pomar pequeno de caroço, foreiro á casa do Conde de Villa Nova;

—na mesma villa de Povos varias courellas de olival, e fóros de que era directo senhorio;

—no termo da mesma villa, no valle chamado da Alfarrobeira, uma fazenda, que constava de casas pequeninas, vinha, arvores de espinho e caroço, arvores silvestres, e matto, parte da qual era foreira ás Trinas do Mocambo;

— junto á dita fasenda o fôro de um casal chamado do Páo, do qual era directo senhor.

Finalmente: João Hustarte Pery possuia:

—umas casas nobres na rua das Gaivotas (esquina sueste da rua do Poço dos Negros) foreiras ao visinho Mosteiro da Esperança. Essas casas existem; n'ellas esteve annos a sociedade denominada «Gremio Popular».

*

Eis ahi está, a largos traços, descripta a fasenda do vinculo. Como se vê, não era mesquinha; bem pelo contrario. Quanto á representação, estatuiu-se isto:

O vinculo seria desde logo administrado por Antonio Pery de Linde. Na sua falta, por sua mulher. Na falta de ambos, por Monsenhor Pery; na sua falta, pelo Desembargador e seus descendentes, precedendo sempre o varão á femea, e o mais velho ao mais novo. Na falta do Desembargador, administraria

o Conego; na falta d'elle, sua irmã D. Thereza, e seus filhos legitimos se chegasse a casar.

Além d'estas determinações, ha algumas disposições piedosas muito respeitaveis:

Era uso já antigo na familia festejar-se annualmente, e com pompa, Nossa Senhora dos Prazeres da ermida do Monte na villa de Povos. Aos morgados ficava correndo obrigação perpetua de concorrer para a mesma festividade.

Por iniciativa da filha mais velha do instituidor, D. Maria Michaela, Religiosa em Chellas e já fallecida então, celebrava-se festa na egreja do mesmo mosteiro ao Coração de Jesus. Continuava esse pio encargo na pessoa do morgado.

E com isto dou por vista a scena, que em 14 de abril de 1749 se passava na casa de S. Thiago.

Carlos Pery de Linde succedeu a seu pae; casou, e d'elle existe numerosa descendencia.

*

Assim como todos os outros bens da familia, perdeu o predio de S. Thiago a sua natureza vincular; o que porém não poderá nunca perder (se estas memorias, de que fui laboriosissimo chonista, se conservarem) é o respeito do todos os Portuguezes, e a veneração de todos os amantes do passado, é a brilhante auréola que o nobilita, por ter sido alli, n'aquelle recinto hoje transformado, a residencia, e provavelmente a casa mortuária, de uma das mais illustres Princezas de Portugal.

*

N'esta casa moraram tambem muitas outras pessoas mais ou menos notaveis. Eis a lista, feita á vista de documentos existentes em poder da familia.

Em 1819 habitava Joaquim Antonio Teixeira de Viveiros e Sequeira. Não sei quem era. Encontro no Almanack de 1791 Antonio Teixeira de Sequeira e Viveiros dado como Sacador da Alfandega grande, e então morador na rua dos Canos.

Desde 1832 (não sei se desde algum anno antes) até fim de junho de 1842, Francisco José Pereira Couceiro Marreca, Desembargador da Relação do Porto.

Desde 1843 (ou talvez desde antes) até 1852, o 10.º conde da Atalaya D. Antonio Manuel de Noronha. Este inquilino possuia n'uma parede da segunda sala (*segunda* para quem se encaminha para o lado do Norte) o notavel quadro de Le-Brun representando Luiz XIV a cavallo, quadro que era considerado verdadeira joia vinculada na familia, e que hoje se acha em poder de um dos actuaes banqueiros da capital.

Em 30 de novembro de 1861 celebrava D. Luiz de Sousa, morador na calçada da Estrella, n.º 9, escriptura de arrendamento da casa, a começar em 1862 e a findar no segundo semestre inclusive de 1864, pela quantia de 192$000 réis annuaes.

Além d'estes inquilinos, constam, mas sem se poder precisar o tempo, outros: taes como os senhores de Murça, o Principal Noronha, etc.; e é tambem tradição, confirmada pelo antigo Almanack, que

n'essa casa foi a séde do chamado *Real Estabelecimento do Bairro d'Alfama,* que era um dos tres *Lyceus,* como hoje diriamos, para ensino publico official de preparatorios.

*

Eis ahi tudo quanto pude apurar de mais authentico do predio de Santo Eloy. É pouco em relação ao que a minha sêde de noticias reclamava; mas é muitissimo se attendermos ás fadigas que me causou.

Oxalá o futuro confirme e amplie o que ahi deixei.

Não se crê o trabalho improbo que me deram todas estas indagações, e o trabalho não menos improbo que tornaram a dar-me para as redigir com certa clareza.

Poderia ter conseguido mais, se me tivesse sido possivel consultar os titulos antigos d'esses predios. Não existem. Cancei-me immenso, e nada consegui.

Em quanto estudava o assumpto; em quanto compulsava chronicas, delettreava manuscriptos, importunava amigos, caminhava para as bibliothecas, para S. Thiago, e para os Loyos, empenhando n'estas pesquisas laboriosas todas as minhas faculdades, repetia commigo mesmo certas palavras significativas que diz no prologo do seu *Sitio de Lisboa,* o meu illustre predecessor Luiz Mendes de Vasconcellos:

É tão natural a todos os homens o amor da Patria, que, quando não tivera outras rasões, esta só me podia obrigar a escrever.

CAPITULO XI

Historia do predio contiguo ao palacio acabado de analysar. —P. S. aos capitulos antecedentes.

A historia do predio contiguo a este pelo lado do Nascente (a antiga casa dos Condes de Basto) poderia certamente dar algumas curiosissimas notas para estes accordes de argumentação. Esta orchestração é de si tão difficil, todo este contraponto apresenta exigencias taes, que nos cheios do meu instrumental historico prestam altos serviços á idea geral os gemidos solitarios de um clarinete perdido entre as rabecas, ou o compassado estremeção dos timbales. Procurei pois ver os titulos do predio referido, hoje em poder do sr. Antonio José de Carvalho, que bizarramente m'os emprestou, sob recommendação do sr. dr. Xavier da Cunha, incançavel protector e collaborador dos meus estudos.

Por infelicidade, nada consta da primitiva chronica da casa. Os titulos começam em 1820; e ainda

assim, apesar de modernos, esclarecem. Aproveitei-os.

Peço a possivel attenção, se ainda, por acaso, n'estas alturas do meu estudo, encontro quem me leia.

João Antonio Pery Guedes de Castello Branco, filho primogenito do Desembargador Carlos Pery de Linde, succedeu no morgado, de que era cabeça o palacio historico da esquina dos Loyos. Fallecendo sem filhos, assim como seus outros dois irmãos, passou o vinculo para Antonio José Pery, filho do segundo matrimonio do dito Carlos, e irmão germano do dito João.

Este nomeou por seu herdeiro, e successor no praso constituido no predio contiguo (que não era vinculado) a seu filho Firmino José Pery de Linde, que em 16 de maio de 1820 foi reconhecido pela Basilica de Santa Maria Maior, directa senhora, como emphyteuta do mencionado prazo, com o numero 109.

Em 15 de junho seguinte lavrava o emphyteuta o seu testamento em Lisboa, e n'elle nomeava successor na terceira vida do praso a seu irmão João Antonio Pery, então ausente em Montevideu. Falleceu o testador em 18 de janeiro de 1824 na freguezia de S. João da Praça, e logo em 30 de julho o novo senhor tomava posse do predio, que era assim descripto em documento authentico:

«*Propriedade de casas com os numeros 15 a 20, de quatro andares com differentes pavimentos, tendo de esquina a esquina seis portas, e vinte e uma janellas, e um oculo ao comprido, com grades de ferro.*»

Por carta de remissão de fôro, lavrada a 19 de

novembro de 1845, concedia a Rainha, a senhora D. Maria II, a João Antonio Pery de Linde, Major do Exercito, e Governador do forte da Junqueira, consolidação dos dominios directo e util do predio, pelo qual se pagava ainda então á Fazenda Nacional, desde a extincção da Basilica de Santa Maria Maior, 3$000 réis annuaes.

Este proprietario falleceu na casa da rua de Campo de Ourique em Lisboa a 8 de janeiro de 1852 pelas 4 horas da tarde, deixando viuva em segundas nupcias, e uma filha e dois filhos, todos tres do primeiro matrimonio d'elle.

Correndo os documentos forenses e administrativos a que me reportei, acho uma noticia, de si insignificante, referida a 1855, e que, não obstante, lança uma vaga luz sobre o antigo risco do predio. Foi o caso, que um proprietario confinante, o dono da casa da rua das Damas, então n.º 8, começara a romper uma janella no seu muro, com o que devassava o predio dos Perys. Composeram-se as duas partes em setembro do referido anno, concedendo os embargantes ao embargado que abrisse duas frestas na parede divisoria, junto á qual (diz o instrumento respectivo) se achava uma casa, que outr'ora tinha sido capella. Aqui vem pois esta phrase fugitiva demonstrar no antigo palacio dos Condes de Basto a existencia de uma capella interior.

Entendeu a familia, que ficara por fallecimento do referido João Antonio Pery de Linde, haver vantagem em vender o predio da rua de S. Thiago, cujo rendimento annual era apenas de 120$000 réis.

Os louvados da Camara Municipal, avaliando-o

a 8 de agosto de 1856, na quantia de 1:800$000 réis descreviam-n'o assim:

O n.º 15 é loja; consta de uma só casa, e rende 6$000 réis.

O n.º 16 é porta de escada; dá serventia a um primeiro andar dividido ao meio para dois inquilinos: rende 24$000 réis.

O n.º 17 é uma loja; tem duas casas, e rende 12$000 réis.

O n.º 18 é outra loja; tem duas casas, e rende 6$000 réis.

O n.º 19 é portão de entrada a um pateo; e na frente da entrada ha uma casa que serve de cavalhariça; ao lado esquerdo d'esta ha serventia a outras casas; uma d'ellas é muito grande, e uma das outras tem uma cisterna com serviço de balde. Á direita da entrada do portão é a serventia para os andares. Logo na entrada um grande casarão, que serve para despejos.

O primeiro andar tem duas grandes casas; rende 14$400 réis.

O segundo andar tem onze casas, e varios despejos, com uma varanda, e serventia a um quintalinho que serve de recreio; tem serventias interiores aos pavimentos baixos; rende 38$400 réis.

O terceiro andar é uma só casa, e serve de mirante; tem serventia interior ao pavimento baixo; rende 9$600 réis.

O n.º 21 é uma grande loja dividida com tapumes de madeira; rende 9$600 réis,

Rendimento total annual do predio 120$000 réis, que hoje devem ter duplicado, ou triplicado.

A familia herdeira do falecido João Antonio Pery compunha-se da sua viuva em segundas nupcias, D. Feliciana Thomazia de Negreiros e Mello, e de tres filhos do primeiro matrimonio d'elle: D. Leopoldina Aurora de Jesus Pery, casada com Joaquim José Gualdino, Major do Exercito, Governador do forte da Junqueira desde a morte de seu sogro; Gerardo Augusto Pery de Linde, hoje Coronel do Estado-Maior de Infanteria, Director dos trabalhos da Carta agricola do Reino, e então Alferes graduado de infanteria 16; mais Antonio José Pery, Tenente do dito regimento, e fallecido em 1870; com geração.

Em 20 de outubro de 1856 vendeu-se o predio para partilhas a Manuel Braz, proprietario e morador em Lisboa, pela quantia de 1:000$000 réis-

Havia porém uma singularidade n'esta casa. Partia ella pelo lado de baixo com o passal ou residencia dos Priores de S. Thiago; pelo norte (rua das Damas) com o predio de João Caetano de Oliveira Bastos, e pela banda de cima com o celebre predio da esquina, já por mim analysado, então pertencente aos herdeiros do citado Firmino José Pery, que eram sua viuva D. Cecilia Maria dos Prazeres, e suas filhas.

Não sei explicar como era que esse predio de baixo, constante de lojas e quatro andares, não pertencia *todo* ao mesmo dono, que ha pouco vimos o vendeu a Manuel Braz em 1856. A verdade é que Manuel Braz só comprou as lojas, e o primeiro, e segundo andar, porque o terceiro e quarto eram de outrem. Esses andares altos, terceiro e quatro, tinham serventia pelo palacio de cima, e pertenciam á primo-

genita das filhas de Firmino José Pery de Linde, a senhora D. Bibiana Agapita da Annunciação Pery. Calcúlo que houvesse qualquer accordo antigo sobre essa posse de dois andares, mas não o conheço. Esta contiguidade, esta intima ligação dos dois predios, vem confirmar (ou auxiliar) o que n'um dos antecedentes capitulos disse: ter a Rainha D. Leonor habitado ambos conjunctamente.

N'esse anno de 1856 o predio era descripto por esta fórma:

«*Quatro lojas terreas, uma entrada para dois quartos de sobreloja, que tem o numero 16, seguindo-se um portão com o numero 19, que dá entrada para um pateo* (que ainda existe) *onde tem uma cocheira, cavalharica, e palheiro, e outro pequeno pateo ao lado esquerdo, com a sua cisterna, e ao lado direito uma escada para os dois andares* (a mesma coisa ainda hoje)........*pertencendo ao segundo andar um pequeno quintal de sequeiro com suas arcadas de cantaria, que sustentam parte das divisões* (isso é um delicioso claustrosinho interior, de que só restam tres arcadas preciosas, puro seculo xv, e que vem a ser mais uma prova da união antiga dos dois predios).......*além de um terceiro e quarto andar, que tem entrada e serventia pelo palacio contiguo, de D. Cecilia dos Prazeres*».

Esses andares superiores, a que então se chamava «o mirante», e que tinham e teem esplendidissima vista de Tejo, vendeu-os por fim D. Bibiana Agapita da Annunciação Pery de Linde ao mesmo Manuel Braz, por escriptura de 29 de agosto de 1857.

Herdeira d'elle foi uma sua sobrinha neta, casada

com o actual proprietario, o sr. Antonio José de Carvalho, a quem novamente agradeço a amabilidade com que se prestou a auxiliar, para interesse publico, esta laboriosa «Lisboa antiga.»

Eis ahi fica tudo quanto por ora pude apurar de authentico a respeito d'essa casa, cuja vetusta feição e cujas tradições respeitaveis, a tornam interessantissima aos cultores de antiguidades lisbonenses.

CAPITULO XII

Habitantes illustres da freguesia de S. Bartholomeu.—A Duqueza de Bragança D. Isabel.— Os Condes do Vimieiro.— O Conde do Vimioso D. Luiz de Portugal.—Mencionam-se uns antiquissimos capiteis apparecidos no jardim do Dr. Xavier da Cunha a S. Bartholomeu.—A proposito d'isso tudo fala-se n'uma veneravel cadeira seiscentista de coiro lavrado.

Dir-se-hia que a freguezia de S. Bartholomeu era por assim dizer pertença muito estimada das pessoas Reaes portuguezas.

Uma irmã da grande Rainha D. Leonor, a Duqueza de Bragança D. Isabel, mulher do infeliz Duque D. Fernando II, possuia tambem casa na freguezia de S. Bartholomeu; não sei onde.

No seu testamento, lavrado a 10 de julho de 1520, lê-se esta clausula:

Se eu fallecer na cidade de Lisboa, tanto que fôr meu fallecimento me façam sinal na egreja de S. Bartholomeu, em cuja freguezia estão as minhas casas;

e mais adeante:

E mando que no dia do meu enterramento, na egreja de S. Bartholomeu da dita cidade o Prior e raçoeiros da dita egreja me digam uma Missa de requiem entoada, com horas cumpridas dos finados, e digam cinco Missas resadas, e se lhes dê a cera necessaria, e de offerta trinta alqueires de trigo, e uma pipa de vinho, e suas Missas pagas segundo costume[1].

*

N'esta mesma parochia, essencialmente aristocratica, possuiam tambem casa os Condes do Vimieiro, ramo da estirpe brigantina[2]. Achei esta noticia no tombo da Cidade (copia por José Valentim). Falando da rua, ou beco, da Lage (hoje beco do Chão da Feira) diz o referido tombo:

Do cunhal das casas de Domingos Ferreira Souto, que está no Chão da Feira, até ao angulo entrante que formam as casas do Conde do Vimieiro com o Seminario de Santa Catherina, tem 224 palmos de comprimento, de largura junto ao Chão da Feira tem 32 palmos, e no fim 29.

O Seminario já expliquei onde ficava; o tal *angulo entrante* ainda lá está; logo, o palacio Vimieiro é o que tem o arco sobre a rua das Damas, com frente sobre o largo do Contador Mór; é contiguo pela sua banda do sul com o dos Castros do Paul de Boquilobo.

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. III, pag. 802.

[2] Da familia Vimieiro tratei largamente na *Lisboa Antiga*, P. II, T. V, pag. 113 e seg.

*

Tambem n'uma d'essas casas *a S. Thiago,* que não se sabe qual fosse, viveu o Conde do Vimioso D. Luiz de Portugal em 1591. Ahi poisava em 19 de fevereiro, quando passou uma quitação a seu sogro o Conde do Basto [1].

Querem saber quem era esse Conde? era o intimo amigo de Manuel de Sousa Coutinho, e ambos elles (singular coincidencia) vieram passados annos a largar o mundo e tomar habito de Dominicanos, ao passo que suas mulheres seguiam identica resolução.

Um foi frei Domingos do Rosario; o outro foi frei Luiz de Sousa.

*

E com isto me despeço do assumpto. Mais não sei.

*

Como idéa associada, lembrarei que o meu amigo dr. Xavier da Cunha é proprietario dos predios n.º 8 a 26 na rua de S. Bartholomeu. Lá para dentro do muro ha uma pequena casa onde habitei ha annos; e confesso que ás vezes, á janella, me surprehendia a mim proprio, n'estas noites tepidas de Lisboa, devaneando saudades archeologicas, e ouvindo o meu jardim, todo abafado de laranjeiras, cedros, e latadas, e todo perfumado de violetas, falar-me com a maior insistencia nos bons dias do paço antigo, do seminario, e do templo de S. Bartholomeu.

[1] Veja-se a *Hist. Gen.* Provas. T. v, pag. 679.

E ainda mais augmentou a minha *devoção,* quando uma vez o proprietario, e meu senhorio, mandando excavar encontrou dois capiteis velhos, carcomidos, de estilo romanico talvez, e tão genuinos, que os conservou. Eram sabe Deus o quê: fragmentos de alguma porta, membros da arcaria de algum claustro. Copiei-os. Infelizmente, por mais que os tenho interrogado, nada me disseram ainda.

*

Quero agora offerecer aos curiosos uns versos... ainda a proposito d'esta residencia Real.

Possuia eu uma cadeira seiscentista, de coiro lavrado e pregaria amarella. Era porém unica do seu genero no meu gabinete. Ora o escriptorio do meu já citado amigo, no sitio approximado onde foi talvez (como eu, com pouco criterio, gostava de imaginar) alguma das dependencias do paço de S. Bartholomeu, estava por assim dizer a chamar pela minha cadeira solitaria, e a dizer-lhe:

—Vem para cá; tens cá uns lindos bufetes; tens outras cadeiras irmãs, que te apreciam, e que em tudo são dignas de ser tuas companheiras; tens uns contadores coevos; tens bellissimas jarras da China; por outra: estás entre a tua egualha. Ahi vês-te muito só, n'essa livraria dos Olivaes, entre mobilia moderna que desdiz do teu feitio. Vem! vem!

E, não sei como, a cadeira fugiu-me, e foi a correr pedir hospitalidade ao gabinete elegante e harmonico do meu amigo. Ella propria, n'uns versos de que ia acompanhada, narrava a sua vida. O meu

unico merecimento n'isto tudo, foi tel-a sabido escutar, e ter-lhe servido de amanuense. Os versos são d'ella. Oh! se a mobilia velha podesse falar!...

Escutem-n'a.

TRIBULAÇÕES DE UMA CADEIRA

Nasci, quando reinava (intruzo em terras nossas)
castelhano Leão.
Que de successos vi! que festas, que tristezas
presenciei desde então!

Guarneci já salões orlados de azulejo
em lares de senhor;
por companheiros tive o *bufete,* o *escriptorio,*
o *catle,* o *contador.*

Descançaram em mim setins, brocados, *razos,*
das damas mais gentís.
Vi bailar *tordiões,* ouvi cantar *doçainas,*
obodázes, arrabís.

Conheci muito nome illustre, e dei assento
a muita raça historica;
ouvi do seiscentista o galanteio, hypérbole
confeitada em rhetorica.

Ouvi da Acclamação as doidas alegrias;
e escutei, toda pasmo,
narrarem tal façanha os guapos cavalleiros,
candentes de enthusiasmo.

Era bem nova então! Raiou como uma aurora
seiscentos e quarenta.
Não me façam falar: tem um curso de historia
quem sobre mim se assenta.

Fui feliz; fui presada; era das modas ultimas;
tive um grande papel;
campeei sobre tapete, entre jarrões da China,
na sala do docél.

Erguendo o reposteiro á porta, moldurada
em nobres colgaduras,
via entrar o *galante,* affavel, garridissimo,
arrastando mesuras.

Deleitava-me ouvir das phrases estudadas
a amavel melopêa,
o comprimento, o chiste, as chronicas do *high-life*
da *inclyta Ulyssêa.*

Que praser, se arrastada ante o grupo das damas
por mãos senhoriaes,
ouvia discorrer Taroucas, Ericeiras,
Lafões, ou Cadavaes!

Mas tudo n'este mundo é contingente e ephemero;
quem m'o dissesse então!
Passei, como desfolha a flor da primavera
aos bafos do verão.

Não sei porquê, mas vi que a pouco e pouco entravam
para o nosso logar
cadeiras de outra forma! elegantes intrusas!
com seda no espaldar!

Que ciume que eu tive aos braços e ao curvado
d'essas gentís cadeiras!
mais doiradas, certo é, mais risonhas, mais commodas,
talvez, mas estrangeiras!

Pois venceu a invasão; triumphou Luiz Quinze;
foi essa a nossa paga;
e, por grande favor, deram-nos a escudeiros,
e eis-nos na sala-vaga.

Quiz protestar... não pude; e na larga ante-camara
nós, quasi sempre sós,
curtimos no ladrilho annos de opprobrio, á sombra
de uns retratos de avós.

Correu tempo. Uma vez, por morte de um meu amo,
fui vendida em leilão.
Como é triste fugir do saudoso theatro
da nossa creação!

Arrastou-me o destino á cella de um Mosteiro.
Ressonou sobre mim...
(quanta vez!) um pesado e rubicundo Abbade,
que rosnava latim.

E eu, de affeita ao palrar e ao setim das Condessas,
e á voz dos *ministreis*,
estremecia toda ao canto-chão fradesco,
e á fricção dos bureis.

Roubou-me em trinta e quatro um liberal faminto.
Ceos! e agora o verás:
fui vendida a um lettrado, e aturei-lhe dez annos
o *logo*, e os *provarás*.

Que vida! penei muito; e o captiveiro á banca
do irascivel Doutor
fez-me côxa co'o pezo enorme dos processos,
e ruça, e semsabor!...

Tão outra do que fôra, e já, com taes desgostos,
quasi tonta e imbecil,
fui dada a um Mestre-escóla, e aturei quinze invernos
a sucia pueril.

Servi-lhes de carteira, e de castello, e de asno!
montavam-me sem dó!
sem pensarem sequer (profanos!) que podia
ser sua trisavó!

Venderam-me outra vez; já carunchosa e trôpega
coube a uns judeus villões,
que ao balcão do agio torpe, em mim sempre sentados,
empilhavam dobrões.

Vi lagrimas correr; ouvi os improperios
do onzeneiro fallaz;
té que um dia escapei, por milagre ou ventura,
das maõs do Satanaz.

Foi-me um creado pôr n'um casarão de prego
(ignobil casarão!);
d'onde fui figurar na loja de um Ministro,
junto ao guarda-portão.

Via entrar de manhã submissos pretendentes,
e via o personagem
dar-lhes, com ar balôfo, esp'ranças e promessas...
já co'o pé na carroagem.

Ao caír o Ministro, eu tambem fui proscripta,
e atirada a um desvão.
D'ahi veio arrancar-me um collector do antigo,
quiçá por compaixão.

Fui adornar sosinha um quarto de estudantes;
republica burlesca,
onde (em vez de lições) gemia ao som dos copos
a banza truanesca.

Um andava a aprender para sabio de pôlpa
na Escola Polytechnica;
o outro, em S. José; já, por signal, usava
toda a *parola technica*.

Outro andava a cursar... não sei quê; mas nos bailes
é que elle era divino!
regia *cotillons* co'um garbo, que excedia
o Vestris, e o Justino.

Outro, tinha uma labia! era uma bocca de oiro
a beber, e a contar.
Outro, amava em poesia as loiras e as morenas;
e versos... a fartar!

E eu... só para elles cinco!! Um dia (que descanço!)
o meu dono casou;
e a noiva, que odiava o que era antigo e feio,
á margem me atirou.

Fui-me parar á feira. Ali estive; adquiriu-me
um Padre douto e serio,
e enfeitei muito tempo a livraria d'elle
no grave presbyterio.

Sabem? foi na Ericeira; uma casinha branca
no topo da azinhaga,
ao lado de um quintal pendente de uns fraguedos,
que o mar no inverno alaga;

um ninho hospitaleiro e pobre, como o dono,
que a seu geito o escolheu;
d'onde se escuta o mar, d'onde se esquece a terra,
d'onde se avista o Ceo!

Quantas vezes fui eu levada ao quintalejo
pelo bom solitario!
quantas vezes o ouvi, á sombra da figueira,
relendo o Breviario!

Aquella casa honesta é o porto e salvamento
de muito desgarrado,
que entra a chorar, confessa o mal, enxuga as lagrimas,
e sae regenerado.

Tive um tempo feliz. A velha, ama do Padre,
a santa avó Luzia,
sentada em mim fiava a sua estriga á noite,
e rosnava, e tossia.

E o gato, o egoistarrão maltez, todo lampeiro,
na ausencia do Prior,
repetenava em mim o lombo avelludado,
sem dizer: faz favor?

É que eu... era da casa; andava estimadissima,
e muito espanejada.
Por fim, morreu o Padre, e a velhita, e o bichano;
e eu fiquei desgraçada!

Vendeu-me o sacristão da Ericeira; alcançou-me
um saloio de bem;
e junto da arca antiga uns annos tomei ares
n'uma venda ao Cacem.

Chega um curioso Inglez uma tarde. Avistou-me;
apalpa-me; endoidece!
Compra-me a pezo de oiro, e lá vou eu mais elle.
—«John, compraste isso?»—
—«Oh! yes!»—

Era em Cintra o *chalet* do Inglez; na serra; entre arvores;
lá é que eu fui parar.
Loira e sutil, cantava a *lady* vaporosa
n'um piano d'Erard.

Fui morar n'um terraço ajardinado e verde,
sem frente para a rua;
e as Misses a chilrear vinham em mim sentar-se,
de noite, á luz da lua.

Chorava uma cascata em baixo. Cá por cima
tudo ria; o serão
era um praser continuo; albuns, leituras, musica,
dança, e conversação.

D'isto inda gostei mais (confesso) que do antigo,
do tempo em que nasci.
Só a Inglaterra sabe os segredos do ninho,
mas guarda-os para si.

Miss Mary era a mais velha, a mais grave, a mais santa
das filhas do meu dono;
figurinha ideal, dada por Deus ao mundo
n'algum luar de outomno.

Branca, de olhos azues, umas mãos afiladas
de Virgem bysantina;
mãe dos pobres do sitio, era a graça dos Anjos,
na graça feminina.

Ao lembrar-me de Mary, hoje a dormir nas sombras
do verde cemiterio,
vejo adejar ainda entre as nevoas da tarde
seu roseo vulto aereo.

Basta. Proseguirei na custosa Odyssêa.
Este Inglez desertou;
foi para a Escocia, creio, e fez leilão em Cintra,
com que me assassinou.

Passei d'ali... (meu Deus! estremeço ao lembrar-me
de infortunios assim!)
Fui do *chalet* cintrão, para um basar cahotico
da rua do Alecrim.

Ao principio alegrei-me; encontrei o meu tempo,
aqui ou acolá;
vi um bufete amigo; um cadeirão meu primo;
conheci um sofá.

Vi n'um canto um arnez, no outro as colubrinas
de antigos valentões;
tudo cheio de mugre, e a vergar sob o pezo
de nove gerações!

Tudo afumado! oppresso! empoeirado! lugubre!
Entre essas coisas mil,
passeava, de mãos atraz, o ferro-velho,
meditando um seitil.

Eu odeio um basar; e digo... (e faz-me lastima
quem não me comprehende)
não é materia vil, não é materia apenas,
que ali se compra e vende;

vendem-se muita vez memorias, pranto, amores,
sem dó, sem caridade;
vendem-se fibras d'alma, alegrias ingenuas,
abysmos de saudade!

Esmoreci ao ver-me ali. Mas passam mezes,
chega um original,
e leva-me comsigo, ás costas de um gallego,
ao Principe-Real.

Eu não sabia o que era um theatro; e o que penso,
de certo que o não conto.
Se o quizesse contar, sumia-me primeiro...
no buraco do ponto.

Era tudo a fingir! Bosques, salões, e templos,
tudo lona pintada;
o arrebol, alcatrão; Reis e Heroes, uns tunantes;
o amor... não cra nada.

Vi magicas sem fim; fiz de cadeira nobre
em mil melodramões,
e até fui alugada, e figurei de authentica
na casa do Camões[1].

—«Cadeira sem rival—dizia o *cicerone*
tocando-me com a mão—
«foi do Epico illustre; admirae, que é barato;
«senhores, um tostão!»—

[1] Por occasião do tricentenario um amigo meu alugou a casa onde falleceu Camões na calçada de Sant'Anna, mobilou-a de cadeiras seiscentistas, pôz um Camões, um Jau, e uma Anna de Macedo, tudo de cera, com um cicerone que não era de cera, e que mostrava aquillo tudo ao publico com um palavreado de convicção engraçadissimo.

Condemnada a escutar sandices anachronicas,
sem poder desmentir,
vingava-me em gemer, ou por todas as juntas
fartava-me de rir.

Fui posta em almoeda entre montões de nicas;
e eu, tão fidalga outr'ora,
corei quando me ouvi pregoar, computada
em dez tostões agora!

Captiva n'um barbeiro absurdo, reduziram-me
(quem não se rebellara!)
a ver escasquear freguezes impossiveis,
a tres vintens por cara!

Obrigaram-me a ouvir, dias, semanas, mezes,
conversações estyticas
a sujeitos do sitio, honrados pés bovinos,
versados em politicas.

D'elles já farta um dia, enchi-me de alma, e disse
de mim para comigo:
—«Vou correr mundo! E invoco as artes cabalisticas
«de um bruxo meu amigo.»

Tive azas, nem sei como; e corri n'uma nuvem,
em confuso escarceo,
para a Lisboa antiga, e entrei n'um lar sympathico
em San-Bartholomeu.

—«Foi n'este sitio, aqui,—me segredava o bruxo—
«o paço, onde, feliz,
«passou dias, talvez, o valoroso Affonso,
«e nasceu Dom Diniz.»—

Entrei; gostei do lar moderno onde o destino
me conduz a final;
tenho socego, e paz, e as patriarchaes venturas
do velho Portugal.

Vou ser a companheira, a inseparavel socia
de um fino entendedor,
e entre irmãs, conchegar-me ao bufete erudito
do meu novo senhor.

Encontrei tudo: apreço, e livros, e cavaco,
e nada de creanças,
que eu (bem o devem crer) esquálida macróbia,
já não estou para danças.

Alem do meu senhor, n'esta casa hospedeira
tenho dama gentil,
que ha-de por suas mãos trocar os meus invernos
no mais viçoso abril.

A amavel castellã, nas suas horas de ocio
sentada sobre mim,
ha-de ir bordar sosinha aos pés das suas arvores,
nas sombras do jardim.

E eu, remoçada e grata, hei-de assim remontar-me
á idade mais louçã,
sendo (quanto em mim caiba) hospitaleira e commoda
á amavel castellã.

No estudo hei-de ajudar, e inspirar, quanto eu saiba,
o poeta meu dono,
enchendo-lhe de sonho alegre e arroubos magicos
algum furtado somno;

prestando-lhe visões dos salões do bom tempo,
em que eu resplandecia,
e dando-lhe lazer, que o restaure no cabo
das frágoas do seu dia.

Depois hão-de acudir-me á cançada lembrança
os tempos meus antigos:
o Abbade, os *provarás,* o Ministro, o estudante
co'a guitarra e os amigos;

a Ericeira, o bom Padre e a sua santa velha,
Cintra co'as Misses brancas,
e o Principe-Real, e os melodramas tetricos,
todos sangue e carrancas.

Tudo ha-de parecer-me um sonho mal sonhado;
e hei-de diser talvez:
—«Quê?! saudades? nem sombra. A ventura é só isto;
«alcancei-a de vez.»—

Jubilada estou pois. Com rasão m'o augurava
o bruxo amigo meu.
Meu destino cumpri; vou descançar dois seculos
em San-Bartholomeu.

Lisboa 18 de outubro de 1881.

CAPITULO XIII

Analysa o auctor tres palacios da rua de S. Thiago.—Começa pelo que hoje tem o n.º 9.—Examinam-se os titulos do predio.—O «senhor D. Alvaro» avoengo da Casa do Cadaval.—Alguns traços da sua biographia.—Casamento d'elle com D. Filippa de Mello.—Pertence ao casal o palacio de S. Thiago.—Herda-o D. Rodrigo, 1.º Conde de Tentugal, e 1.º Marquez de Ferreira.—Por morte d'este herda-o o 2.º Marquez, D. Francisco de Mello.—Por morte d'este herda-o D. Constantino de Mello.—Habita aqui o Cardeal D. Henrique.

Ao concluirmos o nosso estudo de S. Bartholomeu, custa-me a resistir á tentação de examinar desde já o convento dos Loyos, por um lado, e a egreja parochial de S. Thiago, por outro. Resistirei. Ambos esses edificios são mais modernos do que estas parochias que trato do primeiro reinado. Entrarão a seu tempo, e no seu logar.

Comtudo estudarei os palacios da rua de S. Thiago fronteiros aos tres que analysei, porque em parte a historia d'elles todos acha-se ligada e confundida.

Começarei pelo predio que tem actualmente o n.º 9, um dos mais interessantes do sitio; a sua *genealogia* posso, por uma felicidade rara, authentical-a aqui pela primeira vez, graças á obsequiosidade do meu provado amigo o sr. dr. Xavier da Cunha, que, por interposta pessoa, o sr. Pedro José Pereira, obteve de emprestimo do possuidor, que era, em 1887, o distincto photographo Eugenio Rustan, todos os titulos antigos; essa serie curiosa de documentos vem jogar com outras indicações historicas, e prova mais uma vez aos donos de papellada velha, que n'estas materias nada ha inutil, e tudo serve, ou vem a servir.

Oxalá todos se portassem com a bizarra franqueza do mencionado Rustan, dono da *Photographia popular,* e já fallecido.

Vamos ao caso.

*

Entra em scena o avoengo primeiro da Casa do Cadaval, o *senhor D. Alvaro* (assim chamado), quarto filho do segundo Duque de Bragança D. Fernando I, e da Duqueza D. Joanna de Castro; nobre e distincto Portuguez, que deu toda a vida provas de energia e hombridade.

Era, como bem observa Ruy de Pina, *a pessoa mais principal, de quem El-Rei tudo fiava, e per cujo conselho nas coisas de mór preço mais se governava*[1].

Em annos muito verdes foi nomeado por carta de 11 de agosto de 1475 para o alto cargo de Chan-

[1] *Chron. de D. João II,* cap. VIII.

celler mór do Reino[1]. Depois d'isto encontro em 20 de novembro de 1478 uma valiosa doação que lhe fez seu irmão primogenito, o Duque D. Fernando II, do senhorio do Cadaval, Peral, e outras terras[2]; e poucos mezes andados, em Evora, a 1 de março de 1479, celebrava o senhor D. Alvaro um contracto subrogando uma quinta no termo de Santarem, com seus casaes e pertenças, a seu mencionado irmão, em troca de umas casas que este possuia na freguesia de S. Thiago de Lisboa, junto ao Mosteiro de Santo Eloy, unidas pela Duqueza mãe á capella que instituira no de S. Domingos de Lisboa.

É o rasto mais antigo que se encontra do predio que nos occupa n'este momento: ha quatro centos e dez annos.

Cotejando as datas, dir-se-hia que andava o Duque a organisar os rendimentos e a casa de seu irmão, com o fito n'algum auspicioso casamento, porque effectivamente seis mezes depois celebrava-se este por procuração.

Era Capitão e Governador de Tanger o Conde de Olivença D. Rodrigo de Mello. Em Tanger se achava a Condessa D. Isabel de Meneses, e sua filha D. Filippa de Mello; e ahi, n'uma sala do castello, perante os Condes compareceu, ido de proposito desde Lisboa, *o honrado Fernão de Lemos, cavalleiro,* procurador especial do senhor D. Alvaro; e perante testemunhas, Lopo Pires, contador por el-Rei, Vasco da Gama, Affonso da Gama, Gonçalo Serrão,

[1] *Hist. Gen.*, Prov., t. v, pag. 475.
[2] Id., Ibid., pag. 476.

Fernão de Azevedo, almoxarife de Tanger, Gonçalo Vaz, adail, e Affonso Mendes, todos elles cavalleiros, se realisou por procuração o casamento do senhor D. Alvaro com a filha do Governador, em 18 de setembro de 1479; era esta donzella, filha unica, uma opulenta herdeira, a quem seu pae deu em dote avultados cabedaes[1].

Foi agitada a carreira do irmão do justiçado de Evora. O peso do sceptro ferreo de João II sentiu-se cruamente n'aquella familia. Deus perdôe aos corações duros. Desterrado em Castella, por lá se demorou D. Alvaro, e de lá escreveu a el-Rei uma celebre carta, que D. Antonio Caetano de Sousa extrahiu do cartorio dos Bragançás, e que é monumento de franqueza e cordura. Não sei (devo confessal-o) se chegaria ao seu destinatario, porque, observa o editor, *parece que não está acabada;* mas comtudo é um protesto vibrante de verdade[2].

Como mostra unica da *compaixão* do empedrenido Monarcha, apparece uma carta d'elle, em 26 de junho de 1484, permittindo a D. Filippa de Mello, que se fosse *para o dito seu marido onde quer que elle estever fora destes regnos*, podendo a de mais levar comsigo o que lhe aprouvesse da sua fazenda movel[3].

E já não era pouco!

Quando melhoraram os tempos, quando ao ferrenho D. João II succedeu seu primo, bafejaram boas aragens o destino do exilado D. Alvaro. Trans-

[1] *Hist. Gen.*, prov., t. v.
[2] Id., ibid., pag. 492.
[3] Id., ibid,, pag. 499.

creve Damião de Goes uma carta d'el-Rei D. Manuel a este seu parente, escripta de seu proprio punho, e que dizia assim[1]:

Honrado primo:

Vi ha carta que mescreuestes, perque me fazeis saber da vinda do Duque meu sobrinho, e vossa, folguei por ser tão cedo, e pareceme bem ser logo sem mais detença nenhũa, e vossa vinda seja a Eluas, e a Estremoz, e dali ao Vimieiro, e a Monte mór, e aqui sem sesperar mais recado. Dizemme que algũs criados do Duque vosso irmão fallão em el Rey meu senhor, que Deus haja, quomo não deuem, encomendouos que sejão todos bem auisados, per vos, e meu sobrinho, porque me pesara muito disso, e certo se algũs ho fezerem receberião de mi grão castigo, porque assi he razão. Haja meu sobrinho esta carta tambem por sua por ser mais em breue esse despachado de minha mão. Em Setubal a xxuj. dias Dabril, El Rey.

Permittia pois o senhor Rei D. Manuel aos expatriados a volta aos lares; um dos que mais saudosos entraram foi sem duvida o marido de D. Filippa de Mello; e quando estivesse em Lisboa havia provavelmente de habitar esta mesma casa, a que tanta amisade o ligava, e que lhe fôra agora restituida, depois de confiscada pelo matador do Duque de Vizeu.

*

Este historico palacete, herdou-o por morte de D.

[1] *Chron. d'el-Rei D. Manuel.* P. I, cap. XIII.

Alvaro em 4 de março de 1504 o seu primogenito, o primeiro Conde de Tentugal, e primeiro Marquez de Ferreira desde 1534, D. Rodrigo de Mello; e, segundo se vê, ahi continuou residindo a viuva do senhor D. Alvaro, visto que em 11 de julho de 1505 *nas casas da senhora D. Filippa de Mello mulher do senhor D. Alvaro que Santa Gloria haja*—diz um documento authentico[1]—se tratou o casamento de uma filha do fallecido, irmã do Conde de Tentugal, D. Maria de Meneses, com o Conde de Portalegre.

Em 15 de março de 1510 el-Rei D. Manuel, estando em Almeirim, permitte que seu sobrinho, o referido Conde de Tentugal, D. Rodrigo de Mello, dê como garantia ao dote de sua futura mulher D. Maria, filha de D. Pedro Porto Carrero, entre outras muitas coisas *as suas casas de Lisboa*[2].

Por fallecimento d'esse Conde de Tentugal e Marquez de Ferreira, passou o predio para o primogenito, o segundo Marquez de Ferreira D. Francisco de Mello, que em 13 de agosto de 1549 morava n'estas suas casas de Lisboa. Ahi celebrou o seu casamento com a senhora D. Eugenia, filha do Duque de Bragança[3]; e ahi mesmo em 18 de novembro de 1553 firmaram ambos um contrato com seu sobrinho D. Alvaro de Mello[4].

Do Marquez D. Francisco passou o palacio para seu filho D. Constantino *de Mello* (como lhe chama a propria mulher d'este senhor em documentos vistos

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. v, pag. 501.
[2] Id., ibid., pag. 508.
[3] Id., pag. ibid., 546.
[4] Id., ibid., pag. 545.

por mim nos titulos a que me referi), ou *de Bragança* (como lhe chama o epitaphio em Evora[1]). Foi D. Constantino Commendador de Moreiras na Ordem de Christo, da apresentação da Casa de Bragança. Captivo em Alcacer em 1578, e resgatado, veiu a ser do Conselho de D. Filippe I, por carta de 26 de fevereiro de 1601 (na qual o Rei lhe dá o tratamento de seu *muito amado e presado sobrinho*) e do Conselho de Estado de D. Filippe II. Succedeu no morgado do Maranhão, como herdeiro de seu tio D. Constantino de Bragança, fallecido em 1575, e acabou na sua casa de S. Thiago em 16 de agosto de 1607[2].

Foi D. Constantino de Mello casado duas vezes; do primeiro matrimonio não houve successão. Casou depois com D. Brites de Castro, filha de D. Fernando de Castro, capitão de Chaul, e de D. Isabel Pereira.

*

Tambem n'este palacio habitou o Cardeal Infante D. Henrique. Em que anno não sei eu; e esta mesma noticia alcancei-a pelo maior dos acasos, do modo que vou dizer.

No Codice manuscripto da Bibliotheca nacional de Lisboa A—4—5—, intitulado *Memorias para Historia Ecclesiastica de Portugal*, já citado e analysado n'um dos capitulos supra, existe, como lá disse, a lista de vinte e um palacios, ou casas grandes, em

[1] Vide a *Chronica dos Carmelitas*. T. II, por frei João do Sacramento. Liv. V, cap. XXIII.

[2] Vide J. C. Feo. *Mem. dos Duques*. pag. 26.

que se poderia accommodar o projectado Seminario. O quarto na ordem é este de que estou falando. Essa ordem mesma tem sua razão de ser; principia junto á Sé, segue ao Limoeiro, sobe a S. Thiago, ao pateo de D. Fradique, ao Castello, a Santa Cruz, divaga por S. Braz e S. Chrispim, desce ás Pedras Negras, e acaba no Rocio, entrando, como post-scriptum, ou coisa que lembrou depois, um palacio á Magdalena.

O quarto palacio na ordem adoptada, repito: vem indicado assim:

Item — Palacio do Conde de Tentugal, contiguo á Egreja de S. Thiago, no qual habitou o Ill.^mo Senhor meu, Cardeal Infante de Portugal[1].

Visivelmente trata-se d'esta mesma casa que nos occupa. Não podia haver demarcações mais exactas. Quanto á data é que ficamos em branco; só sabemos que devia ser antes de 1566, anno em que se fundou o Seminario, ao Chão da Feira.

Mas, pergunto, não tem todos os visos, todos os foros de authenticidade tal noticia? Fica pois provada por ella a residencia temporaria do Cardeal-Rei n'essa casa.

[1] *Item — Palatium Comitis de Tentugal contiguum Ecclesiæ Sancti Jacobi, in quo habitavit Ill.^mus Dominus meus Cardinalis Infans Portugalliæ.*

CAPITULO XIV

Por morte de D. Constantino, em 1607, herda o predio D. Brites de Castro sua viuva.—Avaliação em 1614.—Enumeram-se os filhos da nobre viuva.—É vendido o predio de S. Thiago a Antonio da Gama Lobo Pereira em 1619.—Conjectura ácerca de uns antigos azulejos de uma sala do palacio. —É subrogado este ao vinculo de Antonio da Gama.—Passa a herdar o vinculo D. João de Carcome Lobo neto de Antonio.—Vende este D. João o predio de S. Thiago a Alvaro Ferreira de Macedo.—Desavenças judiciaes terriveis e inconciliaveis entre Alvaro e D. João.

Fallecendo D. Constantino, herdou o predio sua viuva D. Brites. Em setembro de 1614 pedia ella a Balthazar Fernandes, escrivão dos orphãos, certidão da sua partilha, e por ahi ficamos sabendo que lhe pertencia esse assento de casas nobres defronte da igreja, *com todas as mais casas que correm d'elle até junto do terreiro do Limoeiro,* e que se alugavam *de per si a cinco moradores, com seus quintaes por de traz*; e todas em globo em 1614 partiam pelo

poente com o Mosteiro de Santo Eloy, pelo sul com moradas de Paulo Bezerra, pelo norte com terreiro, e pelo nascente com rua publica que seguia para o Limoeiro.

Convem saber que tudo isto, que hoje corresponde aos quatro predios (quasi todos de antiga feição) que formam o lado esquerdo da rua de S. Thiago, subindo, era então avaliado em 3:200$000 réis (ou 10:464$000 réis actuaes). Parece-me porém deduzir do que leio na certidão do escrivão da partilha, que só este predio era casa nobre; o mais eram edificações para aluguel, e sem nobreza.

*

Todo esse lote de propriedades, com quintal e cisterna, adveiu pois em 1607 a D. Brites de Castro, como acima indiquei, por fallecimento de D. Constantino, e para pagamento do dote e arrhas d'ella, nada tendo portanto que vêr com o dito lote a partilha dos filhos.

Estes (se ao leitor importa conhecel-os) eram:

1.º—D. Francisco de Mello, primeiro Conde de Assumar, grande general do seu tempo; seguiu inteiramente os interesses de Castella;

2.º—D. Fernando de Mello, Deão de Evora, Capellão-mór, Bispo eleito do Porto;

3.º—D. Alvaro de Mello, Grã Cruz de Malta, e general de terra e mar; devotado aos Castelhanos;

4.º—D. João de Mello, Carmelita;

5.º—D. Maria de Castro, que falleceu solteira.

Quanto á mãe de toda esta illustrissima ninhada,

parece que em viuva preferiu habitar Estremoz; ahi a vamos encontrar em dezembro de 1618, passando plenos poderes a um procurador, Christovam Ferreira, para a venda da casa de S. Thiago.

Vamos por partes.

*

Esta locução adverbial é bem cabida, visto como só uma *parte* do seu dominio é que a nobre viuva consentia então em vender. O naco ou fragmento separado agora, em 1619, tinha pelo lado de cima, isto é, para a banda de Santo Eloy, outras poisadas da mesma dona, onde então vivia de aluguel João Furtado de Mendoça, o presidente da Camara que recebeu a D. Filippe na sua visita a Lisboa em 1619; pela banda de baixo outras, que tambem tinham sido d'ella, mas que vendera ao Desembargador Lourenço da Gama Pereira, (são hoje os predios n.os 1 e 3, de apparencia vulgar e modernissima, pelos restauros que ha poucos annos lhe fizeram, predio que nos planos antigos da Cidade se percebe sahia um pouco fóra do alinhamento, excedendo sobre a rua o seu visinho de baixo).

Defronte das janellas do palacete de D. Brites ficavam, lá no outro lado da rua, ou terreiro, as janellas do terceiro Conde do Basto D. Lourenço Pires de Castro (o segundo Conde tinha morrido pouco mais havia de dois mezes). Era o palacio contiguo ao da Rainha D. Leonor, e que tambem fôra habitado por ella. Creio que a esse tempo estaria o Conde fóra de Lisboa, provavelmente em Madrid, ou em Evora, visto como n'esta sua casa habitava por então

um Antonio da Gama Lobo Pereira, fidalgo da Casa Real, Commendador de Santo André de Pinhel na Ordem de Christo, casado com D. Helena Mascarenhas, (e de certo) parente do supra-mencionado Desembargador Lourenço da Gama Pereira.

Este Antonio da Gama era já então inquilino de D. Brites no dito palacete (hoje Photographia), isto é: trazia-o de renda, mas não habitava n'elle. Desejou compral-o; e esse ajuste com a dona, então em Estremoz, como já disse, motivou a procuração que citei, passada por D. Brites de Castro em dezembro de 1618 a Christovam Ferreira.

Effectivamente comprou Antonio da Gama o predio cubiçado, por 900$000 réis (ou 2:946$000 réis actuaes), e 45$000 réis de sisa em 19 de janeiro de 1619, e no mesmo dia tomou solemnemente a sua posse.

Achou as casas muito damnificadas, e procedeu a amplas bemfeitorias, em valor, dizia elle depois, superior a 2:000 cruzados (ou 3:470$000 réis da nossa moeda).

*

Não haverá até certo ponto logar para suppôr que pertencessem ás faladas bemfeitorias os magnificos azulejos que ainda ha poucos annos eram esplendido enfeite de uma das salas da casa, e que, por iniciativa do intelligentissimo Marquez de Sousa Holstein foram comprados para o Museu da Academia Real das Bellas Artes?

Talvez. Eu nunca os vi; por não haver sala na Academia onde se espalmasse esse precioso painel,

foram todos os azulejos numerados, e encerrados em caixas, onde ainda se conservam.

Diz-me pessoa que muita vez os examinou indo alli visitar antes de 1854, anno em que falleceu, o proprietario Francisco de Sande Salema, que representavam uma formosa cavalgada de cavalleiros seiscentistas n'um terreiro ou praia, servindo-lhes de fundo um enorme quadro da Lisboa do tempo, com vastas dimensões, que permittiram desenhar com muitos pormenores os monumentos e as casas.

Que pena, que tristeza faz não se poder contemplar agora o quadro todo! Aqui é tudo assim. Está sempre Asmodeu atraz da porta (dou-lhe esse nome por civilidade, e para não o tratar tão cruamente como o rifão). Ou se inutilisam as coisas, ou quando se aproveitam vem uma circumstancia qualquer sumil-as. Assim mesmo, antes estejam alli os azulejos, do que em Inglaterra. Os nossos netos se regalarão com elles.

*

Ora Antonio da Gama Lobo, filho de Luiz da Gama Pereira e de D. Violante Freire, neto de João Freire Lobo, e de D. Mecia de Villa Nova, era bisneto de Christovam Freire de Andrade Coutinho, e de D. Violante Lobo. Esta bisavó vinculara ao morgado instituido por ella para seu filho João Freire em 1556, 13:333 réis com assentamento no Paço da madeira (cerca de 1:520$000 réis da nossa actual moeda); e elle por conveniencias de administração requereu licença para subrogar ao mesmo seu vin-

culo as suas casas de S. Thiago, em que ficou morando (compradas livres em 1619) em troco do padrão da quantia vinculada por sua bisavó. Por alvará de 8 de agosto de 1623 concedeu o Rei intruso a licença pedida.

O contrato da subrogação é de 27 de abril de 1624, feito na propria casa, que tinha ficado residencia da familia. Ahi, além de Antonio da Gama e sua mulher D. Helena Mascarenhas, habitava tambem (certamente muito idosa) D. Mecia de Villa Nova, avó materna de Antonio; e serviu de fiadora a todo o estatuido.

Mal imaginavam os contratantes o novello de chicanas emmaranhadas, labirintado de laços, e entupido de nós cegos, que d'esse seu acto havia de resultar, mais de setenta annos depois, aos seus vindoiros!

Logo veremos.

*

Temos por ora a Antonio da Gama Lobo na pacifica posse do seu predio comprado a D. Brites de Castro.

Houve varios filhos d'elle e de D. Helena Mascarenhas, já mencionada; mas fallecendo todos, herdou a casa a filha mais nova, D. Violante Lobo, a qual casou com D. Antonio de Cárcome, Commendador de Santo Antonio de Pinhel, fallecido a 29 de março de 1676.

Herdou a casa seu filho D. João de Cárcome Lobo moço-fidalgo d'el-Rei D. Affonso VI, capitão mór da armada da India. Este casou com D. Filippa Manuel

de Mendoça, filha de Pedro de Mello, do Conselho de Guerra e Governador do Rio de Janeiro, e de D. Thereza de Mendoça.

Em 1681 morava D. João de Cárcome Lobo ás Chagas. Se o seguissemos a 26 de fevereiro d'esse anno, vel-o-hiamos encaminhar-se para a travessa ou beco de Mata-porcos, viella feissima e muito antiga, entre as freguesias da Conceição e de S. Julião, e que parece retratada do vivo, com toda a sua pessima catadura, n'esta quadra da *Maria Parda* de Gil Vicente:

Ó travessa zanguizarra
de Mata-porcos escura,
como estás de má ventura
sem ramos de barra a barra!

Se perguntassemos quem era o dono de uma casa onde haviamos de ver entrar D. João, ouviriamos, que se chamava Alvaro Ferreira de Macedo. Se pesquizassemos, saberiamos que era natural do termo de Barcellos, mercador em Lisboa, casado com uma lisboeta, Catherina Ferreira de Abreu, e Familiar do Santo Officio por carta de 31 de Agosto de 1671 [1].

Presentes o dito Alvaro e um notario publico, declarou D. João de Cárcome trazer procuração bastante de sua mulher D. Filippa, e passaram sem demora ao negocio que alli os congregara. Era este:

Alvaro Ferreira tinha arrematado a casa de S. Thiago, comprada em 1619 pelo avô de D. João; e

[1] Torre do Tombo. *Inquirições* para *Familiares,* M. 1, N.os 19 a 26.

é curioso notar como já, n'esses sessenta e dois annos, tinham mudado inteiramente as confrontações: de um lado casas de um Antonio de Oliveira, escrivão da Chancellaria; do outro casas de um Domingos de Mesquita Teixeira.

Creio, por muitos indicios, que este nosso D. João era um bom gastador. Entrou pela herança de seus maiores como quem entra de adaga em punho por um aduar de berbéres. Deu á direita e á esquerda; e a prova mais frisante é que, depois da sua morte nas Caldas, em 23 de maio de 1696, seu filho D. Antonio de Cárcome Lobo, herdeiro do vinculo, fez renuncia inteira da herança, para se forrar a encargos imminentes, e limitou-se a haver os bens vinculares.

N'este contracto da rua de *Mata-porcos* (nome pittoresco!) a chacina foi, segundo creio, no bom de Alvaro Ferreira de Macedo.

A casa de S. Thiago, apesar das consideraveis bemfeitorias feitas pelo comprador avô de D. João, teve este de vendel-a; arrematara-a o dito Alvaro.

No preço porém iam inclusos uns 233$000 réis que representavam o juro do Paço da Madeira, vinculado, como o leitor ha-de lembrar-se, pela antiga D. Violante Lobo em 1556. Essa quantia cabia a D. João por via de torna, sendo obrigado a empregal-a em bens do morgado. Queria, visto não lhe pertencer já a casa de S. Thiago, a qual respondia pela somma, subrogar-lhe outras suas casas livres e isentas junto á ermida de Nossa Senhora do Alecrim, para o que dizia ter a provisão Real indispensavel. Pedia pois a Alvaro Ferreira lhe passasse para a mão esses bem-

aventurados e mirificos 233$000 réis, que lhe eram então muito necessarios (não diz para quê, mas está-se a ver: uns cavallos! uns guadamecins! um sarao nas Chagas!), e o caso é que os obteve e passou quitação.

*

Muito bem. Mas ninguem é eterno n'este mundo, nem sequer os morgados; e ao tempo do seu fallecimento deixou D. João a casa altamente compromettida, atravancada de litigios, e roída de crédores.

Vivia a sua viuva em 1701, mais os filhos, que eram:

D. Antonio de Cárcome Lobo, o primogenito;

D. Christovam, que morreu menino;

e D. Joanna Michaella, que veio a casar, e com quem nada temos.

Esse D. Antoninho serviu no regimento da Armada, casou com D. Josepha de Vilhena, e morreu a 15 de outubro de 1732. Mas não antecipemos. Estamos em 1701, cinco annos depois da morte de D. João.

Entendeu D. Antonio (e bem) achar-se defraudado de uma parte do seu rendimento vincular, pelo contracto oneroso celebrado entre seu pae e Alvaro Ferreira de Macedo. Em 31 de agosto de 1701, em audiencia do desembargador Antonio Rodrigues de Araujo, juiz do Fisco Real, achava-se presente um procurador de D. Antonio, allegando que o reo Alvaro fôra citado para entrar com o que devia, mas não aceitára a citação; (chama-se a isso fazer ouvidos de mercador;) pedia pois ao juiz o mandasse apregoar pelo porteiro do tribunal. *Apregoou-se,* ninguem

compareceu, deu-se portanto o reo por legalmente prevenido.

Poupo ao leitor os pormenores technicos do combate; é menos desagradavel ler em Barros ou Azurara a conta enfadonha das espadeiradas que levaram os moiros de Gôa, Arzilla, ou Tanger, do que descrever os floreios d'esta quezilenta esgrima judicial. Vamos ás conclusões.

*

Em audiencia de 9 de novembro seguinte, o reo Alvaro Ferreira apresentava os autos com a excepção peremptoria de carencia de acção; e pretendia provar que, supposto houvesse arrematado as casas de que se tratava, com o encargo de 233$000 réis de censo para o morgado do pae do autor, comtudo elle já em sua vida os recebera do reo, subrogando ao vinculo as casas do Alecrim, para o que se havia obrigado a impetrar faculdade de Sua Magestade. Tinha-se pois em sua consciencia o reo como livre e desobrigado do principal, e do pagamento annual do dito censo; pelo que faltava ao auctor o direito de acção. Quando tivesse tal direito (proseguia o reo) devia ser contra as casas em que D. João o tinha imposto, e não já contra as de S. Thiago. Não vivêra D. João ainda bastantes annos (quinze!) para chegar a alcançar a licença? e se a não alcançou, alcancem-n'a agora a viuva e os filhos, que são herdeiros legitimos, conformando-se com o contracto celebrado por seu pae em 1681.

*

O auctor combateu esses argumentos da seguinte maneira, estribando-se (com certa sinceridade) nas leis do seu tempo.

Apresentou uma inquirição de testemunhas provando que estava de posse do vinculo sómente, tendo renunciado a todo o remanescente da herança; certidão de obito de seu pae; e certidão de ter pedido e obtido na estação competente a abstenção completa de entrar na partilha dos bens livres do mesmo seu pae; e em 26 de março de 1702 allegou e demonstrou documentalmente:

1.º—que o censo dos 13$333 réis imposto por D. Violante Lobo sua quarta avó aos bens do vinculo, era vincular, e não podia mudar de natureza.

2.º—que o herdeiro d'esse vinculo era elle D. Antonio, e só elle.

3.º—que o reo era ao presente possuidor do predio em que se achava imposto o dito onus no preço de 233$333 réis, pelo haver arrematado conscientemente com tal encargo;

4.º—que portanto ficava evidente o direito de reivindicação do auctor ao dito encargo ou onus;

5.º—que não podia colher o argumento de haverem o pae e a mãe do auctor recebido do reo a quantia de 233$000 réis, visto não se provar que a subrogação se fizesse nunca, pois se tornava indispensavel beneplacito Real, que não houvera;

6.º—que toda e qualquer alheação de bens de na tureza vincular era irrita e nulla, e só podia subsis-

tir em vida de quem a fazia, extinguindo-se-lhe a força quando o morgado passava aos successores;

7.º—que, herdando o auctor sómente bens vinculares, não se achava obrigado a estar pela convenção da allegada escriptura, por isso que as dividas activas e passivas só passavam aos que herdavam direitos, a que o auctor aliás renunciou, como demonstrava.

Pelo que, exigia que o reo fosse condemnado a pagar desde 1696 em deante os foros decorridos, que pertenciam ao vinculo, e só ao vinculo.

Em 24 de abril, por sentença do desembargador doutor Antonio Rodrigues de Araujo, juiz do Fisco Real, era o reo condemnado no pagamento desde 1696.

E furioso, e com um caracter de lettra que lembra as iras do moiro Tarfe do romancero hespanhol,

esto el moro Tarfe escribe
con tal colera y tal rabia,
que donde pone la pluma
el delgado papel rasga,

traçou o seu procurador esta phrase sacramental:

Appello da sn.ca retro em audiençia a ratifiquará.
Ant.º glz.

*

Estava-se por acaso no segundo acto do drama? não; estava-se no quinto. O reo não appellou; de nada serviram os feros do seu procurador. Ferido no seu orgulho e no seu bolsinho, deixou o pobre Ferreira de Macedo correr os seis mezes do praso; e quando ao cabo d'elles foi citado para se lhe de-

clarar que desistia de vez, encontrou-o o official apenas convalescente de uma grande paralysia, fructo das raivas de tantos mezes de tribunal.

Ainda assim, acordaram-lhe de novo os brios, e em 3 de janeiro de 1703, n'uma quinta do filho, no Lumiar, passa procuração ao doutor Francisco Ayres Velloso para lhe tratar do negocio.

Este ainda fez um arrasoado de tres provarás, allegando a doença do reo, que o privara de pensar por mezes na sua demanda, e pedindo não se julgasse *deserta* a causa apesar de decorridos os seis mezes da lei.

O sophisma não valeu; pulverisava-o o simples exame das datas da certidão do medico etc.; e em 20 de setembro de 1703 a sentença do juiz Antonio Rodrigues de Araujo a fl. 83 v. do processo veiu pôr o ponto final por que suspirava D. Antonio Lobo, por que eu suspirava, e o leitor ainda mais!

Alvaro Ferreira teve pois de pagar a D. João a quantia de 99$250 réis (ou 128$460 réis de agora).

Foi uma victoria, de accordo; mas triste victoria!

*

Aqui parte-se-me o fio da narrativa. Não importa seguir a descendencia de D. Antonio de Cárcome Lobo e de sua mulher D. Josepha de Vilhena. Essa representação perdêra o direito util á casa de S. Thiago; creio porém não perdeu o que lhe assistia ao rendimento vincular annual por que ella respondia; mas não tenho meio agora de o verificar sem grande trabalho.

CAPITULO XV

Muda-se completamente a scena.—Marcos Vieira e Maria da Silva instituem em 1729 morgado d'este predio historico de S. Thiago.—João Vieira da Silva filho dos instituidores.—Casa com D. Josepha Joaquina da Fonseca.—Filha d'elles D. Maria Catherina da Silva Vieira, casa com Francisco Manuel da Costa Quintella.—Segue-se-lhes o filho, José Ignacio da Costa Quintella.—Quem eram estes Quintellas.—Passa o predio á familia Sande Salema.—Passa finalmente por compra a Eugenio Rustan.

Entram no meu tablado outros personagens. Passaram vinte e seis annos.

*

N'uma sua quinta em Chellas, termo de Lisboa, acha-se gravemente enfermo um proprietario abastado, por nome Marcos Vieira, casado com Maria da Silva, paes de um estremecido filho unico, João Vieira da Silva.

Dá a morte os seus lugubres rebates. Lavra o moribundo Marcos Vieira um piedoso testamento, a 21 de junho de 1729, por onde instituiu morgado de seus bens na pessoa de seu filho. Transportado o instituidor para Lisboa, onde possuia, na freguesia de S. Thiago, a casa que andamos estudando, n'ella passa d'esta vida para melhor em 4 de janeiro seguinte.

Ora essa casa mortuaria, e outra junto á Ermida da Victoria, constituiam além de mais bens, o assento do novo vinculo.

Como é que este predio tinha passado da posse de Alvaro Ferreira de Macedo para a de Marcos Vieira, é que não sei, e pouco importa. Provavelmente houve compra.

*

De Marcos Vieira e Maria da Silva ficou o mencionado João Vieira da Silva, marido de D. Josepha Joaquina da Fonseca; estes tiveram a D. Maria Catherina da Silva Vieira, que me apparece já em 1748 casada com Francisco Manuel da Costa Quintella, Alcaide-mór não sei d'onde, e Fidalgo da Casa Real.

Este Quintella, que assim entrava por cabeça de sua mulher na administração do vinculo de Marcos Vieira, era filho de um Desembargador do Paço, e Fidalgo da Casa Real, Ignacio da Costa Quintella, fallecido em 2 de janeiro de 1752, auctor, segundo Barbosa, da *Bibliotheca Jurisconsultorum Lusitanorum,* e casado com D. Maria Michaela de Sousa. Esta senhora era natural de Lisboa, e filha de Francisco

de Araujo e Sousa, cavalleiro da Ordem de Christo, e natural de Santa Eufemia de Calheiros, termo de Ponte do Lima, e de sua mulher D. Thereza Maria de Jesus[1]. O Desembargador, esse não lhe apurei a ascendencia.

Em 18 de janeiro de 1748 vejo esse Francisco Manuel da Costa Quintella tomar posse (por mão de um procurador) de alguns bens pertencentes á sua propria mulher: entre elles, uma casa no largo da Victoria, freguesia de S. Nicolau, e as *casas nobres, com entrada de pateo, e n'elle cocheira, cava-*

[1] Para maior clareza aqui vae a arvore:

Francisco Manuel da Costa Quintella, Fid. da C. R., Alcaide mór de...	Ignacio da Costa Quintella, Fid. da C. R. Dezbr. do Paço	Manuel João
	D. M.ª Michaela de Sousa, nat. de Lisboa	Francisco de Araujo e Sousa, Cav. de Xpt. n.al da freg. de S.ta Eufemia de Calheiros, termo de Ponte do Lima.
		D. Thereza M. de Jesus nat. de Lisboa
D. M.ª Catherina da Silva Vieira	João Vieira da Silva	Marcos Vieira.
		Maria da Silva.
	D. Josepha Joaquina da Fonseca	

lhariça, e palheiro, e casas de creados, na freguesia de S. Thiago.

Tiveram filho José Ignacio da Costa Quintella.

O tombo da Cidade, feito em 1755, designa o predio como pertencendo ao mencionado Francisco Manuel, dá-lhe por limitrophes ao nascente as casas de João da Silva Machado, ao poente, com 27 palmos de fundo, as do Desembargador João de Mesquita Mattos Teixeira, por frente sobre a rua 156 ½ palmos, e designa-as, depois do terremoto, como *quasi habitaveis*[1].

Administrava Francisco Manuel, por cabeça de sua mulher, a capella de Marcos Vieira; mas creio que, ou não tinha a boça de administrador, ou lhe corriam mal os negocios e a saude; o certo é que, não tendo podido cumprir os encargos piedosos e caridosos da instituição, foi muitas vezes citado para prestar contas na Relação perante o Provedor das capellas; até que, tendo caído, segundo se percebe, em grande mingua, foi-lhe penhorada a renda de um seu predio ao Chafariz-de-dentro, em 10 de março de 1756, pela quantia de 12$259 réis, que no fim do processo, em 24 de setembro de 1756, subia com as custas a 17$952 réis!

Passados trinta e seis annos, achava-se o misero homem em tal estado de forças e intelligencia, que a administradora dos bens do casal era sua mulher. É o que se tira de uns documentos relativos ao mez de abril de 1792.

[1] Copias por José Valentim, na rep. de mss. da Bibliotheca nacional de Lisboa.

Não vejo mais rasto de um nem de outro, até 20 de abril de 1812, em que topei com José Ignacio da Costa Quintella tomando solemnemente, em nome e como procurador de sua mãe D. Maria Caetana, posse da casa n.º 4 do largo de S. Thiago.

Em que pararam as economias e os devaneios aristocraticos do bom Marcos Vieira!

N'este predio historico moraram muitos annos os Quintellas; encontro em 1803 na casa n.º 5 (é esta mesma) morador Ignacio da Costa Quintella, então capitão de mar e guerra; e tambem em 1825, já Vice-Almirante. É este o illustre auctor dos *Annaes da Marinha Portugueza*, do Conselho de S. M., Grã-Cruz da Torre e Espada, Ministro de Estado, e Socio da Academia. Nasceu em Lisboa em 1763, falleceu a 6 de dezembro de 1838, creio que n'esta casa[1]. Existe o seu Elogio por Francisco Adolpho de Varnhagen nas *Memorias do Conservatorio*[2].

Creio que era irmão do Vice-Almirante outro escriptor, Agostinho Ignacio da Costa Quintella, Fidalgo da Casa Real, natural de Lisboa, e auctor do *Tratado para a cultura das vinhas em Portugal*, impresso em 1800.

*

Depois da posse da familia Quintella, outra vez se me quebra o fio de Ariadne, e salto a 1854.

N'este anno fallecia em 19 de abril, n'esta sua casa

1 Vide os *Almanacks* do tempo, o *Diccionario* de Innocencio, t. III, pag. 206, etc.

2 T. II, pag. 1 a 8.

da rua de S. Thiago, então n.º 5, Francisco de Sande Salema, natural de Beja, filho legitimo de Pedro de Sande Salema e de D. Anna Gaudencia Fortes Nobre. Era casado; e menos de um mez depois do fallecimento d'elle, a 14 de maio, pelas 10 horas da noite, dava á luz sua viuva, a sr.ª D. Maria da Graça de Sande Salema, um filhinho posthumo, Francisco de Sande Salema, que residiu sempre nas suas propriedades de Thomar.

Não sei como se vae entroncar esta linha de senhores vinculares do predio na de Marcos Vieira, ou na dos Quintellas, mas visivelmente representa ella o dito Marcos Vieira, visto como no inventario judicial a que se procedeu, e que tenho presente, ficaram pertencendo ao menor (além de muitos outros bens) estas *casas nobres, sitas na rua de S. Thiago n,º 5, freguesia dita, as quaes são vinculadas, verba n.º 692,* e outras ao Terreiro do Trigo, largo do Chafariz de dentro n.ºs 1 a 4, as mesmas, segundo creio, penhoradas em 1756 a Costa Quintella.

Foi Francisco de Sande Salema quem vendeu os preciosos azulejos da sua casa á Academia das Bellas Artes; isto é, salvou-os, porque bem podia ser que, lá para o futuro, algum iconoclasta analphabeto os mandasse deitar no monturo, para os substituir por bonitos papeis a 500 réis a peça.

Depois vendeu a propria casa ao sr. Magrinho; e este passado tempo ao photographo Eugenio Rustan.

Hoje pertence o predio aos herdeiros do mencionado Rustan.

CAPITULO XVI

Analysa-se agora um predio contiguo ao antecedente.— D. Marianna da Cunha de Castello-Branco e Manuel da Cunha Soares, os mais antigos possuidores que os titulos denunciam. — É-lhes penhorada a propriedade, e passa por successivas mãos, até ao actual possuidor, o sr. Antonio das Neves Martins.

Mesmo defronte do predio dos srs. Perys de Linde, levanta-se outro, cujos titulos pude vêr, porque (por intermedio espontaneo do meu amigo o sr. José da Cunha Porto) o actual proprietario, o sr. Antonio das Neves Martins, não teve a minima duvida em m'os emprestar. Agradeço ao sr. Martins a sua amabilidade, e o serviço que assim prestou ás antiguidades da Capital.

Entremos em materia.

*

Manuel da Cunha Soares, Commendador na Ordem

de Christo, e Fidalgo da Casa Real, era Juiz da Tabola Real na villa de Setubal (repartição, ou tribunal, que superintendia nos tributos do pescado etc.) Era filho de João Soares de Torneo, escrivão da matricula dos Moços-Fidalgos, e Commendador de Christo; e de D. Luiza da Cunha. Casado não sei com quem, teve um filho por nome José da Cunha Soares, nascido em Setubal.

Enviuvou Manuel da Cunha, e passou a segundas nupcias com uma senhora chamada D. Marianna da Cunha de Castello-Branco, que entrou no casal com varios bens, e entre elles um predio a S. Thiago. Ou por demasiada boa fé, ou por leviandade, viu-se o Juiz da Tabola obrigado para com a Fazenda pela quantia de 1:300$000 réis, em que o seu recebedor se deixou alcançar, e que não havia modo de obter d'elle, visto que o Juiz tivera a longanimidade de lhe não exigir a respectiva fiança. Por bem fazer, mal haver!

Foi penhorado Manuel da Cunha, estava visto, servindo de refens o predio de sua mulher. Assim o descreve um documento do mez de setembro de 1662:

Um assento de casas nobres, que estão na cidade de Lisboa, por cima de S. Thiago, junto á portaria do carro de Santo Eloy, que são de dois sobrados: o primeiro sobrado tem oito casas, e o segundo sobrado seis casas, e uma varanda descoberta, que fica para a parte do sul; e nos baixos d'estas casas ha cinco moradinhas, que se alugam de parte. Teem mais estas casas um pateo grande, em que ha umas atafonas com dois engenhos; e por cima casas em que vive o atafoneiro.

Partem do norte com rua que vae de S. Thiago para o mosteiro de Santo Eloy, e ao sul com quintaes e pateo de differentes pessoas, e ao nascente com casas de Antonio da Gama Lobo; e do poente com casas de D. Isabel. (?)

As confrontações actuaes combinam com essas tomadas em 1662. A casa parte ainda pelo lado norte com a rua que segue de S. Thiago para os Loyos (hoje quartel); pelo sul, isto é pelo lado do Tejo, com quintaes varios, das casas que ficam hoje defronte do Limoeiro, e com o pateo chamado «do Carrasco»; pelo nascente, isto é pela banda de baixo, com a casa dos herdeiros do photographo Rustan, que era (como já demonstrei) a dos Condes de Tentugal, comprada em 1619 por Antonio da Gama Lobo[1]; pelo poente emfim, partia o predio de Manuel da Cunha com outro predio que logo analysarei.

Foi a casa avaliada em mais do que a divida: 1:600$000 réis diziam os peritos; mas em 7 de outubro de 1662 arrematou-se por uma terça parte:

[1] Peço ao leitor queira recordar-se, de que ainda agora lhe mostrei que o predio de D. Constantino de Mello, vendido em 1619 para pagamento de arrhas de D. Brites de Castro sua viuva, confinava pela banda do Convento dos Loyos com outras poisadas da mesma D. Brites, e onde então habitava de renda o presidente do senado, João Furtado de Mendoça. Esse tal predio maior, vendeu-se em 1619 a Antonio da Gama Lobo; o de cima não sei; mas vejo que já em 1662 não pertencia á dita D. Brites de Castro, e sim a D. Marianna da Cunha de Castello-Branco, mulher de Manuel da Cunha Soares. Ha pois lacuna de posse entre D. Brites de Castro em 1619, e D. Marianna da Cunha em 1662; quarenta e tres annos apenas, que não posso preencher.

540$000 réis no juizo da Provedoria. Foi o maior offerente um doutor Antonio de Mattos de Mesquita, morador em Lisboa, a S. Christovam, e beneficiado na egreja de Santo Estevam de Alemquer.

Ahi rompe-se o fio; ou, pelo menos, adelgaça-se muitissimo. Da mão do doutor Mesquita passou por herança a casa (não consta quando) para certo homem, cujo nome não apparece[1], e de quem vieram a herdal-o umas senhoras, freiras ou recolhidas no Mosteiro de Odivellas. N'esta duvida de datas e nomes discorre mais de um seculo de posse; até que em 6 de agosto de 1781 compram a dita casa ás mencionadas Religiosas João Gonçalves, estanceiro, e sua mulher, Maria da Purificação.

Das palavras de um requerimento annexo aos titulos que examino, se deprehende que nas immediações de S. Thiago não causou ruinas o terremoto de 1755, a não ser n'este predio, e no outro seu confrontante pelo poente. Fixemos essa noção. Em 1781, por exemplo, segundo certo documento, parte do predio de João Gonçalves existia *com a ruina do terremoto*; e outra parte, *ainda que damnificada*, estava habitada.

Ora havia pouco mais de tres annos, que o estanceiro João Gonçalves possuia o predio, quando em 23 de dezembro de 1784 o vendeu pela quantia de 400$000 réis, com muitas concessões quanto ao modo

[1] Creio dever ser o Desembargador João de Mesquita de Mattos Teixeira, ou seu pae, visivelmente parentes do Dr. Antonio de Mattos de Mesquita. Esse João de Mesquita era em 1755 dono do predio, segundo logo mostrarei, quando tratar do predio limitrophe.

de pagamento, ao doutor João Carlos José Pery, Cavalleiro na Ordem de Christo, morador em Chellas, Escrivão da Meza grande da Alfandega grande de Lisboa, em 1791 morador *aos Loyos*[1], e membro da familia proprietaria do nobre predio fronteiro.

Apesar da asserção acima transcripta quanto ao destroço que padecera o edificio (asserção confirmada pelo baixo preço d'esta venda de 1784), qualifica-o a escriptura com o pomposo titulo de *casas nobres*.

As confrontações eram estas em 1781: pelo nascente a propriedade de Francisco Manuel da Costa Quintella, já conhecido, e dono da casa do Conde de Tentugal; e pelo poente a *propriedade arruinada* de José Bruno de Cabedo.

O estado do predio era egual, pouco mais ou menos, ao que descrevi; constava este de *uma loja e um andar apegado á mesma; outras casas, que se acham em tosco, que teem tres andares; e misticos a estas uns pardieiros grandes, que mostram ter sido casas nobres*.

D'aqui por deante nenhuma outra noção interessante se nos depara.

Era o doutor João Carlos José Pery casado com D. Marianna Ferreira da Gama, fallecida em 28 de agosto de 1802. Tiveram por filha D. Anna do Patrocinio Pery. Falleceu o doutor em 6 de abril de 1808. O predio de S. Thiago coube a sua filha, sendo-lhe adjudicado, depois de longa demora, em

[1] *Almanack* de 1791.

agosto de 1821, e tomando posse a nova proprietaria em 6 de outubro.

Esta senhora, D. Anna do Patrocinio Pery, que nunca tomou estado, entendeu dever dar de aforamento emphateusim perpetuo o seu predio de S. Thiago, então n.º 6 e 7, a uma gente sua conhecida, por escriptura de 21 de novembro de 1823; mas acontecendo que nem a emphyteuta nem seu marido pagavam os foros estipulados, D. Anna obteve a adjudicação do prazo, e a consolidação do dominio util e do directo, em 1835. Os ex-emphyteutas comtudo não queriam largar a casa, onde habitavam; até que em junho de 1838 foram judicialmente constrangidos a despejar.

Passam vinte e sete annos. Em 23 de dezembro de 1865 celebra D. Anna Pery escriptura de promessa de venda com o actual proprietario, o sr. Antonio das Neves Martins, dono de uma serralharia. É curioso transcrever aqui a descripção authentica do predio, para mostrar o seu estado n'esse anno:

Uma propriedade de casas situadas na referida rua de S. Thiago, com os n.os 6 e 7 antigos, e 11, 13, e 15 modernos, na dita freguezia de S. Thiago; a qual se compõe de lojas e sobrados com a sua loja de entrada, que dá serventia á dita propriedade; e no plano da mesma tem á face da dita rua uma loja grande, que serve de cocheira, e outra para o fundo; e no plano da loja de entrada tem uma loja com nove casas, e por cima de parte de uma d'ellas tem um sótão com uma só casa; e por cima das ditas lojas tem mais seis casas, com uma escada de serventia interior por dentro; e por cima tem um quarto nobre

dividido em cinco casas; e por cima, em parte das ditas casas, tem uma agua furtada geral; e no mesmo pavimento tem uma casa que serve de cosinha, e outra de casa de jantar; para o lado do nascente tem mais umas casas subterraneas com uma serventia para o quintal, dividida em cinco casas, em que entra co-cheira, cavalhariça, e palheiro; e para o fundo tem um quintal murado em roda, com parreiras, e uma figueira, e com outras mais pertenças e serventias.

Realisou-se a venda definitiva ao sr. Martins em 14 de abril de 1866, e em 5 de maio tomava posse o novo proprietario. Os n.^{os} 11 e 15 eram portas das lojas; o n.^{o} 13 a escada para o primeiro andar.

O sr. Martins reedificou a frontaria segundo o plano que lá se vê, e ahi installou a sua magnifica serralharia.

CAPITULO XVII

Analysa-se agora o outro predio contiguo para a banda do poente.—Foi tambem pertença do casal de Manuel da Cunha Soares.—Pelo casamento de uma filha d'este, D. Luisa Maria da Cunha, entra o predio na posse dos Cabedos de Setubal. —É vendido em 1866 ao sr. Antonio das Neves Martins.

Pegados, pelo lado do poente, com o predio acabado de analysar, de D. Anna Pery, levantavam-se uns pardieiros velhos, que deviam ter sido um verdadeiro encanto archeologico: paredes certamente historicas, e que oxalá possam narrar um dia de si o que eu não consegui ainda alcançar.

Pertenciam á familia Cabedo, de Setubal; foi a genealogia, quem me pôz na pista da linha por onde esse predio adviria certamente á casa dos Cabedos. Vejamos se me posso explicar.

O supra-mencionado Manuel da Cunha Soares foi, como eu já disse, casado com D. Marianna da Cunha de Castello-Branco. Esta senhora é que entrou no

casal com varias propriedades; entre ellas a confinante pelo nascente, a qual vimos penhorada pelo alcance do recebedor subordinado do Juiz da Tabola, e esta, pegada com os Loyos. Aquell'outra vendeu-se, e foi seguindo o destino que indiquei; esta passou por morte de Manuel da Cunha para sua filha, e herdeira, D. Luisa Maria da Cunha. Relações de familia em Setubal (está-se a perceber) determinaram o casamento d'esta D. Luisa com um cavalheiro da mesma cidade, José de Cabedo e Vasconcellos, senhor da casa dos Cabedos, Cavalleiro da Ordem de Christo, e que houve, por cabeça de sua mulher, o officio de seu sogro: Juiz da Tabula Real de Setubal e das Almadravas de Cezimbra.

Aqui temos pois a casa dos Cabedos de posse do predio limitrophe com Santo Eloy. N'ella se perpetuou até José Bruno de Cabedo e Vasconcellos Sardinha do Couto, primogenito do primeiro Barão do Zambujal, Jorge de Cabedo, titulo e casa que hoje teem a sua representação no sr. Jorge de Cabedo de Lencastre.

Em 1866 era dono do predio da rua de S. Thiago o dito José Bruno, respeitabilissimo cavalheiro, nascido em 1810, e a quem o seu precario estado de saude obrigara a tutoria. Era o tutor o honrado D. Sancho Manuel de Vilhena e Saldanha, dos senhores de Pancas.

Por motivos puramente administrativos da fortuna do seu curatellado, entendeu o tutor, de certo muito bem, vender umas fazendas do interdito em Setubal, e o pardieiro de S. Thiago, o qual pardieiro (diz o tutor em requerimento) *nem tem serventia propria*,

rendendo apenas a quantia annual de oito mil réis. Era justamente a occasião de se achar em venda o predio contiguo, que lhe dava serventia, segundo se lê no mesmo papel; e esse ensejo poderia facilitar a venda.

Reuniu-se o conselho de familia, composto de D. Sebastião Antonio Maldonado, D. Diogo Maria de Almada, Francisco de Carvalho Daun e Lorena, e o curador *ad bona* D. Sancho Manuel de Vilhena e Saldanha. O conselho deliberou auctorisar a venda proposta.

Assim era descripta a propriedade:

Um terreno, ou quintalão, no largo dos Loyos, freguesia de S. Thiago d'esta cidade, que apenas... tem paredes em grande ruina, e n'ellas alguma cantaria.

Que triste descripção! que destroço revelam essas poucas palavras!

A medição, a que se procedeu em 12 de março do citado anno de 1866, era assim:

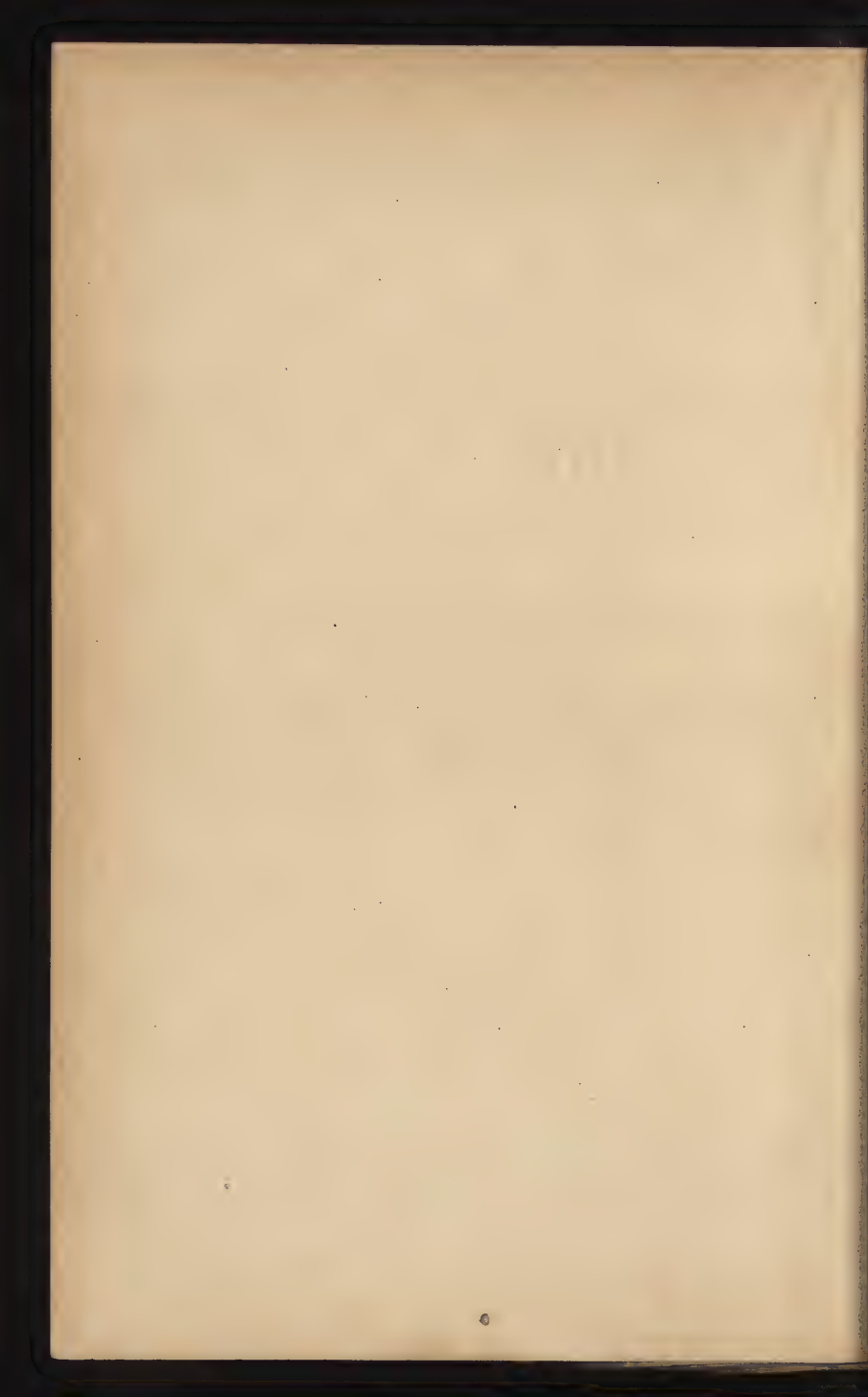
Principiando do nascente de encontro ao poente, pela frente da rua de S. Thiago (lado norte) achavam-se de comprido 23 metros e 64 centimetros. Virando do norte de encontro ao sul pelo lado do poente (Loyos), 36 metros e 90 centimetros. Virando do poente de encontro ao nascente pela banda do sul (face do Tejo) 20 metros e 65 centimetros. Finalmente, virando do sul de encontro ao norte pela parte do nascente (predio Tentugal), onde principiou a medição, 34 metros e 81 centimetros. O centro d'esta area tinha *uns casebres em pardieiro, com uma cisterna para agua de chuva,* e era todo murado em

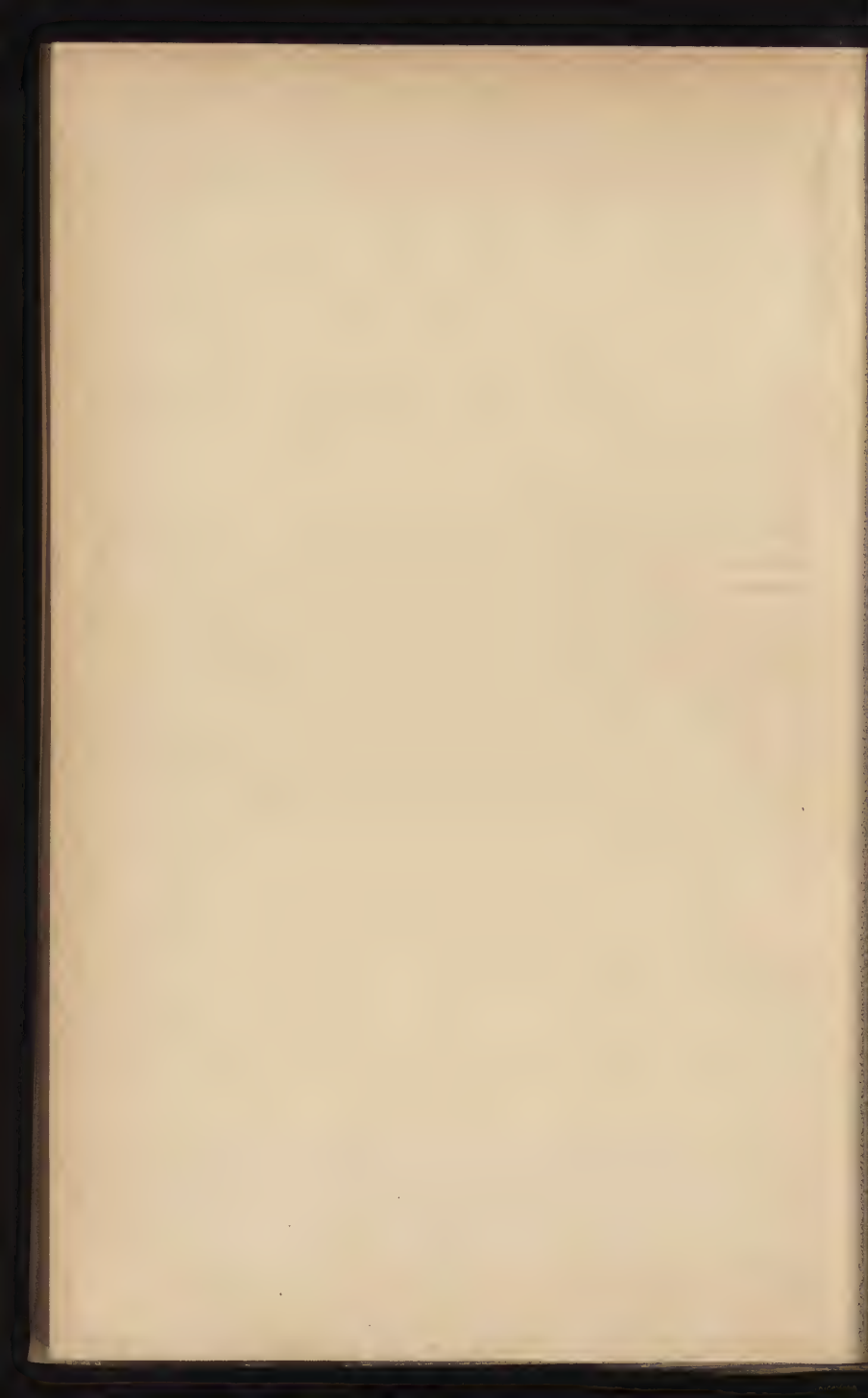
volta, com uma porta de serventia sobre S. Thiago, com o n.º 17.

Avaliado o predio em 450$000 réis, foi á praça em 12 de maio. Não houve licitante. Tornou em 9 de junho, e arrematou-o com o abatimento da quinta parte, por 400$000 réis, o sr. Antonio das Neves Martins, representado pelo seu procurador o sr. Domingos José Vieira da Cruz.

*

Ficarei por aqui. Mais haveria que descrever, mas já falta o espaço.

Examinei uma boa somma de edificios em tão pequenina area. Oxalá se me deparassem sempre tantos e tão bons titulos como d'esta vez se me depararam, graças á obsequiosidade dos srs. Eugenio Rustan, José Firmino Pery Guerreiro de Amorim, Antonio José de Carvalho, Antonio das Neves Martins, Pedro José Pereira, dr. Xavier da Cunha, Gerardo Augusto Pery de Linde, e José da Cunha Porto. A todos renovo cordeaes agradecimentos.

LIVRO IX

APONTAMENTOS PARA QUADROS
DO VIVER
DOS ANTIGOS PAÇOS REAES
EM PORTUGAL

... Vós, Patria e senhora minha, cujas frontes vão copiosamente enlaçadas, como victoriosas, com triumphaes e militares louros; estas alegres flores, suaves por meu desejo, colhidas em vossos saudosos e bemaventurados campos, vos consagro e dedico; que, posto que em vossos altos louvores e prolongados merecimentos hajam novos aventajados escriptos para vos eternisar, comtudo vós, como alta princesa, estimae agora estes nossos, offerecidos com alma, abrazados em perpetuo amor, verdadeiro symbolo do que vos quero e amo.

ANTONIO COELHO GASCO
Primeira parte das antiguidades da mui nobre cidade de Lisboa—fl. ultima.

CAPITULO I

Dispõe-se o auctor, a proposito do paço de S. Bartholomeu, a estudar alguma coisa da vida das Côrtes antigas.—Entra-se no assumpto.

Visto que nos antecedentes capitulos tratei de paços Reaes, e paços tão illustres como aquelles, suspeito que não desagradará ao estudioso das antigualhas lisbonenses o deter-se umas horas averiguando agora alguma coisa do viver das antigas Côrtes portuguezas.

Pouco poderei dizer; pouquissimo; e entretanto, não me soffre o animo deixar de repartir o que tenho, com as pessoas que se entreteem em perscrutar taes segredos. Este pouquissimo que vou dizer servirá de nucleo a novas investigações. Com estudos ulteriores irei accrescentando o meu haver, e muito agradecerei a quem quizer encaminhar-me, dando-me indicações novas no assumpto. Tudo serve; em Historia não ha minucias importunas.

O que vae lêr-se, entra no volume, como disse, a

proposito do paço de S. Bartholomeu. Confesso que n'este momento não me posso desprender de um enxame de ideas fugitivas, multicores, que me estão a negacear d'entre os livros velhos, como vultos de fadas a dançar a uma réstea de sol n'um quadro de Bouguereau. Não lhes resisto.

Quem lidá por uso e costume com os pergaminhos da Historia, tem visões que lhe parecem realidades; assiste em pessoa a scenas passadas ha centos de annos; trata, como amigos, personagens cujo nome as proprias loisas esqueceram. É o que me succede. Sinto nostalgias das expedições de D. Affonso V, dos torneios e justas de D. João II, das opulencias e alegrias de D. Manuel, das devoções melancolicas de D. Duarte, ou das caridosas peregrinações de Isabel de Aragão. Tudo isso conheço, tudo tratei de perto, a tudo me affeiçoei.

*

Era-me pois de certo muito agradavel agora conseguir deixar n'esta *Lisboa Antiga*, onde tantas memorias vão conscienciosamente armasenadas, um esboço do viver da nossa velha Côrte, um quadro pittoresco e rapido do que eram, ou podiam ter sido, em varios periodos historicos, as relações do Rei com os cortesãos, dos cortesãos entre si, e da Côrte com a Cidade. Por desventura faltam-me os materiaes; e com os que possuo, quasi nada poderei alcançar.

Tenho descripto tantas minucias do viver plebeu, burguez, e senhoril da velha Capital, que não deixaria de ter cabimento agora algum desenho do seu viver

Realengo; e apesar da escassez das tintas, tentarei o quadro, quando mais não seja, esboçado a simples traço. Entrarei com o meu leitor no lar dos nossos Reis; penetraremos n'aquellas regiões elevadas, a que o velho Antonio Ribeiro parecia ter tanto medo, que não duvidou escrever no seu auto *Pratica de oito figuras* estas palavras:

> *..... Quem cuidasse,*
> *ante que no Paço entrasse,*
> *o que ha-de ser ao diante,*
> *certo que escolhesse ante*
> *coisa com que se matasse.*

E já o Camareiro-mór do Rei «Feliz», o poeta D. João Manuel (bom conhecedor sem duvida), affirmava, no *Cancioneiro* de Garcia de Resende, que não havia

> *nem Caribides nem Scylla*
> *perigosas mais que o Paço.*

Curiosos avisos a veleidades cortesãs! Mas eu, que não sou cortesão, e sou apenas devaneador, não vejo de que haja de temer-me.

E tambem, a bem dizer, quasi que era desnecessario subir as escadarias dos paços da Alcaçova, de S. Bartholomeu, ou da Ribeira, para pintar á luz das chronicas o antigo viver Real; encontravam-se d'elle muitas feições caracteristicas na maneira como viviam, ainda ha bem poucas dezenas de annos, as familias do patriciado. O trabalho do copista cifrar-se-hia pois em augmentar.

O que nós todos ainda presenceámos, ahi por essa Lisboa, quando as Casas vinculares de primeira ordem estavam de pé em todo o seu esplendor, era a tradição, já enfraquecida mas reconhecivel, dos usos da Côrte velha: a união da familia; a presidencia nata, indiscutida, absoluta, do pae, não só como pae, mas como chefe dynastico; a preeminencia do primogenito, como representante genealogico; a submissão dos filhos segundos; e emfim, a protecção hereditaria á creadagem, que nascia no lar de seus senhores, d'alli casava, alli morria muita vez, e representava os dois antigos elementos cortesãos: *dama*, e *moço-fidalgo*.

*

Hoje tudo isso mudou consideravelmente. Ha um proposito firme de destruir a familia, relaxando as ligações dos seus membros. Aluido o solar, alheada e transformada a casa onde successivas gerações tinham nascido e morrido, vendidos aos ferros-velhos os retratos dos avoengos, passou a familia a habitar de aluguel em qualquer parte, e dispersou o sanctuario dos habitos venerandos. Theatros, caffés, e clubs, deram afrancezadamente cabo do conchego da velha casa paterna; e o mancebo, a quem cortaram o fio das tradições, habituou-se ao viver moderno, que é um viver sem base, e sem fito; sem passado, e sem porvir.

Ora o proprio Paço, com a democratisação dos seus usos e costumes, desde 34 para cá, alterou a sua maneira de ser, e refez-se ás modas ultimas.

Quero mal (digo-o francamente; porque não?)

quero mal ao que a Lei perpetrou com a abolição total dos vinculos. Foi isso (depois da extincção das Ordens religiosas) um dos mais insensatos desmandos do regimen constitucional. Na sociedade a tradição é utilissima; sem a hereditariedade a tradição é quasi nulla; e sem a estabilidade tal ou qual dos haveres e das honras é impossivel a hereditariedade. Logo, pensaram com menos acerto os abolidores dos vinculos, olhando para elles só pelo ponto de vista economico, e derrubando uma instituição que precisava apenas reformada; reformada no que tinha de abusivo; reformada em harmonia com certas exigencias do seculo; reformada como fez a Inglaterra, que substituiu a vinculação perpetua pela vinculação temporaria, renovavel á vontade do ultimo pussuidor.

*

Mas, deixando essas lamentações, muito sinceras, muito insuspeitas, mas muito inuteis tambem, forcejemos observar o que passava na casa dos Reis, e auxiliemo-nos da observação do que passava na casa dos grandes. É que na existencia social todos mais ou menos são servos, e senhores; servos de alguem, ou de alguma instituição, amos e senhores no proprio lar. Os vassallos, que em sua casa regiam numeroso estado de servidumbre, iam cumprir no paço de seus Reis os misteres de servos e apaniguados, pupillos e defensores. Possuia o opulento fidalgo antigo officiaes mores e menores, capella, estrebaria, e canil, educandos, e até bobos; tu-

do, em ponto reduzido, modelado sobre o que via no paço do seu senhor.

Com o volver dos tempos, com a invasão das ondas democraticas, modificaram-se muito as feições das etiquetas Reaes; caducaram para os nobres parte das obrigações quasi humilhantes que os agrilhoavam á Realeza, e transformaram-se, com a desvinculação e a evolução dos costumes, os usos do lar domestico.

Assim mesmo, duraram muitos seculos esses usos peculiares e especiaes. A escassez de communicações de Portugal com a Europa, sempre mais culta que a Peninsula, deixava os costumes n'um atrazo, n'um pasmado, que havia por força de ferir os forasteiros. Quem viesse de correr as sete partidas, quem voltasse de assistir ao concilio de Basilêa, quem regressasse do cerco de Tunis pelo fastuoso Carlos V, quem recolhesse de uma peregrinação a Roma ou a Jerusalem, havia de saborear na côrte de Evora, de Coimbra, ou de Lisboa, o vetusto de certas usanças, nossas e muito nossas, o patriarchal e primitivo de certas modas de banquetes e bailes, de audiencias, de etiquetas elegantes, de alfaias caseiras.

*

Pois digam-me se ainda hoje um viajante, que volte de assistir aos ceremoniaes da côrte do Rei da Suecia ou do Imperador de Austria, não achará mais viva, ao entrar na de Lisboa, a preciosa nota antiquada dos nossos porteiros da canna com as suas capas e as suas varinhas, dos nossos archeiros com

os seus trajos tão antigos e vistosos, com os seus pifanos e os seus tambores, dos nossos officiaes-móres com as suas insignias muito de cá, dos nossos batedores, dos nossos passavantes Santarem, Tavira e Cochim, dos nossos arautos Lisboa, Ceuta e Goa, dos nossos reis de armas Portugal, Algarve e India, e de tantas preciosas singularidades, conservadas (por fortuna) entre o diluvio das innovações! E isto é hoje! no seculo do vapor! n'um tempo em que os Soberanos viajam com frequencia, e em que a atmosphera social se renova de continuo! E isto é nas camadas mais altas da sociedade, que tendem, e tenderam sempre, e em toda a parte, a adoptar e nacionalisar os trajos, os adornos, os usos forasteiros!

Não é certissima essa tendencia? não é na sociedade elevada que reinam e dominam com senhorio absoluto as modas de fóra? não é ahi que dictam a lei os alfaiates e modistas do estrangeiro? não é ahi que se infiltra com preferencia o gallicismo de prosodia e de syntaxe? não é por ahi que principia sempre a renovação da seiva intellectual n'este grande organismo chamado a Nação? é sem duvida.

D'onde isso provem, é que eu não sei. Será de homenagem tacita ao que se reputa sempre melhor na terra estranha do que na propria? do desejo de alardear que se viajou? do gracioso e hospitaleiro rendimento de respeito aos viajantes que nos visitam?

*

Em contraposição, e como equilibrio, existe e reside nas classes baixas populares uma vocação in-

nata para conservar intactos os usos antigos, os trajos e as feições tradicionaes. Ao passo que a moda nas classes subidas varía com as estações, com os mezes, com as semanas, o Povo não larga senão a custo, e em ultimo caso, os seus geitos peculiares de trajar, falar, e pensar. Reage, sem o saber; vae de vencida, mas lucta sempre.

A crescente communicação das nações todas entre si, e das provincias umas com as outras, tende a uniformisar a feição sumptuaria dos varios povos; tende, mas nunca o ha-de conseguir. A sociedade escolhida traja do mesmo modo em toda a Europa; reina a casaca e o chapeo alto; mas procurem o plebeu, o camponez, o montanheiro, desde Portugal até á Russia, e vejam que variedade estupenda de trajos inconfundiveis se não alastra por esses milhares e milhares de aldeias e villas!

Logo, digo eu: embora Portugal se visse antigamente apartado de todos os grandes centros da civilisação europêa, embora reagisse com a sua inercia (ainda hoje tão pronunciada) para o estacionamento, embora pugnasse na sua immobilidade em favor dos usos velhos, embora no seculo XIII, ou no seculo XVI, a Côrte portugueza conservasse feições puramente suas, e que a desirmanavam das outras côrtes, comtudo haviam já de tender a confundir-se essas desegualdades e differenças, e a reduzir-se a um typo unico. Com a invasão das opulencias das industrias, com as embaixadas expedidas e recebidas, com o fluxo e refluxo dos viajantes, com a nacionalisação de Rainhas e Infantas estrangeiras, teem de seculo para seculo augmentado a uniformi-

dade, sem comtudo ter conseguido ainda tornar-se completa.

*

Foi ao tempo da sua constituição pelo fundador da Monarchia modelada provavelmente a nossa Côrte pelo risco da leoneza. Quer-me parecer que na Casa dos primeiros Reis de Portugal se vislumbra desde muito remotas eras (como logo observaremos) o que quer que seja de organisação e regulamento. Haja vista a existencia antiquissima dos officiaes móres, que desde el-Rei D. Affonso Henriques se deixam ver na Historia, dominados pelo elemento militar, como muito bem observa o sr. Gama Barros no seu estupendo livro, *já* por mim citado; esses officiaes assignam com el-Rei tratados e foraes, ou auxiliam-n'o com braço de ferro no seu mister pesadissimo de arroteador christão d'este torrão de moiros.

São figuras porém que passam rapidas aos nossos olhos, sem se deixarem estudar. É que no Paço portuguez da edade media ha muito da mysteriosa luz recolhida e suave das capellas romanicas e ogivaes. O olhar profano penetra mal dentro n'esses recintos privilegiados; illuminam-n'o reflexos vagos dos tempos patriarchaes, de mistura com lampejos das elegancias requintadas dos estrangeiros.

Ha na vida da Côrte uma parte, que é propriamente domestica e intima; outra, do dominio publico: relações do Soberano ora com a sua casa militar e civil, ora com a machina politica e o publico em geral.

A parte por assim dizer official do viver do paço, regulavam-n'a tão bem os programmas e alvarás,

que o descrevel-a seria quasi copial-os; mas a domestica é a menos conhecida, e por isso talvez a mais interessante.

Se podessemos estudal-a!

CAPITULO II

O SENHOR CONDE D. HENRIQUE, e a Rainha D. Tareja.—Esplendor dos seus paços de Guimarães.—Occupações mais ou menos bellicas dos cavalleiros.—EL-REI D. AFFONSO HENRIQUES, e a Rainha D. Mafalda.—Luxo do paço.—Retrato rapido d'el-Rei.—EL-REI D. SANCHO I, e a Rainha D. Dulce.—Bizarrias no antigo viver.—O oiro lavrado por mãos portuguezas.—Ricas alfaias dos templos.—EL-REI D. AFFONSO II, e a Rainha D. Urraca.—Os ovençaes ou officiaes móres.

Sim, se desde os primitivos tempos da Monarchia podessemos correr um por um os lares Reaes, colheriamos muitos pormenores para o quadro que emprehendo. Por desgraça faltam as descripções dos coevos; e quem quer figurar os primitivos quadros cortezãos, tem (como já indiquei) de soccorrer-se á imaginação, apoiar-se em inducções, e valer-se dos estrangeiros, e de documentos mais ou menos seccos e succintos.

*

Que já o senhor Conde D. Henrique vivia como Rei, casado com filha de Rei, e desejoso de erguer aos foros de Reino o seu Condado, é fora de duvida. A elegante, a intelligente senhora D. Thereza, havia necessariamente de presidir a uma Côrte muito polida. Era Guimarães um centro de cultura, onde o valente castellão possuia sequito de grande senhor, e numerava entre os seus officiaes os primeiros nomes do Condado. Entre esse sequito de homens de armas, peninsulares e forasteiros, avultava a Infanta mulher do Conde, a formosissima Leoneza, que tanto ao vivo nos pintaram os nossos sonhos de adolescencia. Essa ladina e talentosa mulher superou sempre as vicissitudes politicas, muita vez bem escabrosas, do seu tempo. Com o espirito atilado que Deus lhe dera, com a sua graça nacional, os seus ciumes, e as suas ambições, talvez fosse, até certo ponto, a inspiradora dos feitos do seu valente e illustre marido. Para conselheira ninguem melhor; ninguem tanto como ella possuiu jámais a flexibilidade e elasticidade de caracter, que tanto auxilia as entreprezas politicas. Ora a contemplâmos altiva, sobrepojando com a sua estatura Real as demais figuras da Côrte, ora a enxergâmos lacrimosa, humilhada, e penitente, aos pés do clerigo Theotonio[1]. N'essas alternativas estava ella toda; com essas mu-

[1] Vide o caso acontecido com esta Princeza e S. Theotonio. Visc. de Figanière. *Mem. das Rainhas,* pag. 39.

tações, apparentemente contradictorias, dominava ella as situações mais arduas.

Na sua casa modelada de certo pelas modas que vira em Leão, e que já provinham dos Godos, deviam primar, á moda do tempo, as etiquetas galantes e semi-guerreiras. Aquelles pequeninos paços de Soberanos feudatarios com seus visos de autónomos, deviam ter o que quer que fosse de acampamentos. Luxo como nós hoje o entendemos, não.

> *... Nos pères autrefois*
> *Ne s'en portaient que mieux sur des meubles de bois*

disse um poeta francez, o famoso Regnard. Luxo austero (se me posso expressar assim). Vida rasgada, mas frugal ao mesmo tempo; grandezas de senhor, e minguas fartas de aldeão.

As chegadas e abaladas de tropas, capitaneadas pelo proprio chefe da casa, os amiudados exercicios das *mesnadas,* as justas e torneios presididos pelo elemento feminino, tudo isso communicava á inquieta e populosa Guimarães, atufada com os seus bastiões de suzerana entre os verdejantes bosques do Minho, uma feição muito mechida e muito pittoresca. Os mordomos-móres, e outros servidores, que Viterbo attribue á varonil companheira do Conde D. Henrique, são homens de armas, que bastas vezes nos saem ao encontro d'entre os documentos coevos, e que, nos intervallos de descanço das fainas marciaes, vamos encontrar, por desfastio, desentorpecendo os membros nas agras porfias das carreiras equestres, ou nos rudes e quasi herculeos

exercicios do *tavolado,* alli, em campo aberto, preparando na força dos arremeços contra um castello de madeira a furia das investidas contra muralhas agarenas.

Com el-Rei D. Affonso I, creado na escola paterna, e que, para a realisação das suas veleidades de dominio e independencia, carecia ter a sua Côrte organisada de certo modo, continúa, no meio das trevas em que nos apparece o viver d'aquella sociedade, uma tal ou qual regularisação nos officios do Paço. É frequente nas confirmações, e outros papeis, a presença do Mordomo do Rei, do seu Alferes, do seu Chanceller, entre as garnachas e bureis do poderoso elemento clerical, que, segundo se deprehende, prevalecia muito; os Abbades, os Bispos, os Capellães, e outros Clerigos e Monges, haviam de dar por força um tom muito grave a certos actos da vida das antigas Côrtes medievicas.

*

Da Rainha D. Mafalda, presidente nata do paço de Guimarães e de Coimbra, *ha poucas noticias*— diz um incançavel investigador, o Visconde de Figanière—; mas as poucas *que escaparam ao olvido proveniente da rudeza d'aquelles tempos, tratam quasi exclusivamente de obras de caridade*[1].

[1] *Mem. das Rainhas.* pag. 46.

*

Do luxo do Paço ha tambem poucos documentos, que eu saiba. Já n'outro volume d'esta mesma obra [1] deixei esboçado um rapido quadro de interior no velho castello de Guimarães; e ahi entrevimos o vencedor de Ourique, desempenado e firme na sua loriga de malha, com os cabellos longos cortados na testa, e o seu ar soberano de quem instinctivamente se suspeita a si proprio fundador de illustrissimas dynastias [2].

Bizarro como foi, não admira que deixasse a sua pégáda de ferro em muita parte. Fundador de um sem-numero de mosteiros e templos, elevou no seu tempo a architectura a grande auge; e, por muito que hoje queirâmos amesquinhar o teor da vida domestica d'esses nossos maiores, é indubitavel que eram vulgares entre elles as tapessarias e os estofos, as joias, e outras alfaias.

Matheus Paris, Holinshed, e Knyghton, descrevem magnificencias, hoje desconhecidas, nas Côrtes antigas que esses chronistas frequentaram.

[1] *Lisboa antiga,* p. II, t. II, cap. IV.

[2] «Nos principios de Portugal se usava cabello comprido com melenas; e assi se acha a figura do rosto ao natural d'el-Rei D. Affonso Henriques em uma doação que fez a D. Gonçalo de Sousa, na qual, conservada no cartorio do Mosteiro de Pombeiro, sobre as firmas d'el-Rei e da Rainha estão os rostos de ambos retratados, e o d'el-Rei com o cabello e guedelhas compridas».—*Mon. Lus.,* p. VI, fol. 143.—Bluteau, *Vocab.,* verb. *Melena.*

Foi o senhor D. Sancho I o continuador incançavel da obra politica de seu glorioso pae. Creado n'aquella escola do mestre, teve a honra de o substituir por muitas vezes, e empunhou-lhe com mão de ferro o pesadissimo montante.

Do luxo relativo da sua Casa Real dá el-Rei D. Sancho bom documento, quando no seu testamento menciona, além de muitos cavallos e mulas, os seus panos de Guimarães deixados por elle a seu filho Affonso. Eram provavelmente tapessarias ricas. Fala tambem em joias, algumas das quaes tinham pertencido ao nosso primeiro Rei, *duos annulos qui fuerunt patris mei,* além de outros anneis e sortilhas, do uso do testador. Fala nas suas cintas, e em outros objectos do seu reposte; menciona uma copa de oiro, da qual manda fazer uma cruz [1], e um calix;

[1] Essa cruz esteve na Exposição de Arte Ornamental do palacio das Janellas Verdes ha annos. D'ella diz o abalisado archeologo Augusto Filippe Simões, prematuramente roubado ao seu paiz pela morte, o seguinte:

«Merece particular attenção a cruz de oiro de D. Sancho I. Faz lembrar sobretudo, pelas finas pedras que a adornam, as wisigoticas do thesouro de Guarrazar, não obstante os seis seculos que as separam. Todavia a fórma e o desenho dos ornatos são do seculo XII, que, dominado ainda pelas influencias bysantinas, se differença profundamente da antiga arte wisigothica, bysantina tambem, mas de outro modo caracterisada n'aquella epocha remota. A data da cruz de D. Sancho I está na seguinte inscripção, que darei aqui sem as abreviaturas: *Dominus Sancius Rex jussit fieri hanc crucem anno Incarnationis MCCXIIII.*

«Adornam a face principal d'esta cruz muitos aljofares, sa-

um vaso de oiro com tampa, do qual manda fazer dois calices; e além de muitos cavallos e azemolas, que pressupõem um largo modo de viver, menciona importantes sommas de maravedís para doações, e prata bastante para se fazerem dois frontaes de altares em Santa Cruz de Coimbra[1].

*

Ora notem-se duas circumstancias, que veem dar uns fugitivos pormenores para a historia industrial portugueza: 1.ª essas recommendações do Soberano abonam que em Portugal se cultivava a ourivesaría; 2.ª algum do oiro que se usava na antiga sociedade elevada devia ser portuguez, visto como na mina da Adiça, entre Almada e Coimbra, se lavrou oiro desde el-Rei D. Sancho I até el-Rei D. Manuel; por signal que se chamavam *adiceiros* os que trabalhavam na dita mina[2].

phyras, e rubis, finos arabescos gravados sobre o oiro com guarnecimentos de filigrana. Algumas das pedras estão marcadas com siglas. A base tem a fórma de esphera achatada, tambem coberta de ornatos de filigrana.

«Os ornatos da face posterior são todos gravados a buril; no centro o *Agnus Dei;* nas extremidades da haste e dos braços o Anjo e os animaes emblematicos dos Evangelistas, cujo desenho apresenta as fórmas elegantes e phantasiosas da esculptura ornamental christã do seculo XII. Na haste a inscripção já transcripta, cuja data foi gravada n'uma fita que o Anjo de S. Matheus sustenta nas mãos.

«El-Rei D. Sancho legou em seu testamento ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra o oiro para esta obra notavel».

Augusto F. Simões, *A exposição retrospectiva*, pag. 37 e 38.

[1] *Hist. Gen.*, Prov., t. I, pag. 17 e seg.

[2] Viterbo, *Elucid.*, verb. *Adiceiro.*

Não eram só a Côrte e os grandes que usavam luxo, e até fausto. A crermos, e a não tomarmos como exageração, umas phrases do proprio senhor D. Sancho I n'uma sua carta ao Santo Padre Innocencio I, mencionada de passagem na Bulla pontificia de 23 de fevereiro de 1211 «*Si diligenter attenderes*», o luxo, a ostentação, e a soberba do Clero obrigaram o mesmo Rei a cercear os bens temporaes dos ecclesiasticos[1].

Lá fóra era o mesmo. Conta João de Sarisbery, contemporaneo e amigo do grande Thomaz Becquet (S. Thomaz de Cantuaria), e chronista do seculo XII, que esse veneravel Arcebispo ostentava, á moda do tempo, um cortejo pomposissimo quando viajava: levava duzentos cavalleiros, escudeiros, e pagens, oito carros com a bagagem da meza e da capella, e doze cavallos de carga; luxo insolito para hoje, que vemos os Prelados reduzidos ao estricto indispensavel, em nome das insolentes economias.

*

A Rainha, a caridosa Dulce de Aragão, essa apenas a entrevemos. Morre prematuramente aos 45 annos, quando muito[2], tendo seguido a trilha piedosa e beneficente das suas predecessoras. Das joias de seu adorno pouco mais me consta, a não ser a existencia de um seu annel com uma fina esmeralda,

[1] *Quad. elem.*, t. IX, pag. 39.
[2] Visc. de Fig., *Mem.*, pag. 65.

conservado ainda em 1540 no thesouro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra[1].

*

Que houve então luxo no culto dos templos portuguezes, dizem-n'o alguns objectos que chegaram até hoje, e foram admirados, não ha muitos annos, na Exposição de Arte ornamental do palacio das Janellas Verdes. Appareceram por exemplo seis calices d'aquelle tempo, em estylo bysantino, tres dos quaes pertencem á Academia Real das Bellas Artes. Um d'elles offerecêra-o ao Mosteiro de Alcobaça a Rainha D. Dulce; outro, pertencente agora á Egreja de Santa Marinha da Costa, perto de Guimarães, offerecera-lh'o a mesma Soberana e seu marido el-Rei D. Sancho na era de 1225 (anno de 1187); outro, feito em 1190 por Geda Menendiz, pertenceu ao Mosteiro de S. Miguel de Refoyos de Basto, e é hoje da Sé de Coimbra; outro, dadiva de Mendo Gonçalves e de Tuda, pertence á Sé de Braga. A existencia d'esses primorosos calices, *todos dos reinados de D. Affonso Henriques e D. Sancho I, e todos mais ou menos semelhantes uns aos outros*—nota muito bem o fallecido Dr. Augusto Filippe Simões —*faz suppôr que terão sido fabricados em Portugal n'esses primeiros tempos da Monarchia*[2].

[1] D. Francisco de Mendanha, *Descripçam do moesteyro de Sancta Cruz*—obra em latim traduzida em portuguez pelo conego D. Verissimo.—Coimbra, 1541 (primeira raridade bibliographica).

[2] *A exposição retrospectiva*, pag. 67 e 68.

Com el-Rei D. Affonso II alvorece uma luz que principia a guiar-nos na escuridão das *costumagens* palacianas: é o *estabeleçimento,* ou decreto, promulgado em 1211 ácerca dos cargos da Côrte portugueza [1].

N'esse decreto determina el-Rei que nenhum dos seus ovençaes, ou officiaes móres, a saber: o Reposteiro (guarda da *reposte,* que era o conjuncto dos moveis, alfaias, pratas tapessarias, etc. da Casa Real), o Porteiro (sacador dos direitos e rendas da Corôa), o Hichão (ou Uchão, guarda da ucharia, ou casa onde se conservavam as carnes e mais viandas e viveres para a mesa Real, e director de todos os assumptos alimenticios), o Escanção (ou Copeiro, encarregado da copa Real, e de servir os vinhos a el-Rei), o Çaquiteiro (encarregado do artigo pão em toda a sua latitude), o Cevadeiro (encarregado da provisão das cevadas para as cavalhariças Reaes), o Estribeiro (chefe das cavalhariças do Rei), e o alfaiate [2], commettessem, ou deixassem commetter, os roubos tão vulgares n'aquella administração; e o mesmo se entende com o ovençal que tinha *ovença* para pagar as despezas d'el-Rei, arrecadar os seus panos, ou arrendar as terras Reaes. Os que roubassem, no exercicio d'estes importantes cargos, seriam mandados

[1] *Port. Mon.*, Leg. et cons., I, 176.

[2] Eruditas explicações da significação e origem d'esses varios termos, tral-as além de Moraes, Bluteau, e Viterbo, o sr. Henrique da Gama Barros no seu precioso livro. A elle remetto o leitor.

açoitar com correias e marcados com ferro; quem fosse fidalgo era escuso d'essas penas infamantes; mas, a provar-se o crime, era obrigado a repôr a valia do furto, e a perder todas as mercês recebidas de seu amo. Leis cruas, que pintam a barbarie do seculo, e demonstram duas coisas: 1.ª a existencia de um corpo de officiaes mores, completo segundo as exigencias do tempo; 2.ª abusos terriveis que assim commettiam a drede, ou por desleixo, os funccionarios do Paço Real.

Melhor é migalha de rei, que mercê de senhor — pensariam de certo os culpados.

Do anno de 1222 apparece outro decreto, relativo tambem á policia interna do Paço, e ás penalidades impostas ás infracções dos ovençaes mores e menores nos serviços dos seus cargos. Tral-o Frei Antonio Brandão[1].

*

Quanto a usos e modas, continuam no mesmo. No meio da sua Côrte, pequenina mas já illustre, e relativamente opulenta, avulta a grande figura de Affonso II; *grande* em todo o sentido; homem corpolento como poucos; *um dos grossos homens que eu vi* — attesta Fernão de Pina, que assistiu á exhumação dos cadaveres Reaes por ordem d'el-Rei D. João III em Alcobaça, em setembro de 1524[2].

[1] *Mon. Lus.*, P. IV, L., XIII, cap. 16.
[2] *Mon. Lus.*, t. V, fl. 156 v.

*

A rainha D. Urraca, gentil castelhana, cuja personalidade, sympathica mas pouco conhecida, se occulta na caligem do tempo, falleceu aos 33 annos, e nada deixou memoravel, que se conheça na historia da sua Côrte[1].

[1] Visc. de Fig., *Mem.*, pag. 75.

CAPITULO III

EL-REI D. SANCHO II.—Os fundadores de mosteiros.—Luxo na Côrte.—Retrato de um nobre cavalleiro do seculo XIII.—Invasão do luxo estrangeiro nas artes sumptuarias.—Espadas arreadas á franceza.—O pano bristol.—O pano inglez em geral.—Os esmaltes de Limoges.—Os panos de Lião.—EL-REI D. AFFONSO III, e a Rainha D. Brites.—Retrato d'el-Rei por Frei Luiz de Sousa.—Os usos francezes.—A juvenil Rainha D. Brites.—Um quadro de Calderon.—Papel rigoroso da pragmatica na Côrte.—Regimento de 1258.—Examina-se esse precioso documento.—A reposte.—Os fintos. Os monteiros e falcoeiros.—Os azemeis e cavalhariços.—As regueifeiras.—As lavadeiras do Paço.—Os jograes.—Vestuarios d'el-Rei.—O seu copeiro.—Outro regimento em 1261.—Rol das despezas d'el-Rei n'uma duzia de annos.—A Rainha «Rabuda» inventora ou introductora das cottas caudatas.

O senhor D. Sancho II, caracter debil, com quanto a sua espada o não fosse, é uma especie de Affonso VI do seculo XIII. Orphão de pae aos 21 annos, credulo e bondoso, um tanto sonhador e romanesco, embriagado de amor pelos olhos de Mecia Lopes de

Haro, arrasta uma vida breve mas alanceada de dores moraes, e vae fenecer em Toledo, despojado de tudo quanto possuia mais caro no mundo: a mulher idolatrada, e a terra natal. Ahi estão as Bullas do Papa Innocencio IV a demonstrar passo por passo os pormenores do tenebroso drama. Não me atrevo a apreciar actos da Santa Sé; a politica do tempo motivou amplamente o que a nós outros, filhos do seculo XIX, possa parecer duro em demasia. A Egreja não se engana[1].

Insoffridos, brutaes, prepotentes, nos apparecem os nossos primeiros Reis; é certo. Ora subservientes com os homens do Clero, ora apesinhando-os como aos ultimos dos vassallos, fazem-me o effeito de umas creanças grandes, turbulentas, avessas e esquivas a toda a regra, e sobre quem apenas tinham mão de quando em quando as admoestações paternaes, ou as penalidades fulminantes, da Curia Romana. Pois o proprio Rei D. Sancho II não confessa ao Papa Gregorio IX que *espancara* por suas mãos a certos clerigos? e isso não originou a Bulla pontificia de 14 de junho de 1233[2]?

O innegavel é que na fundação frequente de Mosteiros e Capellas por aquelles mesmos próceres que muita vez humilhavam cruelmente o Clero, ia tanto sentimento religioso, como ambição pecuniaria. A erecção de um Mosteiro tinha muitas vezes fundamento em temporalidades e interesses particulares; era um modo de collocar capitaes; era a segurança

[1] Veja-se o *Quadro elem.*

[2] *Quadr. elem.* T. IX, p. 120.

do rendimento, pelos onus impostos á Communidade *in perpetuum* a favor dos padroeiros e seus descendentes[1]; isso tudo faz encarar com mais frieza algumas das grandes figuras de fundadores, que a imaginação crendeira nos entremostra aureoladas de abnegação e fé, e que por ahi encontrâmos dormindo o sommo derradeiro sobre o seu leito de pedra na galilé das abbadias.

Na Côrte de Sancho II houve necessariamente luxo, quanto o comportava a estreita bitóla dos usos peninsulares; e quando, no primeiro quartel do seculo XIII, contemplassemos um cavalleiro em todo o rigor do seu trajo militar, com a *loriga*, ou saio de malha de aço, as *grevas* de ferro revestindo as pernas, o *capello*, ou capacete, de ferro, o seu amplo *perpunto*, ou capa militar, o seu longo escudo pendente á espalda, a sua lança, a sua espada lavrada, dependurada na vistosa *cinta*, e a sua *bésta* e carcaz de settas a tiracollo, pasmariamos do garbo e do arreganho com que esse cavalleiro colleava no seu cavallo de pequena marca, alardeando alfaias brilhantes, umas nacionaes, e outras forasteiras[2].

*

Já n'outra parte[3] mencionei as espadas arreiadas á franceza, e sobrelavradas de prata, com que no se-

[1] Vide *Elucidario* verb. Abbade, pag. 29 col. 2.ª da 1.ª ed.

[2] Para o correcto desenho de um cavalleiro do seculo XIII consulte-se o *Elucidario* de Viterbo, verbo *Ferro*, pag. 450 § 2.º da 1.ª ed., e o verbo *Atareça*.

[3] *Lisboa Antiga*. P. II, T. III, p. 305.

culo XI se enfeitavam os nobres; aproximarei, além do pano *bristol,* fabricado em Bristol, e tão vulgar nos documentos velhos, o pano *inglez*, mencionado n'um testamento do anno de 1246[1]; e os esmaltes de Limoges usados cá desde remotissimas eras, segundo um documento do fim do seculo XIII[2]; e observarei que se vendiam e usavam em Lisboa desde eras muito antigas ricos artefactos estrangeiros. Sirva de testemunha um tal João Paes, que, assignando em 7 de agosto de 1285 entre as testemunhas presentes no instrumento de composição entre el-Rei D. Diniz e o concelho de Lisboa, se declara *alfayate de panos de Liõ*[3].

Tudo isso nos vem mais uma vez comprovar quanto as mercadorias estrangeiras tenderam sempre a implantar-se entre nós; nova demonstração do nosso antigo atrazo industrial, e da influencia do commercio internacional nas artes sumptuarias.

Quanto ao Conde de Bolonha, figura-se-me ter sido de sua natureza intrigante e arteiro, pelo menos nos seus annos mais verdes. Representou á Santa Sé (elle o bigamo convicto!) parentesco entre seu irmão D. Sancho e D. Mecia de Haro, o que motivou a Bulla de 12 de fevereiro de 1245, em que o

[1] *Elucid.* verb. *Cappa.*
[2] Id., verb. *Cruz de Limoges.*
[3] *Mon. Lusit.* T. V, fl. 315 v.

Santo Padre Innocencio V impõe ao casal o divorcio como necessidade[1].

D'esse acto em deante, recrescem as queixas, e precipita-se o drama ao seu lugubre desfecho. Passemos sobre esse assumpto, que é de si repugnante.

Era el-Rei D. Affonso em sua primeira edade— observa Frei Luiz de Sousa—*muito inclinado aos exercicios militares de justar e tornear, e muito fragueiro n'elles; e quando estes faltavam, nos da caça e montaria. Esta natureza, ajudada do costume dos Francezes, entre quem vivia, que são n'esta parte incançaveis, trazia-o enxuto de membros, são e bem disposto*[2].

Foi homem de grande estatura, affiança Fernão de Pina (filho de Ruy de Pina) acima mencionado[3].

Não foi porém só no systema muscular do Conde de Bolonha que veiu a influir a sua estada lá fora; influiu, e muito, na civilisação portugueza. Nada instrue tanto como uma viagem; uma viagem é só por si um grande e magnifico livro cheio de illustrações sobre velino.

A prova viva de quanto a França, com a sua polidez e cultura, interessou o Conde Affonso no amor á instrucção, é o modo como elle educou o filho, que veiu a ser o *pae das lettras d'esta terra*.

[1] *Quadr. elem.* T. IX, pag. 144.

[2] *Hist. de S. Domingos.* P. I, L. II, cap. XXIII.

[3] *El-Rei D. Affonso III era homem grande, a bocca pequena, e tinha-a um pouco torta, como que era coisa natural, porque assim como estavam* (os cadaveres), *parece que quem os conhecesse em vida, ao menos na estatura dos corpos que diria serem aquelles.*

Extracto conservado na *Mon, Lusit.* T. V, fl. 156 v.

Conjecturo pois que deveu a Côrte de Affonso III ter especial e estrangeirada feição, que reflectisse os usos e costumes do paço de Bolonha e do velho Louvre.

Portuguez pela vida, e francez pela comida—diz o rifão.

Percebendo, com a sua sagaz intelligencia, o alcance politico da transferencia da séde da Monarchia para a florescente e magnifica Lissibona, emporio commercial de primeira ordem, e caminho de todos os navegadores desde as remotas tentativas dos Phenicios, deu este Soberano á rainha do Tejo o sceptro de primaz.

Separado el-Rei de sua mulher a Condessa de Bolonha, ligou-se por conveniencias politicas a uma filha d'el-Rei Affonso X de Castella, a infantil D. Beatriz, cuja meninice, cercada de todas as pompas da Realeza, se passou em Portugal. Chegada á idade núbil, uniu-se a residencia do marido com a da juvenil esposa, e estreitaram-se n'uma só as existencias de ambos.

A proposito:

Esteve em 1867 na Exposição de Paris um quadro do pintor Calderon, que me recorda a Côrte da creança-Real nos seus paços de Guimarães, de Coimbra, de Friellas, ou de Lisboa. Intitulava-se apenas *A muito alta e poderosa.* A «muito alta e poderosa» é uma Infantasinha, uma gentil pequenita de oito ou dez annos, atravessando entre respeitos e homenagens um salão forrado de razes, sombrio e grave, mobilado com luxo severo e elegante. Passa a menina com o seu modo mais infantil, e seguram-lhe

na enorme cauda do vestido as camareiras com o seu ar mais solemne. Inclinados ante aquella soberania em botão, curvam-se respeitosos e seriissimos os cortesãos, os homens de Estado, os guerreiros. E ella, miudinha, graciosa, com o seu ar de raça, é o alvo inconsciente de tantas etiquetas, e percebe-se-lhe no modo, que as acceita de bom grado.

Ora bem; n'esse quadro de Calderon vejo eu, incorrigivel sonhador, a pequenina Beatriz no seu paço de Lisboa, e comprazo-me de antever, n'aquelle ente acreançado, a que veiu a ser boa esposa, boa filha, e boa mãe. Como esposa, basta para lhe pintar o caracter a obediencia filial que dedicou a seu marido, e a paciencia com que soffreu, pobre innocente creatura, o crime de bigamia em que a fizeram complice (crime aliás perdoado e legalisado depois por Bulla pontificia). Como filha, basta-lhe o seu respeito e a sua adoração a seu pae, o sabio Affonso X de Castella. Como mãe, sobra-lhe a ventura de ter dado á luz e educado o homem que se chamou D. Diniz.

*

No seculo XIII era já a Côrte portugueza polida e hierarchica; aprendera, como disse, o Conde de Bolonha o papel grandioso da pragmatica, e dera em Lisboa logar conspicuo á etiqueta, tal qual o não lográra ainda essa util e indispensavel tyranna das côrtes. Cresceu o rol dos ovençaes; no grupo dos servidores do Paço Real avultam os primeiros nomes; e, entre o acervo de *costumagens* esquecidas, surge em 11 de abril de 1258 o celebre regimento lavrado

em Guimarães, no qual muitas das funcções, regalias, e preeminencias cortesãs se acham em devida fórma estatuidas[1].

É curioso percorrer com olhos de antiquario esse caduco documento, que tanta luz nos dá sobre o viver do Rei e dos do seu sequito. Extratarei algumas clausulas.

*

Querem saber qual era, segundo o novo decreto, o numero dos cavallos de sella que haviam de adornar a estrebaria d'el-Rei para uso pessoal d'elle? seis apenas. Quando el-Rei sahia, levava-lhe o pendão um escudeiro *de criação*, isto é, dos que se creavam de pequeninos no paço; e outro, dos que recebiam ração (ou soldada, ou moradia) lhe levaria as armas.

Reposte se chamava (como já acima indiquei) o deposito das alfaias do Paço, e em geral de todos os moveis pertencentes aos Soberanos; vem de longe a denominação: tinha Brandão como provavel que estabelecera o officio de Reposteiro mór el-Rei D. Affonso II, pois só em 1217 achou pela primeira vez menção d'elle. Viterbo porém, citando o codicillo d'el-Rei D. Sancho I, em 1188, vê n'elle especificado *o reposte inteiro, tanto panos como vasos de prata, escudellas, e colheres, e tudo que no reposte existe, e os panos que tenho em Santa Cruz, talhados e por talhar*[2]; e pergunta, com certa razão, se, existindo esse importante deposito, não existiria desde os pri-

[1] *Port. Mon.* Leg. et cons. p. 198 e seg.

[2] *Totum repositum, tam panus, quam vasa argentea et scutel-*

meiros annos da Monarchia o guarda official d'elle, ou *Reposteiro.*

Ora nas frequentissimas viagens da Côrte a um ponto e a outro do Reino (nada mais mechido do que era a casa dos nossos antigos Soberanos), era necessario levar as alfaias, as camas, as tapessarias, os moveis diversos, etc.; para esse mister tinha o senhor D. Affonso III seis azêmalas apenas; para o serviço da cosinha, tres; para o da copa, uma.

Como os Reis despachavam negocios onde quer que estivessem, careciam ter comsigo os papeis e documentos do notariado e chancellaria Real (e isso, diga-se a verdade, deu causa, antes da centralisação dos archivos, a muita perda fatal e a irreparaveis extravios). O conjuncto d'essa papelada que seguia a el-Rei chamava-se *os fintos;* para cujo transporte havia uma azêmala; outra para serviço da Capella-Real, e outra vaga para o que desse e viesse.

Cavallos para creação havia quatro.

Promptos á primeira voz estavam sempre um monteiro a cavallo, e quatro a pé; e além d'elles quatro falcoeiros de cavallo.

Tinham todos os animaes de carga para seu tratamento azeméis e cavalhariços vestidos por conta d'el-Rei.

Nos usos provincianos de hoje em dia ainda se encontra uma ou outra recordação do viver de seculos atraz. As familias abastadas ainda hoje costumam, ahi por essas solidões sertanejas da Beira e do

las, et culiares, et quidquid in reposito est, et panos quos habeo in Sancta Cruce taliados et per taliare.

Vit. *Eluc.* verb. *Reposteiro.*

Minho, fabricar em casa o pão. Assim era no Paço; e havia para serviço d'el-Rei uma *regueifeira*, e outra para o da Rainha. *Regueifas* se chamam ainda uns pães de fôrma, em feitio de rosca.

Havia mais para a roupa d'el-Rei e da Rainha tres lavadeiras.

Estes officios menores não tinham (como os grandes) o que se chamava *esposorios*, isto é, uma ajuda de custo para casamento[1]. Ainda existiam em dias d'el-Rei D. Manuel os officios de *regueifeira* e *lavadeira;* por signal era regueifeira da Rainha D. Maria uma Helena Nunes; e sua lavadeira uma Maria Dias[2].

Sacrificando ás exigencias do tempo, havia na Côrte tres jograes; desgraçada moda esta, que seguiram os Reis mais austeros e as Rainhas mais virtuosas, apesinhando assim n'uma creatura infeliz (tão infeliz, que era quasi sempre rachitica) a dignidade humana, e a caridade christã. Lá observa, e muito bem, o sr. Gama Barros que *nos paços dos grandes senhores não deixariam de ter acolhimento folias, e truanices analogas, sabendo-se não só que ao jogral Bonamis, e a seu irmão Acompaniado, fez doação D. Sancho I, em 1193, de um casal em Canellas de Poyares,..... senão que o regimento da Casa Real de 11 de abril de 1258* (é este que analysamos) *fixava em tres o numero dos* JOGRARES *que haveria em casa de Rei*[3].

[1] Viterbo. *Eluc.* reportando-se ao *Livro vermelho* d'el-Rei D. Affonso V.

[2] *Hist. Gen.* Prov. T. II, p. 376.

[3] *Hist. da adm.* T. I, pag. 430.

Quanto á maneira como el-Rei se havia de vestir, n'isso não intervinha o decreto; vestia-se como entendia, e como o seu gosto lhe dictava; mas (diz o documento) *nom ponha adubo, nem panos, nem traga cordas longas*. Não entendo; referir-se-ha a singeleza no trajar? talvez, mas isso não diz com a imposição do artigo 19.º, em que se determina que o Soberano tenha em casa *um bom alfaiate, que saiba conhecer panos e penas (?), e compral-os, e apreçal-os, e que saiba bem fazer seu mester*.

Tinha el-Rei um Copeiro, chefe da sua copa, com dois homens para o ajudarem, e todos logravam a mesma rassão (ou moradia) que já lhes davam el-Rei D. Sancho II, e el-Rei D. Affonso II; e recommendava-se ao Copeiro (*maître d'hotel*) que não mettesse muita gente a servir na copa. (Essas circumstancias indicam-nos que já no reinado do senhor D. Affonso II havia o officio de *copeiro*).

Concluirei notando que os ovençaes maiores da Çasa Real (officiaes móres) serviam no Paço, e não sahiam senão com licença do Mordomo e do Chanceller. Conservavam para todos os effeitos os direitos e foros que lhes tinham dado os Reis passados.

Eis ahi em duas pennadas o que foi o regulamento da Côrte portugueza no meio do seculo XIII. Por alguns pormenores se vê que já nos reinados anteriores tinha havido regulamentos, que ou não se achavam escriptos, ou se perderam.

Vê-se tambem que Affonso III olhava para estes assumptos com attenção, porque logo em janeiro de 1261 fez outro regimento de egual materia. Tinham redigido o primeiro D. Gil Martins, Mordomo, D.

Esteve Annes, Chanceller, D. João de Avoym, D. Egas Lourenço, Ruy Peres, Sobrejuiz, e outros do Conselho d'el-Rei. Não acham que fazem lembrar um pouco os sete alfaiates? Redigiram o segundo D. Gil Martins, Mordomo, D. Esteve Annes, Chanceller, D. João de Avoym, D. Martim Soares, e o Mestre-escola de Tuy. Vejamos o que estatuiram:

Na estrebaria Real ver-se-hiam oito cavallos para uso pessoal do Soberano, e quartorze azêmalas para diversos serviços. Monteiros de cavallo, com os seus respectivos cavallos, dois; monteiros de pé, seis[1]; cavallos de estada (hoje dizemos *de estado,* isto é cavallos supranumerarios), quatro. Para levar o pendão Real um escudeiro, e para levar as armas outro.

No canil encontrar-se-hiam dez magnificos sabujos, cães de montaria grande, levados por tres açoreiros a cavallo; doze podengos para coelhos, e quatro alãos, cães de caça grossa, seguros á trela por dois ou tres *moirizinhos*, ou *moirisquinhos,* como se dizia no seculo XVI, rapazes adestrados n'esse mister. Além d'isso tudo, completavam a companhia quatro falcoeiros a cavallo.

Para serviço da Rainha havia de haver oito muares de sella, e seis azêmalas[2].

Como se está vendo, não deslumbraria hoje pela sua magnificencia o estado do Monarcha portuguez. Reduzia-se ao estricto necessario.

[1] A pag. 200 do vol. *Leg. et cons.* dos *Port. Mon.* lê-se *seos monteiros de pé.* É visivel lapso de copia: *seos* por *seis.* Os seis de pé contrapõem-se aos dois de cavallo.

[2] Este regulamento vem a pag. 200 das *Leg. et co*

*

No capitulo alimentos, existe um curioso rol dos gastos da cosinha do mesmo Soberano desde 16 de outubro de 1257 até 10 de julho de 1270; doze annos e meio. Por ahi se vê que se gastaram 1:845 vaccas, ou umas 8 por mez; 5:163 porcos, ou uns 23 por mez; 10:634 carneiros, ou uns 49 por mez; fóra uma avultada quantidade de peixe fresco e secco, etc. Não parece que se podesse taxar de mesquinha a ucharia do Conde de Bolonha; essa mesma profusão vem demonstrar que o interminavel sequito de officiaes, cortesãos, empregados, e parasitas, era alimentado sem duvida á farta meza do senhor[1].

Rábãos e queijo manteem a Côrte em pezo—resa o annexim popular. Não se pode acoimar de sumiticamente sobria aquella côrtesinha de Lisboa.

*

Da Rainha D. Brites, que desde *tamanina* se costumara áquelle fausto relativo da Casa portugueza, é licito conjecturar que fosse primorosa nas elegancias do trajo, e até inventiva em donairosas novidades. Haja vista a alcunha que lhe davam, «a Rainha rabuda», e que em tão caricatas e deploraveis consequencias veiu a desfechar no reinado d'el-Rei D.

[1] Constam essas quantias, e outras, de uma quitação passada por el-Rei D. Affonso III em Lisboa em 10 de janeiro de 1279 aos seus uchões Nicolao Saraça e Miguel Fernandes, impressa por João Pedro Ribeiro nas *Dissert. chronol.* T. III. Part II, pag. 83.

Sebastião. Essa alcunha provinha, segundo graves auctores, de ter ella sido quem introduziu em Portugal as cottas de rabo, ou caudatas, de que vieram a usar as mais nobres senhoras[1]. É uma nota apenas, uma nota isolada, que, no emtanto, para quem sabe apreciar minucias d'este genero, nos dá até certo ponto idêa das graciosas louçanias e invenções da formosa Rainha de Portugal.

[1] Vide por exemplo Bluteau. *Vocabulario*, verb. *Rabudo.*

CAPITULO IV

Opulencias desusadas da Côrte portugueza em dias D'EL-REI D. DINIZ.—Baixellas de oiro e prata.—Bizarrias d'el-Rei para com o Soberano de Aragão.—Nacionalidade de muitos objectos de arte sumptuaria.—Os talheres, e colhareiros.—Almeizares moiriscos.—A Rainha Santa.—Esplendor das suas alfaias e joias.—As damas da Rainha.—Donas, donzellas, e cuvilheiras.—EL-REI D. AFFONSO IV.—Riquissimos objectos mencionados no seu tempo.—Testamentos da Rainha D. Brites.—Os chapins da Rainha.—Influencia dos chapins na escultura.—Menciona-se uma creada da mesma Soberana, por nome Tareja Annes.—O seu testamento.—Sequito das antigas senhoras nobres.—Esboceto do sequito de uma Moira de Zanzibar.

Com el-Rei D. Diniz, o Rei *que fez quanto quiz*, como diz o nosso povo, rasgaram-se de certo horisontes novos ás artes sumptuarias.

Era este um principe imaginoso, galanteador, como Francisco I ou D. João V; artista no sangue, como Luiz XIV; civilisador e progressista por indole,

como Lourenço de Medicis; poeta, como Orpheu; grande como elles todos. O seu reinado é o da polidez litteraria. Ressôa a nova Alcáçova com os primores metricos do troveiro coroado, e dos menestreis seus coetaneos; adornam-se aquelles salões do paço roqueiro com os inventos ultimos das modas forasteiras; florescem no rumoroso bairro dos escolares as *Escolas Geraes*. Anda no ar um sopro fecundo de regeneração. No trajar, no governar, no receber, ostenta este Rei todas as graciosas fanfarrarias do seu genio; e essas larguezas elegantes ajudam hoje o nosso espirito a desenhar-lhe a figura colossal. É bello vêr o papel que entre os seus conterraneos representou; e inda é mais bello vêr a presidencia indisputada, que muita vez assumiu no meio dos outros Reis peninsulares: cavalleiro estremado, prudente, fino, instruido, e liberal. Querem conjuncto mais esplendido de predicados?

Tinha elle dezasseis annos, pouco mais, quando lhe pôz casa de principe el-Rei seu pae, dando-lhe quarenta mil libras cada anno; o que no seculo XVII equivaleria, segundo calcula frei Francisco Brandão, a dezasseis mil cruzados[1]. A lista das pratas que o senhor D. Diniz então recebeu, e que é bem curiosa, tirou-a o mesmo escriptor na Torre do Tombo[2]; e a lista do pessoal que o servia, e que é imponente, mostra a grandeza d'aquelle viver principesco[3].

Seculo e meio depois, ainda Ruy de Pina fala no muito que elle foi abastado e apercebido de *baixellas*

[1] *Mon. Lusit.* T. v, fl. 28 col. 2.ª
[2] Ibid. fl. 304.
[3] Ibid. fl. 29 v.

de oiro e de prata, e de outros reaes comprimentos[1]*;* a ponto que, segundo o mesmo chronista, mandou uma vez, na sua bizarria, dar de presente a certo fidalgo uma meza *de prata* em que jantava[2].

Pedindo-lhe el-Rei de Aragão 10:000 dobras emprestadas para se ajudar na guerra contra os Moiros, mandou-lhe el-Rei D. Diniz de presente 20:000, afora as joias que já lhe offerecera, assim como á Rainha D. Branca[3].

No seu testamento diz: *toda a minha baixélla de oiro e prata, assim copas, como vasos, e picheis, e escudelas, e talhadores, e bacios*[4], e menciona ricas joias com pedras preciosas, etc.

Muitas d'essas joias, que assim nos deslumbram hoje, foram certamente portuguezas. Todos sabem quanto primaram sempre os nossos artifices (muita vez artistas de alto merito) nos rendilhados madrigaes da ourivezaria; a materia prima davam-n'a as minas do Reino. Diz um erudito polygrapho, que foi el-Rei D. Diniz *o Principe que mais se applicou a tratar das minas, principalmente da de ouro na Adiça*[5], e acrescenta, seguindo o testemunho de outro escriptor, que d'essa mina sahira uma corôa e um sceptro de que usou este mesmo Soberano, e usaram os seus successores[6].

[1] *Chron. de D. Diniz*, cap. XI.
[2] Id., ibid. e *Mon. Lusit.* T. VI, pag. 55.
[3] *Mon. Lusit.* T. VI, pag. 55.
[4] *Hist. Gen.* Provas. T. I, pag. 101.
[5] Bluteau. *Vocab.* verb. *Mina. Mon. Lusit.*, T. V, fl. 79 v. e seg.
[6] Bluteau. *Vocab.* verb. *Tejo*, citando a Mendo Gomes, em certas *advertencias que fez dos Reis de Portugal.* E diz a *Mon.*

Não ha temeridade pois em descrever sumptuosa e elegantissima a casa d'el-Rei D. Diniz, e brilhantes os seus banquetes no paço renovado da Alcáçova de Lisboa. Se ahi não serviam os nossos talheres completos de hoje em dia, se os convivas se lavavam todos na mesma bacia de prata, servidos de agua ás mãos pelos pagens e escudeiros, se a maior parte das iguarias repugnariam hoje ao nosso paladar afrancezado, se as carnes eram comidas a dedo, e roidas caninamente, não faltavam, certo é, as colheres de prata, que essas são muito antigas. Já no anno de 1000 se vê uma viuva Deo vota, por nome Gontili, doando ao Mosteiro de Paço de Sousa entre outros bens *tres cloquaires argenteos* [1]. Tres, sim, e não mais; vê-se que eram então alfaia de alto luxo; e não admira: ainda o eram no seculo XIV. Chamava-se *colhareiro* a caixa onde as colheres se guardavam; e fala do seu colhareiro com *doze* colheres (não mais) a Rainha D. Leonor de Aragão, na quitação que passou a seu pae o senhor D. Affonso IV, de objectos d'elle recebidos em dote [2].

Não faltavam tambem nas mezas d'el-Rei D. Diniz os *almeizares* ou *almezares* moiriscos (toalhas), como em 1480 havia um, que Viterbo menciona, *listrado de branco, e pellas bordas de vermelho, e nos cabos ambos, de cada cabo um palmo de branco* [3].

Lusit. T. v, fl; 80: *Do ouro da Adiça entendo eu que se fez o sceptro e coroa que os reis de Portugal costumavam trazer nos actos publicos, que André de Resende diz vira muitas vezes.*

[1] *Elucid.*, verb. *Cloquaires.*

[2] *Hist. Gen.* Prov. T. I, pag. 258.

[3] *Elucid.*, suppl.—verb., *Almeizar.*

*

Com a vida fastuosa d'el-Rei contrasta o resguardado e humildoso viver de Isabel de Aragão. Que mulher, e que Rainha! que thesouros de virtude não encerra aquelle coração de oiro, sumidos pela modestia d'ella!

De olhos baixos, grave, com o seu ar de monja penitente, e o seu habito de Santa Clara, passa ella aos nossos olhos, pallida dos jejuns, mortificada de humildades, ralada de trabalhos caridosos, com que mal pode a sua fraqueza ascetica. A vida d'ella, toda beneficencia, toda orações, toda dedicações, toda amor do proximo, foi um assombro de abnegação e desprendimento. Com que valentia não arrostou ella as fadigas obscuras de enfermeira, de caminheira, de penitente! com que affectos de mãe não iam aquellas mãos brancas pensar as chagas purulentas nos hospitaes! com que divino esquecimento d'este mundo não beijava ella as pobres moribundas, exhortando-as e confortando-as n'uma linguagem que ellas entendiam, porque era já a linguagem do Ceo!

De joelhos, christãos d'este seculo de descrença; de joelhos; é ella; é Santa Isabel.

....

Pois apesar do muito que repartiu do seu haver com os pobres desvalidos, trocando soldos de oiro em rosas silvestres, era tal a magnificencia da Côrte, que ainda no seu testamento especifica a sua corôa das esmeraldas, e deixa-a á joven Rainha D. Brites sua nora; a sua neta a Infanta D. Maria, uma corôa pequena com pedras, um *broche* redondo, uma Cruz

do Santo Lenho com saphiras, uma corôa de oiro com reliquias, uma cadeia de oiro com reliquias, e muitas outras louçainhas ornamentaes, ou *eyxaravias* (como então se dizia).

Além d'isso tudo, deu, ao enviuvar, a Santiago de Compostella a melhor corôa que possuia, toda cravejada de pedras, e os *mais nobres e melhores panos, apostados com muito aljofar, pedras ricas, e penas* (sic)..... *e havia hua mua fermosa e de grã valia, coberta das mais ricas sueiras;..... e a mua era enfreada de um freio que não era senão oiro, e prata, e pedras preciosas. E offereceu hi uns panos de ondas de geebe rosado com signaes* (armas) *de Portugal e de Aragom, em que andava muito aljofar; e offereceu copas mui nobres e mui bem lavradas, por que ella em tempo d'El-Rei bebia*[1],

*

Se a casa do Rei era povoada de servidores, a da Rainha era não menos numerosa. Refere-se a So-

[1] *Vida de Santa Isabel na Mon. Lusit.* T vi, pag. 513.

N'essa transcripção tomei uma liberdade, que Viterbo se não permittiu no *Elucidario*, palavra *Sueira:* restitui o que julguei ser a verdadeira lição. Em vez de *e havia hua fermosa e de grã valia*, puz: *e havia hua mua fermosa e de grã valia.* Faltava o substantivo; o substantivo era por força *mua*, que tinha sido ommittido pelo copista ou pelo compositor, como tantas vezes succede em havendo palavras eguaes ou parecidas, como *hua mua.* Sem essa palavra o periodo não se entende de todo. Viterbo interpreta *sueiras* por pedras preciosas. Como? porquê? *Sueiras* ahi são visivelmente os xaireis, ou gualdrapas da *mua*, ou estofos postos para lhe cobrir o suor do lombo.

berana ás suas *donas,* ás suas *donzellas,* e ás suas *cuvilheiras.* As *donas* eram as damas de primeira cathegoria; as *donzellas* eram as meninas nobres que se educavam na camara Real; as *cuvilheiras* ou *cubilheiras* (do *cubilis* latino) eram mulheres de edade e qualidade *que tratavam da limpeza e aceio, galas e perfumes dos leitos e vestidos das Pessoas Reaes* — diz o Elucidario, e diz muito bem. Estas tres jerarchias correspondiam certamente ás damas camaristas, ás açafatas, e ás retretas. Menciona a Rainha tambem homens a cavallo e a pé, e outras creadas a que chamavam em termo generico *maladas,* que eram escravas, mancebas, ou moças de servir, assim como os *leccos* e conducteiros eram os lacaios, ou servos no seculo XIII.

Repartia o que possuia com os pobres; jejuava; resava as horas canonicas, pelo Breviario, e nos intervallos d'essas lidas piedosas ainda lhe chegava o tempo para superintender nos lavores das suas donas e donzellas, entretendo-se com ellas a *sartar aljofar*[1].

Estou-as vendo n'uma camara interior do paço da Alcáçova, sentadas todas no chão em volta de uma candeia de prata, entremeando o lavor com o engraçado e inoffensivo soalheiro feminino, ou de quando em quando com orações..........................

....

[1] *Mon. Lusit.* T. VI, pag. 499. Vida da Rainha.

Nos dias de Affonso IV continua o mesmo esplendor, e provavelmente a mesma etiqueta. Era el-Rei bizarro e fastuoso, e bem o demonstrou mais de uma vez.

A já citada quitação passada ao mesmo senhor por sua filha D. Leonor, Rainha de Aragão, de objectos d'elle recebidos em dote, é deslumbrante. Pedras preciosas, pratas, oiros, nacar, toda a sorte de apetitosas joias, ricas em invenções e feitios, se encontram n'aquellas poucas paginas. Parece que trasborda uma cornucopia cheia de todos os requintes do luxo. Por essa valiosa lista, completa a nossa imaginação mil scenas domesticas de banquetes e recepções[1].

Os dois testamentos, de 1354 e 1358, em que a Rainha D. Brites mulher d'el-Rei D. Affonso IV dispõe dos seus bens, são dois espelhos rutilantes, onde se reflecte o camarim de uma Princeza do seculo XIV. São sem conto as joias lindissimas que alli se mencionam, algumas de alta valia artistica, e provavelmente feitas na Peninsula, outras de alta significação historica pelas pessoas a quem pertenceram.

Para essas nobres superfluidades davam de sobra os rendimentos da Casa das Rainhas. Só para o calçado d'estas senhoras era destinada, segundo se diz, a villa de Alemquer; costume que Viterbo julga imi-

[1] Procure-se na *Hist. Gen.* Provas. T. 1, pag. 258.

tação persa ou egypcia. Alemquer era denominada *os chapins da Rainha.*

Honra porém á memoria d'essa longa lista de Princezas! os tributos da risonha Alemquer não se iam só em *chapins;* levava-os em segredo a caridade quasi sempre. Chapins eram calçado nobre, que por ter quatro ou cinco solas de cortiça ricamente cobertas e pespontadas, acrescentavam a estatura; d'onde succedia que ás Rainhas e Princezas se augmentava d'este modo a magestade natural. Pergunto: não pareciam ainda maiores essas nobres donas aos olhos do seu povo, erguidas no pedestal immorredoiro da caridade[1]?

*

Uma creada da mesma Rainha D. Brites de Castella, Tareja Annes de Toledo, castelhana que a tinha acompanhado para Portugal, fundadora de uma Capella na Sé de Lisboa[2], tambem menciona em seu testamento objectos apreciaveis: uma cruz grande de crystal, pé de jaspe, encastoada em prata; uma vestimenta de gibeci rosado, *e outra de seda retroz com os signaes d'el-Rei, e castellos de oiro.* (Está-se a vêr que era talvez uma especie de farda de dama da Côrte; *signaes* alli significa brasão; logo, era o

[1] Do uso dos chapins e outros calçados altos é que hoje provem aos nossos olhos o esguio das figuras esculpidas e pintadas, cujo porte elevado ainda se realça com o cahido das roupas talares. Pelo menos assim o penso eu. Nunca vi esta observação.

[2] Vide *Lisboa Antiga.* P. II, T. III, pag. 203

brasão d'el-Rei, as armas Reaes de Portugal, e mais os castellos da estirpe da Rainha[1].

A Rainha menciona, entre os seus servidores, homens de cavallo, de pé, moiros, e servos. O seu grupo feminino compunha-se de *donas, donzellas,* grandes e pequenas, *cuvilheiras,* e *mancebas,* além de moiras e servas; e a alludida Tareja Annes, que devia viver em grande pé de riqueza e nobreza, pois veiu a ser nada menos que aparentada com a Casa Real, como terceira mulher do Conde D. Pedro de Barcellos (o do Nobiliario e dos Cantares), segundo demonstrou frei Francisco Brandão, contempla por sua morte dois generos de creadas suas: as *que andarem de bestas, e forem donrra,* e as outras *que andarem a pé.*

A verdade é que as senhoras de alto estado faziam-se acompanhar de grande sequito de aias e escudeiros; era moda, e ainda o é na provincia. Eu proprio vi, n'um paiz de Mussulmanos, na velha Zanzibar, como as Moiras nobres jornadeiam desde a cidade até ás suas *shambas,* ou quintas. Encontrei ás vezes, á noitinha, uma ou outra, e observei-a, porque sei quanto nos usos moiriscos se encontram notas certas do viver antigo peninsular. A deante iam alguns escravos a pé; depois seguia-se a *Bíbi*, ou senhora fidalga, montada n'um jumentinho manço, muito bem gualdrapado, e ella toda envolvida em panos finos de lã branca, e rosto tapado, menos os olhos. Ladeavam-n'a creadas e escravas, e seguia-se

[1] O testamento de Tareja Annes vem na *Hist. Gen.* Provas T. 1, pag. 135.

uma ou outra tambem montada. E todo aquelle rancho deslizava sobre a areia a passo miudinho, e esfumava-se no escuro dos mangueiraes. E eu, o cabouqueiro da *Lisboa Antiga,* pensava n'uma dona ou princeza peninsular do seculo XIII ou do seculo XIV, e entrevia no escuro vago da lembrança uma antiga leitura minha do testamento de Tareja Annes!......

CAPITULO V

A proposito da Côrte do senhor D. Affonso IV entra o Conde D. Pedro de Barcellos.—Analysa-se o seu *Livro das cantigas*. —Verosimil conjectura de Varnhagen desenvolvida n'esta *Lisboa Antiga*.

No reinado, a que rapidamente acabei de alludir, do senhor D. Affonso IV, no meio d'aquelle semnumero de figuras que formam a Côrte, avulta uma sympathica e affectuosa personalidade, a que me referi tambem pouco acima: o Conde D. Pedro de Barcellos, irmão natural do Soberano, e que representa o elemento troveiro das salas e das côrtes de amor.

Tenho-o aqui sobre a minha carteira, o Cancioneiro d'elle, o seu *Livro das cantigas*, aquelle archivo precioso, d'onde parecem estar sahindo os sorrisos, os descantes á guitarra por noite de lua cheia, os protestos ardentes das despedidas para longe, os suspiros magoados das saudades, os galanteios nos saráos do paço de Coimbra, ou nas Alcáçovas de

Santarem e de Lisboa. Tudo isso se lê nas entrelinhas d'estes pobres versos quasi inintelligiveis, que ora se arrastam na andadura tão suave do settisyllabo, ora saltitam no rythmo dançante dos saphicos; e até os estribilhos parecem lembrar-se ainda hoje das monotonas melopêas da tiorba.

Como o Cancioneiro d'el-Rei D. Diniz, tem este livro uma profunda valia historico-litteraria, e uma individualidade inconfundivel. Fallemos d'elle, que o merece; será para mim a mais agradavel das digressões o contemplar assim, com um leitor intelligente e estudioso (os que se não interessem em tal genero de investigações não me lêem de certo) esta nobre e caduca velharia, attractiva como ruina, e como padrão carcomido do movimento intellectual dos seculos XIII e XIV.

*

A historia do manuscripto em si mesma é conhecida do leitor; mas, se por acaso lhe não lembra n'este momento, eu lh'a recordo:

Existia o codice na livraria do Collegio dos Nobres, d'onde passou para a da Ajuda. Foi mandado imprimir por Lord Stuart em 1823; e reimprimiu-o, com muitas beneficiações, em Madrid, em 1849, um benemerito das lettras brazileiras e portuguezas, o Visconde de Porto-Seguro, Francisco Adolpho de Varnhagen, a quem desde a minha meninice conheci em casa de meu Pae. Esta edição de 1849 é um primor de critica; o prologo é fruto de aturado trabalho e sagaz comparação das canções; e graças a esse improbo trabalho, chegou o auctor a estabelecer

o fio de um romance, ou antes de uma historia, que nas proprias estrophes do livro se abona e se comprova.

As trevas em que se envolve a personalidade do Conde D. Pedro escondem-nos a data do seu nascimento; e não ha meio de a calcular, a não ser da maneira que logo indicarei, e que, ainda assim, bem pouco segura me parece. Vamos andando.

Creado na Côrte do Rei trovador, Côrte polida e culta, instruiu-se o Real bastardo em todos os primores da poesia, arte que tinha cultores e apaixonados desde longos annos n'esta nossa boa peninsula hispanica, onde brilha tudo quanto é bello: pedras preciosas, versos, musica, sol, e mulheres.

Alma affectuosa e vibrante, a do Conde D. Pedro! Com que enthusiasmo não abraçaria elle desde os annos verdes (está-se a perceber) os segredos do poetar para damas e cavalleiros! com que expressão não cantaria elle nos saraus as suas redondilhas amatorias, cheias de allusões hoje perdidas! com que graça não saudaria n'elle a Côrte de D. Diniz e D. Affonso IV um dos primorosos representantes da *gaia sciencia do trovar!*

Era um homem extremamente alto, quasi agigantado, e galhardamente posto; cabello ruivo comprido; dextro nas prendas de cavalleiro, e mais ainda nas de trovador[1].

Dos seus collegas cultores de versos na Côrte portugueza d'esse tempo, e que tão bem imitavam

[1] No anno de 1634 mudaram os frades de S. João de Tarouca a sepultura do Conde D. Pedro, da parte direita do cruzeiro para a nave direita da egreja; abriram-n'a, e acharam o

os Provençaes (entre os quaes collegas figuraria talvez o para mim enigmatico Affonso Giraldes, auctor de não sei que rimas á batalha do Salado[1]), falla elle dirigindo-se á sua dama, luz dos seus olhos, quando diz:

Peró vejo aqui trobadores,
Senhor[2] e lume d'estes olhos meus,
que troban de amor por sas senhores[3],
non vejo eu aqui trobador, par Deus[4]!
que me hoje entenda o por que digo:
«Al e Alfanx e al seserigo[5]».

*

Conta o vetusto *Livro das cantigas* a passo e passo um entrecho amoroso, que se desenrola aos nossos

esqueleto inteiro, medindo de comprimento onze palmos e meio, correspondendo proporcionada largura de hombros a tamanha altura. Ao lado direito da cabeça tinha ainda meio barrete de setim amarello tostado, forrado de tafetá da mesma côr, tudo em bom estado, e o cabello crescido em grandes melenas, e muito ruivo. Calçava esporas doiradas, e tinha inteiras as solas do calçado, de ponta aguda, como era moda. Colhi isso na *Mon. Lusit.* T. v. fl. 180 col. 2.ª

[1] Vide frei Francisco Brandão. *Mon. Lusit.* T. v, fl. 26, col. 1.ª T. vi, pag. 132, 142, etc. Vide Innocencio.

[2] Esta terminação cabia tambem ao feminino.

[3] *Suas senhoras.*

[4] Exclamação: *por Deus*!

[5] Este estribilho é inintelligivel. O poeta diz que: com quanto veja na Côrte trovadores, que dirigem versos amorosos ás suas damas, comtudo não encontra quem entenda o porque elle diz «*Al e Alfanx e al seserigo.*» Tambem hoje não encontra; pode estar certo. *Alfanx* será o bairro santareno do Alfange? Quem sabe? Esta canção é a que traz na edição Varnhagen o n.º 120.

olhos como formosa pintura de costumes de uma epocha, e nos vae dando, mais aqui, mais além, as contas desenfiadas de uma aventura namorada entre o auctor e uma formosa desconhecida. Todo o trabalho está pois em enfiar essas contas; enfiou-as o erudito Varnhagen.

Quem por sua mãe era D. Pedro, sabe o leitor: houve-o el-Rei D. Diniz de uma senhora nobre, chamada D. Gracia, natural de Torres-Vedras, e opulenta proprietaria em Sacavem. Quem fosse porém a dama que elle amou e serviu na Côrte de seu irmão Affonso, é mais difficil dizer. Vamos de vagarinho.

Que era portugueza, é certo; chama-lhe o trovador sua conterranea:

E non tenho eu que é torto[1] *nem mal*
de amar homė sa senhor natural[2]

diz elle; e n'outra parte:

mia senhor e mia natural[3]

Mas além de patricia d'elle, era sua parenta, pois nos diz o cantor:

[1] Quer dizer: inconveniencia, erro. É o *tort* francez.

[2] de amar um homem uma senhora sua patricia, diriamos nós.

Esta canção é a 70.º

[3] Canção 71.ª

Eu som[1] *tam muito amador*
do meu linhagem, que nom sei
al no mundo querer melhor
de hũa mia parenta que hei[2].

Onde a viu? poderá saber-se? viu-a com a mãe em um estrado, isto é n'alguma reunião intima, pois que as senhoras (as quaes não confraternisavam comnosco como hoje) usavam estar sentadas no chão, ou em almofadas quando muito, n'um estrado alcatifado em suas camaras. Lá diz elle:

. . . . como a já vi
sendo com sa madre em um estrado[3].

O *estrado* era, por que assim o digâmos, a «sala de visitas» de uma antiga casa nobre. Esse verso e meio equivaleria pois talvez a dizer: *como já a vi uma vez estando ella com sua mãe n'uma sala, em recepção*[4].

[1] Sou.

[2] Canção 156.ª

[3] Id., 15.ª

[4] Aproximarei o que tres seculos depois escrevia uma senhora portugueza, D. Angela de Noronha, mulher de D. Jorge de Mello, Mestre-sala da Rainha de Castella, relatando o humilde viver de sua irmã, depois Carmelita descalça com o nome de Madre Maria de S. José: *De sorte que a sua casa de estrado e o seu jardim era aquelle logar.*

Vide esse trecho na *Chron. dos Carmel.* por frei Belchior de Sant'Anna. L. III cap. XXIV.

Ainda o *Anatomico jocoso*, na transição do seculo XVII para o XVIII, diz que a perfeita dama deve ter na sua sala *meia duzia de tamboretes, um bufetinho, um espelho debruçado na parede*, e (note-se) *um estrado de comprimento de tres varas, com sua esteira*. T. I, pag. 83 (Advertencia II).

Falou com ella em Santarem. Santarem, tão primorosamente descripta por frei Luiz de Sousa, era um centro cortesão; alli se reunia a Familia Real muita vez, principalmente no inverno; alli se celebraram n'este reinado do senhor D. Affonso tres vezes as Côrtes: em 1331, em 1334, e em 1340; alli affluiu por vezes toda a primeira geração do Reino. Pois esta formosa rapariga de olhos verdes,

os olhos verdes que eu vi
me facem ora andar assi[1],

era a flôr de Santarem.

A mais fremosa de quantas vejo
em Santarem, e que mais desejo[2];

diz elle; e n'outra parte;

Senhor fremosa mais de quantas som
em Santarem[3];

e n'outra parte ainda, alguma vez que sahiu de Santarem deixando-a lá:

Amigos, dês que me parti
de mia senhor e a nom vi,
nunca fui ledo, nem dormi,
nem me paguei de nulla rem[4].
Todo este mal soffro e soffri,
dês que me vim de Santarem[5].

[1] Canção 237.ª
[2] Id. 119.ª
[3] Id. 120.ª
[4] Não me agradei de nenhuma coisa; vejam o *res rei* latino.
[5] Canção 121.ª

*

Não foi só a alcantilada e fésteira Santarem theatro d'estes amores: nos arredores amenissimos de Braga parece ter passado outra parte do drama. Estando o poeta junto a Barcellos, e descortinando das suas janellas um rasgado panorama, onde se viam, entre outras povoações, a villa mesma de Barcellos, e a freguesia de Faria, a quatro leguas de Braga, pranteia cheio de saudades:

.... sempre eu veria d'aqui
aquellas casas hu mia senhor vi;

e mais a abaixo:

d'aqui vejo eu Barcellos e Faria,
e vejo as casas hu[1] vi alguem...[2]

Se insistissemos com o poeta para nos confiar o nome da sua bella, ouvil-o-hiamos, sorrindo-nos como disfarce, atirar-nos varios nomes:

Joanna é, ou Sancha, ou Maria,
a por que eu moiro[3];

e n'outra parte:

[1] Onde. È o *où* francez; esse hu é ainda do seculo XVI.
[2] Canção 244.ª
[3] Morro.

Joanna disse eu, Sancha, e Maria,
em meu cantar com gran coita[1] *de amor;*
e peró nom disse por qual morria[2]*;*

e outra vez:

Ora vejo eu que fiz mui grá folia[3]*,*
e que perdi alli todo meu sen[4]*,*
porque disse que queria gran bem
a Joanna, ou Sancha, que disse, ou Maria[5];

e outra vez ainda, confessa que desejam muitos saber

qual es la dona que quero gran bem,
se é Joanna, se Sancha, se quem,
se Maria.....[6]

Vae senão quando, escapa-lhe dos labios a confissão do nome querido; parece arrepender-se, mas deita o coração á larga, e brada:

E o que sempre neguei em trobar,
ora o disse; e pese a quem pesar[7].

[1] Queixa, queixume, lamentação.
[2] Canção 211.ª
[3] Loucura; é o *follia* e o *folie*, italiano e francez. Hoje *folia* tem em portuguez outra accepção.
[4] *Senso;* perder todo o juizo. Lá disse o Ferreira:

Bom Vasco de Lobeira e de gran sen,
(homem de grande entendimento, ou juizo).

[5] Canção 212.ª
[6] Id. 213.ª
[7] Id. 246.ª

«Pese a quem pesar»—note-se; o que parece demonstrar que taes amores encontravam algures opposição, surda ou patente.

*

Essa formosa consanguinea do gentil trovador namorado era (tudo o está segredando) era (conforme as perspicazes investigações de Varnhagen) nada menos que a sobrinha do mesmo trovador, Maria, a Infanta D. Maria, filha d'el-Rei D. Affonso IV.

—Um tio apaixonado por uma sobrinha! que frialdade!—me dizia uma senhora da nossa sociedade conversando commigo a respeito do Livro do Conde D. Pedro Affonso.

—E porque não, minha senhora? se o tio fosse, como algumas circumstancias induzem a crer, pouco mais velho que a sobrinha! e se ambos tivessem as mesmas tendencias intellectuaes, que tanto cimentam os affectos!

Ahi estão as datas a dar alguma força á conjectura; querem experimentar?

Repito: não se sabe por ora o anno do nascimento do Conde; mas sabe-se que em 1 de março de 1304 lhe concedeu seu extremoso pae, o liberal senhor D. Diniz, o condado de Barcellos; e sabe-se mais que veiu o dito Conde a fallecer em 1354, isto é, cincoenta annos depois. Não será verosimil calcular que esse titulo nobiliario fosse conferido a um menino na mais tenra infancia? e se assim foi, teria elle apenas uns nove ou dez annos mais que a sobrinha.

*

—Mas—objectava a tal intelligente senhora, que nunca se convence á primeira—como se pode admittir que o trovador mencione como caso notavel o ter visto a sua dama com a mãe, n'um estrado uma vez, e outra em certo sitio junto a Barcellos? Pois um Principe como D. Pedro Affonso não havia de vêr sua sobrinha constantemente, sempre que o desejasse, no Paço, nas festas, nas caçadas, em toda a parte? Que extraordinario acontecimento seria o encontrarem-se? Pois eu não vejo meus tios muitissimas vezes, cá em casa, em casa d'elles, na Avenida, em S. Carlos, no Chiado, nos bailes?

E eu respondi:

—A nossa Infanta D. Maria foi creada sob os auspicios e a vigilancia da mais recatada das mulheres, sua avó a Rainha Santa Izabel; e esta vivia reclusa o mais do tempo, e muitos annos homisiada como Religiosa no Mosteiro de Santa Clara. Ora a vida das senhoras em geral (e muito mais presidindo á Côrte aquella austera Aragoneza, já vestida e calçada para o Ceo) era bem outra, era totalmente outra do que é hoje. O lar, o *gyneceu*, o estrado das damas, era um sanctuario, onde nem os olhos sequer se permittiam penetrar. Quantas Princezas não foram creadas em Mosteiros, sahindo d'alli para o casamento? em que isolamento não vivia a mulher medieval atraz das suas gelosias, rodeada das suas cuvilheiras, e entremeando os dias com as conversações á lareira, os entretenimentos domesticos, as

frivolidadès obscuras e innocentes, e as praticas piedosas!

Nós ainda hoje, pelas narrações de nossos paes, fazemos perfeita ideia do como viviam por essa Alfama, por esse Bairro alto, escondidas, de todo escondidas, as senhoras de Lisboa ha uns cem annos. No moirisco Algarve ainda eu vi em 1882 o mesmo bisonhismo. O que seria no seculo XIV! era uma completa imitação dos usos mussulmanos, tão fundamente accentuados na Peninsula, usos que vi e admirei em Zanzibar.

A mulher e a gallinha, por andar se perde asinha; ou—*A mulher e a gallinha, com o sol recolhida*—diziam em rifão os nossos maiores; e acrescentavam: *O homem na praça, e a mulher em casa;* ditos perdidos no mar immenso dos proloquios populares, mas onde se pinta o viver antigo em toda a sua severidade.

Da Infanta pois de quem tratâmos, pode dizer se, que passou a sua primeira mocidade entre os claustros e as abóbadas de Santa Clara, onde a não lobrigavam olhos masculinos, nem os dos parentes sequer. Quando chegou a occasião de a casarem, foi o contrato antenupcial celebrado onde? em Santa Clara, nos aposentos da Rainha Santa, onde de certo poisava a nubente; e ao fallecer, em 8 de novembro de 1351, é ainda como commemoração d'essa saudosa residencia da sua meninice, é ainda como um ultimo adeus aos laranjaes do Mosteiro e ás margens folhudas do Mondego, que ella se manda amortalhar no querido habito de Santa Clara.

Que admira pois que, sahindo certamente muito

de longe em longe da clausura, a visse seu tio apenas alguma vez por acaso? e quem nos affirma que não sejam com esta mesma senhora, meio Princeza meio Monja, e disfarçada talvez pelo poeta no gracioso cognomento da «freirinha», que se entendem estas palavras d'elle, obscuras e vagas?:

Nom é a de Nogueira
a «freira» que mi poder tem,
mas é outra a fremosa
a que quero eu maior bem;
e morro-me pela «freira»,
mas nom pela de Nogueira[1].

(Nogueira é alguma das muitas freguesias d'esse nome, que ha nos arredores de Braga. Allusão perdida).

Tudo isto é vago, bem sei; mas não é verosimil? não está a ressaltar de todas estas asserções alguma coisa que se parece bastante com a verdade?

*

Que taes amores (fosse quem fosse a donzella) correram puros e ingenuos como os de duas creanças (indicio da muita proximidade de edade entre os dois), é certo. Pairaram sempre nas regiões altas do sentimento. Muito tempo viveu D. Pedro ao pé da sua amante; ou por outra: algumas vezes a viu; mas a timidez e os receios impediram-n'o sempre de se

[1] Canção 123.ª

declarar. E elle então exclama, já depois de a ter perdido, e de a vêr casada com um Rei:

Nostro Senhor Deus! e porque neguei
a mia senhor, quando a eu vêr
podia, e lhe podera dizer
muitas coisas que por ella levei?
cá[1] *já eu tal tempo houve attendi*[2]
outro melhor, e aquelle perdi,
e outro tal nunca ja cobrarei!

Ca já eu tal tempo houve que morei
hu a podia eu mui bem vêr,
e a vi mui melhor parecer
de quantas donas vi nem verei;
e peró nunca lhe ousei dizer rem
de quantas coitas levo por gran bem
que lhe eu queria, e quero, e querrei[3].

*

—Mas então—objectará por sua vez o leitor—se elle a amou, e foi amado, porque não casaram?

—Por uma razão simples: porque elle era um Principe nascido fóra da linha recta da linhagem; pertencia á linhagem, sim, mas não se sentava no plano de sua sobrinha; era... um *post-scriptum* genealogico; um enxerto no nobre carvalho Real; um fructo adventicio; na sua arvore de costados havia uns quarteis falhos; no seu escudo de armas via-se uma contrabanda negra; ao passo que ella, a gra-

[1] Porque; é o *car* francez. Outras vezes é *que.*
[2] Esperei; é tambem o *attendre.*
[3] Canção 170.

ciosa *freirinha*, era um florído rebentão da linha mais pura; na *palla* direita da sua *lisonja* rutilavam as quinas, que dizem Portugal, a bordadura de torres, que diz Algarve, os leões, que dizem Leão, e os castellos, que dizem Castella; era princeza dos quatro costados; era a filha primogenita d'el-Rei; era a fiadora da dynastia no caso de fallecer seu irmão Pedro; era a predestinada para honrar algum throno da Europa. Entre ella pois, a mystica educanda de Isabel de Aragão, e seu tio, embora Conde e senhor de terras, embora filho e irmão de Reis, havia um abysmo; esse abysmo nada o podia preencher. O proprio amante o reconheceu quando disse:

E tem-se Amor que demandei folia
em demandar o que nom posso haver[1].

*

Um bello dia (foi, por signal, em 1327) chegam a Portugal embaixadores d'el-Rei D. Affonso XI de Castella, pedindo para elle a mão da Infanta. Ella tinha (note-se) quatorze annos; demos ao Conde vinte e tres[2]. Se se amavam os dois, como tudo me leva a crer, que profundo golpe aquelle para ambos!

Quando deram a D. Pedro a noticia fatal, rompe elle em prantos, dizendo que sempre o coração lhe adivinhara tamanha desgraça, e que sempre a temeu:

[1] Canção 246.ª

[2] Admittindo que o titulo de Conde lhe houvesse sido dado no berço.

Quanto eu de vós, mia senhor, receei
haver, dêl-o dia em que vos vi!
dizem-me ora que m'o aguisa[1] *assi*
Nostro Senhor, como me eu receei
de vos casarem. Mais[2] *sei ũa rem:*
se assi fôr, que morrei por en[3].

E sempre eu, mia senhor, esto temi,
que me ora dizem, de vós haver[4],
dêsque vos soube mui gran bem querer.
Per boa fé, sempre eu esto temi
de vos casarem. Mais sei ũa rem:
se assi fôr, que morrei por en.

E sempre ende eu, mia senhor, houve pavor
dês que vos vi e comvosco fallei[5],
e vos disse o grande amor que vos hei;
e, mia senhor, d'aquesto hei eu pavor:
de vos casarem. etc.[6]

Creada no cumprimento dos deveres, insta a gentil Maria com o seu trovador para que se ausente e a esqueça. E eil-o ahi vae correr terras castelhanas, meio morto de saudade. E podia repetir-se-lhe com o seu antecessor o trovador Egas Moniz Coelho:

[1] *Arranja, depara.*

[2] Mas. Ainda o povo diz *mais.*

[3] Se assim fôr, isto é se se realisar o vosso casamento, sei que morrerei por isso.

[4] Sempre temi haver, ou receber, de vós isto que me dizem agora.

[5] Sempre, desde que vos vi e falei comvosco, tive medo d'isso, *ende*; palavra provinda do *inde* latino, e parenta do *en* francez e do *ne* italiano.

[6] Canção 93.ª

Cambastes a Pertigall
per Castilla

Não se demorou muito, e voltou a Portugal. O gosto que sentiu ao deixar aquellas terras, e ao tornar-se ás nossas, exprime-o elle com o seu enthusiasmo de poeta. Como se protrahiram os preliminares e contratos do casamento, ainda cá veiu encontrar na Côrte os cavalleiros castelhanos da embaixada, aborrecidos com a prolongada permanencia forçada em terras nossas; e diz, contrapondo a nostalgia d'elles ao regosijo que sentia da tornada:

Quantos aqui de Hespanha som,
todos perderom o dormir
com gran sabor que haõ de se ir;
mas eu nunca somno perdi
dês quando de Hespanha saí,
cá me o perdera já entom[1].

Terminadas as negociações, abalou a juvenil Princeza, de ora avante Rainha de Castella e Leão, e mulher de Affonso XI; e o Conde de Barcellos suspira, entre outras, uma canção de quatro estrophes, primor de lyrismo e vibração poetica:

Como morreu quem nunca bem
houve da rem que mais amou,
o que viu quanto receou
d'ella, e foi morto por en,
ai, mia senhor, assi moir'eu[2].

[1] Canção 152.ª
[2] Id. 154.ª

Ficou em trevas o poeta, e a sua lyra nol-o comprova. Apegava-se-lhe a memoria ás mais pequenas circumstancias que lhe lembrassem Maria. Uma vez sabe ter chegado de Castella certo homem, que, por ter falado á Rainha, e trazer de lá noticias frescas, o interessa sobremaneira. Ancioso por poder conversal-o, exclama comsigo:

Ando coitado[1] *por ver*
um home que aqui chegou,
que dizem que viu mia senhor,
e dirá-me se lhe fallou[2].

Tantas foram as saudades, e tamanhas, que obrigaram o trovador a ir procurar-lhes em Castella o lenitivo. Em Segovia, onde se admira um dos mais opulentos paços Reaes da Peninsula, onde se celebraram Côrtes, e onde a Familia Real costumava reunir-se, viu elle a Rainha, e conseguiu falar-lhe; mas falou-lhe de passagem, a medo, a fugir, e mais morto que vivo:

Esso mui pouco que hoje eu fallei
com mia senhor, gradeci-o a Deus,
e gran praser virom os olhos meus;
mais do que disse gran pavor hei,
cá me tremia assi o coraçon,
que nom sei se lh'o disse, se nom[3].

Instou ella para que elle regressasse a Portugal;

[1] Ando atormentado, ando ancioso, ando morto.
[2] Canção 175.ª
[3] Id. 247.ª

e, ou porque D. Pedro a achasse mudada, ou porque lhe fosse difficil ou impossivel o vel-a a miude, canta ao recordar-se em Segovia do bom tempo em que a viu em Faria:

Que de coita levei em Faria!
e vim aqui a Segobia morrer,
cá nom vejo hi quem sohia ver[1].

E d'ahi retira de novo para Portugal, ululando furioso contra a sua dama a canção 114.ª, e tornando-a responsavel perante a familia de ambos pela morte d'elle, d'elle que morre de amor! E desabafando com os amigos, exclama:

Dês quando eu a mia senhor entendi
que lhe pesava de lhe querer bem,
ou de morar hu lhe dissesse rem,
vede, amigos, como me eu parti!
Leixei-lhe a terra por lhe nom fazer pesar,
e vivo nom posso viver[2].

*

De todo o enredo singelissimo d'este romance (se o é) o que irrecusavelmente se deprehende é que a Rainha se portou de modo irreprehensivel, o que destroe os calumniosos apódos com que alguns mal intencionados a infamaram. Com toda a convicção e todo o denodo quebra lanças Frei Francisco Brandão pela

...... *formosissima Maria*,

[1] Canção 246.ª
[2] Id. 118.ª

e acrescenta com o seu odio anti-castelhano a ressumar em cada syllaba, *que (por ser portugueza) não quizeram os Castelhanos se despedisse de seu Reino sem notas e imposturas*[1].

*

Eis ahi está, n'um rapido exame, o que é o succo do *Livro das Cantigas* do Conde de Barcellos; livro que se tornou verdadeiro padrão litterario, e que, a despeito da sua rudeza e singeleza, illumina como um facho o reinado de Affonso IV.

Fosse ou não fosse duradoira e decisiva a paixão do Conde D. Pedro, o qual (seja dito de passagem) casou umas poucas de vezes, bemaventurada paixão que assim nos deixou um monumento de estro, e precioso pela sua mesma raridade.

Sejam ou não concludentes para todos os espiritos os argumentos e as approximações de Varnhagen, ninguem negará que sejam verosimeis, e se estribem em conjecturas aceitaveis.

[1] *Mon. Lusit.* T. VI, pag. 166.

CAPITULO VI

El-rei d. pedro i.—Maneira do seu despacho.—El-rei d. fernando.—Creação dos officios de Condestavel e Marechal.—El-rei d. joão i.—Anglicismo nos costumes portuguezes.—Luxo pessoal do Mestre d'Aviz.—Representação dos nobres e do povo de Portugal contra esse luxo.—Breve do Santo Padre Bonifacio IX.—Provimento dos officios mores da Casa Real.—A casa da Rainha D. Filippa de Lencastre.—Restricção nas despezas do Paço.—Numeroso sequito de cada Infante.—Esplendor do viver domestico.—Tapessarias e guadamecins.—Abusões e costumagens antigas.—Tenta el-Rei D. João extirpar algumas.—Janeiras e Maias.—Carpideiras.—Feitiçarias.—Severidade da pragmatica na Côrte.—Instituição dos Reis d'Armas.—É citado o Conde de Villa-Franca.—Os banquetes.—Relance de olhos ao viver domestico da casa do senhor D. João I.

Somos chegados, n'esta corrente chronologica, ao reinado do louco que se chamou Pedro o Cru. Sim, louco; nem de outra maneira poderiam explicar-se os seus desmandos de severidades sem logica, as suas crueldades sem tom nem som. Digo-o conven-

cidissimo: aquelle coração, essencialmente enthusiasta, passou pela mais violenta das metamorphoses com a morte de Ignez de Castro. De affectuoso, tornou-se aspero; de justo, cruel; de attractivo, repugnante. Tanto agrada e encanta o Infante D. Pedro, quanto horrorisa e desgosta o Rei a quem a lisonja cortezã cognominou JUSTICEIRO.

O homem que á luz das tochas ia misturar-se com o povo, dançando com elle, folgando com elle, como um truão, é o despota absurdo, que manda enforcar por crimes já reparados; é o carniceiro abominavel, que a sangue frio, e á traição premeditada, se vinga arrancando pelas espadoas o coração dos inimigos.

E comtudo, havia n'aquelle alienado sinistro materia prima para um grande Rei. Activo, vigilante, ninguem como elle.

Deixando porém o estudo demorado d'essa personalidade sombria, limitar-me-hei a observar, quanto á maneira expedita por que el-Rei D. Pedro I mandava se fizesse o despacho dos negocios publicos, que traz João Pedro Ribeiro o traslado de uma curiosa carta do mesmo Principe, extraída da sua chancellaria na Torre do Tombo, e que (com quanto não tenha data) parece áquelle sabio ser talvez de abril de 1361. As petições apresentadas ao Soberano eram logo passadas á mão de um secretario, ou *distribuidor,* que, segundo o assumpto de cada uma, as entregava a Desembargadores diversos. Estes, depois de as examinarem, despachavam-n'as para os respectivos escrivães. Havia penas severas para os negligentes, e para os que seccassem a auctori-

dade suprema com pedidos importunos. Essa nota é importante para a historia da *massada* em Portugal[1].

Passa rapido, e sem alteração notavel no modo de viver, e nas etiquetas da classe alta, o reinado d'el-Rei D. Fernando. Engano-me: data do tempo d'esse formoso e sensualissimo Principe o uso de rapar a barba, tão contrario ao que até então se usava n'estas nossas terras. Creio que foi isso, até certo ponto, progresso.

As Côrtes de 1371 (era 1409) representaram contra os excessos do fausto das classes altas. N'um dos *items* pedem a el-Rei haja de prover na regra de viver dos Ricos-homens e Cavalleiros, quanto ao numero de bestas que usavam, e aos numerosos sequitos de que se acompanhavam. Taes excessos feriam o senso-commum do nosso bom Povo; e com razão. A esse *item* respondeu o Soberano, que, sendo uso n'essas classes trazerem essa quantidade de cavalgaduras e apaniguados, devia cada um considerar o que fosse rasoavel no assumpto; que os deputados pois indicassem o que havia de legalisar-se, e elle assim o ordenaria.

Chama-se a isto um despacho cauteloso[2].

[1] Veja-se o tom. I das *Dissert. Chron.* de J. P. Ribeiro, pag. 306 e seg.

[2] Eis as palavras textuaes:

It̃. Ao que diisem q̃ seja nossa m̃cce q̃ aos Ricos homeens

É tambem d'este reinado, pelos annos de 1382, a creação dos officios de Condestavel e Marechal. Foi o primeiro Condestavel D. Alvaro Pires de Castro irmão de D. Ignez de Castro, e Conde de Arrayolos; e o primeiro Marechal foi Gonçalo Vasques de Azevedo [1]; cargo este, que era equivalente a commandante militar immediato ao Condestavel, assim como *o Condestavel era immediato ao Rei* [2].

Com a subida do Monge-Cavalleiro ao throno de seus avós, entrou na Côrte portugueza nova seiva, e um pronunciado anglicismo nos costumes e modas, emanado da nobre e austera personalidade da Rainha D. Filippa. A Batalha symbolisa esse anglicismo. A Batalha é producto de architectos inglezes.

e caualeiros e outros homeens grandes da nossa terra lhe demos certa rregra de biuer asi em nas bestas q̃ ham de trager como companhas e mantimentos q̃ sse da nossa trrã nom forem mais tenperados q̃ ferom ataa q' senom pode correger a terra mais dapnãsse em cada hum dia.

A Este art.º diisemos q̃ elles por ffazerem ssa proll trageram aquellas bestas e conpanhas q̃ birem q̃ lhes comprem Ca esto deue cada hum comsirar q̃ o deue de ffazer de rrazom naturall E elles mostrem caminho como sse pora fazer e asi o mandaremos fazr.

Capitulo de Côrtes de Lisboa, d'el-Rei D. Fernando, anno de 1371 (era 1409).—Cartorio da Camara Municipal de Lisboa, *Livro dos pregos*, fl. 91 v.

[1] Fernão Lopes, *Chron. d'el-Rei D. Fernando*, cap. CL.

[2] *Memorias de alguns officiaes móres em tempo d'el-Rei D. Affonso V;* vem na *Hist. Gen.*, provas, tom. III, pag. 304 e seg.

Diz D. Antonio Caetano de Sousa, que era o Paço d'el-Rei D. João I *um dos mais bem regulados no respeito e auctoridade*[1]. A sumptuosidade do viver da Côrte portugueza não provinha só de imitação dos estrangeiros; nascia das tendencias do genio do novo Monarcha. Sabe-se, por exemplo, que, sendo elle ainda simples Mestre da sua Ordem, descurava de andar em habito monastico, antes pelo contrario *trazia publicamente vestiduras de seda tecidas com oiro, e outras menos proprias do seu caracter religioso, o que era de alguma sorte apostatar*[2]. Foi então que os nobres e o povo de Portugal representaram, contra essas e outras infracções da boa disciplina, ao Santo Padre Urbano VI; pelo que o successor d'esse Pontifice, o Santo Padre Bonifacio IX, em sua Bulla de 28 de janeiro de 1391, concedeu de tudo a mais plenaria absolvição retrospectiva ao culpado, já Soberano do Reino[3].

*

Quando começou a reinar o senhor D. João I houve, é certissimo, grandes reformas no modo de ser da Côrte portugueza. Diz o sr. Gama Barros que el-Rei *proveu logo os officios da sua Casa, e os cargos publicos a que era mais necessario attender*[4]. Eram esses officios: o Condestavel e Mordomo-Mór (reuni-

[1] *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 285.
[2] *Quadro elem.*, t. IX, pag. 395.
[3] Ibid.
[4] *Hist. da adm.*, pag. 580, citando a *Chron. d'el-Rei D. João I* por Fernão Lopes, Part. II, pag. 1.

dos então no mesmo funccionario), o Marechal da hoste, o Alferes-Mór, o Guarda-Mór da pessoa do Soberano, dois Meirinhos-Móres, um para a comarca de Entre Douro e Minho, e outro para a de Tras-os-Montes; o Capitão do mar, o Anadel-Mór, o Camareiro-Mór, o Copeiro-Mór, o Reposteiro-Mór, o Chanceller-Mór, o Escrivão da Chancellaria, o Escrivão da puridade, dois Védores da Fazenda, o Thesoureiro-Mór, e o Védor da Casa Real.

*

A Casa da Rainha D. Filippa foi organisada, nomeando-se-lhe Camareira-Mór, Donas, Donzellas, e mulheres da camara, e mais uma senhora nobre para aia. Além d'esse pessoal feminino, havia tambem Mordomo-Mór, e outros Officiaes-Móres, como os tinha el-Rei[1].

*

Depois de concluido o tratado de paz entre as duas nações, Portugal e Castella, em 1411 (só ratificado aliás em 1431), diz o sr. Gama Barros (o qual esgotou estes assumptos, segundo se vê) que se restringiram as despezas da Casa Real.

Assentou-se *em que, afora quatro conselheiros, estivessem sempre na Côrte vinte grandes senhores para acompanhar el-Rei, a Rainha, e os Infantes; escudeiros com moradia, incluindo as guardas do Rei,*

[1] Fernão Lopes. Ibid., pag. 228, 287, 288, citação de Gama Barros a pag. 580.

oitenta; os cincoenta e sete moços da camara ficassem limitados a doze com os pagens; os moços da estribeira fossem dez; os caçadores não mais de vinte, e os moços do monte vinte e cinco[1].

Foi tambem cerceado o numero das servidoras da Rainha; por exemplo: reduziu-se a quatro donas e quatorze donzellas o numero de vinte e cinco que eram[2].

Era comtudo avultadissima a lista da Casa dos Infantes. Esse crescido rol de moradores vem na *Historia Genealogica,* e espanta-nos![3].

*

São antigas as bizarrias portuguezas. Primámos sempre por ahi. Fala o Infante D. Duarte, n'uns seus apontamentos que lhe sobreviveram, de ricos *freios*, *sellas, guarnimentos de brida e gineta,* que havia no Paço destinados *a dadivas*[4].

O luxo era grande, e as Casas Reaes, e as da alta fidalguia, ostentavam por cá todas as invenções sumptuarias com que lá fóra se enfeitavam as moradas mais nobres. De alguns usos se sabe, que demonstram haver na edade-media, e depois d'ella, certos requintes que hoje são quasi desconhecidos; por exemplo:

[1] *Hist. da adm.* T. 1, pag. 581, citando Fernão Lopes.

[2] Gama Barros, pag. 581.

[3] *Provas*, T. 1, pag. 433, 438, 509 e seg.

[4] *Hist. Gen.* Provas, T. 1, pag. 556. O texto diz *ginetes;* emendei *gineta*, por suppor que andaria aqui engano do copista. Julgo que ahi se contrapõe a *brida* á *gineta*.

Eram os aposentos forrados, durante o inverno, com bellos panos de raz, e outras tapessarias; ao passo que no verão tudo isso se substituia pelos celebres e famosos guadamecins, ou coiros imprensados e doirados. E ainda havia mais: os proprios tapetes do chão (onde os empregavam) trocavam-se na estação ardente por alcatifas de coiro aragonez, que, sendo mais frescas, não deixavam de ser ricas e vistosas[1].

Ainda bem que a industria moderna dos papeis pintados se tem dado á exacta reproducção dos guadamecins. Tenho visto papeis francezes, inglezes, allemães (e tambem já portuguezes) que imitam perfeitamente a côr, o estylo, os relevos até, dos guadamecins do seculo XVI e do seculo XV.

Por esses museus, e egrejas do Reino, não escasseiam os documentos palpaveis do luxo artistico d'aquelles tempos. Citarei unicamente, e valha esse para exemplo, o magnifico oratorio, ou tryptico, de Guimarães, admirado por todos nós na Exposição de arte ornamental de 1882 nas Janellas Verdes. Descreve-o e analysa-o o dr. Augusto Filippe Simões[2]. N'aquelle opulento agglomerado de figurinhas, columnellos, baldaquinos, ha um calor artistico desusado. N'aquellas allegorias sacras, tão sabiamente

[1] Em 1388 vejo mencionados na descripção da mobilia e paramentos da casa do Duque Luiz de França, e de sua mulher Valentina de Milão, irmão e cunhada d'el-Rei Carlos VI, *vingt-quatre carreaux de cuir d'Aragon vermeil, et quatre tapis, aussi en cuir d'Aragon, à mettre en chambre par terre en été*. Vide Lacroix — *Mœurs, usages et coutumes au moyen âge — Vie privée* — pag. 79.

[2] *A exposição retrospectiva*, pag. 70.

dispostas e emmolduradas, revive um seculo e uma Côrte.

*

Junto ás enraizadas crenças religiosas mais robustas, vegetava, com as suas nervuras parasitas enroscadas nas verdades eternaes, todo o desmando das superstições populares. Foi o elevado espirito do antigo Mestre de Aviz, quem primeiro tentou extirpar estas abusões, que, nascidas á sombra da Religião christã, eram comtudo reminiscencias tardias de usos pagãos. Ha uma postura da Camara de Lisboa, logo do anno de 1385, citada por Herculano no *Panorama*[1], em que se prohibem algumas superstições populares; é um passo largo para o desbravamento e arroteamento da alma do Povo; isso é; mas parece não ter surtido effeito geral. É que a civilisação não se decreta; insinua-se de vagarinho, e exemplifica-se.

N'essa tal postura vedam-se as feitiçarias, as evocações de espiritos malignos, e os *adivinhamentos;* prohibe-se o cantar *Janeiras* e *Maias*, e o fazer *carpições e depennamentos* sobre defunctos; usanças barbaras, que certamente formavam parte da farta herança que nos ficou de Gregos e Romanos.

É porém curioso e interessante observar a tenacidade com que todas essas costumeiras teimaram em persistir até aos nossos dias.

As festas de Maias na chegada da primavera, tão bem narradas e descriptas por Herculano no *Monge*

[1] Vol. IV, pag. 138.

de Cister[1], as Maias, que em 1716 Bluteau descreve como seguidissimas *em algumas partes de Hespanha,* e em Portugal nos Domingos e dias Santos do mez das flores, pondo-se pela rua mezas cobertas de panos, e assentando n'ellas *uma menina, ou moça bem vestida, e adornada com flores, que pede dinheiro ás pessoas que passam,* as Maias que os alegres bardos de 1822 celebraram poeticamente (talvez sem consciencia do que faziam) na sua immortal festa da Lapa dos Poetas, existem, e todo o Minho as conhece.

No dia ultimo de abril armam-se os *maios*, que são ramos de giestas enfeitados de flores e fitas, e n'essa noite põem-se ás janellas, para apparecerem no 1.º de maio. É um desafio entre os visinhos de cada rua, a qual ha-de apresentar o seu *maio* mais florido e vistoso. Dá o Povo como origem d'esta usança o seguinte: uma vez, que os Judeus quizeram prender a Nosso Senhor Jesu-Christo, poseram de vespera um ramo de giestas á porta da casa onde Elle poisava; e qual não foi o espanto de todos, quando, na manhã em que projectavam executar a prisão, viram todas as portas e janellas adornadas de ramos identicos, sendo então impossivel reconhecer entre tantas casas a poisada de Christo. Esta ingenua explicação chega e basta á imaginação popular.

Os defunctos ainda em alguns pontos sertanejos da provincia são carpidos, como á antiga. Quando ha um fallecimento, juntam-se na casa mortuaria todas as amigas da familia; e no momento de sahir

[1] Cap. IV.

o corpo para a freguesia ou para o cemiterio, todas essas mulheres atroam o ar com alaridos horrorosos, sobre posse, e chegam ás janellas despedindo-se do defuncto com altos brados, e voserias descompostas e bracejadas, n'uma porfia de dôr ficticia:—Adeus! até ao dia de juizo!—Adeus homem bom!—Adeus santa!—Adeus, rico amor d'est'alma!...

E se isso tudo ainda hoje se repete, que seria d'antes! Tem graça observar que, sobre o corpo do proprio Soberano que assim prohibira os carpimentos, os fizeram, e grandes, na ceremonia da trasladação do feretro desde a nossa Sé até á Batalha, em 1433. Apoz a bandeira negra roçagante ia pelas ruas de Lisboa atraz do prestito, diz Duarte Nunes, *muita gente coberta de burel, que fazia grande pranto*[1]; e na Batalha, conta o mesmo chronista, *sobre o corpo d'el-Rei, assi no officio como depois d'elle, se fez um grande pranto, por todas as gentes que alli se achavam, como se n'aquella hora morrêra*[2].

As *Janeiras* perpetuam-se no Minho. No dia de Reis andam os moços em ranchos, tocando e cantando, e assim correm as casas da sua villa, dedicando trovas lisonjeiras a cada chefe de familia; e se por acaso os não mimoseiam com alguns cobres, rompem em injurias tambem em verso, taes como:

Esta casa é de breu!
aqui mora algum judeu!

ou

[1] *Chron. d'el-Rei D. Duarte,* cap. II.
[2] Ibid.

Esta casa é de barro!
aqui mora algum diabo!

ou

Esta casa cheira a unto!
aqui mora algum defunto!

e ás vezes chegam a apedrejar as vidraças.

As feitiçarias são vulgarissimas, na propria Lisboa; que o digam as mulheres *de virtude*, as benzedeiras, e quejandas exploradoras, que não raro teem dado que fazer aos tribunaes.

A postura pois de 1385 ficou lettra morta, como outras muitas; e os desejos da Camara e do Rei, a quem n'este ponto aconselhou, segundo se crê, o virtuoso Frei Vicente de Lisboa, frustraram-se. O mais que se conseguiu foi (até certo ponto) christianisar as abusões, e já não foi pouco[1].

[1] Falando de Frei Vicente de Lisboa diz o grande Frei Luiz de Sousa:

A elle se attribue o conselho que o Governo da Cidade tomou em fazer voto de tirar os abusos gentilicos que duravam no Reino, como em outra parte temos contado, de lançar sortes, furtar aguas, carpir defuntos. Elle fez trocar em santas e devotas procissões as profanidades que o povo mantinha de festejar certos dias do anno, por titulo recebido da Idolatria, com outros maus costumes, que emfim por sua industria ficaram desterrados do Reino. E como o arrancar vicios é disposição para prantar virtudes, instituiu e deu principio ás procissões de Quinta feira da Semana Santa, que hoje estão á conta das Irmandades da Misericordia, nunca d'antes usadas.

Hist. de S. Domingos—P. II—L. II cap. V.

*

Afastei-me um tanto do meu ponto, sahindo do Paço. Voltemo-nos a elle.

Da severidade da pragmatica em diversos assumptos da vida official na Côrte joannina, dá testemunho o haver sido o marido de Filippa de Lencastre o instituidor dos cargos dos Reis de Armas. Por ahi se vislumbra o esplendor e rigorismo da etiqueta heraldica e genealogica d'aquelle Paço.

Diz-nos Fernão Lopes[1], que não existiu o officio de Rei de Armas até o tempo da batalha de Aljubarrota; e que no dia da batalha, notando o Mestre de Aviz as bandeiras dos aventureiros cheias de brasões que a muitos d'elles não pertenciam, reputou essa desordem offensa grave á antiga nobreza do Reino, e determinou remediar o mal, instituindo, depois de assente no throno, o cargo dos Reis de Armas, ou almotacés da genealogia e heraldica de cada fidalgo portuguez.

*

Nas complicadissimas materias do ceremonial, disse muito, ou quasi tudo, e disse-o muito bem, o meu mestre Conde de Villa Franca. Ao livro d'elle *D. João I e a alliança ingleza* remetto com o maior empenho o leitor.

Aqui apenas deixarei ferida uma nota muito expressiva, que a meu ver nos pinta um adiantamento não mesquinho na policia dos salões; colhi-a no ci-

[1] *Chron. d'el-Rei D. João* I — P. II, cap. 39.

tado livro do Conde de Villa Franca: foi no reinado d'el-Rei D. João, homem elegante e sociavel certamente, que *por primeira vez tiveram as senhoras logar n'um banquete. Vê-se por ventura n'este progresso a influencia ingleza, que tanto veiu a prevalecer sobre as antiquadas usanças do nosso Reino*[1].

Refere-se o auctor ao festim das bodas Reaes; e acrescenta pouco a diante:

Importa ainda notar, que a este não concorreram somente senhoras casadas. Tambem...... com suas graças juvenis o abrilhantaram meninas solteiras[2].

Pois não havia muitos annos que os sumptuosos paços da Alcáçova tinham visto outro banquete regio, em que a separação dos sexos fôra estrictamente observada.

Quando, vivo ainda el-Rei D. Fernando,—diz o mesmo erudito escriptor—o *Conde de Cambridge, filho do grande Eduardo III de Inglaterra, e sua esposa, desembarcaram em Lisboa com a grande expedição auxiliar, houve nos paços da Alcáçova um esplendido banquete; mas n'esse a Rainha Leonor Telles convidou á parte a Condessa e suas damas, e com el-Rei jantaram tão somente o Conde e mais senhores, inglezes e portuguezes*[3].

E note-se que, mais de setenta annos depois das bodas d'el-Rei D. João, creio que essa promiscuidade se não dava ainda usualmente, nem mesmo em Paris. Digo-o por este motivo:

Em novembro e dezembro de 1476, quando o se-

[1] D. João I etc.,—pag. 190.
[2] Ibid.—pag. 192.
[3] D. João I etc.,—pag. 190.

nhor D. Affonso V esteve em Paris, fizeram-lhe muitas festas, e levaram-n'o a ver tudo quanto havia digno de exame na capital de Luiz XI. Uma noite foi o nosso Rei cear a casa do senhor de Gaucourt, e a esse banquete foram presentes muitas donas e donzellas francezas; *où furent admises quantité de dames et de damoiselles de la ville;* affirma-o o monge benedictino Michel Félibien; e entendo eu que menciona o narrador essa circumstancia, por isso mesmo que seria rara[1].

No reinado d'el-Rei D. João II já a etiqueta variou; e nas festas immortaes do casamento do Principe D. Affonso em Evora, em 1490, na grande sala de madeira cearam com os nobres convidados as senhoras da Côrte. Na meza *alta,* sobre o estrado, ao topo do salão, comia el-Rei com a Rainha, o Principe, e a Princeza; na meza da direita o Duque de Bragança, o senhor D. Jorge, o Marquez de Villa Real, e, *abaixo d'elles,* as donas e donzellas; na meza fronteira personagens masculinos muito principaes[2].

Esplendidas festas foram em realidade todas as que em Portugal se deram no tempo do Mestre de Aviz! banquetes onde a opulencia das alfaias e do serviço corria parelhas com tudo que havia mais requintado lá fóra, e onde os *tapetes, bancaes, bacios, pratos, picheis de agua ás mãos, e saleiros..... as copas, e as taças,*primavam pela materia e pela forma[3].

[1] Veja-se a interessante relação de Félibien na Hist. Gen.—Provas—T. II, pag. 59.

[2] Ruy de Pina—*Chron. de D. João* II, cap. XLVII.

[3] Esse completo alfaiamento de uma meza bem servida no

D'ahi até á minuciosa descripção dos usos e cortesias da meza no seculo XVII, tal como nol-a deixou Rodrigues Lobo[1], e d'ahi até ao que hoje se usa, que differenças, e que transformações!

*

O que ahi fica exposto, refere-se á vida exterior e de apparato.

Quanto á vida interior do Paço do Rei «de Boa Memoria», ao conchego intellectual e moral da familia, quer-me parecer que esse assumpto momentoso mereceu ao espirito atilado do chefe da nova dynastia cuidados especiaes. Só n'esse calor bemfazejo poderia crear-se tão admiravel ninhada de Principes modelos. Só tendo por educadores um Rei como elle, e uma Rainha como ella, é que poderia brotar aquelle grupo de immortaes.

E por isso escreve muitissimo acertadamente o meu velho Duarte Nunes estas palavras, que poderão servir de exemplo e incitamento ás mães portuguezas:

Como a Rainha D. Filippa,...... além de suas grandes virtudes, era mulher de muita policia, e que, com menos regalo e melhor creação do que as senhoras de Hespanha fazem, instituia seus filhos,

seculo XV, consta de uns apontamentos que deixou el-Rei D. Duarte, manuscripto da Cartuxa de Evora. *Hist. Gen.* Provas T. I, pag. 555.

[1] *Côrte na aldeia.* Dial. XII.

assi el-Rei D. Duarte, (como seus irmãos todos) foi bem doutrinado nas lettras e costumes[1].

Allude á compostura e ordem da vida caseira do Paço de Lisboa o proprio senhor D. Duarte n'um dos seus livros, encarecendo o quanto as familias e as nações lucram no bom exemplo de quem as dirige; e especialisa com affecto filial o papel d'el-Rei D. João seu pae, e da grave educadora sua mãe.

Diz elle:

Do exempro dos senhores e dos Principes,..... toda casa ou Reino filha grande exempro em semelhante, e esso medês em no seguimento das virtudes; de que vejo ao presente, mercês a Deus, boa experiencia; que por a muita bondade e virtude que sempse viram em no mui victorioso e de grandes virtudes el-Rei meu senhor e padre, e na muito virtuosa Rainha minha senhora e madre, os principaes de sua Casa, e todolos outros do Reino, per graça que lhe foi outorgada, fiseram grão melhoramento em leixarem maos costumes, e accrescentarem em virtudes[2].

*

P. S.—Sim. el-Rei D. João influiu muito; mas o quinhão da Rainha não é menor.

Havia de revelar-se em innumeraveis pormenores da vida intima d'estes Principes, tão portuguezes, a salutar influencia da grande mulher ingleza sua mãe.

N'aquella mãe, reflexiva e previdente (segundo nos

[1] Duarte Nunes. *Chron. d'El-Rei D. Duarte*, cap. XIX.

[2] El-Rei D. Duarte. *Arte de cavalgar*. P IV, cap. XV, ed. de 1843, pag. 102 (salva a orthographia).

meus devaneios a imagino), os extremos maternaes poucas vezes, ou nunca, se expandiam em caricias ruidosas e lacrimosas, como nas mães meridionaes, a que alludia Duarte Nunes. Disfarçava prantos e sorrisos, para não fraquejar; vigiava os filhos com o coração, e, melhor ainda, com a razão.

Na sua gravidade affectuosa, tem a mãe ingleza um condão que é só d'ella; sabe manter em realidade a sua gerarchia de chefe da familia, sem deixar de figurar apenas como uma especie de irmã mais velha.

Junto d'ella, sente-se a creança dominada; sabe-se rodeada de carinhos, que, por assim dizer, não vê; obedece por amor, por veneração, e até por habito, que é o segredo de toda a altissima civilisação britannica. Assim, sem custo, sem attritos, sem exagerações de sentimentalismo, que dão, não raro, em indulgencias perigosas, cumpre a mãe o seu dever: prepara uma descendencia, que, no suave aprendisado filial, se vae adestrando para o duro e cançado officio da vida.

Mãe em toda a accepção d'este monosyllabo immenso, mãe austera, mãe forte, foi Filippa de Lencastre; e por isso é que, d'entre as suas Reaes Mãos de burgueza educadora, sahiu aquella notabilissima irmandade de Principes peninsulares.

Inclyta geração! altos Infantes!

cantava Camões.

*

Seja-me licito expressar-me com toda essa imparcialidade.

Depois dos insultos inqualificaveis, com que o Governo da Inglaterra acaba de incommodar-nos, roubando-nos com a prepotencia brutal dos seus couraçados, espoliando cobardemente um soldado enfraquecido, mas primeiro (note-se bem) deshonrando-se a si proprio, poderão parecer descabidas essas phrases sinceras a respeito da Inglaterra e da respeitavel Princeza. Não são. Portuguez enthusiasta, amante da minha querida terra como os que melhor o sabem ser, por attavismo, por educação, e por gratidão, abstraio comtudo das exagerações do ressentimento. Digo mais: a Inglaterra não deve, não pode, ser connivente com as miserias egoisticas perpetradas por um Governo sem probidade, e quatro gazeteiros sem pudor, que todos souberam impôr-se, graças ás ficções e trapaças constitucionaes. Tenho a convicção firme (e alguns protestos valorosos o demonstram) tenho a convicção firme de que a parte sã da opinião nas Ilhas Britannicas nos faz justiça. A verdade é só uma.

Apesar das infamias de um gabinete chatim vendido a aventureiros e especuladores, Portugal fica sendo o que sempre foi: uma Nação nobre e digna, briosa e valente, carregada de indiscutiveis serviços á civilisação do Mundo.

Direi mais: defraudado do que é seu, defraudado por esta fórma insolita e inesperada, defraudado em nome do direito da força bruta, defraudado pela

ambição suina de alguns traidores e quebrantadores de tratados, mas defraudado ao som do mais unanime, do mais sincero protesto nacional, que é um verdadeiro rugido de leão, Portugal cresceu aos olhos da Europa, e tornou-se mais sympathico ainda para o severo juizo da Posteridade.

A Posteridade não é um sonho; é um tribunal de suprema instancia; a Posteridade nos fará justiça; e Deus, que nos vê, saberá compensar as nossas amarguras.

Unâmo-nos todos! façâmos votos para que o Governo portuguez encontre solução diplomatica, pela qual sejam salvaguardados os nossos sagrados interesses, e (muito antes d'elles) a nossa dignidade nacional.

O serem momentaneamente tolerados na Grã-Bretanha, por um systema politico todo elle ficções, gabinetes de piratas e companhias officiaes de «olho vivo», não deve induzir-nos a nós outros a ser injustos para com as venerandas nacionalidades européas, e ingratos para com as grandes figuras historicas.

A Inglaterra é o que é; e Filippa de Lencastre, a estrangeira, a filha de João de Gaunt, a ingleza, a neta de Duarte III, a desvelada educadora, que além dorme no seu mausoleo monumental de Santa Maria da Victoria, é a um tempo gloria nativa da velha e nobre Inglaterra, e gloria adoptiva e immorredura do joven Portugal do Mestre de Aviz.

Quanto ao estadista que tanto mal nos causou, e que dá pela alcunha de Marquez de Salisbury, quanto a esse egoista, que tem em tão mesquinha conta os seus creditos de politico, esse (se, depois de nomes

puros e luminosos, pode caber o d'elle, feito de sombra) esse fica inscripto para sempre no pelourinho onde se prega a taboleta dos traidores.

A Inglaterra já tinha um Hudson-Lowe, que insultava um prisioneiro. Fica tendo agora um Salisbury, que insulta e espolia um veterano pobre. Dignos um do outro: Salisbury, e Lowe.

CAPITULO VII

Rapido bosquejo dos antigos cavalleiros lettrados.— Desponta EL-REI D. DUARTE, representante no seculo XIV de uma dynastia litteraria.—Esboço de retrato d'esse sympathico Principe. — Quadro das festas do casamento d'el-Rei.—O Mosteiro de Santa Clara.— O castello de Coimbra.— A Rainha D. Leonor.—Serão no Paço.— Os antigos *serões*.—El-Rei D. Duarte como soberano, como homem de lettras, e como caçador. — Os irmãos.— O *Leal conselheiro*, e a *Arte de cavalgar*.— El-Rei D. João I, já velho, no meio do grupo de seus nobres filhos.— Uma caçada d'el-Rei D. Duarte.

Se o reinado d'el-Rei D João I é só por si uma aurora social, certo é que um dos raios mais luminosos d'essa alvorada veio a brotar do grande espirito do herdeiro da Corôa.

N'estes dois reinados augmentou a intensidade do esplendor intellectual da Casa reinante.

E com effeito, se se encara em globo o conjuncto da historia do nosso antigo Paço, percebe o observador que no todo do quadro se destacam per si

mesmo varios periodos, distinctissimos entre si quanto a illustração.

Deixando de parte o primitivo cavalleiro, só brigão e justador, o traga-moiros que tanto avulta nos primeiros decennios, o homem boçal e roncador, despejado de lingua e de braço, o piedoso e humilde fundador de Mosteiros, que tanta vez nos apparece como desordeiro, roussador e rapinante, ao longo das tenebrosas paginas do Livro Velho; deixando-o, repito, e chegando-nos a um periodo de maior desbravamento intellectual, encontrâmos um seu descendente muito mais attractivo do que elle: o senhor da Côrte, sempre valoroso, sim, mas já erudito e lettrado, o trovador dos Cancioneiros, o polido rimador de villancicos amorosos, o frequentador das salas e dos estrados das damas, o monteador que nas horas vagas lê e estuda, o portuguez em quem tão á propria assenta o verso de Camões

n'uma das mãos a penna e n'outra a lança.

D'esse cavalleiro, que aprecia os doutos, se revê na leitura de um rimance, folheia com amor as paginas illuminadas de um livro de cavallarias, e deixa a alma repoisar-se-lhe na meditação de um quadro do Velho Testamento, ou de um retrato debuxado por Plutarcho, d'esse cavalleiro, são, por assim dizer, representantes dois grandes vultos da nossa historia: el-Rei D. Diniz, e el-Rei D. Duarte.

E eram no seu tanto dois cavalleiros acabados aquelles dois. Bem diz o dictado, que as lettras não despontam a lança. E o sentencioso e gentil Sá de

Miranda tambem o repetiu em bons versos, falando do Marquez de Santilhana:

Um Marquez de grande conta
por seu esforço e saber,
para a paz e para affronta,
«A lança — soía dizer —
«co'os livros não se desponta[1].»

Como estamos vendo, já vem de muito longe a cultura do espirito dos nossos Soberanos; e honra lhes seja.

Depois de uma não longa serie de Principes, que, segundo se crê, não primavam na leitura, e mal sabiam escrever (se é que o sabiam), quem primeiro entre todos avulta com mais brilho, é D. Diniz, o Rei-troveiro, o pensador que lograva adivinhar.

Seguem-lhe mais ou menos as pisadas seu filho el-Rei D. Affonso IV, seu neto el-Rei D. Pedro I, não falando no Conde D. Pedro, de quem já tratámos, e n'outros, mas mencionando, e com enthusiasmo, el-Rei D. João I. Este senhor (dil-o seu proprio filho primogenito) *fez um Livro das Horas de Santa Maria, e Psalmos certos para os finados, e outro da Montaria; e o Infante D. Pedro, meu sobre todos presado e amado irmão, de cujos feitos e vida muito som contente* — accrescenta o mesmo escriptor — *compoz o Livro da Virtuosa Bemfeitoria, e as Horas da Confissão*[2].

[1] Carta a João Rodrigues de Sá.
[2] *O Leal Conselheiro*, cap. XXVII.

*

E elle proprio, o que assim falava, elle, o Rei D. Duarte, o sympathico e ephemero herdeiro de tamanhos varões, não avulta no seu tempo como exemplar de estudiosos? Triste, sempre triste, arrastando como fardo o seu pesadissimo reinado de cinco annos, tão grande e tão nobre, vemol-o entremeando com as agruras da vida domestica, e as obrigações do officio de reinar, a tarefa litteraria, a sua conscienciosa tarefa litteraria, que o haveria immortalisado por si só, quando mesmo nascido em berço obscuro. D'esses trabalhos de lettras desconfiava elle, está-se a vêr pelo tom modesto com que no *Leal Conselheiro* (é no prologo se me não engano) fala no seu *pequeno saber,* interrompido, de mais a mais, e empecido por *todo geral regimento de justiça, conselhos, e todas outras proveenças* de seus reinos e senhorios.

Deu-lhe Deus (pobre alma inquieta e nostalgica!) deu-lhe, como descanço aos amargores, um ou outro momento de fugaz ventura; e (sem irmos mais adeante) casou-o com uma digna e suave companheira, cuja vida inteira se debruçou sobre a d'elle, como um arbusto sobre o tronco de um carvalho.

Cito (e não resisto a descrevel-a com muita minucia) a festa do casamento d'el-Rei, então Infante.

E sabe o estudioso quem vae ser o nosso informador? quem? nada menos que um irmão do nubente, o Infante D. Henrique, descrevendo as festas a seu pae. O singularissimo é que el-Rei D. João não assistiu; consumou-se a boda em Coimbra, residindo elle em Lisboa.

Vamos ao caso.

*

Estava-se a meio de setembro de 1428; determinou-se que fosse a festa em Coimbra, e para lá começou a affluir grande numero de curiosos de toda a comarca, além d'aquelles a quem os deveres do cargo impunham comparencia. Grandes, Prelados, os Principes de sangue, tudo jornadeia em direcção a Coimbra. No Castello e em Santa Clara vão desusados aprestes; aderessam-se as salas, os aposentos, o templo. Chegou com grande sequito de donas, bispos, creados, a formosa D. Leonor de Aragão, a gentil noiva do Infante, e hospedou-se no paço do Castello. Chegou o Infante D. Henrique. Chegou o Infante D. Duarte, e aposentou-se na extremidade do paço opposta áquella onde já estava D. Leonor. Chegaram o Conde e a Condessa de Barcellos. Chegou o Infante D. Fernando.

Das relações dos dois nubentes existe memoria: cada dia, por duas e tres vezes, ia o Infante passar algum tempo com D. Leonor; tratava-a com o mais profundo comprimento e resguardo; era finissimo com ella, e tão respeitoso, que não permittiu a si mesmo a innocente liberdade de dar um beijo áquella que ia ser a companheira da sua vida, segundo observa D. Henrique, o affectuoso narrador d'estas festividades. Ficava embevecido a olhar para ella, deleitando-se o mais possivel em a vêr dançar, airosa como era, e em a ouvir cantar ao som do manicordio, ou clavicordio, uma especie de espinheta, ou cravo (o piano d'Erard d'aquelle tempo). Quando

estava com ella, e que a escutava falar a sua lindissima lingua, sentia-se alegre, sentia-se outro, parecia que um arrebol vinha illuminar-lhe o coração. Achava linda a voz da Infanta, e a sua maneira de tocar.

Para entreterem a recem-chegada, concorreram varios passatempos; calcúlo que houve bonitos passeios no Mondego, e digressões aos arredores; mas sei tambem que houve caçadas, e até duas tardes de toiradas, sendo os toiros offerecidos por uma fidalga de Coimbra, D. Guiomar e lidando-se uma vez no proprio pateo do paço, e a outra no terreiro de Santa Clara a Velha.

Na segunda feira 20 houve danças no paço.

Na quarta 22, emfim, celebrou-se o Real casamento com a pompa que vou descrever.

*

Tinha-se escolhido o templo venerando de Santa Clara (junto á antiga residencia da Rainha Santa) para n'elle se realisarem os desposorios. Vicissitudes das coisas humanas! esse mosteiro, afogado nas areias, é hoje uma ruina. O *paiz* que o circumda é já em tudo outro do que era então: o Mondego é um fio de aguas; o aspecto da cidade nem lembra sequer o da nobre cidadinha medieval; e o proprio campo é diverso do que foi. Todos aquelles oiteiros sorriam d'antes vestidos de vinhedo, e (quem tal crerá hoje em dia?) cobertos de magnificas plantações de canna

de assucar, cujo verde alegre contrastava com o bronzeado do olivedo[1].

Escolhido pois, como disse, o mosteiro de Santa Clara, n'elle se concentraram as diligencias e o talento dos armadores mais artistas do Reino. Faz-se idéa do apuro com que se emparamentou a casa toda! convergiram para aquelle ponto os cuidados, e juntaram-se ali as mais custosas alfaias religiosas, já emprestadas, já proprias do mosteiro.

O claustro ogival, por onde havia de atravessar a noiva, aquelle claustro adornado de redoiças de flôres, e sussurrado de fontes, a maior das quaes desafogava no tanque pela bocca de uma serpe enroscada ao braço de uma Nympha[2], e trazia á lembrança, nas conversações das monjas, o caso, já talvez então legendario, dos amores de Ignez, aquelle claustro ogival, tão garrido e elegante, alcatifava-se n'esse dia de riquissimos tapetes.

O aspecto da nobre casa claustral, quer vista de fóra pelo povo, quer de dentro, era risonho e alegre; brincava um sol de noivos, e chilreava o passaredo com mais graça que de costume, pelos rendilhados dos capiteis e columnellos, ainda brancos e

[1] Em 1451, diz Lanckman de Valkenstein, um dos embaixadores de Frederico Imperador da Allemanha para o casamento d'este Principe com a nossa Infanta D. Leonor: *Et ibi crescunt optima vina, et zuccarum in cannis.*

Não se está a ver n'isto (pergunto) a iniciativa do Duque de Coimbra D. Pedro, por influencia de seu irmão D. Henrique de Sagres, a quem as cannas de assucar eram mandadas das ilhas de além-mar?

[2] Bluteau — Vocab. — Supp. — art. *Fonte.*

intactos, pois não remontavam a mais que aos começos do seculo XIV.

O templo, de enorme altura, colgado de brocados, cobria de preciosos adornos os seus cincoenta e seis metros de comprido[1]. Á porta que do côro das freiras dava para o templo, suspendia-se um pano de brocado carmezim, arregaçado, e cobrindo como docel o logar onde haviam de ser as bençãos. N'esse côro é que jazia a Rainha Santa, depois de ter estado primeiramente em baixo, no corpo da egreja, d'onde foi tirado o seu mausoleo, porque, não só pelas suas dimensões, mas tambem pela gradaria que o circumdava, era empacho e pejamento[2].

Todo o recinto do templo se via aconchegado de razes, por dentro e por fóra, e alcatifada a escada que levava do côro para o templo. Ao longo do caminho que haviam de seguir os nubentes subindo a nave, tudo era uma especie de rua formada de panos. O frontal e sobre-ceo do altar-mór era brocado carmezim. O cabeçal, ou almofada, em que os noivos haviam de ajoelhar-se, era todo tecido de oiro liso sem lavores. Rutilava de pratas o altar mór, das quaes umas eram da Mitra de Coimbra, outras pertenciam a el-Rei; por signal, que officiou o Bispo com Mitra e bago da Corôa.

Taes eram, pouco mais ou menos, os adornos e

[1] Indicações tiradas de um curioso artigo do fallecido erudito Dr. Augusto Simões, intitulado *Navegar em ruinas*, explorações das ruinas inundadas da egreja velha de Santa Clara. —Vide o jornal *Artes e Lettas* de 1872, N.º 10.

[2] Vida antiga da Rainha Santa—Vem na *Mon. Lusit.*, T. VI, pag. 515.

as galas com que se enfeitava o templo de Santa Clara.

*

Tinha ido para lá a Infanta D. Leonor, e achava-se com as freiras, á espera, no côro. Á hora marcada, entre ondas de populares alegres, chegou, desde o paço do Castello, o noivo montado n'uma formosa faca. Trajava rica opa, e tinha por firmal, ou broche de prender, uma esmeralda de preço. De uma banda acompanhavam-n'o a pé os Infantes D. Pedro e D. Fernando, e da outra o Infante D. Henrique mais o Conde de Barcellos, com um sem-numero de fidalgos e senhores. Apeados, seguiram todos até á porta do côro, onde pararam. Subiram D. Pedro e D. Henrique a buscar a noiva, e conduziram-n'a pela mão para o corpo da egreja. Levava a cauda do vestido da Infanta a supra-mencionada D. Guiomar, e pegavam em tochas todos os convidados. Fez uma breve pratica o chantre de Evora, e entre musicas se procedeu á ceremonia conforme o rito catholico; depois disse-se uma Missa resada, mas com diacono e subdiacono, e tudo de pontifical. Foi padrinho o Conde de Barcellos, e madrinha sua mulher a Condessa D. Constança.

Toda essa serie de ceremonias, a que assistia a joven noiva com uma pesadissima opa bordada, cançaram-n'a de modo, que, pelo calor das luzes e quantidade da gente, succedeu que, ao terminar o acto, e ao chegarem-se-lhe os cunhados para a felicitarem, ella esmoreceu, desmaiou, e caiu nos braços das suas damas. Lançaram-lhe agua ao rosto, voltou a si, re-

tiraram todos, e só ficaram por fim a noiva e as senhoras do seu sequito e convidadas.

O infante D. Duarte, assim casado á face da Egreja, tornou-se para o seu paço, apenas acompanhado dos irmãos!

Depois de ter a noiva jantado em Santa Clara, foram lá buscal-a á noite os cunhados para a trazerem ao paço do Castello. E dizia com chiste o Infante D. Henrique, ser de bom agoiro isto de casar em Santa Clara esta Infanta aragoneza, no proprio paço da outra aragoneza, a santa Rainha Isabel; dir-se-hia que a noiva sahia agora de sob o seu bafo maternal.

A comitiva desde Santa Clara pela ponte fóra até ao Castello de Coimbra, no escurecer d'aquella formosa noite de setembro, era magnifica e muito para se ver. Ia a Infanta n'uma hacanêa ruça pomba, ajaezada de oiro com aparelhos ricos que offerecera o noivo. Junto da Infanta, a um lado e a outro, iam a pé os cunhados, e muitos fidalgos da Casa Real, ladeados de sessenta escudeiros com tochas accezas. Logo atraz seguiam, tambem a pé, a Condessa de Barcellos, e D. Izabel de Ataide, e muitas outras donas e donzellas.

E assim chegaram ao paço, onde certamente os aguardava cheio de alvoroço o affectuoso D. Duarte.
. . . .

*

Á noite houve saráu.

Com que ingenua graça não encarece o Real auctor do *Livro da montaria* os primores dos saráus!

o aprazivel da companhia, e o desenfado que traz a um cerebro exhausto de trabalho o alegre e variegado aspecto de um salão cheio de gente, amenisado de musica, e aquecido de elegancia! O melhor remedio para *o cançasso do entendimento*—diz o escriptor—*é ver a sala mui bem guarnida de mui ricos panos, e outros; ver muitas donas e donzellas mui ricamente vestidas, e tão bem cavalleiros como escudeiros, que todos nom parassem mentes senom em tomar prazer, ouvir os mui doces tangeres que fazem os instrumentos, tomar uma formosa dona ou donzella pela mão, e dançar com ella,* etc[1].

Dançou-se e cantou-se n'uma sala ricamente aderessada, e assistia n'um estrado o noivo.

Faltam mais pormenores. Vê-se porém que desde tempos muitos antigos (desde todo o principio, pode-se dizer) foi a dança, alem do sabido *cantochão da cortezia, em cujo contraponto ha cem mil galantarias e extremos que não cabem em regras,* como diz Lobo[2], foi a dança entretenimento geral em todas as classes.

Não creio que tenha muita rasão o meu grande e querido Bluteau[3] em dizer que os primeiros saráus em Portugal foram em dias d'el-Rei D. Manuel; quando vemos nas Côrtes anteriores bailar a mocidade, e requebrar-se galanteando ao som de tiorbas, pipas, e violins.

[1] *Livro da montaria* por el-Rei D. João I, mss. da Bib. Nac. de Lisboa—citação feita pelo sr. Gama Barros no seu bello livro *Hist. da ad.*, T. I, pag. 424.

[2] *Côrte na aldeia*, Dial. XII.

[3] Verb. *Saráu.*

Lá fora, pelo mesmo tempo, havia saráus, e brilhantissimos; que o demonstre o diario da jornada do Conde de Ourem a Basilêa, por exemplo, onde a descripção de uma festa em casa do Duque de Milão em Lausanna, em 1437, corre parelhas com a das mais explendidas[1]. Representou ahi a dança um grande papel, e ha-de represental-o sempre.

Houve quem chamasse a dança abraços ao som de musica; é grosseira a phrase; mais quero eu á que escreveu Lamartine, denominando-a *a poesia do movimento*. Ninguem definiria melhor e em menos traços o gracioso papel da dança.

Findo o saráu, foi servido vinho e fructa ao Infante D. Duarte por seus proprios irmãos. (Noto com pena a ausencia da Infanta; provavelmente duravam os effeitos do desmaio, e obrigaram-n'a a recolher-se). A salva dos doces, ou o *confeiteiro*, como se dizia, levava-a D. Henrique (o de Sagres); a fructa, D. Fernando (o Santo); o vinho, o Conde de Barcellos (depois Duque de Bragança); e emfim o pano para limpar as mãos e a bocca, levava-o D. Pedro (da Alfarrobeira). Grande honra sem duvida para um Principe ter taes servidores; isso bem mostra o apreço em que era tido um tão conspicuo primogenito.

Terminado o beberete, debandou a companhia.

Tal foi o ceremonial das nupcias do senhor D. Duarte[2].

[1] *Hist. Gen.*, Prov., T. v, pag. 605.
[2] Id., ibid., T. vi, pag. 350.

*

Depois, eil-o a atravessar a sua trabalhada existencia, levando pela mão a formosa companheira que o Ceo lhe deparou, a suave inspiradora do *Leal Conselheiro;* eil-o a auxiliar o pae nas improbas tarefas da Realeza, a curtir calado as mais pungentes dores no seu coração de filho, de irmão, e de Portuguez, mas a saber encontrar nas devoções, nas leituras piedosas e historicas, e na propria composição litteraria (como Cicero, como tantos outros!) o unico respiro ás suas melancolias.

Singular e attractiva personalidade a d'este Real mancebo, para quem a vida do cerebro era tão intensa, e cujas delicias principaes eram os passatempos do espirito! Apparece-nos el-Rei D. Duarte como um exilado no throno, expiando, pelos infortunios proprios, crimes que não commettera, arrastando cinco longos annos de reinado, cortados de pestes e guerras, e aterrado, no fundo do seu coração supersticioso, com as predicções que na acclamação lhe fizera o famoso astrologo mestre Guedelha[1]. E comtudo, tanta era a sua fortaleza de animo, vemol-o sempre sereno, caminhando sempre firme e com os olhos em Deus, dando com o seu trabalho impulso ás lettras da sua terra, nobilitando a penna, e deixando-nos um duplo legado immorredoiro: escriptos bons, e exemplo honrado.

[1] Ruy de Pina. *Chron. d'el-Rei D. Duarte,* cap. II.

*

Quando elle proprio não entretinha os ocios escrevendo e produzindo, recommendava a outros a composição ou traducção de obras uteis e sãs. Ahi está uma carta do grande Infante D. Pedro, de 6 de janeiro de 1434, em que se menciona certo livro de moral, que el-Rei D. Duarte mandára traduzir pelo Prior de S. Jorge; carta respeitosa, cheia de amisade e enthusiasmo, e que honra tanto o epistolographo como o destinatario[1].

Sim; da indole essencialmente litteraria d'este Principe dá tambem testemunho a memoria dos livros do uso d'elle, encontrada n'um antigo manuscripto da Cartuxa de Evora, lá copiada pelo Conde da Ericeira, impressa nas Provas da *Historia Genealogica*[2], e tambem anteposta á edição parisiense do *Leal Conselheiro*. Curiosa miscellanea! devoções, historia, chorographia, viagens, meditações philosophicas, cavallarias, tudo alli está, a representar o inquieto seculo XV, e a alma inquieta e insoffrida do Monarcha. A lista dos livros d'elle é elle todo.

E com os irmãos dava-se o mesmo.

Em testamento menciona o Infante D. Fernando uma interessante lista dos seus livros[3].

Outro membro da mesma Real irmandade, o Conde de Barcellos D. Affonso (primeiro Duque de Bragança) era espirito illustrado tambem; viajou muito

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. I, pag. 432.
[2] T. I, pag. 544.
[3] *Hist. Gen.* Provas. T. I, pag. 505.

(grande e proficua leitura a das viagens!), e possuiu livraria, que foi enriquecendo ao passo que viajava[1].

A celebre relação-diario da jornada do Conde de Ourem a Basilêa conservava-se n'um dos livros chamados de *Muitas coisas,* mandados coordenar na livraria ducal de Villa Viçosa pelo Duque de Bragança D. Theodosio I[2].

Mas, tornando-nos ao senhor D. Duarte:

*

E o seu *Leal Conselheiro!* como gósto d'aquella obra! que doçura e que suave uncção religiosa n'aquellas maximas! como se sente á vontade uma alma contemplativa ao espraiar-se, ao esperguiçar-se, sobre o relvado de tão boas paginas!...

Compoz el-Rei este livro a pedido de sua virtuosa mulher a Rainha D. Leonor, a quem o dedicou. Á gentil Aragoneza devemos pois agradecer esta joia das lettras patrias, descoberta em Paris, em 1804, pelo erudito abbade Corrêa da Serra[3]. Aquece-se cada um dos paragraphos do livro Real n'uma meditação affectuosa e concentrada, e a alma doce do auctor paira sobre a tarefa litteraria, e anima-a.

*

Trabalhou muito el-Rei D. Duarte, e soube tra-

[1] *Hist. Gen,* Provas. T. v, pag. 84.
[2] Id., T. vi, pag. 85. T. x, pag. 524.
[3] Isso vem documentado a pag. 43 do T. iii da *Revista Universal Lisbonense.*

balhar. Sendo de vinte e dois annos, ordenou-lhe seu pae (foi isto por 1413) *que tevesse carrego do conselho, justiça, e da fazenda que em sua Côrte se trautava*. Vejam que tarefa! substituir por algum tempo o grande Rei! fazer as vezes d'elle! em tão verdes annos! Pois sahiu-se como era de esperar. Levantava-se de madrugada, ouvia Missa, e encaminhava-se para o tribunal da Relação a despachar com os Desembargadores. Meio dia, e elle a voltar ao paço para jantar. Sobre o jantar dava audiencias, findas as quaes se recolhia á sua camara. Breve descanço, porque ás 2 horas já os do Conselho e os Védores da fazenda alli estavam, e trabalhavam com elle em despacho até ás 9 da noite. Quando sahiam, seguiam-se então os negocios domesticos, e entravam os Officiaes da Çasa Real.

Uma ou outra vez ia-se até aos paços do Castello a visitar el-Rei seu pae, e a dar-lhe conta do como se houvera[1].

[1] Eis as textuaes palavras:

Os mais dos dias bem cedo era levantado, e, Missas ouvidas, era na rrollaçom, ataa meo dia ou acerca, e vinha comer. E sobre mesa dava odiencias per boo spaço, e retraya-me aa camera, e logo aas duas oras pos meo dia os do conselho e veedores da fazenda eram com mygo, e aturava com elles ataa IX oras da noite; e desque partiom, com os oficiaaes de minha casa estava ataa XI oras. Monte, caça, muy pouco husava; e o paaço do dicto senhor vesitava poucas vezes, e aquellas por veer o que el fazia, e de mim lhe dar conta.

Leal Conselheiro. Cap. XIX.

*

Oh! foi essa uma das feições distinctivas e peculiares da interessante progenie d'el-Rei D. João: o respeito filial, e o acatamento profundo a el-Rei, como Rei, e como pae. Existe um papel (o que o papel tem salvo, Santo Deus!) um papel com justa razão attribuido ao senhor D. Duarte, e em que se dá conta do modo como elle e seus irmãos se haviam nas suas relações com o pae. É precioso documento; *vade-mecum* de piedade filial. Nunca a veneração se expressou de feitio mais agradavel e respeitoso. Reluz em cada uma d'aquellas linhas a caridade christã, sobredoirando o amor filial e o fraternal. Apparece-nos aquella nobre irmandade toda subtilmente carinhosa com o velho Rei; e elle avulta em meio d'elles como um patriarcha, já gastado dos annos, e já encanecido de desenganos.

Com que doces cautelas não manifestavam elles qualquer opinião avêssa á de seu pae (quando a tinham)! com que amoroso enlevo não viam n'elle o Heroe dos trabalhos grandes, o Guerreiro das possantes guerras, o extraordinario Eleito do Povo portuguez! *Estabeleciamos em nossos coraçóes um procurador por elle, que nos fizesse todos seus feitos interpretar* — diz graciosamente o auctor, como que espreitando a vontade paterna.

Faz bem á alma (hoje em dia principalmente!) reler aquellas paginas suaves, humildes e dignissimas, dedicadas e nobres. Está-se a perceber quanto elles todos, do primeiro ao ultimo, *se compunham* na presença de tal pae, outr'ora o brilhante e ousado Mes-

tre d'Aviz, então o venerando ancião chefe da casa portugueza. Falavam-lhe verdade, sempre verdade, custasse o que custasse; e quando lh'a não podiam dizer (por qualquer motivo), não lh'a disfarçavam; pediam-lhe (diz o auctor) *que n'aquelle feito Sua Mercê nos houvesse por escusados por lhe não dizer o que sabiamos; e o dito senhor havia por bem tal resposta.*

Esfumavam-se na sombra para fazer brilhar as opiniões e os actos paternos. Nas caçadas e montarias, por exemplo, não é lindo vêr como escureciam os seus proprios feitos, elles, os mancebos, para realçarem os do senil caçador? *Em monte e caça, quando com o dito senhor iamos*—conta o piedoso filho—*das folganças que em ello costumavamos de haver faziamos pequena conta, por a sua ser sempre acrecentada, sentindo mais um seu pequeno desprazer que perda de todas veações, ou desaviamento de toda montaria.*

Quanto mais el-Rei envelhecia, mais requintavam em carinhos. *Quanto mais*—diz o narrador—*Quanto mais em grandes dias se accrecentava, tanto lhe mostravamos, e haviamos, maior reverencia, com humildade conformando nossa vontade com a sua.*

Sempre que el-Rei adoecia, estivessem os Infantes onde quer que estivessem, corriam logo a ter com elle. *Em suas doenças*—palavras textuaes—*por longe que estivessemos, logo mui sem tardança vinhamos a elle, e quanto melhor podiamos era por nós bem servido e visitado*; *e o comer*, *e beber*, *e dormir*, *e todas folganças, mui sem empacho, quando cumpria, por elle leixavamos.*

Tudo que possuiam o offereciam de boa vontade

a el-Rei. *Com bestas, aves, cães, e quaesquer outras coisas, para seu prazer o serviamos, sendo muito mais ledos de filhar elle com nossas coisas uma pequena folgança, que nós muito maior*[1].

Na vida operosa d'el-Rei D. Duarte como administrador, n'aquelle seu precoce labutar, tão consciencioso e tão viril, que nos está demonstrando o quanto pode o atavismo, e o muito para que eram as faculdades de tal Principe, pouco era o tempo consagrado ás montarias. Esse tempo e o das jornadas, e das esperas, considerava-o como perdido. *Alguns dias* — confessa elle — *por andar a monte, caça, e caminhos, ou desembargadores nom chegarem a mim tão cedo, estou como ocioso......*

E percebe-se-lhe na phrase, e quasi no tom, a sua impaciencia de aproveitador dos minutos.

Olhou com rara firmeza e austeridade para o seu espinhoso officio de Rei; e pouco depois de subir ao throno cerceou quanto poude as demasias nos gastos, começando pelos seus proprios.

A reformação que fez em sua casa — narra um dos nossos melhores chronistas — *foi para exemplo de seus creados e vassallos. Mandou que se não gastassem para vestido de sua pessoa cada um anno mais que quinhentas dobras, porque entendia aquelle bom Principe, que as portas por onde nas Republicas e Imperios entraram os vicios e corrupção de costumes, por que se vieram a perder e a arruinar, foram os excessos do comer e do vestir*[2].

[1] Esse precioso documento vem na *Hist. Gen.* Provas., T. I pag. 546.

[2] Duarte Nunes, *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. III.

Além d'isto, farto do sem-numero de importunos parasitas de que se compunha a Côrte, dispensou a maior parte dos officiaes, e de cada classe só queria um que o servisse um trimestre a fio.

Conta Duarte Nunes do Leão, que *para escuzar gastos e molestias que a muita gente da Côrte dá aos povos onde reside, ordenou que dos Infantes, Condes e Prelados, andasse de cada estado um sempre na Côrte somente, para o ajudarem e acompanharem, e que por seus giros servissem aos quarteis do anno; e assi despediu da Côrte os mais*[1].

Sempre utilitario, sempre occupado, guiado sempre pelo bem do proximo, parecia el-Rei D. Duarte adivinhar todo o ephemero do seu reinado; ia como quem vae á pressa, e tem medo de que se lhe cerre a noite.

*

Entre as suas tarefas de estadista, e escriptor moralista de altos quilates, chegavam ainda assim (vive Deus!) alguma vez os ocios ao estudioso Principe para escrever, por exemplo, o seu *Regimento para aprender a jogar as armas*[2], ou para se ir espairecer muito á larga pelo campo, como monteiro e cavalgador enthusiasta.

Era então muito para ver, como, no repoisado pensador do *Leal Conselheiro,* acordavam todos os brios e insoffrimentos do legislador da *Ensinança de ca-*

[1] Duarte Nunes, *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. III.
[2] Vide essa menção na *Hist. Gen.*, Provas, t. I, pag. 558.

valgar. No meditativo homem de lettras, surge por encanto o justador, o luctador, o cavalgador de toda a sella, o perfeito cavalleiro medieval em toda a sua polida e ousada galhardia.

Da nobre arte de cavalgar foi tambem mestre, consumado então, um homem hoje esquecido, e grande *ginetario* do seculo XV, Duarte da Costa, seguidor das doutrinas de Bolio, (outro picador celebre, a quem um documento coevo chama *doutor da gineta*[1]). Entre esses nomes dos technicos, dos homens do officio, dos Antonios Galvões, e dos Marquezes de Marialva de outras eras, figura, e muito bem, e muito á vontade, el-Rei D. Duarte. Lá o diz um sabio historiador:

No cavalgar á brida e á gineta levou elle aventagem a todos os do seu tempo... Foi grande monteiro e caçador, sem offensa dos despachos e negocios necessarios[2].

No senhor D. Duarte, provavelmente alumno de Duarte da Costa, já de mais a mais essas prendas equestres podiam haver-se por hereditarias. Fôra desde annos verdes o Mestre de Aviz louco pelos varios generos de exercicios corporaes, como todos os nobres d'então. N'uma terra como a nossa, em que abundavam os lobos, as raposas, os veados, os javalís, os ursos até (ainda allude a elles Fernão Lopes falando no Infante D. João filho de D. Ignez de Castro)[3], era a caçada uma verdadeira imagem redu-

[1] Vide a respeito d'esses dois a *Hist. Gen.*, Provas, t. III, pag. 298 a 302.

[2] Duarte Nunes, *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. XIX.

[3] *Chron. d'el-Rei D. Fernando.* cap. CXVIII e CXIX.

zida da guerra. Por isso no seu *Livro da Montaria* se expande o amigo de Nuno Alvares na descripção enthusiastica da nobre arte.

Basta ouvil-o, o fogoso D. João I, para perceber que ninguem saboreava com mais fino paladar as delicias de uma tepida madrugada de outomno, a meia luz dos horizontes, o chegar dos companheiros, as saudações, a refeição prévia, a abalada para a serra, a solidão da serra, o primeiro trilo das cotovias e calhandras, e aquelle cheiro acre dos mattos, e as incertezas do dia, e os apupos na montanha, e a companhia dos cães, e em summa as mil minucias intraduziveis, que dão tanta alegria e tanta saude aos caçadores, e que são taes, que até um boçal, como eu, as entende e avalia.

Mui fermosas coisas são de ouvir—exclama el-Rei D. João—*quando os monteiros tangem rastro, e depois quando os cães vão a achar a vozes, e acham, já quando todos correm ensembra! podemos dizer mui bem, que Guilhelme de Machado* (algum musico celebre do tempo) *nom fez tão fermosa concordança de melodia, nem que tão bem pareça, como fazem os cães quando bem correm. Ainda mais o tanger das buzinas, e o falar dos moços quando falam aos cães, de mais quando dizem: «eil-o vae!» Todas estas coisas som tão pertencentes para correger o entender, se cançado é por ouvir coisas que o anojem, e o façam cançar, como o rhuibarbo para correger o figado*[1].

[1] *Livro da montaria*, mss. da B. n. de L. Citação do sr. Gama Barros a pag. 426 do t. 1 da sua Hist. da ad. em Port.

Não se está a perceber em tudo isso o alto amador, com o sexto sentido apuradissimo pelo instincto e pelo uso? E tão versado era o senhor D. João I nas boas manhas todas da cavallaria, n'aquella elegante gymnastica dos homens de sangue, que (lá nol-o conta o filho em termos claros), sendo de mais de setenta annos, *do chão, sem outra avantagem, cavalgava em besta de rasoada altura assi desembargadamente, que poucos homens de grande estado em edade de cincoenta o poderiam assi fazer.*

Com tal pae e tal mestre, não admira pois que sahisse o filho peritissimo na pratica da arte de cavalgar, e (o que é mais) na sua minuciosa e douta ensinança.

Contemplemol-o aqui de relance, segundo agora o estou a ver!

*

....

Sabeis? hoje disse adeus aos escrivães, e ordenou montaria ás serras de Cintra ou ás charnecas de Monte-junto. Despontou formoso o dia; frio e claro. Madrugando antes do sol, ou *matinando* (como se dizia), assomou el-Rei com modo brusco á porta da escadaria do seu paço do Limoeiro, e calçando as grossas luvas de anta contempla sorrindo, e fazendo alguma pergunta aos companheiros, o aspecto lustroso dos seus cavallos, que em baixo escarvam deante dos portaes. Grande e luzido sequito o seu! são monteiros de cavallo, e de pé, são falcoeiros e

açoreiros; e á trela de rapazitos novos, a que chamavam *moirisquinhos,* vem a esplendida matilha de sabujos, alãos, e podengos, ensinados a primor, insoffridos e obedientes, com os aguçamentos do faro a esporear-lhes a vontade. E o tropear, e o vozear, e o cainçar de tamanha mó de gente e animaes entra suave ao coração sequioso do Rei.

Querem observal-o? contemplem-n'o comigo.

É alto e delgado, com a barba loira partida pelo meio, e no rosto, e no lampejar dos olhos castanhos, uma graça finissima, que diz com o harmonioso e concertado da sua voz cheia e grave, dominadora mas benevola. Vem de gibão folgado ao corpo, e de aba ou falda muito descida; manga pouco comprida, e leve; todo o armamento leve e elegante: o punhal, a faca de matto, a buzina, a lança; na cabeça um capello pequeno; nos pés calçado largo sem ponta, e n'elle fortes esporas accorreadas. Dirige uma ou outra palavra do officio aos pagens e escudeiros; afaga o murzello negro, que o reconheceu e lh'o agradece com o olhar; revista-lhe com ar de entendedor o apparelho, e toma-lhe a redea; sopeia-lhe os insoffrimentos, e salta airoso para a sua sella de Bravante, apertando os ilhaes ao anafado e nervoso bicho, que estremece e curveteia tilintando o freio, e sacudindo a garupa arredondada. Vêde-o! que gentil parece o cavalleiro, todo desempenado, com as pernas direitas para deante, bem firmadas nas estribeiras, segundo elle proprio recommenda! Fere as esporas, e lá vae. E toda a cavalgada entre relinchos e tropeados abala com elle abuzinando as trompas...

Oh! que formoso vem o sol de outubro a querer romper sobre o azul opalino da atmosphera, perfilando de vermelho as beiras dos telhados no bairro de S. Martinho!...

CAPITULO VIII

El-rei d. affonso v.— Influencia das modas francezas no seu tempo.— Riquezas da recamara da Rainha D. Isabel, da Infanta D. Joanna, da Infanta D. Beatriz.— Repressão do luxo. — Papel das Côrtes.— Reis d'Armas, Arautos, e Passavantes. — O elemento guerreiro.— Regimento de guerra.— Cargos de Côrte:— o Condestabre; o Marichal; o Almeirante; o Capitão do mar; o Alferes-Mór; o Mordomo-Mór; o Camareiro-Mór; o Meirinho-Mór; o Aposentador-Mór; o Anadel-Mór; o Monteiro-Mór.

A el-Rei D. Duarte segue o buliçoso e irrequieto Affonso V, espirito doentio, que toda a vida luctou comsigo mesmo; a mais terrivel e insupportavel das luctas! Politico, viajante, homem de armas, theologo, e monteiro, ainda este versatil Soberano achava tempo para ser musico, arte em que o diziam insigne, e em que teve por mestre um Tristão da Silva[1].

[1] Barbosa Machado. *Bibl. Lusit.* T. III, pag. 765.

*

O que julgo pode affirmar-se é que, assim como as modas inglezas predominaram durante o reinado do Mestre de Aviz, assim influiu não pouco em todo o d'este seu neto o predominio francez. A sua viagem a França tornou-o ainda mais fastuoso do que era.

Correndo alguns dos inventarios que d'esse tempo chegaram até nós, conhece-se a que elevado ponto subira nas classes altas o luxo e apuro do viver.

Vejamos:

*

Em seu testamento menciona a Rainha D. Isabel muitas pedras preciosas, rubís, esmeraldas, vestidos de pano de oiro, e até livros (luxo raro para então)[1].

*

Sua filha a Infanta D. Joanna, monja no mosteiro de Jesus de Aveiro, e depois beatificada, tambem, apesar do seu encerro claustral, e do seu santo desprendimento, possuiu joias de valia, de que fala nas suas disposições finaes[2].

*

A lista das alfaias caseiras e dos trajos da Infanta

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. II, pag. 53.
[2] Id., ibid., pag. 81.

D. Beatriz, que em 1447 casou nas Alcáçovas com seu primo o Infante D. Fernando, é notabilissima para amostra da grandeza com que já então se vivia[1].

Pode dividir-se essa lista em quatro grupos: joias, trajos, moveis, e livros. As joias, de oiro, prata, e pedras finas, deslumbram. Os trajos conservaram nomes de drogas e modas, hoje desconhecidas, mas abonadoras do luxo da sociedade elevada. Os moveis dariam por si só a historia descriptiva dos antigos aposentos principescos. Essa longa lista, estudada e commentada por um Vilhena Barbosa, seria o mais interessante e completo estudo do antigo viver. Os livros, pouquissimos, e só mysticos, apparecem alli entre joias, como joias, que se reputavam, da primorosa illuminura em pergaminho.

*

Mas não eram só os Principes e Princezas de sangue mais achegado ao Real, que assim viviam. Os grandes senhores timbravam, mais ou menos, em imital-os. Querem vêr?

Quando em 1451 e 52 andaram fóra do Reino, por Italia, e Allemanha, alguns dos nossos cavalleiros mais illustres no sequito da Infanta D. Leonor, que sahiu a casar com o Imperador Frederico III, é curioso observar como em terras forasteiras continuava para o Conde de Ourem D. Affonso, filho primogenito do Duque de Bragança, e por essa mesma

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. 1, pag. 569 e seg.

occasião nomeado Marquez de Valença, o rigor do ceremonial caseiro com que certamente se tratava nas suas terras de Portugal.

Um dos Portuguezes que iam na comitiva do nobre maioral do acompanhamento da Infanta-Imperatriz, foi Pedro de Sousa, senhor do Prado; e deixou-nos elle n'uma carta ao Duque D. Jayme, escripta muitos annos depois, descripções minuciosas, que hoje são verdadeiros encantos. Por esse documento, altamente significativo, conservado pelo grande D. Antonio Caetano de Sousa[1], ficamos fazendo idéa clara do modo quasi Real como vivia o Marquez de Valença, e viveriam de certo os seus pares.

Do seu fausto em Portugal não me occorre n'este momento demonstração alguma. Sei porém o modo como se houve lá fóra.

*

A maneira esplendidissima como este Marquez entrou em Roma (dizendo que entrava á capucha, e incognito) merece referida.

Cento e trinta e tantas eram ao todo as cavalgaduras do interminavel cortejo.

Rompiam a marcha doze ginetes moiriscos (os primeiros que em Portugal se usaram) muito bem ataviados; animaes de alto preço, velozes e ligeiros como cabritos, e que, por signal, deram na vista aos Embaixadores allemães que em Lisboa os observa-

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. I, pag. 645, copia de um manuscripto da livraria do Conde de Castello-Melhor.

ram, e levariam os olhos aos mirones da Cidade Eterna.

Caminhavam depois as filas das mulas da bagagem, tanto do Marquez, como dos do seu sequito.

Seguiam-se todos os escudeiros d'elle e dos nobres da comitiva.

Apoz estes, quatro trombeteiros e dois tambores, precedendo immediatamente o grupo dos cavalleiros, que eram ao todo vinte e cinco, adornados de collares muito ricos.

Na cola do grupo iam os tangedores das charamellas e sacabuxas, levando sobre o vestido cottas (ou *estarcões*) de prata, e tão grandes que lhes tomavam todo o peito até á cinta; e n'essas cottas, debuxadas as armas do Marquez e as suas divisas.

Iam depois dois arautos, levando no peito o mesmo brasão de armas sobre cottas maiores e mais ricas que as outras.

Seguia-se por fim o Marquez, cavalgando uma linda faca murzella negra, presente d'el-Rei D. Affonso V, e que passava por ser a melhor do Reino; tanto, que já alguem offerecera por ella trezentos ducados; bichinho altamente aristocratico, manso, e de magestosa andadura, que no ondulante menear do furta-passo ia cabeceando os seus orgulhos donairosos, ao sacudir a guarnição de velludo verde bordado a prata, realçado de chaparia do mesmo metal.

Sobre tal cavallo avultava a gentil pessoa do Marquez. Vestia gibão carmezim e de brocado de prata, saio curto francez de velludo alionado, e calça de grã; sapato de ponta; ao pescoço cadeia de oiro com

um ouriço-cacheiro de oiro pendente d'ella; sombreiro de velludo negro com borla em cima; e de um rico cinto pendia-lhe a espada lavrada.

Seguiam ao Marquez quatro pagens em cavallos de brida, isto é, aparelhados com estribos de lóros muito compridos, proprios do systema de cavalgar, em que a perna ia estirada, e o estribo na ponta do pé. Tres d'esses cavallos iam adornados no estylo do do Marquez. Os pagens levavam calças de escarlata e sapatos de bico, gibões de velludo carmesim, saios farpados francezes de panno de lã verde finissimo, e chaparia de prata; de todos os farpados do trajo pendiam pingentes fabricados em Burgos; ao pescoço collares de oiro muito largos; e na cabeça sombreiros, taes quaes o do Marquez. Cada um dos pagens levava uma insignia diversa.

Atraz d'elles, cerravam o préstito outro pagem, e um moiro, em cavallos acobertados de caparazões de velludo de muitas côres; o pagem trajava do mesmo velludo variegado, com um escudo no braço esquerdo, e lança na mão direita; na cabeça, touca muito bem posta.

E assim caminhou de banda a banda da Cidade o luzido cortejo dos Portuguezes. Sirva este quadro como de especimen do ostentoso e bizarro viver dos nossos Grandes no seculo XV.

Na residencia que o Marquez de Valença habitou em Roma, querem os leitores espreital-o de relance á mesa? eu os encaminho. Eu sou o *cicerone* dos curiosos.

As tapessarias da sua Casa, genero de alfaias a que os grandes senhores consagravam boa parte dos

seus haveres, levou-as comsigo o Marquez, e aderessou com ellas as paredes da temporaria poisada na Cidade pontificia: a sala, as camaras, tudo era forrado de ricos panos.

Na sala havia quatro mesas, entrando n'essa conta a especial, em que o Marquez comia; esta (a chamada *mesa alta*) era levantada ao topo sobre um estrado de tres degraus. Junto ás paredes, *copeiras*, ou *copas* (*dressoirs*) de muitas prateleiras, onde reluziam taças, pichéis, pratos, bacios, e salvas da baixella.

Das outras tres mesas, a que ficava á mão direita do dono da casa era para os cavalleiros e fidalgos principaes, tanto os d'el-Rei que tinham acompanhado o Marquez, como os propriamente d'elle. Dois covados arredados d'essa mesa ficava outra, onde comiam os arautos, charamelleiros, e ministréis. Do lado opposto, emfim, corria outra mesa muito comprida, onde se sentava a turba dos escudeiros, tanto do Marquez como dos cavalleiros do sequito.

Cada mesa d'essas recobria-se de *mantél*, ou *bancal* novo (*pano*, como hoje diriamos), e por cima ia a toalha.

Isso dos moveis todos, em geral, cobertos de panos mais ou menos ricos, é uso muito antigo, e ainda hoje se perpetúa, principalmente nas classes inferiores. Nos lares de certas familias de operarios não é ainda hoje vulgar verem-se as commodas, os bahus, e as arcas, recobertos de chitas com folhos, como que para disfarçar a pobreza das madeiras, ou quiçá para perpetuar inconscientemente usos da edade media? Bluteau em 1712 define assim a pa-

lavra *Bancal: Pano, com que a gente baixa costuma cobrir os bancos e os caixões que tem em casa.*

As altas cadeiras dos antigos castellões, e outras peças da sua mobilia ogival, eram artisticamente panejados em grossos brocados, que recahiam em pregas ao redor. Ainda as cathedras episcopaes lembram essas usanças, que as salas esqueceram. Não admira pois que as mesas do Marquez de Valença, no seculo XV, se vissem abafadas de bancaes de pesados e magnificos estofos.

Em cada comer serviam-se ao dito Marquez oito iguarias, *mui fornidas e mui grandes,* com muitos molhos.

Ao começar o repasto, depois de sentados todos os convivas, abria-se a porta de par em par, e rompia a passo grave um troço de charamelleiros, formados, entoando alegres melodias marciaes. Aos charamelleiros seguia-se Pedro de Sousa (como védor da Casa, ou talvez mestre-salla) auctorisando com a sua presença o banquete, e saudando o Marquez. A pequena distancia começavam a desfilar os porteiros trasendo os diversos manjares. Tudo isso são luxos e requintes, de que hoje não ha já vestigio, a não ser em alguns esquecidos proloquios populares, mas que então muito se usaram nas mesas dos Grandes.

O Conde de Villa-Franca lá nos descreve isso tudo, e muito bem; lá nos pinta os festins Reaes de apparato, em que as iguarias da *mesa alta* eram servidas a cavallo, e ao som de trombetas. O povo diz ainda por essas provincias (sem já saber porquê), quando quer significar que a mesquinhez da refeição

dispensa esplendores no serviço: *Rábão e queijo não ha mistér trombeta;* e diz tambem, para expressar o zenith e o nadir da existencia mundana, o luxo dos Principes, e o desvalimento de quem tudo perdeu: *Ou comer com trombetas, ou morrer enforcado.* Preciosos restos que nos ficaram das antigas etiquetas; palavras inintelligiveis para muitos, mas que os estudos archeologicos tão facilmente veem explicar.

Na mesa dos cavalleiros, pensa o leitor haveria um prato para cada conviva? puro engano. Os convivas sentavam-se, segundo se vê, aos dois lados da mesa; a deante de cada quatro ficava uma grande travéssa funda, ou *bacio*, como então se chamava; e n'essa mesma travéssa é que o grupo comia; eram, por assim dizer, os socios interessados na mesma casa commercial. Ahi está outro proloquio a pintar-nos ainda esse uso velho. *Já comeu comigo no prato?* pergunta com altivez quem julga que outrem o trata com demasiada familiaridade; isto é: já esteve comigo alguma vez na camaradagem estreita de uma mesa?

Querem saber a lista das viandas servidas aos ditos cavalleiros? Primeiro um bacio de *salgas,* ou carnes salgadas; depois outro de *desfeito*, que não sei o que era (talvez algum picado); depois gallinha assada, um membro de carneiro, e vacca, e marrã, ou toicinho com tempero de mostarda, e legumes; por derradeiro, fructa.

Na mesa dos escudeiros apparecia carneiro assado, e vacca, e gallinha, e desfeito, e vacca cosida com toicinho ou marrã; e tambem comiam a quatro e quatro.

O vinho bebia-se por taças de prata lavrada; para

isso rutilavam sobre a toalha pichéis de prata a trasbordar de vinho.

Querem quadro mais genuino e caracteristico do que esse, de costumes da edade media? não pode haver; não só nas alfaias, mas tambem na patriarchal promiscuidade do amo com os servos.

*

No meio d'esse luxo, mostram-nos os documentos que havia sempre um pessoal numeroso, ligado a cada grande personagem, e descrevendo em volta d'elle a sua orbita de satellites. Demasiadamente numeroso; dizia-o o senso commum.

*

Depois da já citada reformação feita em seguida ao tratado internacional de 1411, a primeira é do anno de 1465, e ainda reduziu algum tanto o rol das pessoas do Paço.

Já nas Côrtes de Lisboa, de 1459, se verberam asperamente as demasias nos gastos do Rei e dos senhores; *cá*[1] *mais rimaria*[2] *ao Fidalgo comprar dez gibanetes pera quando comprisse, que despender quanto háa em louçaynhas*[3].

E nas Côrtes de Evora, de 1481, os Povos, já fartos dos desperdicios das classes altas, e assustados das tendencias que os pequenos tinham para imitar

[1] Porque.

[2] Mais aproveitaria, mais conviria, mais quadraria.

[3] Citação de Viterbo no *Elucid.*, verb. *Rimar.*

os Grandes, requerem *que se prohibam com gravissimas penas os vestidos de seda e ornamentos de oiro e prata, a todas as pessoas, com certas limitações a respeito da primeira nobreza; porem que doirado e prateado ninguem o use; que haja differença pelos trajos das pessoas: que os nobres usem de lã fina; os officiaes e mecanicos de lãs grossas, burel, bristol, etc., que as rameiras, e que só fazem por um homem, não usem de mantilhas; que andem em corpo e sem chapins, com veos açafroados, para que sejam distinguidas das mulheres honestas*[1].

*

São muitas as leis com que os nossos antigos Governos forcejaram refrear os desmandos do publico inteiro n'este capitulo, sempre escorregadio, dos gastos do luxo. São muitos, e sensatos esses decretos, que, á imitação das leis sumptuarias romanas, tentavam cohibir demasias perigosas. Sempre desobedecidos, succediam-se taes decretos uns aos outros, e pouco rasto deixavam. Ao longo d'estes estudos iremos vendo, mais ou menos clara, a influencia d'essas providencias administrativas.

*

Acabei de falar das Côrtes de 1459. É justamente n'ellas que pela primeira vez se acha menção dos recentes officios de Reis de Armas, Arautos, e Passavantes, incumbindo-lhes por essa occasião o Sobe-

[1] Viterbo *Elucid.*, verb. *Bristol.*

rano a vigilancia das transgressões feitas ás leis da Armaria[1].

Essa instituição dos Reis d'Armas parece ter sido esboçada por el-Rei D. João I, a seguirmos Fernão Lopes. No dia da batalha campal de Aljubarrota, notou o Mestre d'Aviz (segundo a tradição) a quantidade de bandeiras que tremolavam no abarracamento dos aventureiros, carregadas de insignias e brazões, que a muitos d'elles não podiam pertencer. Isso feria e prejudicava os nobres de linhagens velhas; pelo que se ordenou, a exemplo do que em Inglaterra se usava, a instituição dos Reis d'Armas, que eram os fiscaes da authenticidade das divisas heraldicas.

Não se achando ainda perfeita, um seculo depois, essa judicatura *sui generis,* mandou el-Rei D. Manuel um seu Rei d'Armas correr algumas Côrtes estrangeiras e estudar o assumpto.

Crearam-se então em Portugal tres Reis d'Armas, com o titulo de tres Reinos principaes annexados ao nosso dominio; a saber: Rei d'Armas Portugal, Rei d'Armas Algarve, e Rei d'Armas India. Incumbia o regimento a esses officiaes que inscrevessem em livro especial a genealogia das familias, tendo-a sempre em dia, conservassem o debuxo genuino dos brazões de cada linhagem, descrevessem os feitos de guerra praticados por uns e outros, passassem as cartas de brazão de mercê nova, assistissem no seu logar respectivo aos ceremoniaes da Côrte, levassem mensagens do Rei, etc.

[1] Sr. Gama Barros, *Hist. da adm.*, t. 1, pag. 407.

A baixo d'elles vinham os Arautos, que eram tambem tres, e tomavam titulo de tres cidades principaes dos mencionados Reinos; a saber: Arauto Lisboa, Arauto Silves, e Arauto Gôa.

A baixo d'elles vinham os Passavantes, que tambem eram tres, denominados de tres villas; a saber: Passavante Santarem, Passavante Lagos, e Passavante Cochim.

Hoje, muito decahidos de seus antigos foros, conservam-se na nossa Côrte esses funccionarios, como reliquias de constituições antigas, e homenagem tacita do espirito revolucionario moderno ás grandezas do passado regimen. Nada mais significam hoje do que isso; são apenas comparsas nas funcções do Paço, postos ali para remontar o espirito frivolo dos chamados innovadores de hoje ás epochas gloriosas de um Portugal que foi. E já não é pequena missão! O culto externo pode muito.

*

Quanto ao elemento guerreiro, tão estreitamente ligado com a Pessoa dos Soberanos medievaes, e com o viver e os usos da velha Côrte, existe um precioso Regimento que fez Martim Affonso de Mello Guarda mór d'el-Rei D. João I, e que nos conservou o incançavel D. Antonio Caetano de Sousa[1]. É um bello trecho, másculo e digno no dizer, e onde se concedem valiosos privilegios ao soldado. Entra em muitos pormenores technicos da arte da

[1] *Hist. Gen.* Provas t. III, pag. 252 e seg...

guerra, ao passo que regula as attribuições e direitos dos pelejadores; por fórma, que um tal papel pode ser considerado, ao mesmo tempo que um regulamento, uma especie de compendio e *vade-mecum* para militares. Revive n'aquellas paginas toda a sciencia marcial das antigas eras. Ha ali pormenores, que bem cabiam em instrucções dadas por um capitão, adestrado por longos annos de pratica e fainas marciaes, na evolução da tactica das armas brancas para a das armas de fogo.

Esse documento é um vivo exemplo do como se entendia a milicia ainda em dias d'el-Rei D. Affonso V, ou d'el-Rei D. Duarte.

*

De alguns dos cargos de Officiaes Móres trata outro interessantissimo papel, a que não posso deixar de referir-me: é o traslado authentico de um tombo que existia em poder do Conde de Villa Nova, D. Gregorio Thaumaturgo de Castello Branco, traslado passado em 1646 pelo tabellião de notas João de Andrade, a rogo do mesmo Conde. Examinemol-o; dá muita luz[1].

Principia-se analysando as diversas classes que ha de guerra, e o como el-Rei de Portugal deve sempre haver-se antes de mover guerra a algum outro Principe; depois entra-se nos pormenores do como se ha-de reunir a hoste, e encetar a marcha estrategica da campanha.

[1] *Hist. Gen-* Provas, t. III, pag. 305.

Vem depois o papel do Condestavel como general em chefe, sujeito comtudo ao Rei, ou a algum outro altissimo personagem, se este houver de tomar, effectiva ou nominalmente, a direcção da guerra.

Segue-se a figura do Marechal, a quem incumbe a governança da justiça, a repartição dos alojamentos da tropa, a direcção das sentinellas do arraial.

O Almirante, que havia de ser sempre tirado da linhagem do velho Micer Manuel Pessano, superintendia nos assumptos da milicia naval. Este capitulo é precioso para a historia dos inicios da nossa nascente conquista do Mar Tenebroso. Para demonstrar quanto ainda confiavamos pouco em nossas forças proprias, lá está a ordem de haver sempre ás ordens do Almirante *vinte homens de Genova, sabedores do mar*, e destinados a alcaides de galés e a arraes.

Tinha o Capitão-Mór do mar na sua alçada constranger quaesquer mareantes a servirem em navios, barcas, caravellas, bateis, etc. da Corôa, podendo prendel-os e castigal-os; o que devia dar a este cargo extraordinaria auctoridade nos nossos portos.

Vem logo o Alferes-Mór, cuja attribuição era levar a bandeira do Soberano, e desfraldal-a em tempo de guerra, quando seu amo lh'o ordenasse.

Isso tudo, quanto aos officios por assim dizer exteriores. Quanto aos cargos propriamente caseiros, primava entre todos o Mordomo-Mór, a quem competia governar os demais Officiaes da Côrte, pagar as moradias, etc.

O Camareiro-Mór, ou chefe de todos os camareiros da Casa, tinha por encargo vestir e calçar o Rei,

vigiar que nada faltasse na *deitada* e *levantada*, dormir ou na camara do Soberano, ou logo fóra da porta, e ter a responsabilidade da guarda-roupa.

O Aposentador-Mór servia no tempo das jornadas da Côrte; sahia sempre um dia, ou mais, antes d'el-Rei, e na cidade ou villa em que seu amo houvesse de poisar, preparava as residencias para elle e para toda a numerosa comitiva.

Sobre as coutadas de veações variadissimas, superintendia o Monteiro-Mór por intermedio dos Monteiros das comarcas, a quem aposentava quando eram velhos.

Estes quatro cargos ultimos referiam-se, como vemos, á pessoa do Rei e aos seus commodos e regalos.

Havia mais o Meirinho-Mór, que esse era uma especie de Ministro da Justiça. Prendia Fidalgos e outros homens de grande estado, interpunha-se nos seus desaguisados, mandava prender pelos seus delegados toda a sorte de malfeitores, etc.

Havia emfim o Anadel-Mór, que era o maioral de todos os besteiros do conto, e galiotes; como quem dissesse: o chefe das ordenanças de terra e mar.

Tal é pois a summula do longuissimo regulamento que nos deixou el-Rei D. Affonso V, sobre tão momentosos assumptos da administração do Reino, e da organisação da Casa Real. Basta o que tenho aqui apresentado para se formar uma idéa tal qual do movimento d'aquella complicada machina.

*

Do Regimento de 12 de novembro de 1471 tirou o sr. Henrique da Gama Barros (a quem é dever citar, como homenagem á sua obra monumental, que oxalá vejâmos em breve concluida) pormenores bem interessantes do modo como vivia el-Rei D. Affonso V. Oiçamos o douto auctor da *Historia da administração.*

Depois que el-Rei se levantava até que se recolhia, permaneciam no Paço dois porteiros da camara, um guardando a porta do quarto da cama de estado, e outro guardando a porta da casa onde el-Rei se achava, não sendo das interiores que se seguiam á camara de estado. Se o Soberano sahia, acompanhavam-n'o os porteiros, e em seu logar ficavam no Paço os reposteiros, que de dia deviam sempre conservar-se ahi.

(Parece-me que ainda hoje se conserva tal ou qual vestigio d'essa usança. Quando el-Rei sae em occasião solemne, as primeiras pessoas que lhe abrem caminho são *dois porteiros* da canna a cavallo).

O que estava estabelecido a respeito da illuminação do Paço, não deixa de ser curioso—continua o sr. Gama Barros.—*Na primeira salla uma lanterna grande com candeia delgada, em logar onde não a podessem derrubar. Na casa immediata, onde el-Rei ceava, estava sempre uma vela acceza, segura n'um ferro; e quando se punha a meza, e pelo tempo que durava a refeição, collocava-se no fim da meza uma tocha, em que pegava um moço da camara, e havia outras luzes deante das viandas, e na copa. No quarto*

da cama de estado ardia uma tocha delgada n'um alto castiçal de pau lavrado e pintado, que se punha no meio da casa. Qualquer outro aposento onde el-Rei estava, conservava-se allumiado com um brandão, e no quarto de dormir deixava-se ficar uma vela acceza. Além d'estas luzes havia as mais que eram necessarias para allumiar ao Soberano, se elle sahia do Paço. Mas depois que el-Rei dava as boas noites, e o Camareiro-Mór mandava fechar as portas, apagavam-se as luzes e retiravam-se os porteiros e reposteiros[1].

Tudo isto tem variado immenso; é incrivel como as modas se alteram com o tempo. Ainda não ha muitas dezenas de annos, antes de 1834, sei positivamente que era uso no Paço, ao anoitecer, vir um particular á sala onde estava a Pessoa Real, e trazer em cada mão uma serpentina de luzes accezas. Ficava parado á porta d'essa sala. O Camarista de semana ia buscar as luzes, chegava junto d'el-Rei, inclinava-se, e dizia:

—Muito boas noites, meu senhor.

Depois collocava as serpentinas na mesa, e acabava a ceremonia. Estava inaugurado o serão.

Ha ainda vestigios d'isto em muitas casas, onde, ao principio da noite, o creado, ou a creada, que traz a luz, se julga na obrigação de dar as boas noites a seus amos. A sociedade baniu esta usança patriarchal.

[1] *Hist. da Adm. pub.*, t. I (unico por ora), pag. 581, citando o Regim. de 12 de nov. 1471, nos *Ined.*, III, pag. 440, n.º 14. Este regimento é preciosissimo. Não o extracto mais, para não allongar o já longo capitulo.

*

Pouco acima falei da guerra e dos seus regulamentos. N'outra especialidade bem diversa primavam tambem então os nossos Portuguezes; vão rir, mas eu sempre digo: era na dança.

Ha umas cartas, hoje valiosissimas, em que Lopo de Almeida (depois Conde de Abrantes) narra a el-Rei D. Affonso V as festas e ceremonias com que foi recebida no seu trajecto, desde Portugal, por Italia, a nossa Infanta D. Leonor. São encantadoras de côr local e graciosos pormenores essas epistolas, que fazem complemento ao diario do embaixador Valkenstein, e á citada carta de Pedro de Sousa; tudo isso vem na *Historia genealogica*[1]. Ora n'uma das cartas de Lopo de Almeida, conta elle uma festa de Côrte, em Napoles, no castello de Capuana, onde o Imperador Frederico e a joven Imperatriz eram hospedes d'el-Rei de Napoles Affonso I, e V de Aragão.

Para lhe fazer as honras da terra, levava sempre nas taes festas el-Rei á Imperatriz pela mão, e acompanhavam-n'a tambem assiduamente a Duqueza de Calabria nora do Rei, e uma senhora do Paço, chamada Lucrecia, que me intriga de veras (a crer, como devo, o que a seu respeito diz Lopo de Almeida). Vamos a deante.

No serão dançou el-Rei com a Imperatriz, a quem elle dava a mão direita, dando a esquerda á madama Lucrecia. O Imperador dançou com a irmã

[1] Provas, t. I.

d'esta ultima. Foram tudo danças *baixas*, como então se dizia, ou *passeadas* como diriamos hoje. Veiu ter com Lopo de Almeida um Principe da Casa Real, pedindo-lhe que dançasse, porque elle ia dançar tambem (creio que significaria isto talvez procurar *vis-à-vis*). Dançou Lopo, e dançaram todos os outros Portuguezes que alli se achavam.

Chegada a vez das danças *altas* (ou *puladas*, como nós outros nos expressariamos), dançaram os cinco já mencionados; a saber: el-Rei, a Imperatriz, madama Lucrecia, a irmã d'esta, e o Imperador; era uma dança á maneira das chacotas usadas em Portugal; e guiava-a, ou *marcava-a* a Imperatriz.

Depois quizeram que bailasse um dos Portuguezes, sobrinho de Lopo de Almeida, alguma dança peninsular; elle prestou-se do melhor grado; e tomando para par a Beatriz Lopes, que era certamente alguma das donzellas da comitiva da nossa Infanta, bailaram ambos o *baylo mourisco*, e depois o *baylo villão*. Fizeram estas novidades o mais agradavel effeito, e gabou muito el-Rei D. Affonso de Napoles o juvenil Portuguez, chegando a pedir ao tio que lh'o deixasse lá de emprestimo algum tempo[1].

N'isto tudo, e em muito mais que o narrador deixou consignado nas suas engraçadas missivas, se está a perceber uma coisa: os Portuguezes fizeram furor lá fóra; e tiveram ensejo de vêr que, apesar de ser isto um Reino pequenino, havia na nossa Côrte tanta ostentação, tanto primor no trato, e tanta polidez, como nas mais faladas da culta Europa.

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. I, pag. 642.

Lá diz com justissima ufania o nosso amavel Lopo dirigindo-se a el-Rei D. Affonso V:

Certamente, senhor, não podera cuidar que Portuguezes estavam em tal ponto com os das outras partes; e louvo muito a Deus por me fazer ver isto; porque até agora vejo são reis de quantos cá vi, assim de parecer como de gentileza; e isto em tanta differença d'elles aos que vejo, que bem creio que, se todos chegaramos a França, assim como a Pisa, acharam-nos eguaes com os de lá.

E accrescenta o narrador esta expressiva e encantadora feição de dizer:

Não podeis, senhor, cuidar quanto som d'elles fica n'estas partes!

CAPITULO IX

Relance sobre EL-REI D. JOÃO II.—E citado uma e muitas vezes o Conde de Villa Franca nos seus livros *D. João I e a alliança ingleza*, e *D. João II*, drama.—Magnificencias do reinado do Principe «Perfeito».—D. Alvaro de Ataíde.—Dança-se muito nos serões do Paço.—Côrtes de amor.—Repressões no luxo.—Chega a Portugal a maravilhosa invenção da Typographia.—Maneira como o Duque de Bragança D. Theodosio I suppria a assignatura de jornaes.—Conclue-se o capitulo mencionando o *empenho*, invento essencialmente portuguez.

A Côrte de João II, mau grado aos tétricos episodios que a enluctaram, foi a mais brilhante que houveram Reis portuguezes. Assim se exprime um dos abalisados conhecedores d'aquelle periodo historico, e tão enthusiasta d'esse Soberano, que lhe dedicou um drama, lição de historia patria. Refiro-me ao sr. Conde de Villa Franca[1].

[1] *D. João II*, drama, prol. pag. IX.

Com o devido respeito ao citado auctor do drama «D. João II», parece-me o seu protagonista um mixto de cruezas e magnanimidades, de provas de alto senso, e atrocidades sem nome. Ninguem mais contradictorio (quanto a mim) do que esse Rei, que buscava ostensivamente acertar com a justiça, e usava cevar-se no sangue dos inimigos, perseguindo-lhes as familias, e alimentando-se de rancores. Blasonava pregoar que era um cidadão como os mais [1], e valia-se da sua posição excepcional para apesinhar os seus maiores e mais illustres vassallos. É um espirito muito grande; quem o discute? É um administrador sagaz; quem o duvída? mas é tambem um coração muito duro; e isso n'um Rei, que deve ser um pae, é o maior dos senões.

Não tem a grandeza epica de Affonso Henriques, o genio brilhantemente artistico e litterario de Diniz, as bizarrias cavalleirosas do fidalguesco Affonso IV, a feição liberal e conciliadora de João I, a suave e irresistivel uncção de Duarte, nem as poeticas bonhomias do versatil Affonso V; tem a doblez de Affonso III, casada com a fereza de Pedro o Cru. Desconhece Colombo (o que é naturalissimo); atraiçoa Colombo (o que é imperdoavel); e se põe mira no Cabo Tormentorio, é porque do alto de Sagres lh'o aponta no horizonte a sombra do grande Infante Navegador.

Deixemos porém a detida analyse d'esse caracter; e restringindo-nos por agora á mencionada epigraphe

[1] Cart. da Camara mun. de Lisboa, L. II d'el-Rei D. João II. fl. 10, e fl. 68.

do Conde de Villa Franca, penetremos de relance n'esta brilhante Côrte, *a mais brilhante que houveram Reis portuguezes.*

*

Todos os lidos em chronicas se estão recordando da magnificencia das celeberrimas festas de Evora, da sumptuosidade das entradas e bodas, e do brilho dos saraus, que tanto animaram este reinado. Foi o seculo XV, segundo syntheticamente observa o mencionado escriptor, *o seculo da dança.* Dançou-se muito nos saraus do nosso Paço; e damas e cavalleiros primaram por cá sempre n'essa prenda. Haja vista o sobrinho de Lopo de Sousa, a quem me referi no capitulo supra.

Se podessemos interrogar, no livro das moradias da Casa d'el-Rei D. João II, aquelles seus cavalleiros do Conselho, cavalleiros, escudeiros, e moços-fidalgos[1], se as pedras da aluida Alcáçova podessem falar, se as ruas de Evora, Almeirim ou Santarem podessem ser chamadas a capitulo, quantas curiosas e engraçadissimas historias dos galanteios de sala não lograriamos ouvir!

Da vida sumptuosa do Monarcha e dos seus cortezãos, ha alguns quadros, que bem revelam o que tudo isto foi no Portugal do final do seculo XV; mas, ou hei-de repetir o que tão bem compendiou o auctor do drama «D. João II», ou remetter o leitor para essa obra laboriosa e erudita.

[1] *Hist. gen.,* Provas, t. II, pag. 176.

Além das festas de Evora, além das magnificas ceremonias da promoção do Conde D. Pedro a Marquez de Villa Real[1], recordo aos estudiosos uma coisa, que hoje desdiz dos nossos modestissimos costumes: as entradas solemnes que este Rei celebrava cada vez que se tornava á Capital, com grande gaudio do bom Povo lisbonense, que nas vistosas colchas que pendurava das janellas, nas espadanas e flores com que juncava as ruas areadas, nos fumos cheirosos com que perfumava as praças, e nos repiques com que os campanarios atroavam os ares, expandia a sua indole festival.

N'essas *entradas*, para que se redigia programma, ia um certo D. Alvaro de Ataíde, a quem, pelo seu cargo tocava levar de redea o cavallo Real, e que sabia resumir na sua illustre pessoa, e na chistosa desenvoltura da sua conversação, todos os jubilos do dia; fidalgo *tão sabedor, cortezão, e gracioso, que elle por si fazia festa*—diz Resende com graça. As historietas com que o bom de D. Alvaro ia entretendo seu amo, os ditos e repentes que lhe acudiam, o seu ar alegre e vivaz, eram o encanto do Rei e de todos os que o rodeavam. Achava-lhe o senhor D. João II a maior graça, e costumava dizer, com finissimo encarecimento:

—Não se pode negar, que sem D. Alvaro Lisboa não presta para nada[2].

[1] *Hist. gen.*, t. v, pag. 190 e seg.

[2] Resende, *Chron. de D. João II*, cap. LVI.

*

Mas nas salas não se dançava sómente. Nos *serões* do Paço, além dos sabidos entretenimentos choregraphicos, que são de todo o tempo, havia tambem as chamadas *côrtes de amor*. Diz muito bem o Conde de Villa Franca, mestre a quem me não canço de citar n'este ponto:

As «Côrtes de amor», ou tribunaes galantes, em que sobre assumptos romanticos se ventilavam processos, occupando a frivola attenção de damas e cortesãos, eram reminiscencias medievaes, que tanto reflectia ainda a Côrte de D. João II[1].

Tudo isso era bem melhor, que a má lingua de certas salas de hoje, onde uns engraçados muito malignos se entreteem, em monologos cheios de fel e assucar, e assassinar a reputação dos ausentes, com applauso de alguns circumstantes, e asco e indignação de muitos outros.

Contra as pomposas elegancias da Côrte, que el-Rei por um lado favorecia, insurgiu-se mais de uma vez o seu espirito contradictorio. O mesmo homem lhano, que parava na rua para ouvir a queixa do minimo transeunte, e poisava sem ceremonia a cabeça no regaço das damas, nos serões do Paço, como o Hamlet de Shakespeare, esse mesmo Rei que parecia tão accessivel e despretencioso, era muito amigo de ceremonias na sua Côrte, e *d'ellas mui sutíl e prudente inventor*[2].

[1] *D. João II*, prol. pag. XXV.
[2] Ruy de Pina. *Chron. de D. João II*, cap. XXI.

Logo por occasião da sua primeira entrada em Lisboa, houve grandes festejos e regosijos officiaes. Todos gastaram, e muito. Nas classes elevadas (por via de regra pobres entre nós) houve quem chegasse a empenhar-se não pouco para hombrear em luxo com os seus pares. Fernão Serrão, por exemplo, *cavalleiro, cidadão de Lisboa, homem honrado,* vendeu duas quintas, e gastou-lhes o preço em louçainhas. Soube-o el-Rei D. João; e uma vez, á mesa, assistindo Fernão ao jantar Real, perguntou o Soberano em voz alta:

— Fernão Serrão, quantas quintas fazem um gibão?[1]

Com esta pergunta sem resposta, mostrava assim este poupado dissipador, este fastuoso avaro, a sua reprovação.

Depois, uma bella manhã, acordou com a veleidade de prohibir aos seus subditos os brocados, chapados, borlados, canotilhos, etc., tanto para homens como para mulheres. Foi isso em 1486; e o certo é que elle, a Rainha, e o Principe, deram exemplo[2].

*

No tempo d'el-Rei D. João II presenceou atonito o mundo inteiro dois dos mais assombrosos commettimentos do genio humano. Com que espanto dos nossos não chegariam a Portugal as duas maiores

[1] Resende. *Chron. de D. João II*, cap. LXXXVI.

[2] Ruy de Pina. *Chron. de D. João II,* cap. XXIII. Resende. *Chron.* do mesmo Rei, cap. LXIV.

noticias do seculo: o descobrimento da America pela sublime loucura de Christovam Colombo, e a combinação dos typos moveis pela perspicacia quasi divina de Guttenberg!

Do primeiro successo não tratarei aqui.

Quanto á invenção da Typographia, que vinha destinada a revolucionar as sciencias, as lettras, as artes, e os costumes, e que tanto deu, e dá, que discorrer aos bibliographos, palpa-se em Garcia de Resende o vestigio positivo da admiração geral. Na sua *Miscellanea* diz elle:

E vimos em nossos dias
a lettra de fôrma achada,
com que, a cada passada,
crescem tanto as livrarias.
Tem a Allemanha louvor
por d'ella ser o auctor
d'aquesta coisa tão dina!
Outros affirmam na China
o primeiro inventador.

Cá na nossa pequenina sociedade portugueza, veiu a invenção da Imprensa incutir consideravel movimento; está-se a perceber.

Eram até então os livros um genero de luxo, a que nem as classes medias, nem sequer as altas, podiam aspirar sem grandissimo dispendio; e ainda assim, o que se alcançaria eram livros de Theologia liturgica, ascetica, dogmatica, para Mosteiros e Capellas; por fórma, que os serões á lareira, os longos serões das cidades e dos campos, de roda da candeia, n'esses solares morgadios do Minho ou das

Beiras, ou nas poisadas burguezas das povoas grandes, haviam de escabecear e definhar-se por mingua de leituras instructivas e recreativas, e desfechar não raro em porfias de má-lingua. Essas sêdes intellectuaes são cruelissimas. As chronicas cavalleirosas, as historietas de fadas e gigantes, recontadas de viva-voz, exhauriam-se depressa, e pouco mais deixavam no cerebro do que titilações improductivas. Uma ou outra obra, grega ou latina, de historiador e moralista, assentava domicilio nas estantes de algum douto apaniguado de Principes, ou nas de algum grande senhor, a cuja vaidade muito importava ler nos originaes Plinio velho, Cassiodoro, Esopo, ou Thomaz d'Aquino. Toda a mais gente, nem a existencia suspeitava a taes livros e a taes homens. A facil vulgarisação portanto das producções estrangeiras havia de desenvolver immenso a leitura, que é a civilisadora universal, e a sêde da leitura, que é a predisposição para tudo que ha grande.

Lembra-me uma coisa: o Duque de Bragança, D. Theodosio I, espirito distincto, curioso, e applicado, tinha (ainda na primeira metade do seculo XVI) um engraçado meio de supprir a ancia que todos sentem de alimentar a curiosidade. N'um tempo em que não havia jornaes que o informassem, que lhe chocalhassem, de boa e má fé, noticias varias das cinco partes do mundo, e, como n'uma camara optica, lhe mostrassem os acontecimentos politicos, os crimes, as tentativas, as guerras, as invenções, e lhe descrevessem cidades e costumes de longes terras, que fazia o Duque? pagava do seu opulento bolsinho a pessoas, que manti-

nha lá fóra, na Côrte do Imperador da Allemanha, em Veneza, em Roma, e n'outras partes, e que o informavam a miude, por escripto, de quanto se lá passava. De tudo isso (incalculavel thesouro historico!) se formaram varios volumes grossos, que existiam na livraria de Villa-Viçosa, e que o dono intitulava «Os LIVROS DAS MUITAS COISAS»; chistosa e ingenua denominação, que diz tudo[1].

Assim suppria o Duque uma assignatura do *Osservatore Romano*, da *Illustrirte Zeitung*, do *Times*, do *Figaro*, ou de *L'Indépendance Belge*, de que certamente seria assignante, se esses tagarellas (e outros papeis muito mais perigosos) existissem no seculo de D. Manuel.

Os *Livros das muitas coisas* eram já pois a transição suave do nada antigo para os milagres da publicidade typographica. Sumiu-os o terremoto, e foi por certo grande lastima!

*

Viesse da Allemanha a Typographia, ou viesse da China, isso pouco importa agora; o que porém é nativo de Portugal, e aqui medrou como pragana, é uma invenção que todos conhecem, todos consideram, e a que todos se costumam valer: o *empenho*. Quanto a mim... inventou-o el-Rei D. João II. Eu me explico.

Quem ouviu nunca dizer, que um pretendente mettesse empenhos aos homens de bronze que se cha-

[1] Vide *Hist. Gen.* t. VI, pag. 78.

maram Affonso Henriques ou Affonso IV? Seria ridiculo hoje, a tantos seculos de distancia, amesquinhar com essas formulas dos bastidores da *burocracia* as grandes figuras historicas da Realeza; não é assim? Pois estava isso reservado para o mais energico dos nossos Soberanos, para o violento e altivo senhor da Guiné.

O *empenho,* que hoje entrou nos nossos costumes decadentes, e que se agarra como lichen á machina prosaica das secretarias officiaes, o *empenho*, confidente enredador, que maneja por traz da cortina, e atropella conscientemente sacratissimos direitos, o *empenho,* personagem mysterioso, que trabalha na sombra, apadrinha na sombra, edifica e demole na sombra, o *empenho,* que faz da politica a sua melhor arma, quando a não faz de dobrões e villanias, o *empenho*, verruma surda, que hoje perfurou de galerias estreitas o terreno todo da administração, o *empenho*... inventou-o o senhor D. João II. É um traço mais para accrescentar á historia philosophico-humoristica de tão notavel reinado.

Para mostrar que é Portugal desde esse tempo o nativo paiz do *empenho,* basta recordar um caso galante, que nos deixou Garcia de Resende[1]. É isto pouco mais ou menos:

*

Andava certo homem a pretender desde muito não sei que officio, e fizera subir a el-Rei D. João II

[1] *Chron. de D. João II*, cap. CXLVII.

o seu requerimento documentado em boa fórma. Não teve despacho. Correram mezes; novo requerimento instantissimo, evidenciando de sobejo a justiça da causa. Tambem não houve despacho.

Passado muito tempo, esgotado este recurso das petições, e quasi esgotada a paciencia do pretendente, resolveu-se este a falar com el-Rei. N'um dia de audiencia apresentou-se, e com a lizura e franqueza da verdade, ponderou respeitosamente, que, tendo já mais de uma vez requerido tal logar, para que mostrára possuir habilitações e idoneidade, se admirava de ver que um Monarcha tão justiceiro se não dignava de o attender, sendo a sua pretenção, como Sua Alteza mesmo reconheceria, carregada de justiça; supplicava pois a Sua Alteza, como grande mercê, quizesse dizer-lhe se algum requisito faltava, para elle o supprir.

—Nada falta—respondeu D. João II;—tudo está na ordem; e se não vos despachei já desde muitos mezes, não foi por não terdes todas as qualidades do officio que requereis.

—Muito bem, meu senhor; então...

—Então—atalhou o Rei—respondei ao que vos pergunto. Não sois vós creatura toda da casa do Barão de Alvito? não sois intimo n'aquella familia, segundo me disseram informações que mandei tirar?

—Sou, meu senhor; o Barão é o meu maior amigo.

—Pois n'esse caso—concluiu o Soberano—porque me não falou em vós? O silencio d'elle, tomei-o á conta de alguma ingratidão vossa, que lhe enfreava a lingua; e isso fez que posesse sempre de banda

os vossos papeis. Ide-vos em paz, e o Barão de Alvito que me fale.

Esta *justiça*, este requinte de *justiça*, dá no burlesco. El-Rei não despachava o homem; porquê? por falta de direito? não; elle mesmo confessava que achava a causa nos melhores termos. Deixava de o despachar, só por lhe faltar o *empenho* do Barão; e de faltar o *empenho* do Barão já inferia crimes no pobre pretendente!

D'onde se prova que a justiça só por si, serena, clara, singela, desacompanhada da muleta do *empenho,* não agradava ao matador do Duque D. Fernando. Fica pois assente que o inventor d'esta praga moderna foi o Senhor da Guiné.

*

O *empenho* implantou-se nos costumes, e, segundo se vê, medrou. Já nos dias d'el-Rei D. João III tinha germinado. Querem ver?

Havia então um Lopo Cardoso, Commendador de Azere e Escrivão da Alfandega, sujeito de cabello ruivo, e que trazia nos tribunaes não sei que pleito. Sahiu-lhe sentença *contra,* proferida pelo Desembargador D. Simão da Cunha. Ora acontecia terem sido ambos condiscipulos na Universidade de Salamanca, mas (ao que parece) terem-se perdido de vista.

Desconsolado com o pessimo exito do negocio, foi Lopo avistar-se na Relação com o Desembargador, e lamentando-se de tão mau despacho, recordou a justiça dos seus allegados, as circumstancias

da demanda, e, por fim, a antiga intimidade dos dois, que devia ter obrigado o Juiz a olhar mais carinhosamente para o processo.

—Quê! pois não vos lembrais de mim?—pergunguntava Lopo.

—Lopo Cardoso?—volvia D. Simão—agora me lembro mui bem. Andámos em Salamanca; sois Commendador, sois Escrivão...

—Assim é.

—Pois, senhor meu, não suspeitava que o pleito fosse vosso.

—Como «não suspeitaveis»!! Bem claro diziam os feitos: *Lopo Cardoso, Escrivão da Alfandega de Lisboa, Commendador de S. Mamede de Azere* etc. e só a minha qualidade de ruivo do cabello lá faltou.

—Pois bem—atalhava o Juiz—a culpa é vossa, que nunca em tal me falastes, senão agora.

Por esta anecdota, com leves alterações tirada de Bluteau, (na palavra *Ruivo*) que a tirou não sei d'onde, não pretendo infamar a memoria de D. Simão, suppondo-o homem venal. Quero apenas mostrar (mais por gracejo inoffensivo do que por outra coisa) que pode a justiça alliar-se ás vezes com a benevolencia; chama-se então *equidade*. D. Simão da Cunha despachou *contra*, e lá teve as suas razões; mas se tivesse sabido (ou attendido) que o negocio era de um antigo amigo, não quero suppor que logo despachasse *a favor*, mas quero crer que mandaria chamar o interessado, o aconselharia, lhe faria juntar algum novo documento, etc. Só assim interpreto a resposta, sem o minimo desejo de lançar suspeição sobre o caracter de um morto que desconheço.

Em todo o caso, é mais uma pincelada para o retrato do *empenho*.

*

Basta do senhor D. João II. Passemos ao seu successor.

CAPITULO X

Reinado D'EL-REI D. MANUEL.—Opulencias nunca vistas.—Alguns traços para o retrato intimo d'este Soberano.—A sua recamara e a sua guarda-roupa.—Trajos de alguns antigos fidalgos portuguezes e outros grandes.—A musica no Paço antigo.—Enumeram-se alguns musicos celebres.—Entretenimentos d'el-Rei D. Manuel.—A consoada em vespera do Natal.—Digressão sobre doçarias portuguezas.—Cavalgadas do Soberano na *Carreira dos cavallos.*—Os chocarreiros.—A vida da Côrte reflectida no espelho dos Cancioneiros velhos.—Visitas d'el-Rei a sua irmã D. Leonor.—Passeatas no Tejo até ao paço de Santos.—Entra com informações o veneziano contemporaneo do senhor D. Manuel, Leonardo de Ca Masser.—Conclusão do capitulo.—

No viver do Paço portuguez, ao alvorecer o seculo XVI, rompe-se como que um novo clarão lá da banda do Oriente. Anda no ar o perfume das terras maravilhosas de além-mar. Envia-nos Borneo a sua camphora; as Molucas, o cravo; Banda, as nozes;

Timor, o sandalo; Ceylão e todo o Malabar, canella, pimenta, e gengivre. Illuminam-se os salões da velha Alfama com as magnificencias das terras africanas, indianas, e chinezas. Sofala manda-nos oiro; Ceylão e o Pegú, rubís e aljofares; Narsinga, diamantes; Bengala, linhos finissimos; Pekim, os seus xarões; a Persia, os seus tapetes. Toda a India, com os rajahs recamados de perolas, toda a China, com os mandarins broslados de matizes de seda, rutilam na mobilia dos pobres palacios ao longo da Ribeira de Lisboa.

Lisboa, emporio do mundo, vê atonita no seu gremio os animaes d'aquelles climas, as flôres d'aquellas plagas phantasticas. Corre a mocidade, n'um delirio de moda, n'uma porfia contagiosa, a engrossar as phalanges dos aventureiros e conquistadores; e quando recolhe á Patria, traz no rosto, nos habitos, nas cicatrizes, nas saudades, e até nas alcunhas muita vez transformadas em appellidos, as provas do seu affecto aos grandiosos scenarios de além-mar.

*

Com o seu instincto prophetico, olhava de soslaio o Povo para tão estranhas maravilhas, que a flux lhe cahiam no regaço; e desconfiado murmurava um annexim lugubre, que se implantou na lingua: *Fazenda da India não luz.*

Vieram os contadores marchetados de madre-perola e prata; vieram os cofres de laca vermelha perfilada de oiro; vieram os escriptorios e caixotões de xarão embutidos de marfim; as almofadas e colchas

bordadas de seda; as joias persianas com o seu desenho desusado e vistoso; as lindissimas loiças esmaltadas a capricho. Vieram especiarias nunca provadas transformar a arte culinaria. Chegaram passaros vivos, feitos de esmeraldas, saphiras, e opalas. Entrou toda essa civilisação oriental, sorridente e magnifica, e soube quebrar de vez o nosso viver moirisco e recolhido.

Aos usos, ao pensar, ás manifestações artisticas, chegou da Conquista a seiba nova, e infiltrou-se em todas as arterias nacionaes. Aqui, vae crear a architectura *manuelina*, implantação do estylo oriental sobre um ogival mesclado de romano. Acolá, vae transformar os costumes, e aquecer a alma do Povo com as ephemeras veleidades de predominio eterno. Mais além, não tardará em expandir-se na obra litteraria, illuminar de relance o papel em que escreviam Gil Vicente e Antonio Prestes, e espadanar, em borbotões luminosos, do livro incongruente e vibrante que se ha-de chamar Os LUSIADAS.

*

Se entrassemos nos paços d'el-Rei D. Manuel, presidente nato de todo este renascimento fatal e enganoso, veriamos como o seu espirito acompanhava a grande evolução, e como o seu gosto facil e finamente artistico ia aclimando ao seu lar tão perigosas novidades.

Ao devassarmos os salões sumptuosos do paço da Ribeira, notariamos que differença ia entre elles, regulares e vastos, e os velhos albergues historicos

de S. Martinho ou do Castello. Aqui é o palacio do Rei Navegador; além, eram as poisadas caducas e irregulares dos valis christãos de Lisboa. Mobilia e adornos são no paço novo «da casa da Mina» a eloquente consequencia das victorias da conquista.

É el-Rei D. Manuel uma d'aquellas figuras historicas, que ainda não foram devidamente estudadas a fundo, me parece. Tudo quanto fôr juntar pormenores para o desenho do seu retrato intimo, para a descripção do seu papel domestico, é pois serviço aos historiadores. Assim como a genealogia, com as suas minucias muita vez importunas (na apparencia), é um dos mais valiosos auxiliares da alta Historia, assim a anecdota, e a observação pessoal contemporanea, são dos mais preciosos componentes da synthese critica.

Falemos pois d'el-Rei D. Manuel.

*

Os progressos d'este reinado *extinguindo as reliquias de antigos usos,*—observa, e muito bem, o Conde de Villa Franca—*ou empanando-lhes o fulgor, inocularam novo ser na sociedade portugueza, especulativa e mercante desde a navegação para a India. D. Manuel, carregando de pimenta e cravo os bojudos galeões que em Anvers mandava construir, e as pesadas urcas á veneziana, tornara-se o primeiro mercador dos seus reinos*[1].

Sim, mas mercador altamente artista, espirito re-

[1] *D. João II,* drama, prol., pag. xxv.

galado, para quem tiveram sempre estremado sabor os primores da fórma; e até mesmo as suas repressões do luxo publico, o que fazem é concentrar na Côrte e na phalange dos seus nobres o esplendor de sedas e brocados, que ao povo eram defezos. El-Rei D. Manuel, prohibindo em seus reinos a seda no trajo geral, reservou *aos nobres*—diz Goes—*que trouxessem barretes, carapuças, sapatos, cintos, e assim as guarnições das espadas, mulas, e cavallos, de seda*[1].

No Paço então o luxo era a rodo. Desde os escriptorios (secretárias) de prata anillada *(niéllée)*, desde as mesas marchetadas de prata[2], até ás ultimas *espevitadeiras* (instrumento que se usou muito nos nossos dias, e que o azeite, o petroleo, o gaz, e a estearina, mataram), tudo foi precioso e artistico, tudo incrustado e lavrado de materias valiosas.

*

Se era de primeira ordem entre as dos Principes do seculo a recamara d'el-Rei, não era somenos a sua maravilhosa guarda-roupa. Seriam portuguezes, ou de fóra, os seus aljubeteiros? não sei; calcúlo porém que em Lisboa os havia já muito peritos. Deixar lá falar um proloquio castelhano que reza assim: *Aprendiz de Portugal no sabe coser y quiere cortar*. Quem o traz é o eruditissimo Padre Feijoo[3],

[1] *Chron. de D. Man.*, P. IV, cap. LXXXVI.
[2] *Hist. Gen.* Provas. T. II, pag. 347.
[3] *Cart. erud.*, t. III, cart. I, n.º 13.

respondendo ao anexim com esta engraçada ponderação:

No sè que cosa son los sastres portuguèses. Pero discurro, que haviendo producido aquel reyno muchos hombres habilissimos en otras artes, tambien havrà dado y estarà dando buenos sastres.

Do como se vestia a fidalguia portugueza, do apuro d'essa sciencia difficil, dá testemunho no seu gracioso *vade-mecum* a galantes o Coudel Mór Fernão da Silveira, escrevendo a seu sobrinho Garcia de Mello[1]; e por muitos passos dos chronistas do tempo nos apparecem os antigos heroes entrajados com desusado esplendor.

Vasco da Gama, por exemplo, em 1498, desembarcando em Lisboa, larga o lucto, e apresenta-se com saio de solía e barrete redondo[2];

Pedro Alvares Cabral mostra-se em Calecut em 1500 com a sua opa de brocado, trajo então usadissimo no Reino[3];

Affonso de Albuquerque ostenta-se na India em pellote curto de seda de côr, calças de escarlata, pantufos de veludo, capa lombarda de setim côr de laranja, forrada de setim pardo, coifa de oiro, gorra de velludo preto, e estoque guarnido de oiro[4];

D. Francisco de Almeida precede a sua pessoa de porteiros da maça e trombeteiros, e traja á maneira de Rei[5];

[1] *Cancioneiro* de Resende.
[2] Gaspar Corrêa, *Lend. da Ind.*
[3] Barros, *Asia*, Dec. I, liv. V, cap. V.
[4] Id., ibid., Dec. II, liv. III, cap. II.
[5] Id., ibid., Dec. I, liv. IX, cap. IV.

D. Garcia de Noronha, entranha-se nas terras dos rajahs com o seu tabardo e beca de veludo, barrete redondo, com golpes, e ornatos de pedraria, espada, adaga doirada, borzeguins e pantufos de veludo, *verdadeiro e antigo trajo portuguez*[1];

todos emfim rivalisam em gosto e opulencia, opulencia e gosto que não poucas vezes lhes custavam tão caro como os gibões de João Serrão.

D'el-Rei especialmente, só direi que deslumbra os nossos olhos de hoje a enumeração da sua lindissima guarda-roupa[2]. Só o artigo luvas devia custar rios de dinheiro. Vendiam-se em 1517 em Lisboa a 30 reaes (ou 2:340 réis de hoje); encareceram depois a 50 reaes (ou 3:900 réis actuaes[3].

Em carapuças era tambem o nosso Rei mais abonado, que uma tenda de carapuceiro. Não creio porém que as usasse senão a uma e uma, a não ser que imitasse a el-Rei Luiz XI de França, que (segundo conta Duarte Nunes) quando recebeu em Paris o desventurado Affonso V, appareceu *com um barrete na cabeça, tendo já d'ella tirado um chapeo, e duas grandes carapuças*[4]. É engraçadissimo!

O rol dos objectos que levou para Saboya a Infanta Beatriz, em 1521, é espantoso, e merece lido, relido, e estudado[5].

[1] Couto, Dec. 5, liv. VI, cap. 6, fl. 133.

[2] Veja-se na *Hist. Gen.* Provas. T. II, pag. 346 a relação que o senhor D. João III mandou fazer dos objectos que ficaram d'el-Rei seu pae.

[3] Goes *Chron. de D. Man.* P. IV, cap. XX.

[4] *Chron. de D. Affonso V.* cap. LXI.

[5] *Hist. Gen.* Provas. T. II, pag. 445 seg.

Muitas d'essas elegantes alfaias eram fabricadas cá em Lisboa. Alguns objectos que as naus do Gama levaram em larga copia, para presentes a regulos, eram aqui feitos. *Cincoenta bainhas de facas de Frandres com tachas de marfim, que fizeram em Lisboa, e as bainhas doiradas*—diz Gaspar Corrêa[1].

Na casa dos proprios Prelados havia então grandeza e estado numeroso: escudeiros e pagens; homem de capa e espada; camareiro; mordomos; estribeiro; trinchante[2]. Ainda não era moda, me parece, a modesta nudez e mingua de um Bartholomeu dos Martyres, cuja *recamara* não passava *de alguns livros, e não muitos, e uma pobre cama da Ordem, sem coisa comprada de novo para fazer apparato*—diz Sousa[3]. Á cabeceira do leito tinha, por pobreza, *uma escudella branca ordinaria de Talaveira* (loiça communissima)[4]; *a baixella mais lustrosa*—continúa o mesmo grande classico—*era loiça branca de Talaveira; o mais, tudo estanho*[5]. Pois n'esse tempo era vulgar e de acanhado preço em Portugal a loiça da China, e uma baixella d'essas não seria luxo asia-

[1] *Lendas da India*. T. I, pag. 85.

[2] Isso se deprehende, *a contrario sensu*, do que diz frei Luiz de Sousa da isenção do Santo Arcebispo de Braga. *Vida do Arceb.* L. I, cap. XIII.

Não havia escudeiros—diz o grande poeta da prosa—*nem pagens, nem homem de capa e espada; officiaes de camara e mesa, a uso de casas de grandes* (*como elle era*) *que são camareiro, mordomos, estribeiro, trinchante, eram para o Arcebispo materia de riso.*

[3] *Vida do Arceb.* L. I cap. X.

[4] Id. ibid.

[5] Id., L. I cap. XI.

tico em paço de Arcebispo, apesar de tão formosa! e mais formosa parece ainda nas expressões do admiravel estylista: *É o barro*—diz elle—*tão fino e transparente, que as* (loiças) *brancas deixam atraz os crystaes e alabastros, e as que são variadas de azul enleiam os olhos, representando uma composição de alabastros e safiras. O que teem de quebradiço, recompensam com a barateza*[1].

*

No meio pois das magnificencias do seu paço Real, destaca a elegancia pessoal d'el-Rei D. Manuel; e eil-o, ouvindo ora as narrações dos descobridores, ora os autos do outro descobridor que se chamou Gil Vicente, ora os accórdes, ricos de tom e harmonia, da sua numerosa e escolhida orchestra de capella e camara.

A proposito:

Foi este Soberano extremado musico, seguindo o exemplo de muitos do seu sangue. Todos os dias depois de jantar (o jantar antigo era muitissimo cedo) dormia a sésta; e ao deitar-se, queria ter ali, para o adormecerem, os musicos da camara. A sua musica de capella, e a de camara, eram notaveis; mandava buscar artistas de nomeada a todas as partes da Europa, fazia-lhes bons partidos, e dava-lhes avultados ordenados e mercês. Aos Domingos e dias Santos jantava e ceava com musica de charamellas, sacabuxas, cornetas, harpas, tamborís, e rabecas;

[1] *Vida do Arceb.* L. II, cap. XXIV.

nas festas principaes vinham atabales e trombetas. Além d'esses famosos musicos tinha outros, moiriscos, que tangiam e cantavam as suas melodias especiaes ao som de alaúdes e pandeiros, para fazer dançar os moços-fidalgos [1].

Paremos aqui uns minutos: ás boas aguas attribue Luiz Marinho de Azevedo [2] a excellencia das vozes dos musicos naturaes de Lisboa, ou moradores na Capital, que tanto brilhavam na Capella Real do paço da Ribeira, nos Conventos, e na Cathedral; e observa que esse afinado e melodioso do timbre vocal ainda se notava bem mais *nas mulheres, cuja feminina voz enleva os sentidos, como se experimenta ouvindo cantar as Religiosas dos Mosteiros d'esta Cidade, em que* (diz elle) *mais parece se ouvem córos de Anjos, que vozes humanas* [3].

Seja isso devido, ou não, á bondade das aguas, é innegavel que desde antigas eras se encontra menção de bons musicos em Portugal, já compositores, já executantes. Ás listas existentes accrescentarei alguns.

Foi Guilherme Machado musico celebre do tempo d'el-Rei D. João I; diz este senhor, no seu *Livro da montaria,* que nem as melodias do dito compositor teem mais agradavel sabor para os ouvidos, que o latir das matilhas em fragoas de caçada de monte [4].

[1] Damião de Goes. Chron. d'el-Rei D. Manuel p. IV cap. LXXXIV.

[2] *Do sitio de Lisboa*, Dial. II

[3] L. Mar. de Azev. *Livro da fund... de Lisboa*, cap. XXVIII 1.ª ed. pag. 80.

[4] Citação do sr. Gama Barros a pag. 426 do T. I da sua *Hist. da adm. em Port.*

Em dias d'el-Rei D. Manuel, de quem vinhamos tratando, avulta um certo João Vieyra cantor do Paço, e proprietario de uns predios que alugára á Camara de Lisboa[1].

O espirito cultissimo do notavel Infante D. Luiz aprazia-se immenso na musica. Achei menção de dois musicos da sua camara: Diogo Navarro[2], e João Luiz[3]. E agora, a respeito dos musicos do mesmo Infante, não quero ommittir um caso, que ficou archivado n'uma silva de anecdotas e apotêmas; vem a ser isto:

Toparam as rondas nocturnas com um embuçado fóra de horas. Detiveram-n'o, e perguntaram-lhe quem era; ao que o homem respondeu:

—Sou tangedor do senhor Infante D. Luiz.

Attendendo a tal amo, deixaram os soldados ir em paz o servo; mas desconfiando-lhe dos modos, tornaram-n'o a chamar, e perguntaram-lhe:

—Tangedor do senhor Infante? e que tangeis vós lá?

—Eu?—volve o homem—tanjo-lhe as bestas[4].

Era o Duque D. Jayme de Bragança fino amador de boa musica; tinha uma orchestra de sete charamelleiros, e presava-os muito. Em seu testamento, lavrado em 1532, recommenda ao filho que os tome, e dê por elles mil cruzados; e a não se resolver a tomal-os todos, vendesse-os em almoeda, sendo pre-

[1] Cartorio da C. M. de L.—L. 2.º d'el-Rei D. Manuel, fol. 17.

[2] José Marques Soares, *Divertimento de estudiosos*, t. II, pag 67.

[3] Id. ibid. pag. 163.

[4] J. M. Soares, *Div. de estud.* T. II pag. 267.

venidos para licitarem, se quizessem, el-Rei D. João III, e os Grandes de Castella. Esses taes charamelleiros, que parece eram escravos mandados ensinar, chamavam-se Galante, Martinho, Jacome, Hieronymo, Cosme, Francisco e Duarte[1].

Damião de Goes era eminente musico e compositor. Cantava *com grande suavidade ao som de diversos instrumentos, que dextramente tocava*—affirma Barbosa Machado. — *Muitas d'estas obras, que se cantavam com summo applauso nos templos, se conservam* (diz o mesmo bibliographo) *na Bibliotheca Real da Musica*[2].

Eram insignes musicos, em dias d'el-Rei D. João III, Rodrigo Velho, Luiz de Victoria, *o mayor musico de seu tempo, e bom poeta,* Francisco Mendes[3], Domingos Madeira, e Alexandre de Aguiar, cantores, e Affonso da Silva organista distincto em 1576[4].

Na primeira metade do seculo XVI vivia em casa do Bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida (fallecido em 1543) um musico, *famoso tangedor de tecla,*

[1] Palavras textuaes:

Os charamellas valem muito; deve-os meu filho tomar, e dar por elles mil cruzados; e senão, vendam-n'os; mas não tomando meu filho todos, não haja nenhum; haja-os quem mais der por elles juntos, e seja feito saber a el-Rei meu senhor, ou a esses senhores de Castella; e elles são: Galante, Martinho, Jacome, Heronymo, Cosme, Francisco, Duarte. Posto que alguns andam fora do officio, se os tornarem, aora ou em poucos dias se refarão para velerem o que digo.

Hist. Gen., Provas t. IV, pag. 86.

[2] *Bibl. Lusit.* T. I pag. 617.

[3] Andrade Caminha—Poesias—Epitaphios d'esses artistas celebres.

[4] Barb. Mach.—*Mem. d'el-Rei D. Sebastião,* t. IV, pag. 68.

chamado Ambrosio Ferreira, insigne em tocar manicordio, orgão, cravo, e realejo. Um dia desamparou o mundo e fez-se padre da Companhia[1].

Foi Braz Pereira Furtado, vigario de S. João, musico dos senhores reis D. João IV, D. Affonso VI, e D. Pedro II[2].

Ruy Fernandes de Almada, Provedor da Casa da India, Presidente do Senado de Lisboa, filho de Christovão de Almada, sustentava *com grandes ordenados a quatro cantores, que todos os dias com suas vozes o divertiam*[3]. Luxo principesco, de que ainda por ventura se recordam as paredes do palacio do largo do Conde Barão.

Finalmente, menciona o *Anatomico jocoso*[4] como musicos famigerados no primeiro quartel do seculo XVIII o *Filagrana*, e o *Borrinha* (alcunhas certamente).

Terminando esta diggressão, continuarei agora a falar d'el-Rei D. Manuel.

*

Nos dias santificados havia na Lisboa antiga, segundo a pragmatica dos usos nacionaes, grande observancia nas praticas religiosas. Faz-nos admirar hoje (hoje no nosso tempo incredulo e desleixado) o alvará do citado Monarcha, de 8 de julho de 1521, prohibindo que pessoa alguma nos Domingos e dias

[1] Balth. Telles *Chron. da C. de Jesus*. Part. I, pag. 232.
[2] Menção encontrada na *Chorogr.* de Carv. da Costa. T. III, pag. 170 lin. 4.
[3] Barb. Mach. *Biblioth. Lusit.* T. III, pag. 660.
[4] T. I, pag. 81.

de guarda jogasse a bola ou o tintinini dentro do paço ou nas varandas d'elle, antes da hora das Missas[1]. (*Varandas* aqui significa terraços, ou terrados, ou eirados, que seguiam ao longo das paredes do paço. Havia *varandas* no Terreiro do Paço, havia-as na Ribeira, e em muita outra parte. Ainda hoje, á Ribeira velha, ha a chamada *Hospedaria das Varandas*, que tira nome de uma especie de terrado contiguo ao edificio, e que é resto de muitas outras *varandas* que houve por alli).

*

Se a prohibição que mencionei ia entender com a hora das Missas, não havia tal para depois de comer.

Eram as mesas dos nossos Principes—diz o inimitavel frei Luiz—*escola de sobriedade para seus vassallos*[2].

Talvez nem sempre, observo eu. É preciosa, como quadro de costumes, a descripção da maneira com el-Rei D. Manuel, acompanhado do Principe seu filho, dos Duques, e dos Condes, recebia a consoada na vespera de Natal; costume já obsoleto em dias de Filippe I[3]. As alfaias da mesa Real eram ricas, e os manjares muito especiaes.

Como eram comidas essas mais ou menos apetitosas iguarias, tambem é ponto de estudo. Não creio

[1] *Leis extrav.*, collecção por Duarte Nunes.
[2] *Annaes d'el-Rei D. João II.*
[3] Ibid.

que fossem já então as carnes atacadas á mão e devoradas bestialmente *com unhas e dentes* (outro proloquio); assim succedêra ainda pouco antes, mas creio que já então não era uso, visto como nas listas dos objectos da casa da Infanta D. Beatriz, citadas pouco acima, se encontram garfos de prata, colheres, e facas.

Quanto a doces, sempre foram muito peritos n'esse assumpto os nossos conserveiros; e na Madeira se fabricavam boas conservas de fruta já no seculo xv, visto que levava comsigo Vasco da Gama *conservas da Ilha da Madeira*, que offereceu de presente ao cheque de Moçambique em principios de 1498, quando lá chegou, segundo conta João de Barros[1].

Á mesma Ilha ia *carregar de assucares, conservas, e outros fructos da terra,* com destino a Hespanha, o navegador Affonso Sanches pelos annos de 1492, o notavel precursor de Christovam Colombo[2].

Emfim (e basta de citações) o interessante livro de Bartholomeu de Villalba y Estaña[3] affirma que *de la Isla de la Madera le traen gran suma de pipotes de todas conservas y otras cosas mui delicadas.*

Tem graça conservar-se ainda lá essa tradição culinaria, assim como nos Açores, onde tive occasião de provar preciosos e elegantissimos doces e bolos de todo o genero.

[1] *Asia.* Dec. I, L. IV, cap. III. in fine.

[2] Padre Simão de Vasconcellos *Chron. da Comp. de Jesus no Estado do Brasil* L.º I, § 2.º

[3] *El Pelegrino curioso.* T. II, pag. 90 (edição dos bibliophilos castelhanos).

*

Acabado o jantar d'el-Rei, então sim, que eram folganças! Ia elle com os seus familiares até á Carreira dos Cavallos (hoje chrismada não sei em quê) e levava bons cavallos, e juntavam-se todas as pessoas que montavam bem, e faziam alegrissimas correrias equestres por aquelle escampado; *o que era causa*—diz Damião de Goes—*de n'aquelle tempo haver muitos e bons cavalgadores*[1].

*

Conta o mesmo Goes que el-Rei D. Manuel *trazia continuadamente na sua Côrte chocarreiros castelhanos, com os motes e ditos dos quaes folgava, não porque gostasse tanto do que disiam, como das dissimuladas reprehensões que com geitos e palavras trocadas davam aos moradores de sua casa, fazendolhe conhecer as manhas, vicios, e modos que tinham, de que se muitos tiravam e emendavam, tomando o que estes truães disiam como graças, por espelho do que haviam de fazer*[2].

Além d'esses bobos, repugnante instituição tolerada, cujos vestigios se encontram ainda em certas casas antigas, onde muitos gostam de caturrar, e manteem tacitamente uma victima (consciente ou inconsciente) para a *caturreira*, para o desfrute, para o debique, havia tambem no Paço antigo acrobátas e gymnastas, que de vez em quando vinham

[1] *Chron. de D. Manuel.* P. IV cap. LXXXIV.

[2] Jd., ibid.

alegrar com entremezes os grandes banquetes de apparato. Havia jogos de azar, danças baixas (passeadas), e danças altas (puladas), e emfim, como disse, alguns passatempos intellectuaes e litterarios: a glosa, o mote, as côrtes de amor, e a cantilena e recitação de troveiros, nobres e plebeus.

Que é o *Cancioneiro* de Resende, e os demais Cancioneiros, senão a fórma litteraria d'aquelles agradaveis entretenimentos, que (a não serem os collectores) se teriam sumido no báratro? Verdade seja que nós, os modernos, não deixâmos de arripiar-nos ao ver o desplante com que alli se imprimiram os nomes de senhoras, a quem são dirigidos (quanta vez!) taes e taes versos, uns indiscretos, outros impertinentes: D. Leonor da Silva, por exemplo, que deixou o noivo e casou á ultima hora com um escrivão ladrão; ou D. Joanna de Mendoça, dama, a quem a Rainha (por qualquer travessura juvenil) reteve presa na sua camara uns dias. Essas liberdades destoam hoje dos nossos usos, e revelam um genero de vida extremamente *familiar* na Côrte dos nossos Monarchas.

E Gil Vicente, com os seus autos, as suas allusões patentes, e a sua loquella muita vez desbragada, mas ouvida pelas senhoras de maior porte, não é outro singular exemplo do mesmo?

Apesar porém d'esses senões, que depreciam á luz dos nossos costumes (certamente mais polídos) os Cancioneiros e o theatro quinhentista, applaudâmos o zelo com que foram salvas do esquecimento essas bagatellas. Oxalá todos entendessem bem que tudo tem a sua razão de ser, tudo tem o seu pres-

timo. Conservem, conservem; são minucias? e que importa?

De que se compõe o Universo?—perguntava Castilho algures—*de moleculas imperceptiveis.*

E Garcia de Resende pondera no seu prologo, com ar de tristeza:

Muitas coisas de folgar e gentilezas são perdidas, sem haver d'ellas noticia, no qual conto entra a arte de trovar, que em todo o tempo foi mui estimada.

*

Das visitas habituaes d'el-Rei D. Manuel a sua irmã, a virtuosa Rainha D. Leonor, ha algumas valiosissimas indicações descriptivas, posto que muito a fugir, na Chronica do mesmo senhor por Damião de Goes[1]. N'essas visitas, que eram á tarde, costumava el-Rei algumas vezes pedir de beber; traziam-lhe conservas doces para fazer bocca; sobre ellas é que bebia; e isso tudo era servido ao Soberano por senhoras da primeira distincção. Á falta de mais pormenores, componha o leitor para si mesmo estas scenas intimas, como illustração ao pallido desenho, que lá em cima deixei, do paço de S. Bartholomeu.

*

Se nol-o permittisse a etiqueta, haviamos de acompanhar o Rei «Feliz», o leitor e eu, n'um passeio lindissimo que elle costumava nas tardes de verão,

[1] P. III, cap. XL.

aos Domingos e outros dias santificados, quando não ia ver correr cavallos, e correl-os elle proprio, lá em cima, n'aquella carreira historica.

Esperava por el-Rei na ponte dos seus paços da Ribeira um bonito batel alcatifado e todo embandeirado de pendões de seda, avoengo das nossas formosas galeotas, que tão justamente nos ufanam. Descia para elle o Soberano, levando sempre comsigo boa musica, e algum ministro, com quem, para não esperdiçar tempo, ia despachando negocios publicos. Largava o batel seguido de outros, e bordejavam de conserva, aqui, além, mirando a nossa Lisboa, contemplando na margem de cá os corucheos sem numero, os pittorescos palacios banhados de sol, e na margem de lá os oiteiros cretaceos d'Almada,

que não dizem mal nem bem,

segundo uma acertada phrase da trova do Conde do Vimioso no *Cancioneiro d'Evora*[1].

E iam deslisando ao sabor do vento e dos remos; e as mais das vezes chegavam ao caes dos paços de Santos-o-velho, e desembarcavam. Ahi esperava os alegres argonautas o *guarda,* ou almoxarife, d'esses paços, que era o cavalleiro Duarte Foreiro[2], a quem pelos seus serviços fôra dada essa aposentadoria. E já elle tinha preparado n'algum recanto do jardim a merenda Real, fructas, doces, e vinho; e comia el-Rei, e com elle todos os da comitiva, e as-

[1] Publicação do sr. Victor Eugenio Hardung, pag. 23.

[2] Seria parente de Frey Francisco Foreiro, dominicano, confessor da Infanta D. Maria?

sim os musicos, os moços-fidalgos, e até os remeiros[1].

Quem bem conhece o magnifico scenario, avalia a scena, que em verdade é um apetitoso quadro de genero, e de costumes da Côrte velha.

Os jardins, ou quinta, do paço de Santos eram relativamente vastos, e deviam ser muito apraziveis: por assim dizer pendurados ou debruçados sobre o Tejo, com muito arvoredo, um pano de fundo risonho de terras lavradias, os seus caramancheis suaves de sombra para as horas da calma, e ao nascente, muito ao longe, o perfil gracioso da alcantilada Lisboa a cobrir as encostas. Que deliciosas merendas pois não seriam estas, em que se desenfadava dos trabalhos asperrimos da Realeza o magnificente D. Manuel!

*

Está-me lembrando uma anecdota que li uma vez por desfastio n'uma *Floresta española* de ditos, sentenças, e chistes (por signal muito semsabores); como se refere a el-Rei D. Manuel, dou-lhe logar aqui.

Fez el-Rei tenção de ir espairecer-se a uma das suas casas de campo (seria talvez esta de Santos), e encommendou ao seu védor que mandasse arranjar merenda que não tivesse sangue. Como o védor pedisse ao Rei quizesse indicar-lhe alguma coisa, certo gracioso da comitiva, rapaz travesso e de bons repentes, sacou inesperadamente a espada de um dos circumstantes, e disse:

1 Damião de Goes, *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, Parte IV, cap. LXXXIV.

—Pode Vossa Alteza comer esta espada.
—Essa espada? porquê?
—Porque não tem sangue, e nunca o viu.

*

Á noite havia muita vez serão no paço (*soirée* como diriamos hoje); e compareciam as damas e os galantes da Côrte, e dançavam; e el-Rei tambem dançava algumas vezes[1]. Está-me lembrando a eloquente e colorida descripção de um serão manuelino, escripta por um dos nossos mais talentosos poetas, o meu amigo José de Sousa Monteiro[2].

*

Da pessoa do Soberano existem informações minuciosas dadas á Senhoria de Veneza por um certo emissario veneziano chamado Leonardo de Cá Masser. São interessantes, e por isso não quero deixar de as transcrever da sua *Relazione* publicada no opulento *Archivio storico italiano*[3].

Parece-me—diz o informador—*muito jovial a indole d'este serenissimo Rei; a sua natureza physica, essa sim que é debil e pouco viva. É muito suspeitoso em todos seus negocios; não os resolve por si, e pede em tudo conselho a sua irmã a Rainha D. Leonor,*

[1] Goes, *loc. cit.*
[2] Vide o artigo intitulado *Um serão Real*, no jornal lisbonense *O Reporter*, de 9 de outubro de 1888.
[3] T. 22, pag. 42 e seg.

que é prudente, e tambem aos seus Grandes; costume que provém da acanhada confiança que deposita em si mesmo e na sua propria opinião.

Passa depois o narrador a citar alguns traços do retrato moral d'el-Rei, e diz que o acha avaro, e cubiçoso de dinheiro, desde que provou o succulento fructo da conquista. Onde via lucros, entrava; pouco se lhe dava do bem geral; o seu é que o desvelava.

Deixando de parte esse descarnado egoismo, talvez posto em relevo com demasiada crueza, era el-Rei bondosissimo, muito devoto, todo catholico, mas instavel e versatil, acreditando no que ouvia, e dando ouvidos a quem lhe lisonjeava os interesses.

Conforme este Cá Masser, e o já citado Damião de Goes, tinha o senhor D. Manuel por uso dar os agradaveis passeios que descrevi ao longo do Tejo. Ia, diz o italiano, com um dos ministros n'um bergantim feito de proposito; corria as suas naus, e ao som do marulhar das aguas espraiava de longe a vista no risonho prospecto de casas e mosteiros [1].

[1] Eis a transcripção textual do alludido documento, com a sua antiquada linguagem e orthographia:

La natura di questo Serenissimo Re parmi molto allegra; la complession sua si è flaca, debile, e de poco spirito. E molto sospettoso in tutte le sue cose; non si risolve per sí, se non in tutto vuole consiglio e consulta con la Regina D. Elionora sua sorella, la qual è prudente, e con li suoi Grandi: e questo vien perchè non se confida nel discorso et iudicio suo. Mostra esser avaro e cupido di denaro; e maxime da poco tempo in qua, da poi che tratta delle cose de marcadanzia, ha gustato li frutti di quella. Dove el vede alcun profitto, in tutto el vuol intrar; e tira per si e deveda ad altri; non ha respetto al ben publico del suo popolo, salvo el ben particulare suo: e questo vien per li maligni ch'el conseiano per acquistare benevolenzia cen Sua Altezza; ben-

*

Diga-me o leitor, depois de tudo isto, se não acha n'este reinado um aspecto alegre, enthusiasta, e em tudo diverso do aspecto dos anteriores e subsequentes. Acha de certo. Tornou-se Lisboa theatro de desusada opulencia, onde o scenario offusca os actores pela riqueza e pelo brilho.

Sobre os corucheos do sumptuoso paço da Ribeira, que é a cabeça de Lisboa, como Lisboa é a de Portugal, sobre a fronte d'esse vasto edificio, lustroso de marmores nacionaes, e em cuja torre tremola a nobre bandeira de damasco branco adornada das Quinas e da Cruz de Christo, rutila um nome: esse

chè in sì, lui parmi d'ottima conduzion, e de summa bontà. Cattolichissimo e divotissimo, ha fatto far de bellissime e notabile opere; cioè monastero dè religiosi, che se chiama Santa Maria de Betlem, nel qual ha speso infiniti danari, et ancora non è compiuto, e spenderassi da suo compire da ducati 150 mila in suso; e molti altri monasteri et opere in questo suo regno, laudabile a Dio et alle persone del mondo. Non è molto stabile nelle sue cose, e molte volte si muda de proposito; e questo perchè ascolta cada uno, e facilmente crede ad ogni homo; e maxime in quelle cose che cognosce che li sia in suo proposito, non considerato altro contrario. Se deletta d'andar per mare per questi rii; e molte volte va in uno suo bergantino fatto per Sua Altezza, passando tempo vedendo queste sue nave e monasteri: mostra aver gran spasso andar per mar con qualch'uno delli suoi primati, el qual è d'età d'anni 36 in 37. Ha uno Principe d'età d'anni 3 1/2 in 4, el qual si chiama Don Zuanne; fu battezato per la Magnificenza de messer Pietro Pasquaglio, el quale era a qual tempo orator a Sua Altezza; fu zurato per principe per el Duca de Braganza, et el Duca de Coimbre, e per tutto el regno delli Grandi de questo regno; ha due infanti et uno infante; d'età uno sotto l'altro.

nome, que ainda hoje brilha como um luzeiro, é D. MANUEL.

Tristissimo porém é considerar, que a politica d'esse homem notavel não conseguiu fixar em Portugal as riquezas, que o acaso, e não menos a valentia de D. João I, D. Henrique de Sagres, D. Affonso V, D. João II, e dos seus immortaes auxiliares, nos atiraram no regaço. Faz lastima ver, que ao espirito aventuroso dos nossos heroes não se casava a bossa colonisadora, que tanto distingue outras Nações.

Descobrimos centenares e centenares de leguas de costa; implantámos padrões em promontorios virgens de pé humano; arrostámos fomes, epidemias, guerras, voragens; rasgámos caminho ao commercio internacional; dotámos o planeta com regiões desconhecidas. Tudo isso assim é. Mas não soubemos aproveitar o fructo dos nossos trabalhos de Hercules. A Africa meridional e oriental que o diga. Deixámos a lindissima terra do Natal, onde (como no Cabo) um clima perfeitamente europeu assegurava aos nossos vida e propagação; e fomos assentar arraiaes, por uma estrategia mal entendida, na doentia Lourenço Marques, na chata e alagadiça Quelimane, cabeça do Zambeze, e na inhospita e mortifera Moçambique, chave de outros sertões. Para o nosso estreito ponto de vista de guerreiros ainda medievaes, bastavam o saque e as extorsões, que enchiam de oiro e brilhantes os nossos cofres, e, n'uma perspectiva erronea, pareciam alargar os dominios da Fé. E não pensavamos, nós outros, os poetas christãos da guerra, corações peninsulares, enthusiastas

irreflectidos, não pensavamos que o verdadeiro pensamento economico exigia a colonisação e arroteação immediata d'esses terrenos feracissimos. Blasonavamos em prosa e verso um dominio platonico, e enramavamos as Quinas com palmas arrancadas ás selvas que não replantavamos. O estupendo imperio de Affonso de Albuquerque foi um sonho que se esvaneceu. Por isso hoje, depois de quasi quatro seculos de erros economicos, chorâmos lagrimas de sangue ao presencear o nada dos nossos commettimentos.

Será tempo ainda para remediar o mal? certamente que o é. Um ultimo esforço poderia ainda levantar-nos, levantando aos olhos da Europa egoista o nosso nome. Á Inglaterra, que nos ameaça cobardissimamente no que temos de mais caro, mostremos que os Portuguezes de hoje são netos, não degenerados, dos Heroes que deram ao Mundo um mundo novo.

CAPITULO XI

A Princeza erudita do seculo XVI.—A instrucção na mulher.

Em quanto os homens se entretinham nas fragoas guerreiras, ou nos não menos pesados misteres da paz, enganando os ocios em correrias e caçadas, que lhes suppriam a guerra, as senhoras portuguezas, recolhidas e sumidas atraz das gelosias dos palacios, oravam e bordavam. N'ellas a mulher christã continuava a mulher moira.

Certamente pouco cultivadas quanto a intelligencia, mas cheias de coração, expandiam n'um mysticismo ardente, e muita vez supersticioso, os enthusiasmos da sua indole peninsular. Leituras, nenhumas, ou poucas; e essas mesmas em livros de Theologia ascetica. A leitura dos livros de cavallarias é já por si um progresso; é uma janella que se lhes abre na alma para a banda do ideal humano.

N'aquella meia luz intellectual, tão suave e remançosa, mas tão apoucada, é um acontecimento a apparição das Princezas litterarias.

*

Rodeada de magnificencias, desponta na Côrte portugueza do seculo XVI a Princeza erudita, a dama estudiosa, a fidalga bem-falante, que aprende com Diogo Sigeu, e conversa com Tito Livio e Thucydides nas linguas d'elles.

Essa mulher é (digam o que disserem) producto artificial do seu tempo emphatico; flôr de estufa, preciosa mas inutil, que desabrocha ao sol entre assombros, e fenece á tardinha, sem ter germinado, nem amado sequer!

Da influencia, da utilidade de tanta erudição accumulada precocemente n'aquellas melindrosas e inverosimeis creaturas, permitto-me duvidar. Tenho como certo que nem um atomo de ventura lhes trouxe o seu latim nem o seu grego. Que lucrou a civilisação portugueza com o cultivo forçado de um sexo que não foi talhado para as mesmas agruras que nós, e a quem Deus fadou para muito mais do que armazenar sciencia vã, pois o fadou para amar e inspirar amores? Ahi reside a sua força, e a sua soberania. É forte a mulher na sua mesma fraqueza, e sábia pela sua mesma ignorancia. O não-saber da mulher é o gracioso ponto de interrogação, que a faz pupilla do homem a quem domina.

A mulher deve saber pouco; mas esse pouco deve sabel-o bem: é a arte singelissima de agradar. Singelissima, como tudo que sahe do coração. Deve captivar pelo coração. No coração é que reside a sua intelligencia.

Gósto pois, até certo ponto, de penetrar com o

espirito curioso junto ao estrado das Princezas eruditas da nossa antiga Côrte; gósto, sim, de me acercar da alcatifa em que vejo sentada no chão (como ainda hoje as senhoras nas egrejas), a Infanta D. Maria rodeada das suas damas, escutando lêr trechos de algum Romano do seculo aureo, ou dictando a alguma das Sigêas cartas em latim para doutissimos destinatarios. Gósto de vêr esse espectaculo desusado, como gósto de penetrar n'uma estufa do Jardim Botanico, e admirar uma collecção de *orchideas* ou *euphorbiaceas,* atonitas nas suas prisões de vidro; formosas, mas ephemeras.

Depois, como que para me refocillar, gósto de ir admirar algumas senhoras dos nossos salões, tão singelas, tão intelligentes, porém nunca pesadas: e digo commigo: É sahir de um carcere abafadiço, e ir tomar ar puro nas devezas da Paiã, ou no miradoiro da Penha de França.

Francamente: de que serviu a Princeza erudita do seculo XVI? de lisonjear a vaidade d'el-Rei D. Manuel; não é assim? foi pouco. A instrucção é hoje necessaria á mulher mais do que o era então; mas uma instrucção muito conchegada, e diversa da que recebe o homem. A mulher, que é por via de regra muito mais finamente sagaz que o homem, adivinha pelo ar, e essa promptidão e perspicacia suppre-lhe as seccas do aprender.

A Princeza erudita foi uma exhibição, um aborto, como o foi a emphase da civilisação manuelina: formosa, grande, custosissima, e inutil.

Agrada-me bem mais do que essa nobre e requintada creatura, que mede dactylos, procura concor-

dancias, ou evoca recordações de Horacio, a mulher simples, devota, estreitamente devota, se o quizerem, para quem a alta sciencia se affigura um perigo, e que só no mysticismo busca o socego da alma, e a valentia do coração.

Tambem não as quizera eu exclusivas no seu arroubamento mystico. É preciso que o alternem com o cultivo consciencioso de algumas flores intellectuaes. As mãos da mulher fizeram-se para as flores, e não para os alviões nem para as machinas; convindo notar que entre as mais vistosas flores ha muita vez (hoje principalmente)... venenos... que é bom evitar, evitando-as.

CAPITULO XII

A Côrte D'EL-REI D. JOÃO III.—Uma *soirée* de nupcias em Almeirim.—Apparece de relance aos olhos do leitor a Rainha D. Catherina de Austria.—Etiquetas da mesma Senhora com suas sobrinhas D. Catherina e D. Maria de Bragança.—Protesto de um Principe de sangue contra o rigor das etiquetas palacianas.—Luxo asiatico do paço da Ribeira.—Enumeram-se varios roes de joias e moveis.—O *Livro da recamara d'el-Rei D. João III.*—É citado o incançavel sr. Vilhena Barbosa.—Relance de olhos ao reinado D'EL-REI D. SEBASTIÃO.

Deixei nos dois capitulos antecedentes esboçados alguns quadros fugitivos do viver d'el-Rei D. Manuel e do modo de ser da sua Côrte. Proseguirei com o reinado d'el-Rei D. João III.

Este senhor não andava, me parece, tão alegremente irmanado com o publico, nem tão visivel; afigura-se-me que o sombrio do seu genio mystico

e reconcentrado o furtava o mais do tempo a toda a convivencia, a não ser com os intimos.

Elle, elle tambem, promulgou uma curiosa Lei sumptuaria, muito severa, em 1535, Lei que dizia com a indole recatada de quem a assignou [1]; em virtude da qual me quer parecer, que o alfaiate regio, um tal Henrique Machado [2], teria menos occasiões do que até ali de dar largas aos devaneios artisticos da sua thesoura.

Não é isto dizer que fosse semsabor, ou demasiado austera, a Côrte do Monarcha religioso e fanatico. Poetas e chronistas nol-a pintam allumiada uma ou outra vez dos clarões de festas e assemblêas notaveis; mas não eram essas expansivas ostentações o habitual da tempera do Rei.

Quer o leitor assistir a uma recepção linda no paço Real de Almeirim, no anno de 1547? eu lh'a descrevo, e verá como tambem sorria de festas aulicas o lar opulento do introductor da Inquisição.

*

Era Almeirim a Cintra de inverno d'aquellas eras, uma Cintra muito apetecida, e onde (segundo diz Galindo, personagem da comedia *Eufrosina*) se estava ás vezes *em pilha como sardinhas.*

Á fresca Almeirim affluia todo o que tinha *mo-*

[1] Vem na coll. de Leis extrav. de Duarte Nunes ed. de 1796 pag. 383.

[2] Mencionado por José Marques Soares no *Divertimento de estudiosos*, t. II. pag. 95.

radia e *assentamento,* e todo o que os desejava ter, o cavalleiro ocioso recem-chegado das Indias, o taful que buscava mulher nos estrados do Paço, todos os escudeiros galantes que sabiam entreter damas, todos os estrangeiros, *mariposas de palacio,* namorados dos encantos de Portugal.

Em Almeirim (diria um rhetorico) punha Cupido a sua aula, e tinha el-Rei o seu despacho.

—«Os bons dias de Almeirim!—exclama Cariophilo, outro actor da *Eufrosina*—aquella graça d'aquelles campos! aquelles soalheiros da charneca! eu sou perdido por elles. Ora já quando vem o tempo do passo das aves[1], não ha coisa que lhe chegue no mundo, nem se pode pintar mais casa de praser, nem quinta assim Real!»

E responde Galindo:

—«Isso não tem ella já agora, porque em Lisboa não ha tanta gente, nem tanta casaria[2]».

No seu livro *Do sitio de Lisboa* traz Luiz Mendes de Vasconcellos[3] uma descripção rapida mas pittoresca de Almeirim; e comparando esta villa com Cintra, diz Manuel Severim de Faria, que Almeirim não cede á sua rival em tempo de inverno, *com os seus arneiros verdes, onde jamais ha lodo, por muito que chova, em cujas coutadas se vê infinita caça de coelhos, lebres, porcos, e veados, não sendo menor o numero das aves que alli arribam no inverno, das partes do norte*[4].

[1] Isto é, da *passagem,* da *arribação* das aves.
[2] *Eufr.* Act. v, sc. I.
[3] Ed. de 1803, pag. 236 e 237.
[4] *Discursos varios politicos,* Disc. I.

Ahi n'essas campinas exercitavam-se os Principes na divertida caça da volateria, para o que havia na alcáçova da proxima villa de Santarem umas casas chamadas *das mudas*, onde achavam especialissimo agazalho e tratamento as aves caçadoras, na crise difficil da muda da penna[1].

Por isso muito bem pondera Frei Francisco Brandão, que *nos invernos foram sempre os Reis de Portugal affeiçoados á villa de Santarem, pela commodidade da caça, e outros entretenimentos, que nos campos e charneca de Almeirim offerece aquella parte do anno, com toda a veação, volataria, e pescaria, de que ha n'aquelles contornos grande copia; e o sitio d'elle com estes adjuntos é um dos mais alegres e aprasiveis para ser buscado*[2].

*

No ameno sitio pois da régia Almeirim, tão largo, tão risonho, e tão azado aos arrulhos de dois noivos, quiz el-Rei D. João III celebrar os desposorios do Duque de Aveiro D. João com D. Juliana de Lara, filha do Marquez de Villa-Real, e esmerou-se, como se vae ver, em mil demonstrações de estima aos nubentes.

Era o paço de Almeirim (de que hoje nada resta senão um arco e um lanço de parede) nobre e velho edificio, obra d'el-Rei D. João I[3]. D'essa edificação pri-

[1] *Mon. Lusit.*, P. VI, fol. 5. col. 1.ª, Bluteau, verb. *Muda*.
[2] *Mon. Lusit.*, T. V, fol. 98 v.
[3] Frei Bernardo de Brito, *Elogios dos Reis*, ed. de 1825 pag. 64.

mitiva nada me consta. Ampliou-a de certo a mão dos successores, que ahi vinham muita vez, e nas boás condições cynegeticas do sitio achavam a maior attracção. Ainda no tempo de Filippe II se gastava annualmente na fabrica do paço a quantia (então alta) de 400$000 réis [1].

O que fosse este palacio em dias d'el-Rei D. João III, tambem não sei; mas conservava-se ainda em todo o esplendor o edificio, com quanto uma anecdota fugitiva o deixe entrever já em parte a ameaçar ruina. Foi o caso que, entrando o Rei em Almeirim, depois de uma ausencia de alguns annos, e vendo as paredes gretadas, e a fazer barrigas, exclamou:

—O paço parece que se ri!

Respondeu D. João Henriques:

—Sim, meu senhor, e com tal excesso, que até arrebenta pelas ilhargas [2].

Mas vamos ao caso.

Foi a boda dos Duques na capella do paço; depois d'esse acto religioso, depois de uma cavalgada triumphal pelas ruas da villa, houve *serão* Real em honra dos noivos.

—Esteve-se muito bem (papeariam no dia seguinte as chronicas vocaes da sociedade elegante em Almeirim). O que tudo estava de bonito! El-Rei conversou muito com o Duque; a Rainha entreteve-se immenso com a Duqueza. Ai! a Rainha é de uma graciosidade rara. Lembro-me do trajo do Duque;

[1] Luiz de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda* etc., ed. de 1859, pag. 15.

[2] Marques Soares, *Divert. de estudiosos*, t. II, pag. 21.

era sombrio, mas de elegante singeleza; deu-me na vista: todo pano preto tosado; pellote e capa aberta, gorra de velludo, e collar. Tenho pena de não ter attentado mais no vestido da Duqueza de Aveiro. A sala do docel estava deslumbrante. Rompeu o baile el-Rei com a Rainha D. Catherina. O que ella é de formosa! tem uma belleza, que sabe impôr-se; domina os grupos das damas aquella fronte loira e serena, com os seus pingentes para a testa, e a sua coifa de fios de oiro e perolas[1].

Seguiu-se-lhes, dançando com seu tio o Infante D. Luiz, a nossa Infanta D. Maria, aquelle sympathico rosto loiro arruivado, com beiços grossos, e olhos azues tão intelligentes, emmoldurado na sua altiva gorjeira de cassa[2].

Depois dançaram os Duques de Aveiro; depois os demais convidados. Entre elles recordâmo-nos de ter visto (estylo de noticiario, praga ainda não conhecida em quinhentos) D. Nunalvares, tio da Duqueza, o Conde de Portalegre, o Conde da Castanheira, o Conde da Vidigueira, D. Affonso de Portugal, filho do Conde de Vimioso, D. Francisco de Mello, filho do Marquez de Ferreira, D. Alvaro da Silva, filho do Conde de Portalegre, e muitos mais.

Em summa: dançou-se tão pouco, ou tanto, n'aquella festa Real, que ás nove horas (sim, meu caro

[1] Recordação de um antigo retrato, que existe hoje na sachristia de S. Roque.

[2] Recordação de um antigo retrato, escola portugueza, no retabulo do altar collateral do lado do Evangelho, na egreja da Luz.

leitor, *ás nove horas*)... acabou tudo. Retirou-se tudo.

Pouco depois, embuçando-se nas suas capas brancas, desceram as convidadas pelo braço dos cavalleiros a escadaria illuminada, entre as alas somnolentas dos negros da guarda. Esperaram a aproximação das suas hacanêas, e das suas andas, ou liteiras, que em fila vieram chegando ao portal do pateo, e que a pouco e pouco foram reconduzindo aos seus lares, por toda a villa, aquella rutilante companhia, que alli tinha ido arrastar mesuras, e comer os *foie-gras* do tempo, em honra do pelicano do timbre dos Duques de Aveiro[1].

*

Entrevimos de relance n'esse esboceto do sarau realengo a figura nobre e sympathica da Rainha D. Catherina. Falemos d'ella.

Acho graça á familiaridade e lhaneza com que a poderosa senhora sahia ás vezes a passeio pela Ribeira, e ia comer pádinhas de pão que lhe vinham offerecer as vendeiras do mercado. N'outra parte alludirei a isso; basta agora que reparemos no carinho, com que essa alma boa e grande acolheu no seu Paço duas orphãsinhas sobrinhas suas, filhas do Infante D. Duarte e da Infanta D. Isabel; eram (como o leitor se recorda) as senhoras D. Catherina e D. Maria; uma foi Duqueza de Bragança, e por

[1] Consulte-se a minuciosa descripção de toda esta boda pelo conego Braz Luiz da Motta, a pag. 64 do T. VI, das *Provas* da *Hist. Gen.*

ella adveio a representação Real ao Duque D. João seu neto acclamado em 1640; a outra veiu a ser Princeza Farnese.

Tendo perdido o marido, resolveu-se a mãe de ambas, a infeliz D. Isabel, a habitar no Paço. Quando iam do quarto de sua mãe as duas Princezinhas ao quarto da Rainha, tinham licença de entrar sem recado. As etiquetas eram assim: á porta faziam-lhe uma grande mesura, e a Rainha recebia-as em pé, mandando-as subir ao estrado, onde se achava ás vezes ao toucador em cadeira alta. Logo as damas de serviço aproximavam ás duas meninas uma só almofada para ambas, por serem pequeninas; mas quando cresceram passaram a ter duas almofadas, bordadas, para se differençarem das que punham ás senhoras titulares, e que eram de veludo lizo.

Tudo isto, e muitos mais pormenores engraçados, colhi eu de um auctor a quem me não canço de elogiar, e que é manancial inexhaurivel de noticias genuinas: D. Antonio Caetano de Sousa[1].

N'esse livro, que é só por si uma copiosa livraria, achará o estudioso d'estas interessantes materias o bastante com que saciar a sua sêde. Em etiquetas fomos sempre primorosos. Bem diz Rodrigues Lobo: *a cortesia tem muito grande logar entre os Portuguezes, porque no commedimento fasem ventagem a muitas Nações*[2].

[1] *Hist. Gen.* T. VI, pag. 222.
[2] *Côrte na aldeia* Dial. XII.

*

Houve comtudo, n'aquelle mesmo polido seculo d'el-Rei D. João III, quem protestasse (e em altos gritos) contra os rigores pesados das etiquetas palacianas. Vão rir, mas eu conto. Foi um Principe de sangue; nada menos.

Quando em 1535 se celebrou em Evora a ceremonia de jurarem o pequenino Principe D. Manuel, filho d'aquelle Soberano, achava-se o Real Menino assistindo ao acto no collo de sua aia D. Guiomar Coutinho, irmã do Marechal. A ceremonia era compridissima; e tanto, que durou até ao sol-posto. Já farto de tamanha secca, já enfadado de ouvir discursos politicos, mostrava o Pequenino o seu pessimo humor, e forcejava descer dos braços da aia. Entretinha-o ella como sabia, e retinha-o quanto podia. Deram as trombetas, os atabales, e as charamellas, signal de dever toda a Côrte em fila beijar a mão ao Principe; a esse tempo já elle tinha conseguido descer para o estrado, e engatinhava na alcatifa. Ria seu pae, e riam todos; e por causa do beicinho do Menino, quando a aia o quiz tomar novamente ao collo, foi preciso que o Conde de Vimioso o enganasse primeiro com meiguices infantis, para se lhe poder beijar a mão[1].

Este protesto do *enfant-gâté* tem para mim uma graça intraduzivel.

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. III, pag. 40. Forma do auto em que se jurou o Principe D. Manuel.

*

Do luxo da mobilia do paço da Ribeira ha bons e irrecusaveis testemunhos descriptivos. Lembro por exemplo a rica lista de objectos preciosos que levou no seu dote a nossa Infanta D. Maria, mulher do Principe das Asturias D. Filippe em 1543[1]; e o opulento inventario de joias e outras coisas de valor, a cargo da Camareira D. Mecia de Andrade em 1558[2]; esses dois documentos dão immensa luz para a historia da ourivesaria antiga de oiro e prata.

Ha mais a magnifica lista dos presentes que o senhor D. Henrique, Cardeal-Rei, mandou ao Xarife[3]. Quem quiser estudar mobilias quinhentistas acha alli subsidios de primeira ordem.

Da magnificencia do paço ducal de Villa-Viçosa, por occasião da recepção que fez o Duque D. Theodosio ao Cardeal Legado, dá documento a minuciosa descripção de Sousa[4], assim como a enumeração das galas do mesmo palacio nas festas do casamento do dito Duque com D. Anna de Velasco[5]. O pessoal do serviço das Pessoas Reaes era numerosissimo então. Deixando outros documentos, que por si se estão apresentando ao criterio dos estudiosos, citarei apenas o immenso rol dos servidores da Princeza D. Joanna, mulher do nosso mallogrado Prin-

[1] *Hist. Gen.* Provas, t. III, pag. 167.
[2] Id., T. II, pag. 761.
[3] Id., T. III, pag. 415.
[4] Id., T. VI, pag. 134 e seg.
[5] Id., T. VI, pag. 440 e seg.

cipe D. João[1]; assim como o da povoadissima Casa do citado Duque D. Theodosio, filho do Duque D. Jayme[2].

Tudo isso nos dá primorosa idéa da maneira sumptuosa por que se tratava a Côrte portugueza; e comtudo, nada chega a um documento, infelizmente inedito, de que deu alguns extractos o sr. Ignacio de Vilhena Barbosa n'uma serie de folhetins do *Commercio do Porto,* desde 14 de junho até 20 de julho de 1888[3]. Esse documento intitula-se O LIVRO DA RECAMARA DOS REYS D. JOÃO 3.º DE PORTUGAL E D. CATHARINA.

É este o titulo—explica o sr. Vilhena Barbosa—*de um livro manuscripto pertencente a S. M. el-Rei o senhor D. Luiz; livro preciosissimo a muitos respeitos. É um inventario, ou relação completa, de tudo quanto existia dentro dos paços Reaes da Ribeira, em Lisboa, nos ultimos annos do Reinado de D. João III, que falleceu em 1557.*

Mais a deante diz o mestre:

Tendo-nos permittido S. M. que lessemos pausadamente aquelle livro, accrescentando a graça com a permissão de copiarmos alguns trechos d'elle, vamos dar aos leitores do «Commercio do Porto» uma noticia mais circumstanciada, posto que breve, d'aquelle muito interessante manuscripto.

E desempenhou-se da promessa o erudito escri-

[1] *Hist. Gen.* Provas, t. III, pag. 69.

[2] Id.. T. IV, pag. 185.

[3] Devo esses folhetins, que se acham incorporados na minha collecção *Olisipcniana*, ao favor do meu amigo o sr. Dr. Venancio Deslandes.

ptor, como era de esperar. A esse interessante extracto remetto quem deseje pintar na imaginação o que era aquelle palacio. Isto quanto ás alfaias. O estudo, mais ou menos extenso, das etiquetas e dos usos, completará o quadro.

O reinado d'el-Rei D. Sebastião é, quanto a etiquetas e modas, sensivelmente o mesmo que o de seu avô, mas (salvo melhor juizo) mais tristonho ainda. A Monarchia de D. Diniz e D. Manuel ia inclinando a sua virente copa, e murchando. Andavam machadões de gigantes desconhecidos a excavar-lhe á bruta as raizes e o nó vital. Ia tombar o valentissimo cedro sobre os areaes de Alcacer-Kibir.

Esses escassos vinte e um annos de dominio do austero discipulo de Luiz Gonçalves da Camara e da Companhia de Jesus, são, por assim dizer, um quadro anachronico e deslocado das aspirações e gentilezas dos paladins de Affonso IV e João I.

Passa no meio da sua Côrte, meio varonil meio afeminada, passa entre o grupo dos seus juvenis valídos, meio guerreiros meio *mignons*, passa lançando o seu olhar severo para o luxo das opulencias mundanas, a que o inimitavel Frei Luiz de Sousa chamava as *riquezas ociosas*[1], passa aquelle esbelto e gentilissimo rapaz (loiro, branco e ruivo como sua mãe), todo entregue aos seus sonhos de cavalleiro andante, e contrastando, na sua ingenita poesia, com

[1] Vida do Arcebispo. L. II, cap. XXIV.

o positivismo cruel da era. Nos seus lindos olhos azues apenas se reflectem, muito de fugida, os vagos e indecisos amores de uma D. Juliana de Lencastre, sua prima, herdeira da Casa de Aveiro, e depois mulher de um tio, que por ella foi o 3.º Duque. No mais, austero e casto como uma monja.

Passa aquella figura nobre de justador, valente como Amadis de Gaula, sempre entregue a devaneios marciaes; promulga em 1574 o Regimento das suas Ordenanças[1], e vive absorvido em temeridades de creança e ambições de homem feito, que hão-de desfechar nas loucuras das jornadas de Africa.

Na legislação do seu reinado deixa impresso o cunho das suas preoccupações mysticas. Em 15 de maio de 1565 ordena se não consintam *nas egrejas, nem nas procissões que fóra d'ellas se fasem, autos nem representações de coisas profanas, nem pessoas algumas com mascaras, não sendo ordenadas para provocar a devação*[2]. Promulgava isso, e sorria-lhe a consciencia, como ao homem que soube cumprir o seu dever.

Ainda assim, dá-nos a interessante relação do Cardeal Venturino muitos pormenores para o estudo consciencioso de trajos, ceremoniaes, e etiquetas d'aquelle reinado; e o cofre que el Rei D. Luiz possuia, e que pertencera ao seu ascendente o senhor D. Sebastião, contaria, se podesse falar, alguns casos curiosos da velha Côrte[3].

[1] *Hist. Gen.* Provas. T. III, pag. 234.

[2] Duarte Nunes—*Leis extravagantes.*

[3] Esteve com o numero 108 na sala G da Exposição das Janellas Verdes. Tem analogia com outro cofre pertencente

Mysteriosa e sympathica personalidade, este enigmatico mancebo, cujo crime unico foi vir ao mundo fóra do seu tempo! A guerra, e as durezas da penitencia, são a sua absorpção, o seu pensamento fixo, a sua monomania fatal.

Com o joven e indomado aventureiro parte-se a linha genealogica. Poucos mezes continua o Sceptro na mão do Cardeal, até cahir nas garras do Leão castelhano.

Outros usos, outro modo de pensar. A Monar chia renascida em 1640 é totalmente diversa.

Eil-os ahi ficam, muito rapidamente desenhados, esses esboços de quadros do antigo viver.

Primeiro, são os cavalleiros da força muscular, os homens do pulso de ferro, insensiveis ás blandicias da arte e das lettras, e aggremiados em volta do seu Rei, porque esse Rei precisa d'elles para exterminar moirama. É o periodo da iniciação; é a infancia da Monarchia; e (como na infancia humana) predomina o physico sobre as exigencias intellectuaes e moraes.

Logo depois, constituido pela espada homerica dos Affonsos o Reino portuguez, desbravado de Moiros, engrandecido com o Algarve d'aquem-mar, principia o socego e a abastança a deixar florir as lettras. Desponta D. Diniz, D. Affonso IV, D. Pedro I, tres

á Academia das Bellas Artes, e que esteve na sala N sob numero 384. Vide a *Exposição retrospectiva* pelo dr. A. F. Simões.

trovadores; e apoz a nova transformação politica, assoma no throno D. Duarte, producto inconsciente de tantos decennios de labutação social.

Com o incremento da sciencia cosmographica, vão acordando nos netos dos antigos cavalleiros conquistadores, e nos filhos dos *homens novos* de 1385, as veleidades maritimas; e elles lá vão, nas azas das suas caravellas, elles lá vão, de espada em punho, navegando nos rumos do Oriente.

A esses esforços segue-se o periodo manuelino, alardo balôfo, mas esplendido, das inacreditaveis conquistas de além-mar.

El-Rei D. João III começa a decadencia, que se precipita com o Rei-Cavalleiro, e se termina com o Rei-Cardeal.

CAPITULO XIII

Algumas palavras sobre a guarda Real dos Soberanos portuguezes.—Tratamento official dos nossos Reis.—Pragmatica dos luctos Reaes.

Concluirei juntando mais algumas notas descriptivas de usos e etiquetas palacianas.

GUARDA REAL

É antigo no Reino o costume de andarem os Soberanos precedidos de porteiros da sua Casa. Moda talvez romana. A deante dos magistrados supremos em Roma caminhavam dois lictores, descançando ao hombro esquerdo os feixes *(fasces)*, e brandindo na mão direita uma varinha *(virga)*. Não será essa a origem dos nossos *porteiros da cana?*

Com duas canas diante
ís amado, e ís temido

escrevia Sá de Miranda pintando do natural.

Depois do triste caso da morte do Duque D. Fernando no patibulo de Evora, sempre o seu matador, obrigado do remorso, e da cautella a que são constrangidos os tyrannos, trasia comsigo, a acompanhal-o, *guarda da camara e dos ginetes, de que era capitão Fernão Martins Mascarenhas*[1].

Em dias d'el-Rei D. João III havia no Paço uma guarda Real composta de negros, segundo se vê de uma phrase da carta em que Braz Luiz da Motta, Conego de Lisboa, descreve o já citado casamento do Duque de Aveiro em 1547[2].

O senhor D. Sebastião estabeleceu a sua guarda com os chamados então *alabardeiros*[3], rodeando-se d'ella quando sahia, nota Bluteau, *para segurança* da sua pessoa, *pelos muitos estrangeiros hereges que havia em Lisboa*. Não se compunha essa guarda senão de gente portugueza, e era seu capitão Francisco d'Eça, Camareiro Mór do Cardeal Rei, e Conde de Mattosinhos.

Foi D. Filippe, o Prudente, quem, ao nomear Governador do usurpado Reino o Cardeal Archiduque Alberto, lhe creou guarda allemã (chamada *tudesca*), e por capitão d'ella nomeou a D. Francisco de Sousa; essa dignidade ainda se conserva na Casa dos Sousas Calharizes, hoje Duques de Palmella. Agora a guarda Real denomina-se dos *archeiros* desde o tempo d'el-Rei D. João V[4].

[1] Ruy de Pina, *Chron. de D. João I* cap. XVIII,

[2] *Hist. Gen.* Provas, t. VI, pag. 64.

[3] Manuel Severim de Faria—*Not. de Port.* Disc. 2.º no fim do § 4.º, citado por Bluteau, verb. *Archeiro*..

[4] Sobre este assumpto ha muitas noticias, acompanhadas

TRATAMENTOS REAES

No principio da Monarchia, não me parece ter encontrado vestigio de outro tratamento a não ser o *vós*. Era o Rei o primeiro dos Barões; não lhe competia mais que a elles.

No tempo d'el-Rei D. João I, dava-se-lhe o tratamento de *Vossa Mercê*. Assim se vê em documentos, e nomeadamente nas Cartas que o infante D. Henrique escreveu a seu pae, e a que já me referi n'este volume[1].

Nas chronicas d'el-Rei D. Duarte acho indifferentemente o Soberano tratado por *Mercê*, e já por *Senhoria*.

A el-Rei D. Affonso V dava-se *Senhoria*.

A seu filho *Senhoria*, e já *Alteza*, mas não geralmente.

El-Rei D. Manuel nos primeiros tempos do seu reinado ainda recebeu *Senhoria*. Diz Damião de Goes na sua Chronica[2]: *Ousou titulo de Senhoria, e nam dalteza alguns annos depois que reynou, como o eu*

de bons documentos authenticos, a pag. 407 e seguintes das *Memorias dos Duques* por João Carlos Feo e o Visconde de Sanches de Baêna. Feo, genealogista *di primo cartello*, era tambem versadissimo na nossa historia. Onde elle punha a mão, deixava sempre alguma noticia interessante e succulenta. O que elle viu! que de documentos compulsou! Foi grande perda a sua morte para as lettras portuguezas. Apenas o conheci de vista; nunca o tratei, e tenho d'isso a maior pena.

[1] *Hist. Gen.* Provas, t. VI, pag. 350.

[2] P. IV, cap. LXXXIV (pag. 342, col. 2.ª).

tenho visto per muitos aluaras assignados da sua mam. Depois deu-se-lhe *Alteza.*

A seu filho *Alteza* tambem; e foi só no tempo d'el-Rei D. Sebastião, que, para lhe não dar menos consideração que ao Rei de Hespanha, se começou a dar ao Rei o titulo de *Magestade.*

Sobre tratamentos ha a pragmatica de 8 de outubro de 1586[1]; e outra de 16 de setembro de 1597[2]. Contra esta representou respeitosa mas firmemente a Casa de Bragança[3].

A el-Rei D. João V concedeu a Santa Sé a regalia de poder usar o titulo de *Magestade Fidelissima.* É d'este Rei a Lei dos tratamentos, de 29 de janeiro de 1739[4].

Devo despedir-me do assumpto, que é de si semsaborissimo. Hoje os tratamentos distinctos cahiram n'uma barateza tal, que é a mofa do senso commum. Oxalá acordassemos um dia com a sensatez de dar e receber o que por Lei competisse; mas não creio que se dê esse milagre.

LUCTOS REAES

Além d'este assumpto, acabado de esboçar, ha outro que intimamente se liga com os usos da Côrte, e que é indispensavel deixar tambem estudado n'este sitio: as varias pragmaticas dos luctos Reaes. Direi o que souber.

[1] *Hist. Gen.* Provas, t. IV, pag. 296.
[2] Id., pag. 287.
[3] Id., pag. 290.
[4] Id., pag. 304.

Hoje, que o *preto* é em toda a parte o distinctivo das tristezas officiaes, admira o dizer-se que antigamente se vestia de *branco* o povo em signal de magoa. É que tudo n'este mundo sublunar é, e foi sempre, convencional.

Até ao meio do seculo XV, pouco antes, vestiam-se todos de branco em occasiões luctuosas, e viam n'isso os Peninsulares a verdadeira expressão da dôr. Diz Frei Francisco Brandão, que o primeiro lucto negro foi pela Infanta D. Filippa, tia do senhor D. Manuel[1], pequenita de nove annos apenas, fallecida da peste em Lisboa a 24 de março de 1439[2]. Logo demonstrarei que se engana o eminente historiador. Sigamos chronologicamente a materia.

N'aquelle archivo inexhaurivel chamado o *Elucidario,* e onde o trabalho consciencioso de um homem só, dotado de excepcionaes faculdades, memoria, intelligencia, e vontade, conseguiu accumular incalculaveis riquezas, o bom Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, ha menção de certo cavalleiro, Rodrigo Gonçalves, que em seu testamento, lavrado em 1284, deixa varios legados a egrejas e mosteiros, que em vida (conforme o uso frequentissimo) roubára e espoliára. Determina esse mesmo testador, que aos que por elle quizerem vestir lucto, dêem, do seu bolsinho, almáfega, que era (como logo explicarei melhor) um pano proprio para tal fim[3]. Por ahi se vêem duas coisas:

[1] *Mon. Lusit.* T. VI, pag. 485.
[2] *Hist. Gen.* T. II, pag. 494.
[3] *Elucid.* verb. *Almarfaga.* Documento do cartorio de Santo Thyrso.

1.ª—o lucto parece ter sido então facultativo, pelo menos para certa classe de gente, e extensivo talvez aos não parentes do defuncto;

2.ª—era uso deixarem os testadores uma especie de ajuda de custo aos que por tal fórma lhes quizessem prestar esse obsequio posthumo.

Quasi um seculo depois, apparece-nos um Gonçalo Peixoto, senhor da quinta de Macieira de Sarnas, em 1369, recommendando em testamento, que a todas as pessoas que por elle deitassem lucto de almáfega, se dessem como compensação *sete alnas* (varas) de valencina, ou de viado (fazendas alegres e garridas d'então), para vestirem acabado o praso luctuoso[1]. E o grande Viterbo explica essas transcripções da seguinte forma:

Não só os parentes e amigos do finado vestiam d'elle (isto é, do burel branco e grosseiro) *por todo o tempo que durava o lucto, mas ainda outros quaesquer que o queriam vestir, por honra do defuncto, o podiam fazer. Acabado o tempo da tristeza, os testamenteiros lhes recompensavam a fineza com um vestido de valencina, ou outro pano alegre e festival.*

No lucto d'el-Rei D. Fernando (1383) vestindo-se todos de *branco*, conta Frei Francisco Brandão[2], foi estranhado ao Conde Andeiro o apresentar-se de *negro*. Ora o Conde Andeiro, que era um grande elegante, que sabia viver, que tinha viajado, e que ostentava provavelmente todas as fanfarrarias de

[1] *Elucid.* verb. *Almáfega.* Documento do cartorio de Pendurada.

[2] *Mon. Lusit.* loc. cit.

alto sabedor n'estes graves assumptos das frivolidades cortesãs, não andou n'isto de leve, nem commetteu erro boçal de officio; não fez então mais, do que reproduzir o que já lá fora se usava, mas ainda destoava entre nós. Apresentou-se nos ceremoniaes da nossa Côrte ao modo que se costumava em Castella. Comtudo não fez bem, por ser certo que é indispensavel cada qual conformar-se á lei da terra em que vive.

Romano em Roma, *Francez co'os Francezes*—dizia o velho Antonio Ferreira. Quando D. João I de Castella (ahi está a justificação do Conde Andeiro) tomou lucto por este citado Soberano, seu sogro (el-Rei D. Fernando de Portugal), vestiu *saio preto* (note-se), e a Rainha D. Beatriz appareceu de *almáfega preta* (note-se); e quando ella sahia, ia n'umas andas tão recobertas de *pano preto* (note-se), que ninguem a via[1]. Logo, o Conde Andeiro foi (até certo ponto) injustamente increpado do modo como, sendo estrangeirado, se apresentou.

A Côrte portugueza, essa seguiu o costume da nossa terra, e vestiu-se de *burel branco;* lá o diz Fernão Lopes[2]. *A triste livree de burel*—chama a esse trajo Ruy de Pina[3].

Creio porém, que estava a descahir a pragmatica velha, e que se ia já, devagarinho, adoptando a innovação forasteira. É esse mesmo chronista Ruy de Pina, quem menciona já lucto negro pelo fallecimento d'el-Rei D. João I (1433). *El-Rei* (D. Duarte)

[1] Fernão Lopes, *Chron. de D. João I*, cap. LV.
[2] Ibid.
[3] *Chron. de D. Duarte*, cap. I.

tomou doo de preto—escreve elle—*e os Infantes tomaram burel, segundo sempre atee aqui se costumou*[1].

Logo, digo eu, vê-se pelo testemunho d'este chronista, que seis annos antes do lucto pela Infantinha D. Filippa tia d'el-Rei D. Manuel, (1439), já em Portugal entrara o *negro* no lucto da Côrte; por isso me atrevo a qualificar de lapso de memoria a asserção da *Monarchia Lusitana.*

Por morte d'el-Rei D. Affonso V, em 1481, *o Principe seu filho, com signaes verdadeiros de grande dôr e sentimento, vestido de burel se ençarrou em sua camara tres dias*—diz o alludido Pina[2]. Os vassallos, *em signal de tamanha perda e tão grande tristeza, foram sem differença cobertos de vaso e burel*[3]. Eram usos ainda dominantes no Reino, apesar das excepções raras. *Como então era costume*—accrescenta Garcia de Resende[4].

Vaso e *burel*—escreveu Pina; Resende põe: *todos vestidos de burel e almafega*[5].

Vejamos a significação, quanto possivel exacta, d'esses vocabulos.

Vaso parece a Santa Rosa de Viterbo dever ter sido *um grande «capello», o qual como «vaso» cobria ou incluia dentro de si toda a cabeça do anojado, representando uma figura que mettia espanto e horror, a que chamavam «carantonha».*

1 *Chron. de D. Duarte*, cap. II.

2 *Chron. de D. João II*, cap. I. O mesmo diz Resende no cap. XXII da sua chron.

3 Id., ibid.

4 *Chron. de D. João II,* cap. XXII.

5 Ibid., cap. XXX.

A ser acertada a conjectura do mestre, approximarei do antigo *vaso* o trajo chamado *capello,* que ainda as mulheres populares usam nos Açores e no Algarve, e que (segundo ouvi em S. Miguel) é tradição ter lá sido introduzido por occasião de certo antigo lucto Real, e ter desde então ficado nos costumes. É um capuz de lombo arredondado, muito alto, firmado n'uma especie de espinha dorsal de chibata, ou baleia, e onde o rosto da mulher embuçada n'esse biôco (que bem pode ter sido o *vaso*) vae completamente occulto. Ella vê, mas não é vista.

Burel era, e é, certo pano grosseiro, que, por ser pobre e desataviado, convinha aos luctos, visto que foi uso geral desde remotas eras, e em diversissimos povos, largarem-se nas occasiões dolorosas todas as galas e enfeites.

Almáfega, almáffega, ou *almárfaga,* parece ter sido o mesmo que *burel.*

Pretos ou brancos, segundo a exigencia da moda, foram bureis e almáfegas lucto consuetudinario e obrigatorio dos Peninsulares.

N'essa mesma escolha das côres variou em extremo o gosto dos povos.

Entre os Hebreus foi lucto o *negro* e o *pardo;* para os Egypcios, o *cinzento,* e tambem o *preto;* para os Gregos, e para os Romanos da Republica, o *preto;* para os Romanos do Imperio, o *branco;* para os Chins, o *branco* e o *cinzento;* para os Turcos, o *azul,* e o *roxo.* N'essas escolhas varias achava o engenho humano interpretações mais ou menos finas e pittorescas. Era para estes o *amarello* a côr da

folha murcha, e da pallidez da morte; era para aquelles o *azul* a côr do Ceo, para onde abria azas a alma do defuncto; lembrava o *cinzento* a aquell'outros o barro d'onde sahimos e para onde nos volvemos; o *branco* recordava em certas regiões a immaculada pureza do espirito immortal; n'outras emfim, que dizia o *negro?* dizia o lugubre das trevas do sepulchro.

Symbolico, mystico, vidente como sempre ha-de ser, achava o homem, n'estas variedades, novas demonstrações da sua relação com o grande todo da Natureza; e em alguns d'esses diversos atalhos um caminho que o levava á immortalidade.

Ora entre nós foi lucto o *branco*, e é lucto o *negro;* mas pouca gente se recorda talvez, de que tambem, em dias d'el-Rei D. João II, se empregou o *azul,* como entre os Turcos.

Haja vista o que narra Garcia de Resende ao falar da morte da Princeza Santa Joanna em Jesus de Aveiro. Foi o caso, que recebendo el-Rei seu irmão, em Evora, a noticia da perda de tão boa irmã, tomou logo lucto, como lhe cumpria, e mandando desarmar das salas do paço os panos ricos, as fez armar de panos *azues. Azues,* note-se. Não me lembra ter visto esta circumstancia referida a outro algum nojo em Portugal[1]. Parece-me isto excepção, que não sei explicar, nem justificar.

Na horrivel dôr que affligiu o coração d'esse mesmo Soberano, ao fallecer-lhe tão desastradamente o filho estremecido, foram indescriptiveis as explosões da

[1] *Chron. de D. João II,* cap. CXVI.

sua magoa paternal. Causa lastima vel-o nos quadros que nos deixaram os historiadores.

Quanto á parte que propriamente diz respeito ao lucto pelo Principe, escreve Resende que el-Rei tosquiou logo o cabello, e elle e a Rainha se vestiram de ordinarissimo pano *preto*. A Princeza viuva cortou cérceas as suas formosas tranças loiras, vestiu-se de almáfega, e cobriu de vaso a cabeça. Toda a Côrte e todo o publico se tosquiaram tambem, e todos se vestiram de argaos de burel[1].

Não creio que esse burel fosse *preto*, senão da côr parda da lã grosseira, porque este mesmo chronista, cortesão pontual e observante, descrevendo a jornada da Princeza viuva para Castella, acompanhada por seu triste sogro até á Ponte do Sôr, nota que, indo toda a Côrte e pessoas do sequito vestidas de burel, se não via homem nenhum de *preto*, a não ser el-Rei e alguns Bispos e Clerigos; o que parece querer indicar que o *preto* constituia, por que assim o digâmos, uma especie de aristocracia no lucto[2]; isso

[1] A Chronica diz *argaos*, como escrevi; permitto-me porém conjecturar que será talvez antes *argãos*, porque *argaans* (o feminino pelo masculino, inversão frequente) eram, segundo Viterbo, uns alforges antigos. Ora no trajo dos camponezes é ainda hoje frequente vêr os alforges de pano grosseiro de lã, com sua orla e borlas, servirem como de capa ou cobertura ao corpo; e *argaos* eram tambem, segundo frei Luiz de Sousa (Hist. de S. Dom. P. 1, L. 5, cap. 14), um genero de roupa de que usavam sobre o habito alguns Religiosos. Nos *argaos* ou *argãos* da Chronica vejo eu uma capa desalinhada e larga que usasse o publico em signal do desatavio proprio da dôr, que não cura de louçainhas.

[2] Resende. *Chron. de D. João II*, cap. cxxxv.

concorda com o que acima referi: que, por occasião do lucto por el-Rei D. João I, o seu successor *tomou doo de preto, e os Infantes tomaram burel.*

Tambem o mesmo senhor D. João II, pela morte do malfadado Duque de Bragança no cadafalso de Evora, se especialisou. A Côrte não tomou lucto, mas tomou-o hypocritamente o matador do justiçado; encerrou-se tres dias, e vestiu-se de panos de lã *preta* com capuzes cerrados, e barrete redondo[1].

Comediante, como os que o eram de mais primor! Se até prantos de crocodilo achava a seu talante nas glandulas lacrimaes aquelle Principe, quando lhe era mistér, mais promptos em servil-o, que pagem negro do Manicongo!

Essa usança de cortar o cabello é vestigio de remotissimas antiguidades. Em compensação, deixavam os nossos antigos crescer intonsa a barba em signal de sentimento. Conta Azurara, que o celebre Conde D. Pedro de Meneses, ao ficar viuvo de sua gentil e virtuosa mulher a Condessa D. Beatriz Coutinho, filha do Marechal Gonçalo Vasques Coutinho, *muito tempo trouxe, por nembrança d'ella, barba e cabello comprido, até que lhe o Infante Eduarte mandou que a tirasse*[2].

Por morte d'el-Rei D. João II em 1495, todo o Reino se vestiu de burel, almáfega, e vaso[3]; *trajo de tristeza*—pondera Damião de Goes—*que se n'aquelle tempo acostumava n'estes regnos, o uso do qual se*

[1] Pina. *Chron. de D. João II,* cap. XIV, Resende. Ibid., cap. XLVI.

[2] *Chron. do Conde D. Pedro,* L. II, cap. XXIV.

[3] Resende, *Chron. de D. João II,* cap. CCXVI.

defendeu por expressa lei, que sobre isso fez el-Rei D. Manuel[1].

E pondera muito bem o douto escriptor. Com effeito, por occasião de fallecer em Castella, a 24 de agosto de 1498, a infeliz Rainha D. Isabel, primeira mulher d'esse Soberano, pediu em testamento que por ella se não tomasse lucto de burel, como era antiga costumagem portugueza e castelhana, e se não trouxessem lobas grandes e capellos[2]. Acabou por então o lucto, ou *dó,* de burel, e o trajo das lobas grandes, desde que a Lei de 17 de outubro de 1499 estatuiu a pragmatica funebre para o vestuario, tanto masculino como feminino[3].

Se ainda hoje (apesar das subversivas e malcreadissimas idéas modernas) é geral o lucto por Pessoa reinante, era antigamente universal, e *sob grandes penas*, diz de passagem Gaspar Corrêa referindo-se ao lucto na India por morte d'el-Rei D. Manuel[4]. Este Rei porém, reforçando a sua citada Ordenação de 1499, recommendou em clausula testamentaria a todos seus creados e vassallos, que não trouxessem burel por elle; e aos que tomassem *dó preto* pedia que não excedessem a seis mezes[5]. Era talvez um meio indirecto de não prejudicar os vendedores de drogas finas.

[1] *Chron. de D. Manuel*, cap. VII.

[2] Garcia de Resende, Appenso á Chron. de D. João II, *Entrada d'el-Rei D. Manuel em Castella.*

[3] *Elucid.* verb. *Vaso,* Ruy de Pina, *Chron. de D. Duarte,* cap. II.

[4] *Lendas da India*, t. II, pag. 731.

[5] Testamento, *Hist. Gen.* Prov. T. II. pag. 326.

No lucto da Infanta D. Isabel, mulher do Infante D. Duarte, sua filha D. Maria, casada com o Principe de Parma, usou o luctou seguinte, segundo ella propria descreve em carta a sua irmã D. Catherina:

Puz—diz ella—*uma toalha de pano grosso tinta, e não ousei de pôr capello porque não me carregasse a cabeça. O habito foi de uma baêta grossa, que parece orilhado, e um manto de sarja, porque a minha cabeça não soffre outra coisa. Lancei uns poucos de avanos fôra, por não parecer tão feia a vosso cunhado, como eu sou. Elle se houve muito bem n'este meu trabalho, e mostrou muito sentimento. Pôz uma capa de baêta muito comprida, e um pellote, e uma gorra com muitos veos, que este é o maior dó que se cá costuma*[1].

Por Alvará de 22 de novembro de 1566, permittiu el-Rei D. Sebastião que as pessoas a quem fallecesse pae, ou mãe, mulher, filho, sogro, sogra, genro, nora, irmão, ou cunhado, podessem usar, como trajo de lucto, capuz, tabardo, ou loba cerrada, isso por tempo de um mez somente, sendo essa loba de comprimento até o artelho; passado o mez, poderia usar-se capa aberta, que não excedesse meia perna. Ninguem poderia prolongar o lucto a mais de seis mezes[2].

Em novembro de 1576, tomando el-Rei D. Sebastião lucto pelo Imperador Maximiliano da Allemanha, *mandou aos fidalgos*—diz Frei Bernardo da

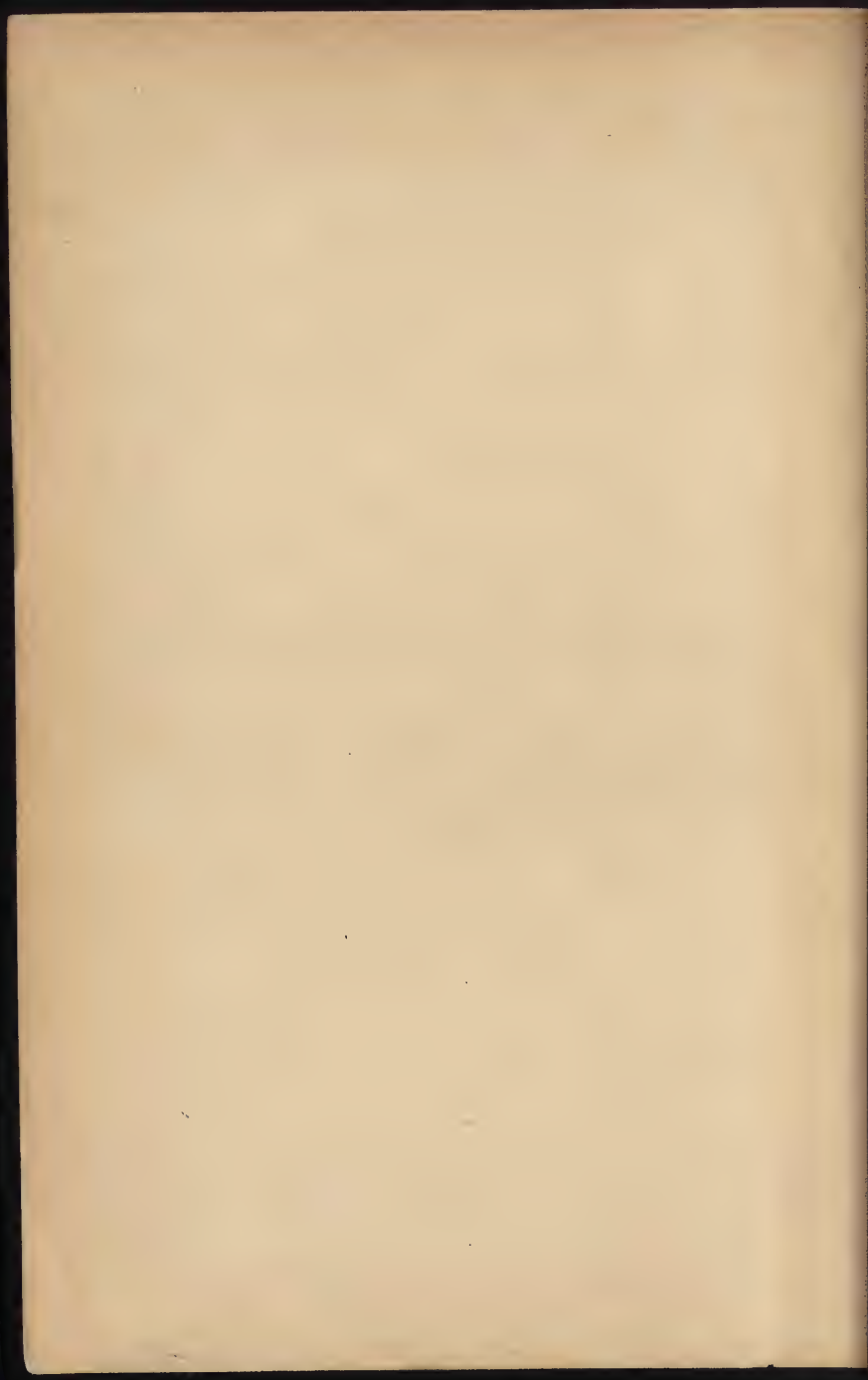
[1] *Hist. Gen.* Prov. T. II, pag. 689.

[2] Duarte Nunes do Leão, *Collecção das Leis extravagantes*, P. IV, Tit. I, Lei VI, § I. mihi ed. de 1796 pag. 401.

Cruz — *que se vestissem de pano preto sem guarnição alguma, a modo de dó*[1].

*

Basta do assumpto, que é de si pouco attractivo. Basta; e saltando por sobre algumas providencias congeneres, promulgadas nos seculos XVII e XVIII, e que lá traz Fernandes Thomaz no seu *Repertorio*, remetto o leitor ao Decreto de 25 de outubro de 1862, em que el-Rei o senhor D. Luiz, de accordo com os seus illustres Ministros o Duque de Loulé e Anselmo José Braamcamp, estatue a nova pragmatica dos luctos da Côrte.

[1] *Chron. de D. Sebastião*, cap. XXXVI.

LIVRO X

DAMAS E MOÇOS-FIDALGOS
NA
ANTIGA CÔRTE
DE
PORTUGAL

Da criação delRei... erão os moços fidalgos que feruião de pagens, & fe criauão no paço de pequena idade: como tambem as mininas que entrauão a feruir ás Rainhas, & Infantas fe chamauão criadas, ou da criação das Rainhas.

Frei Francisco Brandão
MONARCHIA LUSITANA Livro XVI, cap. XV.

CAPITULO I

Propõe-se o auctor uma nova tarefa: o estudo de duas entidades da antiga Côrte: a DAMA, e O MOÇO-FIDALGO.—Remonta-se a instituição dos moços-fidalgos aos principios da Monarchia.—Mendo-Heris menino da Casa d'el-Rei D. Affonso Henriques.—O que eram os gardingos.—Os *creados* da Casa Real.—Degeneração do sentido actual da palavra *creado*.—Donzeis.—Uma opinião d'el-Rei D. Duarte.—Requerem as Côrtes a esse Soberano tome mais moradores para a sua Casa.—As *contias*.

Tenho dito o bastante para se ficarem conhecendo algumas das feições mais caracteristicas das nossas Côrtes antigas. Falta-me tratar de duas das mais individualisadas figuras do Paço velho: a *Dama,* e o *Moço-fidalgo.*

Entrarão estes apontamentos como complemento obrigado dos antecedentes estudos, e servirão de amenisar o texto demasiado secco e arido de alguns dos capitulos ultimos.

Nas Monarchias delineadas pelo antigo regimen, tiveram essas duas entidades cortesãs farta razão de ser; eram filhas da caridade benevolente dos Soberanos, e pagavam em serviços pessoaes o favor que recebiam. Hoje, que tudo mudou, são esses titulos apenas distincções honorificas, sem outra significação.

Começarei por dizer duas palavras dos moços-fidalgos.

*

Sobe muito alto a sua historia; em Portugal entronca-se no reinado d'el-Rei D. Affonso Henriques. Crê D. Antonio Caetano de Sousa, que é a instituição dos moços-fidalgos, ou outra parecida, antiquissima na Peninsula. Foi elle que o aventou pela primeira vez (que eu saiba), elle, que tantos assumptos investigou, elle que soube prestar com a sua obra serviço incalculavel, não só aproximando e concatenando com raro methodo muitos factos, mas principalmente salvando e vulgarisando preciosos subsidios unicos.

Refere-se o insigne historiador a uma carta de Affonso I, datada de 1180, ordenando ao seu Mordomo-Mór João Fernandes, que satisfaça a Mendo Heris, seu moço, ou seu educando, ou seu servidor, ou seu donzel, ou como melhor nome haja (*meo puero fideli*—diz o documento), uma peça de pano para vestido, pão quotidiano, carne, e pescado para mantimento, e cevada para o cavallo, como era uso com os outros meninos, ou moços, ou mancebos, ou

educandos, ou pagens, da Casa Real *(sicut habent pueri de mea domo)*[1].

Com effeito essa palavra *puer* significa no latim (além de creança, menino, mancebinho) moço de serviço, escravo, servo. *Pueri Regii*—disse Tito Livio falando de pagens Reaes. No latim biblico (verifiquei isso n'este momento) frequentissimas vezes significa a mesma coisa. No latim atordoado da nossa chancellaria medievica, vê-se que tinha esta palavra accepção identica.

Curioso achado, pois, o de D. Antonio Caetano de Sousa, que vem remontar longissimo a instituição dos moços nobres educados á sombra da Corôa.

Tal uso, imitou-o certamente el-Rei D. Affonso do que usavam os Godos, com outro nome. *Gardingos* se chamavam entre elles os filhos da primeira nobreza, *que serviam em palacio até que a edade*, *ou vagatura, lhes desse logar para o Ducado ou Condado*, diz Viterbo[2].

Nos antigos Paços portuguezes dava-se o nome de *creados* (accepção que se liga ao *puer* supra-indicado) aos meninos ou meninas, que se *creavam* no lar de cada soberano, ou senhor; e muita vez, eram parentes, mais ou menos proximos, da Casa[3].

N'um curiosissimo regulamento da sua Côrte (papel já citado e analysado por mim) allude el-Rei D. Affonso III aos seus *escudeiros «de criaçom»*; e o testamento da Rainha D. Brites, mulher de D. Af-

[1] *Hist. Gen.* T. XII, P. I, pag. 490 e seg.

[2] *Elucid.* verb. *Gardingo.*

[3] Bluteau. *Vocab.*, verbo *Creado*, e melhor Frei Francisco Brandão. *Mon. Lusit.* T. V, fl. 30 etc.

fonso IV, diz: *Mando aos de minha «criaçom», assi de cavallo como de pé, mil libras*[1].

As palavras *creado* e *creada*, na actual accepção de serviçal, pessoa apaniguada e assalariada para nos prestar serviço, são portanto ruinas preciosas; são mais uma prova (além de outras) da doçura, benevolencia, maviosidade, dos costumes genuinos portuguezes. A confusão que fazemos hoje entre os nossos *creados* e os antigos domesticos, educados e muita vez nascidos sob os tectos solarengos de tal ou tal prócere, mostra a intenção, toda ella christã e delicada, de mitigar com alguma designação suave, com algum euphemismo affectuoso, as tristezas, as agruras, os desamparos da servidão.

N'esse Regimento da Casa Real, promulgado pelo senhor D. Affonso III, em 11 de Abril de 1258, não havia, afora as Pessoas Reaes, *senom officiaes ou aquelles que houverem raçom d'el-Rei*[2]. Ahi temos perfeitamente caracterisados dois grupos de frequentadores, ou habitantes, do lar dos nossos Monarchas: os que serviam, e os que se preparavam para servir.

*

E que lindo que não era o uso de se formarem ali, á boa sombra do Soberano, e sob a vigilancia immediata do *alcaide dos donzeis*[3] (como chamavam

[1] *Hist. Gen.* Prov. I, 229.

[2] *Port. Mon.*, Leg. et cons., pag. 198 e seg.

[3] Esta palavra vem do francez *danzel*, uma das fórmas ar-

ao funccionario que os superintendia) os que algum dia haviam de ajudar o seu Rei nas armas, nas lettras, ou no conselho! Tornavam-se os Monarchas uma especie de paes d'aquelles seus novéis servidores, e desvelavam-se em os desenvolver nos dotes litterarios consentaneos com as idéas do tempo: humanidades, philosophia, moral, sem falarmos nas outras prendas de bons cavalleiros, as armas, e a equitação em todos os seus complicados ramos.

El-Rei D. Duarte, aquelle pensador de tamanho alcance, lá diz estas palavras n'uma das suas obras:

Os moços de boa lynhagem e criados em tal casa que se possa fazer, devem seer ensynados logo de começo a leer e a screver, e fallar latym, contynuando boos livros per latym e lynguagem, de boo encamynhamento per vyda virtuosa...; esso medês os livros da moral fillosofia, que som de muytas maneiras, pera darem ensynança de boos costumes, e syguymento das virtudes, devem seer vystos e ensynados, e bem praticadas dodallas cousas a ella perteencentes; e os da ensynança da guerra, com as cronycas aprovadas, he muyto perteencente leitura pera os senhores e cavalleiros, e seus filhos, de que se tiram boos e grandes enxempros[1].

Do modo carinhoso, vagaroso, como deviam ser ensinados em equitação os *donzeis*, ha lindissimos e admiraveis preceitos do mesmo sympathico escriptor, no citado livro[2]. Na sua qualidade de mestre,

chaicas do vocabulo *damoisel* ou *damoiseau*, moço nobre, que aspirava a ser escudeiro e depois cavalleiro.

[1] *Arte de cavalgar*, edição de Pariz, pag. 633.

[2] Pag. 559 e seg.

não se cança de descer a minucias. É pasmoso ver como se lembra dos minimos pormenores.

*

Nas Côrtes de Leiria e Santarem de 1434, as primeiras que celebrou el-Rei D. Duarte, foi-lhe requerido que admittisse mais gente para a Casa Real, e deixasse entrar moços-fidalgos; *filhamento de homens para minha casa, e de moços fidalgos*[1]. Seria por ter poucos servidores? Creio que sim, pelo que se vae ver.

Quando nascia um filho legitimo a um fidalgo, o *escrivão dos maravedís* enviava ao pae do recem-nascido a *carta de contia,* assignando ao filho um rendimento proporcionado ao que recebia o pae[2].

Esse costume conservou-se até aos dias d'el-Rei D. Pedro; cada novo filho de fidalgo obtinha nova *contia,* ou quantia, ou pensão. Limitou el-Rei D. Fernando esse uso unicamente aos primogenitos, e por fallecimento d'elles aos immediatos. El-Rei D. João I ainda restringiu tal uso, ordenando que se não pagassem as contias senão depois da idade de poderem esses meninos entrar ao serviço Real; e por

[1] *Hist. Gen.* Provas I, 555.

[2] Vide o que minuciosa e perfeitamente narra no assumpto o sr. Henrique da Gama Barros no seu notabilissimo livro (que oxalá tenha continuação): *Historia da administração publica em Portugal*—t. I, pag. 409 in fine, e 410, d'onde extrahi essas asserções, e muitas outras; folgo de o declarar como homenagem ao auctor.

ultimo determinou, que nenhum senhor tivesse no Reino vassallos, senão o Soberano[1].

De tudo isso concluo eu pois, que taes restricções contribuiram muito para cercear o numero dos *moradores* do Paço, por fórma, que já em dias d'el-Rei D. Duarte dava nas vistas a mesquinhez das fileiras dos seus servidores. Assim interpréto o requerimento das Côrtes de Leiria e Santarem.

[1] *Mon. Lusit.* T. VI, pag. 139. Na palavra *contia* diz Bluteau no seu Vocabulario:

...*É palavra antiga portugueza, que queria dizer certa porção, que a generosidade dos Reis despendia com os cavalleiros que os serviam, em palacio, ou na campanha, de mais ou menos valor segundo a qualidade do cavalleiro, que quando menos precisamente devia ser nobre, e como tal o honrava el-Rei com o titulo de Vassallo... E era de tanta estimação a contia, que logo que a algum Fidalgo lhe nascia algum filho, lhe mandava el-Rei com a carta de contia pedir alviçaras, que elle satisfazia com o obsequio de a pendurar no peito da creança no berço, para primeira insignia da sua nobreza.*

CAPITULO II

Edade em que entravam d'antes os moços-fidalgos.—Em que consistia a educação que esses meninos recebiam no Paço.—Benevolencias e tolerancias dos Reis antigos, na admissão dos moços-fidalgos-—São os Portuguezes muito affeiçoados a honrarias e distincções.—Palavras dos viajantes Tron e Lippomani, e do dramaturgo Antonio Prestes.—Asserção de D. Vasco de Ataide acerca d'el-Rei D. Affonso V.—Bizarrias d'esse Rei.—Opinião do sr. Henrique da Gama Barros.—Reflexões sensatissimas do Infante D. Pedro, e brado das Côrtes de 1472.—Resposta do Rei.—Continuam os abusos.—Cem moços-fidalgos mantinha el-Rei D. João III.—Um proloquio popular.

Para o Paço Real entravam os meninos educandos aos sete, oito, e nove annos. *É o paço*—diz Sousa—*o primeiro emprego em que os grandes senhores e fidalgos occupam seus filhos desde tenra edade*[1].

[1] *Hist. Gen.* T. XII, P. II, pag. 978.

Esse numero de annos para a admissão variou porém algumas vezes. As Côrtes da Guarda (1465) estabeleceram que o minimo da edade para *donzel* fosse de doze annos; para moço da camara, quatorze; e para escudeiro, vinte.

Ainda hoje, quando el-Rei quer conceder alvará de moço fidalgo a alguma pessoa de maior edade, passa-lhe logo, como lembrança dos antigos usos do Paço, outro alvará dispensando-a na edade para poder ter as honras do *exercicio*.

No ultimo quartel do seculo XV,—diz o sr. Gama Barros—*a educação de um fidalgo, antes de chegar á edade de escudeiro, devia consistir... em saber grammatica, jogar a espada com qualquer das mãos, dansar, e bailar, e n'outras boas manhas e costumes*[1].

Estava pois admittida pela opinião e pelo uso a creação dos mancebos nobres ao bafo paternal do Soberano. Como porém de tudo se costuma abusar, até d'isso se abusou.

Cresceu, cresceu desmedidamente aquella população parasita da primeira Casa do Reino; e os nossos Reis, que timbraram sempre (por desgraça) em benignidades demasiadas, em tolerancias e facilidades, foram concedendo um sem-numero de admissões, ou *moradias*. Estes meninos entravam porque eram filhos de um Grande, muito carregado de serviços; aquelles entravam, porque eram orphãos; estes, porque eram ricos, e n'essa qualidade se achavam expostos a perigos; est'outros, porque eram pobres, e, coitadinhos, precisavam amparados; uns,

[1] Gama Barros. *Hist. da adm.* T. 1 pag. 428.

porque importunavam; outros, porque não tinham protector, e nem sequer sabiam pedir; estes, porque eram muito bonitos e engraçados; aquelles, porque eram expertissimos. Ás duas por tres, tornou-se o palacio dos Soberanos uma especie de albergue de ociosos de quatro costados, que mensalmente consumiam avultado quinhão da fazenda publica (diga-se a crua verdade).

*

Uma das caracteristicas da Côrte portugueza foi sempre a extrema tolerancia em assumptos que prendessem com o nascimento. Quando eram requeridos certos graus de nobreza para tal ou tal cargo, tal ou tal mercê, vinham não raro as dispensas regias conceder aos não-nobres as regalias a que aspiravam. É incalculavel o numero de plebeus entrados nas Ordens (graças muita vez a merecimentos pessoaes), ou agraciados com foros, e com alvarás de brasão de armas. Um dos nossos maiores democratisadores foi el-Rei D. Affonso V, por sua indole branda e benevola. Nos altos cargos do Estado apparecem, desde os seculos mais remotos, *mechanicos* equiparados a *fidalgos*. É feição clara da bondosa lhaneza dos nossos Reis, lhaneza de que o regimen constitucional tanto abusou e abusa, para escarneo do bom senso, e deshonra das glorias nacionaes.

Verdade seja, que esse apego ás honrarias balôfas reside desde todo sempre na indole mesma peninsular. É influencia d'este sol que escandece. Todos hoje teem Excellencia; admittimol-a, os proprios que não a temos; e se nos dessem Eminencia, ou

Alteza, talvez nos calassemos. É uma doença endemica, como outras muitas. O Portuguez présa as bagatellas brilhantes com que os Governos o enfeitam, e quer-lhes do intimo da alma. Já lá o disiam no seculo XVI os viajantes venezianos Tron e Lippomani: *A gente miuda* (em Lisboa) *gosta de que lhe dêem o tratamento de «senhor», manha esta commum a toda a Hespanha*[1].

E já n'outra parte d'estes meus livros citei o que dizia certo villão, n'um auto de Antonio Prestes:

E de Lisboa se sôa
que todos lá são honrados,
que, de pessoa a pessoa,
se falam desbarretados.

Ora o Paço, em todos os tempos, contemporisou com essa tendencia das rãs, e ajudou-as a encher-se de vento. É bom, ou é mau? É pessimo, direi eu, prostituir as honras, que são a moeda das nações pobres; equiparar o homem grande ao chato especulador, os serviços á astucia, a lealdade á trica, a hombridade ao servilismo. É pessimo. Quem sabe se n'esses desgraçados abusos não reside a causa primaria da nossa decadencia?

El-Rei D. Affonso V, de quem falei pouco acima, deu na vista pelas suas aquiescencias exageradas. Comprovemos:

D. Vasco de Ataide, terceiro filho do primeiro Conde da Atouguia, escreveu d'esse Soberano: *Fez n'estes Reinos muitos Ricos-homens, e outros muitos*

[1] *Panorama*, e *Opusculos* de Herculano, t. VI, pag. 128.

do seu Conselho, e lhe pôz mais grandes tenças que nenhum Rei seu antepassado, e outros muitos fez fidalgos, e lhe deu armas;

e mais adeante: *Creou filhos de mui grandes fidalgos em mui grande numero, e com muito amor e affeição... assi em sua mesa como em sua camara, mais do que nunca crearam quatro Reis os que mais viveram n'estes Reinos*[1].

O livro das moradias d'este senhor, documento estampado nas Provas da *Historia Genealogica*, e que vae desde 1462 até 1481, mostra quanto elle era bizarro, mas (quanto a mim) inconsiderada e imprudentemente bizarro, no crescido numero de Cavalleiros do Conselho, Cavalleiros-fidalgos, Escudeiros-fidalgos, e moços-fidalgos[2].

E o sr. Henrique da Gama Barros, que viu tudo, e julga com profundo criterio, diz isto assim:

O abatimento da ordem de cavallaria reflectia-se necessariamente na ordem immediatamente inferior. D. Affonso V fasia escudeiros os moços de estribeira, porteiros, moços de monte, reposteiros, e homens de officio. E o facto merecia reparo ao povo, não por elles serem de humilde nascimento, mas por exercerem empregos tão baixos[3].

Sim, diz muito bem o sabio auctor d'esse livro notavel. «O facto merecia reparo ao povo.» Merecia.

Lá o demonstrou subtilmente o eterno bom senso popular, quando cunhou este adagio: *O fidalgo e o*

[1] Vide este curioso papel na *Hist. Gen.* Provas II, 22.
[2] T. II, pag. 23.
[3] *Hist. da adm.* T. I, pag. 407.

nabo, raro; e quando, ao olhar para certos anafados e emproados da Côrte, murmurava sorrindo: *Hontem vaqueiro, hoje cavalleiro!*

Logo corroborarei estes rifões com os brados das Côrtes do Reino.

O proprio Infante D. Pedro (o da Alfarrobeira) escrevendo a seu irmão o Infante D. Duarte a memoravel carta que João Pedro Ribeiro traz nas suas *Dissertações chronologicas*[1], toda ella conselhos, toda ella cordura e prudencia, confessa a desordem que advinha a muitos ramos da administração pelo inveterado abuso de tomar a Casa Real, a começar por el-Rei D. João I, e a seguir nos Infantes, um elevado numero de servidores, *sem esguardo.* Esse abuso imitavam-n'o os grandes senhores; e d'ahi provinha: 1.º—o perdimento das bestas dos lavradores, porque todas eram poucas para se alugarem ou tomarem sempre que um Infante, ou el-Rei, com os seus sequitos interminaveis, atravessava alguma comarca; 2.º—o desamparo dos officios e industrias pela gente popular, que preferia a sombra de algum abastado fidalgo, e a ociosidade, ao trabalho honesto e affincado; 3.º—o completo exhaurimento dos cofres de quem assim gastava com parasitas inuteis, e maus servidores, as suas rendas, por maiores que fossem.

*

El-Rei D. Affonso V, tudo nos demonstra haver sido uma alma franca e aberta, e umas mãos rotas para beneficio alheio. Vê-se (repetil-o-hei) que o sym-

[1] T. 1, pag. 385 e seg.

pathico Soberano professou n'estes assumptos idéas extremamente tolerantes; a sua Casa era por assim dizer *franca;* entravam n'ella todas as classes. Por indole, por versatilidade, por longanimidade (fosse por que fosse), apparece-nos como o maior e mais liberal concessor de titulos de nobreza. A sua chancellaria que o atteste.

Era tamanho por 1470 e tantos o numero de meninos fidalgos creados e moradores da Casa Real, que o braço do Povo entendeu dever representar contra os abusos que d'isso provinham, e dedica a tal assumpto o 1.º dos seus capitulos geraes nas Côrtes de Coimbra e Evora em 1472 e 73.

Tres qualidades de fidalgos andavam no Paço d'el-Rei, segundo observa o relator do capitulo: 1.ª —os de sangue; 2.ª—os ennobrecidos pela mercê do Soberano; 3.ª—os que por si proprios tomavam e usurpavam o estado de fidalguia.

Quanto aos do primeiro grupo, entendiam as Côrtes que estavam bem no Paço, e que se devia el-Rei servir com elles, porque crescendo em casa de seus paes faziam lá muito damno, e pelo contrario a educação da Côrte os guiava, e tornava cidadãos uteis. Comtudo a edade em que eram tomados por el-Rei, isto é os seis ou sete annos, com casa e moradia, era curta demais; da estada d'elles tão cedo no Paço não viam os povos que proviesse vantagem; antes deviam ser creados na casa paterna; quando chegassem á edade de tomar serviço em armas ou lettras, então sim os recebesse el-Rei por servidores. Se havia necessidade de abrir certas excepções para honrar fidalgos illustres, deviam abrir-se com parci-

monia, e não se consentir que os meninos levassem para o Paço os seus aios, nem azemolas com a sua cama, nem outros luxos inconvenientes. Desse-se-lhes alimento, vestuario e calçado, sem fausto algum, e fossem ensinados em lêr, escrever, e grammatica, segundo era já uso do tempo d'el-Rei D. Duarte, e D. João I.

Quanto ao segundo grupo, pedem com muito empenho as Côrtes a el-Rei haja de moderar a sua liberalidade em conceder honras de cavallaria e fidalguia por serviços tenues, tenças, mercês rendosissimas, que afinal de contas sahem do suor do Povo, sem vantagem do Rei nem do Reino.

Quanto ao terceiro grupo, o dos que usurpam honras não devidas, pedem as Côrtes a el-Rei severissimo castigo, que os escarmente.

A resposta do Soberano é dignissima. Agradece com urbana benevolencia o interesse das Côrtes, aceita e reconhece a necessidade de coarctar demasias, promette mandar assentar com cuidado as moradias nos livros respectivos, por modo que seus povos possam d'ellas haver detida informação e noticia, e determina que d'ahi em deante se use do maior rigor no conceder graças e nobilitações, salvos comtudo os casos de assignalados serviços e merecimentos, em que é dever de Rei e Principe galardoar a virtude, o valor, o talento, e o saber[1].

[1] Codice da Bibliotheca Nacional de Lisboa—*Côrtes do reino.*—J.—5—37 fl. 147 v.

A fl. 138 do mesmo codice reclamam as Côrtes a el-Rei no citado assumpto por estas palavras:

Senhor, vossa côrte crece muyto, e assy vossa despeza, por-

Creio porém, que, a despeito dos melhores propositos, continuou por aqui o inveterado abuso. Só el-Rei D. João III tinha quasi um cento de meninos nobres a educar em casa, diz o padre Balthazar Telles[1]. Quasi um cento? pois teve muitos mais; e se não, corra-se o rol dos cento e onze, que em 1556, por exemplo, lá se achavam a aprender a *ler, escrever, e latim*, sendo seus mestres Bartholomeu de Araujo, e o celeberrimo Diogo de Sigé, que assigna a lista que traz D. Antonio Caetano de Sousa[2], tirada da Torre do Tombo; e esse numero de meninos filhados nos livros das moradias deve augmentar-se ainda com outros meninos não filhados, filhos de creados do Paço, e com alguns moços da camara e da capella não inclusos no dito rol, e que tinham *apro-*

que filhaaes pessoas baixas, criados de vossos officiaaes, e doutros que volo rrequerem; pelo que nom podees tomar os filhos dos Fidallguos, que ssem a vossa mercee viver nom podem; nem podees ssem vosso pejo aos Fidalguos fazer aquella mercee que cremos que dezejaaes e tendes rrezom de fazeer. Vossa Senhoria queira escuzar-se de tomaar taaes homeens, e creaae os filhos dos Fidallguos e de vossos creados, que ssem vossa mercee viver nom podem, e vos sservi delles na maneira que vossos avoo e padre fizeram; os outros do rregno deixae que vivam com os Grandes e Fidallguos de vossos rregnos e pollos officios, per que sseus Pays viviam, o que sseraa vosso servir e bem de vossa terra.

El-Rei respondeu que faria como era pedido, salvas as excepções que entendesse justas.

[1] *Não eram tão poucos, que não diga Orlandino:* CENTUM FERE NUMERO ERANT ADOLESCENTES, LŒTISSIMA SPES LUSITANI REGNI. Balthasar Telles. Chron. da Comp. L.º I, cap. VIII, 4. Parte 1.ª pag. 39 da 1.ª edição.

[2] *Hist. Gen.* Provas. T. II, pag. 382 e seg.

veitado muito no escrever e no latim, como lá observa o Sigeu.

Todos ambicionavam o Paço como principio de carreira; é que, segundo resa um ditado, provavelmente do seculo xv, *tres coisas fazem ao homem medrar: a sciencia, a Casa Real, e o mar.*

CAPITULO III

Diversas classes e cathegorias dos Fidalgos *assentados nos livros d'el-Rei*.—Lhanezas galantissimas dos nossos Monarchas com os seus moços-fidalgos.—Tambem os havia na Casa Real de Castella.—Tambem os tinham os nossos Infantes.—Tambem os possuia a Casa de Bragança.

Em varias cathegorias se dividem os fidalgos propriamente ditos[1]; o grupo intitulado dos *assentados nos livros d'el-Rei* subdivide-se em tres sub-grupos, contando de menos para mais:

1.º—Moços-fidalgos;
2.º—Fidalgos Escudeiros;
3.º—Fidalgos Cavalleiros;

denominações essas, que principiaram em tempo do senhor D. Affonso V.

O livro das moradias da Casa d'el-Rei D. Manuel

[1] Vide sobre isto Luiz da Silva de Oliveira. *Privilegios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*. Lisboa. 1806 pag. 223 e seg.

menciona, depois dos Capellães, os Cavalleiros do Conselho, depois os Escudeiros-fidalgos, e emfim os Moços-fidalgos[1].

*

A não ser o excessivo da despeza, não creio que tão paternal instituição, como esta, da educação dos nobres no Paço, fosse destituida de vantagens. A poder de trato e convivencia, ficavam-se conhecendo assim mutuamente o amo e os servidores, ou digamos antes (porque se trata de Reis portuguezes): o pae, e os filhos. Sim, o pae e os filhos. Havia nas relações d'el-Rei e da Rainha com os moços-fidalgos e as damas uma bonhomia tão cordeal, umas severidades tão paternaes, e uma tão engraçada confiança, que por força imprimiam cunho indelevel nos corações juvenís d'aquella nobreza imberbe.

Nada mais democratico, do que a instituição dos diversos graus da fidalguia entre nós. O ultimo plebeu podia, pelos seus meritos, ser elevado ás mais altas fileiras. Nada mais democratico tambem do que é a Egreja, onde o pastor de gado e o obscuro mechanico podem ascender ás Cathedras episcopaes, e até á Cathedra suprema do Pontificado Romano.

Rodeada dos seus servidores em botão, assumia a antiga Realeza uma sympathica apparencia familiar, que era verdadeiro encanto. Nas ceremonias da Côrte serviam os moços-fidalgos como engraçados pagens

[1] *Hist. Gen.* Provas. II, 352.
Os filhamentos foram introduzidos por el-Rei D. Affonso V, *para com uma folha de papel remunerar grandes serviços, sem esgotar o erario,* diz o citado auctor dos *Privilegios da Nobreza.*

em variadissimos mistéres. Havia o pagem *da lança,* que com as suas pequeninas forças aguentava a pesada lança ou o montante do seu senhor; o pagem do *livro*, que levava á egreja o Real livro de horas illuminado, e encadernado em pergaminho ou velludo com fechos de prata; outros nos baptisados dos Infantes iam encarregados dos varios utensís do ritual; e quantos haveria, que, pela formosura da sua voz meio infantil, seriam chamados para acalentar as séstas do Rei, ou distrahir-lhe os pesares contando-lhe historietas infantís!

*

Não repugna pensar que a maior parte d'estes usos começassem na Córte portugueza. Em Castella tambem havia educandos nobres, que em nada se pareciam com os *menins* do Delphim de França; tinham sido imitados de cá; e diz o chistoso autor dos *Apologos dialogaes,* que em vez de lhes chamarem *niños,* á hespanhola, lhes chamavam portuguezmente *meninos*[1]. Inclina-se porém D. Diogo Covarruvias, jurisconsulto quinhentista hespanhol, a que no idioma castelhano *menino* corresponda a *mi niño,* termo affectuoso[2].

*

E não só no Paço Real se davam estes usos. Nas Casas dos Infantes era o mesmo. João de Barros

[1] Visita das fontes, pag. 219.

[2] Citação achada em Bluteau. *Vocab.* verb. *Menino de Principe*, no Supplemento.

muita vez menciona essa pratica nos lares do grande Infante D. Henrique, e diz haver sido *muy amador da creação dos fidalgos por os doutrinar em bons costumes; e tanto zelou esta creação, que se pode dizer sua casa ser uma escola de virtuosa nobreza, onde a maior parte da fidalguia d'este Reino se creou, aos quaes elle liberalmente mantinha e satisfazia de seus serviços*[1].

Quando em 1446 se deu na costa de Africa uma grande matança nos Portuguezes, o Infante *quando soube parte de tão desaventurado caso ficou mui triste, porque a maior parte dos mortos creara de pequenos, e era Principe mui mavioso para os creados*[2].

A santa Infanta D. Joanna, seguindo os costumes do tempo, e os dictames do seu coração benefico, mantinha á sua custa e educava alguns mancebos, e pedia a el-Rei D. João II seu irmão, que amparasse—dizia ella em testamento—*alguns moços que criei, e nom tem moradias*[3].

O pessoal da Casa do Infante D. Luiz filho d'el-Rei D. Manuel, e o de todos os outros membros da Casa Real, era importantissimo[4].

O rol dos moradores da Casa dos Infantes D. Duarte, e D. Fernando, tambem filhos d'el-Rei D.

[1] Barros, *Asia*. Dec. I, L. I, cap. XVI. Vide mais, além de outros passos, estes: L. I, cap. V, onde fala de Heitor Homem e Diogo Lopes de Almeida, creados em casa do mesmo insigne Principe; cap. VI, onde menciona Nuno Tristão; cap. XIV onde menciona João Corrêa, Duarte d'Olanda, Estevam de Almeida, e Diogo Machado etc.

[2] *Asia*. Dec. I, L. I, cap. XIV.

[3] *Hist. Gen.* Provas, t. II, pag. 81.

[4] Id. ibid., pag. 511.

Manuel, e da Casa da Infanta D. Guiomar Coutinho mulher d'esse segundo Infante, e da do senhor D. Duarte, filho do dito Infante D. Duarte, demonstram grandeza quasi Real, como se pode vêr na *Historia Genealogica*[1].

A estirpe de Bragança, imitadora principesca da primeira Familia do Reino, e quasi equiparada com ella em regalias e etiquetas, tambem mantinha e educava muitas creanças nobres ao seu lar solarengo de Villa-Viçosa.

Creava o Duque D. Theodosio I, segundo se vê no Regimento da sua Casa, numerosos moços-fidalgos e pagens, *o melhor que podia, trabalhando por os faser discretos e de muita creança* (boa creação, diriamos hoje); *e para isso lhes dava mestres de grammatica e rhetorica, e mestres que os empunham nas armas* (palavras textuaes do documento), *e outros que os ensinavam a cavalgar a brida; e castigava-os por suas travessuras, ou pelo servirem mal; tinha muita conta com elles serem bons christãos; o castigo* (transcrevo isto, mesmo com o risco de horrorisar o meu amigo D. Antonio da Costa, e outros que se insurgem hoje, com tanta rasão, contra as punições corporaes) *o castigo era muitas vezes açoites*[2].

Emfim, para abreviar:

Os particulares poderosos tinham uma imitação d'isso tudo; tambem nas suas casas, na capital e

[1] Provas. T. II, pag. 614, 571 e 617.

[2] *Hist. Gen. da Casa Real.* Provas. T. IV, pag. 223.

Sobre o modo como eram castigados corporalmente os moços da camara Real em tempo d'el-Rei D. João II, pode ver-se o que vem no cap. CXLIX da Chronica por Garcia de Resende.

nas provincias, havia moradores *assentados* (por que assim o digâmos), e meninos *creados* no lar; com uma differença, entre outras: não tinham denominações pomposas; mas pergunto: não equivaleriam ás varias classes dos servidores do Rei, o mordomo, os escudeiros, os liteireiros, os cavalhariços, os pagens, os afilhados, e os jograes, dos fidalgos? A palavra *rascão*, que tomou a accepção insultuosa que hoje lhe conhecemos, significou já «escudeiro, pagem, moço grave, de acompanhar na casa dos Grandes», como bem diz Viterbo; de modo que o rascão e a rascôa correspoderam já pouco mais ou menos aos Camaristas ou Ajudantes dos Monarchas modernos. Quem tal lh'o diria, aos camaristas... e aos rascões?!

CAPITULO IV

Etiquetas da Côrte em dias d'el-Rei D. Sebastião.—Os moços fidalgos obtinham licença d'el-Rei para cursarem fóra estudos altos.—Brado das Côrtes.—Diogo Sigeu.—S. Francisco Xavier confessor e preceptor d'esses meninos.—Penas e premios.—O latim e os moços-fidalgos.—Alguns d'esses meninos, e outros de fóra, abraçavam de tenra edade a carreira das armas.—D. Filippe prohibiu as repetidas abaladas de meninos muito novos para o Ultramar.

Em abril de 1570 providenciou el-Rei D. Sebastião ácerca de alguns pontos de etiquetas de Côrte; estatuiu, por exemplo, que os moços-fidalgos de menos de quinze annos não trouxessem capa no Paço nem em outra parte qualquer, a não ser se chovesse, ou se fossem de jornada; aos que tivessem mais edade era permittido levarem capa até ao Paço, mas antes de entrarem na sala a haviam de tirar. A toda

e qualquer pessoa, fosse qual fosse a sua qualidade (menos estudante) era-lhe prohibido usar capa, não sendo essa pessoa maior de dezoito annos. Os pagens não poderiam usar capa, salvo tendo edade para trazerem espada. Nenhum moço da camara, moço da capella, ou reposteiro, entraria no Terreiro do Paço com capa; e indo algum com recado d'el-Rei ou em serviço d'elle, fosse sem capa, salvo se o recado se dirigisse para fóra da cidade ou villa.

Estas minuciosas e importunas ordens (que não eram unicas) foram revogadas pelo Cardeal-Rei em seu alvará de 17 de outubro de 1578.

Pergunta o bom senso: o que ha de commum entre uma capa e o maior ou menor respeito que se deve a um Soberano? Não será facil a resposta; mas a etiqueta é senhora absoluta; e o que ella manda, cumpre-se. Ainda hoje ha vestigios d'esse uso. Ninguem se apresentará de *paletot* n'uma reunião elegante; o paletot, a capa, o prussiano, deixal-os-hemos antes de entrar n'uma sala; e se n'uma visita fossemos constrangidos, por doença, a conservar esses abafos, não seriamos dispensados de pedir previa licença *(pro fórma)* á dona ou dono da casa.

*

El-Rei era sempre, por assim dizer, o reitor nato d'aquelle lyceu aristocratico. Vê-se ali o germen do moderno *Collegio dos nobres*. Havia de ter que fazer, porque estorninhos de seis, sete, doze annos, são mais rebellões que poldros de lezira. Do Paço

obtinham venia, quando lhes chegava a edade, para sairem a cursàr altos estudos.

Haja vista Manuel de Sousa, que em 1516 alcançou licença para frequentar os *Estudos Geraes*[1]; e até Damião de Goes, bom informador d'estes usos cortesãos, pois (segundo elle proprio conta[2]) foi creado na Casa do mesmo Rei desde os nove annos, diz que todos os moços-fidalgos e da camara, que mostravam aptidões litterarias, eram mandados ouvir diariamente lição de grammatica *ao bairro dos Escolares, onde então estavam os estudos geraes d'este Reino,* antes da transferencia para Coimbra. Por signal, que ao mestre cathedratico de grammatica, chamado Frei Xinal, dava el-Rei por isso, além do ordenado, quarenta mil reis annuaes[3].

Outros alcançavam licença para ir cursar estudos em escolas estrangeiras; foi sempre a nossa pecha: o que temos bom ao pé da porta nunca vale o mediocre lá de fóra!

Contra esse uso de se subsidiarem estudantes nas Universidades forasteiras, se insurgiu respeitosamente a voz das citadas Côrtes d'el-Rei D. Affonso V em 1472 e 73, pedindo que d'então em deante as tenças concedidas para estudos fossem consumidas nas escolas de Lisboa, visto que as tinhamos. Respondeu el-Rei, e muito bem, que as tenças já dadas as mantinha; e que para o futuro se absteria de conceder novas, em vista da opinião das Côrtes, quer

[1] *Hist. Gen.* T. XII, P. I, pag. 500

[2] No prologo da sua *Chron. d'el-Rei D. Manuel.*

[3] Dil-o Damião de Goes, *Chron. d'el-Rei D. Manuel.* P. IV, cap. LXXXIV.

para estudos no Reino, quer para fóra, salvos comtudo os casos especiaes em que elle reservava para si o arbitrio de alguma excepção[1].

*

Se os alumnos não progredissem, a culpa não era dos mestres, que foram sempre dos melhores, segundo se vê. Diz-me D. Antonio Caetano de Sousa, que, entre outros, tiveram os moços-fidalgos por preceptor, em dias d'el-Rei D. Manuel, a Diogo Sigeu, o pae da celebre Luiza Sigêa de erudita e virtuosa memoria[2] (em que pese ao infame livro de Meursio, ou de quem quer que é). No tempo d'el-Rei D. João III, em 21 de abril de 1540, teve o mesmo Senhor uma larga conferencia nos Estáos com o padre Frei Francisco Xavier e o seu companheiro Simão, ao chegarem a Lisboa, e recommendou-lhes que *tomassem muito a seu cargo o cuidado dos moços-fidalgos que trazia em seu Paço, para que os doutrinassem nos bons costumes, e os instruissem em toda a christandade;*[3] e com effeito os dois virtuosos Sacerdotes *ouviam-n'os a todos de confissão cada sexta feira, dando-lhes no mesmo dia o Sacramento da Eucharistia;* e os meninos *andavam tão reformados, que pareciam uns Religiosos*[4].

E emfim: na meninice d'el-Rei D. Sebastião era

1 Côrtes do Reino, codice J—5—37 da B. N. de Lisboa, fol. 187 v.

2 *Hist. Gen.* T. VI, pag. 3.

3 Balthazar Telles. *Chron. da Comp.* L. I, cap. VIII, 3.

4 Ibid. L. I, cap. IX, 1

mestre d'essa buliçosa pequenada, e, já se vê, escolhidissimo, um tal Mauricio, companheiro e amigo do confessor e professor d'el-Rei, Luiz Gonçalves da Camara[1].

Para incitar os seus pupillos a applicar-se, ordenara já el-Rei D. Manuel, por exemplo, em 22 de janeiro de 1500, que nunca o Mordomo Mór lhes mandasse pagar a respectiva moradia sem certidão previa do aio Diogo Alvares, mestre de grammatica da creançada[2].

Suspeito, e com bom fundamento, que uma vez ou outra haveria algumas moradias em atrazo. O *hora horæ*, o *currus currus*, e o *qui quæ quod*, eram phantasmas importunos, que haviam de dar a perros, não raro, aquelles buliçosos fidalguinhos. Sempre, em todos os tempos, foi assim.

—Ora de que servem as declinações?—me perguntava uma vez um estudante pequenote.

Outro, que eu muito bem conheci, ia esconder-se debaixo da cama quando ouvia entrar o mestre de latim.

Outro, muito engraçado e intelligente, que andava a decorar os Reis de Portugal, disia que tinha muita inveja aos meninos brasileiros.

—Porquê, meu filho?!—lhe perguntou a mãe, uma das mais distinctas intelligencias que tenho tido a fortuna de encontrar.

—*Porquê,* Mamã! porque são tão felizes, que só teem que decorar um Imperador.

[1] Fr. Bernardo da Cruz, *Chron. d'el-Rei D. Sebastião,* cap. III.
[2] *Hist. Gen.* Provas, t. II, pag. 381.

A nossa doutissima Infanta D. Maria, filha d'el-Rei D. Manuel, e que veiu a ser uma boa latinista, confessa com immensa graça, escrevendo a sua mãe, para França, que aos incitamentos d'ella é que devia o ter conseguido vingar as asperezas dos principios de tal estudo; e diz que, por ser muito creança, não podia acabar comsigo que se affeiçoasse a disciplinas, com cuja utilidade ella ainda não atinava, nem aturava com bom animo aquelles trabalhosos aborrecimentos da grammatica. Pois venceu-os, e foi uma das senhoras mais instruidas do seu tempo [1].

*

Além de certo numero de meninos nobres que seguiam as lettras, e iam com o volver dos annos engrossar as fileiras da fidalguia douta de Portugal, havia outros tambem, que muito novos tomavam a carreira das armas. Mencionarei por amostra o segundo Conde do Vimioso, que, de dezasseis annos apenas, alcançou licença de seu amo D. João III para se abalar com o Infante D. Luiz em 1536 para a jornada de Tunis [2]; ou D. Antonio Luiz de Sousa, que aos quatorze entrou na vida militar em 1658 [3]; ou Antonio Corréa, filho de Ayres Corrêa, e moço

[1] *Ut imperio tuo parerem, cæpi litteris indulgere latinis, quatenus, vel aulæ deliciæ, vel pueriles mei anni patiebantur; nam neque ego tunc per ætatem studia hæc amare, quorum nondum noveram utilitatem, neque laboriosa illa grammaticæ fastidia æquo animo ferre, poteram.*—Hist. Gen. Provas, t. II, pag. 711.

[2] *Hist. Gen.* T. X, pag. 689.

[3] *Hist. Gen.* T. XII, P. II, pag. 978.

de menos de doze annos, a quem, andando já n'uma peleja com os Moiros em Calecut, salvou Nuno Leitão, capitão da nau «Annunciada», tomando-o ás costas, e sahindo bem ferido, segundo conta João de Barros[1]; ou o nosso turbulento Luiz de Camões, que aos onze sollicitava licença para acompanhar o Infante D. Luiz á mencionada expedição de Tunis[2]; ou D. Duarte de Meneses, que, sendo de pouco mais de nove annos, já auxiliava seu nobre pae o Conde D. Pedro em Ceuta, e tendo este de vir ao Reino lá ficou por seu logar tenente, como diz Azurara[3]; ou emfim el-Rei D. João IV, que sendo apenas de sete annos, sahiu a jogar cannas a cavallo n'uma festa de Nossa Senhora da Conceição (exercicios fragueiros, que eram já um como arremedo da guerra)[4].

De casta lhe vem ao galgo ter o rabo longo — pondera o ditado.

O pegar em armas, e ir militar na India, tornou-se nos seculos XV e XVI verdadeira mania nacional, que absorveu milhares e milhares de existencias, e consumiu a energia de muitas gerações. Lá o formúla em tom melancolico um dos personagens de um auto do velho Antonio Prestes, dizendo:

Quantos homens tem gastado
esta India! é como o mar!...

O peor de tudo é que essas levas de gente na força da vida iam por assim dizer sem plano, sem

[1] Asia. Dec. I, L. V, cap. VII.
[2] Visconde de Juromenha. *Vida de Camões*. T. I pag. 16.
[3] *Chron. do Conde D. Pedro de Meneses*, cap. XI.
[4] *Mon. Lusit.* T. VI, pag. 398, col. 2.ª.

systema, obedeciam a maior parte das vezes á nossa vis aventureira, e, longe de auxiliar o desenvolvimento das colonias, iam embaraçar-lhes a administração. Coisas nossas!

Muitos meninos de boas familias corriam a inscrever-se, ou a *assentar-se em soldo* (como se dizia) nos registos da Casa da India; e quando havia naus da carreira, abalavam n'ellas. Chegavam á India, e, como eram muito creanças e inexperientes, não achavam, n'um paiz novo como aquelle, meio de se empregar; e que faziam? entravam como pagens d'este ou d'aquelle Governador, d'este ou d'aquelle Grande. É que, para manter o fausto proprio do Oriente, todos os fidalgos, e muitos que o não eram, tomavam pagens, com o que arruinavam a fortuna. Bem dizia o fabulista immortal:

Tout petit prince a des ambassadeurs,
Tout marquis veut avoir des pages.

O Governo da metrópole prohibiu então o assentamento de meninos na Casa da India; mas como tudo se sophisma, sabe o leitor o que succedia? iam inscrever-se por elles homens feitos; depois, nas confusões do embarque, appareciam em seu logar os pequenotes; e áquella hora fossem lá deslindar o caso!

Em sua carta de 18 de fevereiro de 1595, recommenda el-Rei D. Filippe muito ao Viso-Rei que, por todos os modos possiveis, acabe com tamanhos abusos[1]; n'outra sua carta de 11 de março do dito anno

[1] *Archivo portuguez oriental.* Fasciculo 3.º, pag. 483.

insiste no mesmo; e outra vez martella no assumpto em 20 de junho de 1597[1].

Não sei se se conseguiu extirpação radical do cancro; custa immenso a acabar de vez com certos abusos, muito mais quando se agarram ao amor proprio como ostras a penedo.

*

De um pulo voltemos da India a Portugal, e tornemo-nos aos gentís moços-fidalgos do Paço dos nossos Reis.

[1] *Archivo portuguez oriental*. Fasciculo 3.º, pag. 538, e 769.

CAPITULO V

Abre-se como illustração ao texto a secção anecdotica da chronica dos moços-fidalgos.—Quadro rapido do viver d'el-Rei D. João II, conforme Garcia de Resende.—Outro, segundo Nicolau von Popplau.—Os moços-fidalgos correndo atraz dos peros da meza Real.—Esbocetos da vida d'el-Rei D. Manuel á mesa.—Palavras de Leonardo de Cá Masser.—O moço-fidalgo guarda-fogo.—El-Rei D. João I, el-Rei D. Manuel, e o senhorio da villa de Almeida.—Travessuras de um moço-fidalgo por nome Nuno Alvares.—O orphãosinho D. Pedro de Castro e seu irmão agazalhados no Paço por el-Rei D. João II.—Chistes do velho D. Lucas de Portugal.

Abrirei agora a secção anecdotica, illustrativa do que acima expuz. Ha, dispersos pelos livros, centenares de anecdotas pittorescas, nos *Nobiliarios,* no *Divertimento de estudiosos* por Marques Soares, na *Collecção de apophtegmas* por Supico, ao longo das *Chronicas Reaes*, e n'outras obras, onde pululam frisantissimas as mais engraçadas scenas de costumes cortesãos.

Direi algumas d'essas historietas, que assim vieram passando de bocca em bocca...

*

Da affectuosa familiaridade d'el-Rei D. João II com Garcia de Resende, seu moço da camara, dá testemunho a chronica d'esse escriptor, e nomeadamente o seu capitulo CCI; é pois o bom Resende um dos nossos informadores mais authenticos, quando nol-o pinta tendo sempre, durante o jantar, *boas praticas, e muita vez disputas de grandes lettrados e theologos, e nos dias Santos danças, estromentos, ministreis, e bailos de moiros e moiras vestidos de muitas sedas*[1].

Mas além d'esse chronista nacional, escutemos um estrangeiro.

Esteve cá nos fins do seculo XV certo viajante allemão, Nicolaus von Popplau, que na relação da sua viagem descreveu um jantar d'el-Rei D. João II.

Como senhor de alta intelligencia—diz elle, na citação que traz o Conde de Villa-Franca[2]—*contenta-se el-Rei com quatro ou cinco pratos á sua mesa, bebe unicamente agua tirada do poço, sem assucar nem especiarias, e passa sem outra coisa.*

O Principe seu filho usa de vinho misturado com agua, come das mesmas iguarias que seu Pae, mas em separado serviço.

Os creados da mesa, que assistem a el-Rei e a seu filho, são geralmente em numero de dez, estão de pé,

[1] *Chron. d'el-Rei D. João II,* proemio.

[2] *D. João I e a alliança ingleza,* pag. 202.

collocados por ordem diante da mesa, apoiam sobre esta as mãos e os ventres, e el-Rei, como se fôra senhor humilde, soffre estas grosserias.

Debaixo da mesa, e aos pés d'el-Rei, então sentados seis ou oito moços pequenos, e a cada lado um, para sacudir-lhe as moscas com leques de seda. Entre elles reparte el-Rei o seu primeiro prato de fructa, quando não pode comel-o todo.

É um quadro; pois não é? a camara Real, sombria e opulenta; os Officiaes Mores (a que o viajante chama creados de mesa), a postos segundo as suas precedencias; e o Senhor da Guiné, atirando, cheio de bonhomia, (que elle tambem tinha as suas horas) camoezas, passas, e outras gulosinas, á pequenada, para a vêr correr ao desafio pela casa fóra, retoiçando de tropel. *Le plus grand Roi est bonhomme chez lui.*

Ora uma vez, um dos mais endiabrados (devia ser D. Luiz, ou D. Jeronymo Lobo), filho, por signal, de D. Filippe Lobo, Trinchante-Mór, ao ir-se atraz de um pero que tinha rolado aos pés da mesa Real, metteu-se como um gato tão açodado por baixo da toalha, que esteve para dar com o serviço todo no chão.

Fingiu-se el-Rei muito zangado, e perguntou:

—Quem seria o travêsso que empurrou a minha mesa?

Ninguem se atrevia a contestar. Então o Trinchante-Mór, que não era rico (pelo contrario, era um filho-segundo da casa de Alvito; pertencia á numerosa familia dos *Condes de sin-arcas,* de quem fala Quebedo n'um entremez), o Trinchante-Mór,

vendo el-Rei a olhar carrancudo para o menino, salvou a situação, atalhando:

—E pergunta Vossa Alteza quem foi?! não tem que perceber, meu senhor; na fome que levava, logo se percebia... que era filho meu.

Riso. Estava perdoado o criminoso; recebia outro pero, e uma festa na bochecha.

*

Nem sempre o Rei podia ser tão indulgente. Uma vez dois moços-fidalgos, já grandinhos, travaram-se de rasões, e brigaram no Paço. Desacato intoleravel, que o senhor D. João II não quiz deixar impune.

Ao outro dia, mandou-os chamar ambos; veiu um, e foi açoitado. O outro não veiu, porque a familia o escondeu. Esta ausencia era desobediencia formal, e doeu mais a el-Rei, do que lhe doêra a briga. Mandou logo chamar o Corregedor, e lavrou sentença, em que era degradado por dez annos para Ceuta o fugitivo. Aggravada com tão desproporcional castigo, veiu a parentela deitar-se aos pés do Soberano.

Não quizestes—respondeu elle—que o punisse como mancebo; puni-o como homem.

Foi então levado o pobre moço, tranzido de susto, á presença Real; e que fez o Monarcha? pediu um pau; e agarrando pelos cabellos o adolescente, zurziu-o bem zurzido, a ponto de ficar el-Rei cançadissimo e doente. Ninguem dirá que não tivesse d'esta vez toda a rasão[1].

[1] Resende. *Chron. de D. João II,* cap. CXCIII.

*

Tambem el-Rei D. Manuel fazia da mesa passatempo agradavel, e até instructivo. *Posto que fosse apressado no comer* — diz Damião de Goes — *nem por isso deixava de praticar e disputar com lettrados, que sempre estavam á sua mesa, e sobretudo com homens estrangeiros, ou com alguns dos seus que andaram fóra do Reino*[1].

O viajante italiano Leonardo de Cá Masser, já mencionado n'um dos antecedentes capitulos, tambem conta que os moços da camara, de edade entre quatorze e vinte annos, rodeavam a mesa d'el-Rei D. Manuel em quanto elle jantava ou ceava; eram oito ou dez a servil-o; e na mesma sala estavam os Grandes da Côrte todo o tempo, e d'ahi acompanhavam o Soberano á sua camara; tudo (diz o narrador) sem muita etiqueta, mas com muita familiaridade[2].

Outras vezes, em quanto jantava ou ceava, toca-

[1] *Chron. d'el-Rei D. Manuel*. P. IV, cap. LXXXIV.

[2] Eis as palavras textuaes do italiano:

Ha Sua Altezza (el-Rei D. Manuel) *molti altri camerieri, zoveni Fidalgi, cioè gentiluomini, d'età d'anni 14 fin 20; li quali non sono reputati: chiamansi mozi de camera, quali stanno di continuo alla tavola quando disna, overo cena, Sua Altezza; sono da otto in dieci a servirlo lì alla tavola; e lì nella sala medesima dove desina Sua Altezza, stano etiam tutti li suoi Grandi, fino che habbi compiuto di disnar; e dapoi lo accompagnano alla sua camera: intrano tutti al disnar, overo a cena; non sono molto grave nè cerimoniose le cose sue, imo molto familiari e domestiche con tutti.* Leonardo de Cá Masser. *Relazione*, no t. 22 do *Archivio storico Italiano*, pag. 40.

vam-se na sala boas peças de musica, ou eram admittidos tangedores moiriscos, que, ao som de alaúdes e pandeRetas, além da orchestra usual das charamelas, harpas, rabeccas, e tamboris, faziam dançar os moços-fidalgos[1].

*

Li não sei onde, que uma vez... (aqui é preciso aproximar um facto do seculo XIV) uma vez, em Almeirim, n'uma seroada depois da montaria, no inverno, achava-se D. João I com os seus á lareira, saboreando o lume, que chispava e zunia em signal do frio intenso que lá fóra silvava nas charnecas. Queixando-se el-Rei da violencia demasiada do lumaréo, correu logo espontaneamente um donzel de serviço a interpôr-se entre seu amo e o fogão. Tanto á propria serviu de *guarda-fogo*, e ali se deixou ficar com tão heroica resignação o donzel, que as labaredas lhe lamberam as costas do pellote, e ás duas por tres cheirava a chamusco. A lã ou seda queimada tem um acre inconfundivel. Averiguado d'onde vinha o fumo, ficou el-Rei contente de tanta dedicação, e galardoou o seu servidor com o senhorio da villa de Almeida. (Era provavelmente um Meneses, porque os Marquezes de Villa-Real é que possuiam o senhorio d'essa villa).

Passaram mais de cem annos. Uma noite, achava-se el-Rei D. Manuel em Cintra. Fazia muito frio, d'aquelles aquilões de outomno, que tanto deixam apetecer o lume. Ardia na vasta quadra o fogão,

[1] Goes. Ibid.

atravessado de ramagens de cedro velho. Queixou-se el-Rei da intensidade d'aquella Troya; senão quando, corre logo certo moço-fidalgo a tomar entre o seu Soberano e o lume a postura dedicada do antigo donzel. Percebeu-o el-Rei, adivinhou-lhe a intenção, e disse-lhe com modo fino, enxotando-o, e batendo-lhe amigavelmente com os dedos na face:

—Sae d'ahi, anda, que Almeida já está dada.

*

D'entre estes muchados, cuja chronica, se existisse, daria volumes do maior chiste, havia um (vamos aos dias d'el-Rei D. João III) havia um muito máu, e (como se vae ver) muito perdido de mimos; era Nuno Alvares Pereira, filho de Ruy Pereira da Silva (Guarda-Mór do Principe D. João) e de D. Isabel da Silva senhora do morgado de Monchique[1]. El-Rei gostava muito de o ouvir, e de lhe puchar pela linguinha, que era de prata!

Havia por acaso tres dias que lhe não falava; o rapazito andava sentido d'isso, mas, pela etiqueta, não devia ser elle quem quebrasse o jejum. Que fez então? quebrou outra coisa; foi-se a um canto de um fogão de marmore, que se posera havia pouco em certa sala do paço, e fel-o em pedaços.

Soube-o o senhor D. João III, e mandou chamar o criminoso. Appareceu o menino com modo satisfeito e alegre.

[1] *Hist. Gen.* T. x, pag. 609.

—Nuno, que disparate foi esse de ir quebrar o canto do fogão novo? terrivel rapaz!

—Ainda bem, meu senhor! não me pesa de o ter feito, visto que afinal Vossa Alteza fala commigo. Havia tres dias que me não falava!!...

Que tal estava o sujeitinho? pergunto eu.

*

Tinha troco para tudo.

Um dia queria penetrar na camara Real. Havia ordem para que ninguem entrasse.

—Não podeis entrar, Nunalvares—disse o porteiro da cana atravessando-se-lhe na passagem.

—Mas eu quero.

—Mas el-Rei não quer.

O pequeno calou-se um minuto, e desata logo a cantar em alta voz, e com muitos garganteados.

—Calae-vos, menino mau; que modos são esses? que fazeis? pode el-Rei ouvir-vos!—bradou agastado o porteiro.

—Isso e o que eu quero é tudo um—respondeu Nuno—; já que não consentís que el-Rei me veja, quero eu que me oiça, para que saiba que o venho servir.

*

Apenas falleceu D. João de Noronha, pae do Conde de Monsanto D. Pedro de Castro, mandou logo el Rei D. João II buscar para o seu paço esse menino e seus irmãos, e creou-os com a grande estimação de quem eram. Tinham livres as suas entradas na

camara Real, e refere no seu Nobiliario o chronista Damião de Goes[1], que erão tão estimados como se fossem aquelles orphãosinhos filhos do proprio Rei, fazendo-lhe companhia, entretendo-o com as suas historietas, e sendo vistos muita vez enroscadinhos a dormir aos pés da cama onde enfermava seu Real amo.

*

Eram em geral da pelle dos peores diabinhos que se inventaram, os moços-fidalgos; e não era só este ou aquelle; eram todos.

Uma tarde, ia entrando no paço o engraçadissimo D. Lucas de Portugal, cujos chistes e replicas ficaram proverbiaes. A creançada, que o viu, atirou-se a elle, ás festas, aos abraços, a provocarem-n'o, a tentarem-n'o. E dizia o velho, desembaraçando-se dos endemoninhados:

—Deixae-me, senhoritos, deixae-me; não me arrisqueis a perder-me; não me obrigueis a dar nos cachopos!

*

Foi este D. Lucas um d'aquelles sentenciosos e repentistas da escola velha, cortesãos sempre escutados, e cujos apophtegmas, vivos na tradição oral (como por exemplo os dos nossos contemporaneos Conde da Taipa, Duarte de Sá, Rodrigo da Fonseca Magalhães, ou Antonio Augusto Teixeira de Vas-

[1] Citado na *Hist. Gen.* T. xi, pag. 913.

concellos) se tornavam dos melhores ornamentos das collecções de anecdotas.

Havia um D. Lucas de Portugal, muito novo quando acompanhou á jornada de Africa seu pae D. Francisco de Portugal; por signal que lá ficou toda a familia no captiveiro dos Moiros, até que se resgatou. Pouco mais sei da vida publica d'este D. Lucas, commendador de Fronteira na Ordem de Aviz, e senhor do praso da Marinha; a não ser que veiu a casar com D. Antonia da Silva filha de D. Antão de de Almada[1].

Parece que lhe andava o chiste, o *espirito,* como hoje dizemos, vinculado na Casa. Um seu neto, D. Luiz de Portugal, qualifica-o o manancial inexhaurivel da *Historia genealogica* de mui celebre *pela graça com que fallava, e pela promptidão no modo de diser*[2]. Dos ditos d'este nada sei; agora os de outro D. Lucas, Mestre-sala d'el-Rei D. Affonso VI, e neto d'aquelle outro (filho de um D. Francisco de Portugal) ficaram nas tradições e memorias; são requintados, mais trabalhados e torcidos que a nossa columna salomónica do Pelourinho, e muita vez madrigalescos em demasia. Lembram Thomaz Pinto Brandão em prosa. D'elles fez uma collecção, citada por Barbosa Machado, e que ficou manuscripta, um certo Duarte Nunes da Silveira.

Oiçamos alguns, que pintam as relações do velho fidalgo com as damas do Paço.

As damas do Paço? pois bem; reservemol-as então para capitulo especial, que abriremos desde já.

[1] *Hist. gen.*, t. x, pag. 596.
[2] T. x, pag. 611.

CAPITULO VI

Entram em scena as damas do Paço.—Donas, donzellas, cuvilheiras.—Damas, moças da camara; e donas.—Educavam-se as meninas nobres no regaço das Rainhas.—Sua instrucção no Paço.—A boa calligraphia das damas.—Quatro palavras sobre calligraphos.—As danças das meninas educandas.—Alguns ditos engraçados de D. Lucas de Portugal.—Um mocho á janella do paço da Ribeira.—D. Simão da Silveira; duas anecdotas, uma de verão, outra de inverno.

Agora vamos ser apresentados ao elemento feminino do Paço.

*

Sempre e em toda a parte tiveram as Rainhas, e outras Princezas, damas que as servissem e lhes formassem sequito.

Das nossas mais antigas Rainhas, pouquissimo me consta.

A Rainha Santa Isabel tinha ao seu serviço *donas,* ou senhoras de primeira qualidade e distincção; *donzellas,* ou filhas de nobres, creadas de pequeninas

no seu Paço, como no do Rei se creavam os *donzeis*[1]; e finalmente *cuvilheiras*, servidoras de menor graduação, e que tratavam do serviço da camara, dos vestidos da Soberana, e outras miudezas.

A Rainha D. Brites, nora da Santa Aragoneza, e mulher de Affonso IV, tinha tambem *donas, donzellas* grandes e pequeninas, *cuvilheiras*, *mancebas*, etc.

A «Excellente Senhora» D. Joanna compunha a sua casa de *damas, moças da camara*, e *donas*, segundo um antigo papel que se conservava no cartorio da Casa de Bragança, e que Sousa copiou[2]. Aqui se vê que tinha mudado seu tanto a accepção das palavras. As *donas*, que d'antes eram as senhoras de primeira grandeza, eram então as ultimas, como se percebe n'essa lista; as *moças da camara* equivaleriam talvez ás antigas *donzellas* creadas em casa; e as *damas* eram as grandes senhoras, começando pela Camareira Mór.

A Rainha D. Maria, segunda mulher d'el-Rei D. Manuel, inscrevia no seu livro de moradias *damas*, e *moças da camara*, certamente com o mesmo significado das da Excellente Senhora[3].

Mais modernamente, na Casa da Princeza D. Joanna, mulher do mallogrado Principe D. João, tudo

[1] Em casa da Rainha Santa *se criavom filhas de muitos nobres homens, e filhas de cavalleiros e de outros homens, e dês que eram de idade e achavam casamentos a si eguaes, casava-as.* Vida de Santa Isabel na *Mon. Lusit.*, t. VI, pag. 512.

[2] *Hist. Gen.* Provas, pag. 79 e 80.

[3] *Hist. Gen.* Provas, t. II, pag. 374 e seg. Ahi se acham os nomes das vinte e cinco damas d'esta Rainha. Era guarda d'essas damas uma Mayor de las Ruas (visivelmente castelhana). Provas, t. II, pag. 414.

eram *donas;* a saber: 1.º grupo: *donas de acompanhamento,* ou senhoras que andavam na companhia da Princeza, isto é, a Camareira Mór, uma dona, e a Camareira pequena; 2.º grupo: *donas de camara* e *donas de retrete;* 3.º grupo: *moças de camara, e moças de retrete;* não falando no pessoal menor, sem graduação, como costureiras, lavadeiras, etc.[1] (Entre parenthesis: constava o chamado *retrete,* de tudo quanto constituia o quarto ou habitação de uma Princeza: arcas, armarios, mezas, cadeiras, joias, panos, e outras alfaias).

Em tempo d'el-Rei D. João IV eram *damas,* e *senhoras,* como diz D. Francisco Manuel de Mello; o termo *donas,* com que antigamente as designavam, estava já obsoleto[2].

Diz Bluteau[3] que *meninas* no Paço de Madrid se chamava ás aias das Infantas. Eram senhoras de alto nascimento, e muito novas. Refere o incançavel Theatino que lhes chamavam *meninas,* por andarem com calçado baixo, e sem chapins.

Antes de 1834 havia no nosso Paço varias graduações: *Camareira Mór, donas de honor, damas, donas da camara,* e *açafatas.* (O *açafate* comprehendia tudo quanto compunha o vestuario, os toucados, e outros adornos de uma Princeza).

Hoje, além da *Camareira Mór,* que é o primeiro cargo, ha as *damas-camaristas,* e as *damas* simplesmente (effectivas e honorarias). Só as damas *camaristas* fazem serviço no Paço, acompanham a Rai-

[1] *Hist. Gen.* Provas, t. III, pag. 73 e seg.
[2] *Visita das fontes,* pag. 277.
[3] *Vocab.,* art. *Menina.*

nha ao theatro, aos passeios, e aos actos da Côrte; mas estas senhoras, e as suas collegas *honorarias,* formam, com as suas fardas de gala, á direita do Throno, em grupo, de pé, nos cortejos e outras recepções.

*

Voltemos ao assumpto principal: as *donzellas.*

Entravam muito novinhas para o serviço das Princezas, e venciam moradia como os moços-fidalgos; isto é, tinham mantimento ordinario, e vestido, e cevada para a sua hacanêa; além d'isso recebiam de seus amos bons dotes para casar, proporcionados ás moradias[1].

Tratava-se da educação d'estas meninas nobres com desvelo egual ao que se empregava na dos moços-fidalgos. Disse-me o chorado José Gomes Goes, que nos livros de moradias da Casa Real, guardados na Torre do Tombo, notou elle varias vezes, que a lettra de todas as damas do Paço, na segunda metade do seculo XVI, era parecidissima, ou, por assim dizer, a mesma: um formoso cursivo italiano, desdizendo da complicada algaravia paleographica nacional; o que (segundo parecia ao dito meu amigo) estava a denunciar communidade de estudos no Paço sob a direcção do mesmo mestre. Quem sabe pois, pergunto eu agora, se seria este um tal Manuel Barata, que veiu a ser considerado dos mais celebres calligraphos do tempo d'el-Rei D. João III, e até teve

[1] *Hist. Gen.*, t. XII, P. I, pag. 495, citando duas cartas do tempo d'el-Rei D. Affonso V.

a honra de ensinar o Principe D. João? Escreveu obras sobre a sua arte, que é uma filial do desenho, e mereceu a Camões o soneto:

Ditosa penna como a mão que a guia[1].

Por todas estas circumstancias se vê quanto era acceita a prenda da boa lettra. Descrevendo Diogo do Couto o capitão D. Diogo Lobo (por signal *grande jurador e arrenegador*), que em 1568 ia commandando uma nau para a India, com vinte annos apenas, diz d'elle que *tinha espantosas habilidades, e grande latino, e o melhor escrivão de todas as lettras, que vi.*

Engraçadas expressões! engraçados encarecimentos! Fazem-me lembrar um calligrapho meu conhecido, que uma vez, elogiando as qualidades de um Fulano, dizia:

—Optimo rapaz! excellente caracter! muito serio, muito grave, muito temente a Deus, tem muita instrucção... e muito boa lettra.

(Isto é authentico).

Ha no cartorio da nossa Camara Municipal menção de um pobre aleijado, Diogo Fernandes, que em 1543 veiu a Lisboa, e era natural de Vianna do Minho; nascera sem braços, escrevia com os pés, e muito bem, cortava com thesoira, e fechava uma carta[2].

No Porto havia outro aleijado, maior que esse, e

[1] Vide Barbosa Machado. *Bibl. Lusit.* T. III, pag. 190.
[2] Livro carmesim, fl. 46.

nascera sem mãos, com um pé só. Era advogado, e escrevia tambem com o pé; e graças ao seu talento estava em tão bom pé, que passava pelo melhor lettrado da cidade, e os collegas não lhe davam pelo pé[1].

Mas basta, basta. Tomemos pé no assumpto, não nos leve algum pé de vento para longe, e voltemos pé ante pé para ao-pé do grupo das juvenís damas do Paço.

*

Entre as artes de agrado que se lhes ensinavam, avultava a dança, que era então negocio muito serio, e em nada se parecia com as nossas quadrilhas, muito fóra de compasso passeadas, muito agradavelmente conversadas, e muito distrahidas; era então a dança negocio tão serio, digo eu, que até figurava entre as attribuições do Mordomo-mór (!) a nomeação de mestres de dança para as damas[2].

*

Com taes condições, com tanto desvelo e cultura, não admira pois que fosse um paraizo a Côrte de Lisboa, esta Côrte que ainda hoje não esqueceu as tradições cultissimas dos tempos manuelinos, esta Côrte litteraria onde desabrochou, como canteiro de boninas exoticas, o donoso cortejo da grande Infanta D. Maria.

[1] Livros e feitos do anno de 1618.

[2] Regimento de 3 de julho de 1572, citado no *Repertorio* de Fernandes Thomaz.

Divertiam-se todos muito, com gosto, com graça; e ficaram para sempre os nobiliarios e livros anecdoticos ressoando, atravez dos seculos, o delicioso papear de chistosas historietas. Vejamos algumas.

*

Como é sabido havia no Paço um recinto destinado a morada das damas, uma especie de convento onde os homens não penetravam. Na propria *portaria* d'essa ala do palacio, guardada por um porteiro, não entrava pé masculino.

Ora uma vez um fidalgote aventuroso e elegante, o travêsso João Lopes Leitão, amigo de todos os melhores poetas do tempo, commetteu a indiscreção de entrar na *portaria das damas,* para ver certa senhora, ou mandar-lhe um recado, ou fosse o que fosse. Causou grande escandalo tal infracção das ordens, e o bom de João Lopes foi logo mandado prender na sua propria casa. O que iria de commentarios na sociedade! Foi então que um borboleta de Côrte, chamado Pero de Andrade Caminha (tão diffamado! tão calumniado! tão desfigurado hoje, Santo Deus!) dirigiu ao prisioneiro estes versinhos, mostrando-se admirado de o não ver nas reuniões habituaes:

Inda hoje vim a saber,
que, se agora vos não vemos,
é porque quisestes ver
o que todos ver tememos.

Mas já sei, que por extremos
é necessario fazel-os,
pois nunca se chega a vel-os,
se os, senhor, não commettemos.

Deu-vos o que commettestes,
forçado do coração,
prisão; mas, pois que o fisestes,
tende-a por bom galardão.

Os soltos todos dirão,
se entenderem essa ventura,
que morre toda a soltura
de inveja de tal prisão.

E João Lopes respondeu ist'outro, chorando por disfarce os seus trocadilhos insipidos:

Bem podera eu soffrer
o trabalho em que me vejo,
se ver quem tanto desejo
me a mim não foram tolher;

que antes me quero perder
por ver o que mais tememos,
que, deixando de o ver,
viver seguro de extremos.

Estou-me agora doendo
de quem tiver para si,
que é melhor andar vendo
verduras, que estar aqui.

Ninguem haja dó de mi,
por me ver n'esta prisão;
hajam de meu coração,
que vê tanto damno em si[1].

[1] Andrade Caminha, Poesias, pag. 361 e 362.

*

Falei ha pouco da *portaria das damas;* estava-me lembrando (mas não quiz interromper) um dito do celebre D. Lucas de Portugal ao passar por ella:

—Ai! quem me dera que esta *portaria* fosse para mim *alvará de lembrança!*

*

Tinha estado a Côrte em Salvaterra á caça. Achava-se D. Lucas na Ribeira das Naus, ao pé do forte, a ver o desembarque na ponte. Abica o bergantim com as damas da Rainha; grupo gentil e gracioso. Ao avistarem a D. Lucas, conhecido de todas ellas, diz-lhe uma:

— Cá vimos nós, D. Lucas; que nos dizeis?

—Que do mar é que sahem as perolas—responde o ancião com uma profunda cortesia, e descobrindo-se.

*

N'uma festa na capella Real do paço da Ribeira, em que estava tudo, el-Rei na tribuna, e todas as damas em baixo, no templo, nas suas almofadas, entrou D. Lucas de Portugal e exclamou a meia voz, que se ouvisse:

—Muito bem! muito bem! na tribuna o sol, e na *capella* as flôres.

*

Flôres certamente; o termo era bem achado; mas flôres de dois pés.

Outra vez, iam as damas a embarcar para Salvaterra. O caminho desde as escadas do paço da Ribeira até ao caes não era grande; mas como estava humido, por ter chovido de noite, o nosso cortesão D. Lucas tirou a capa, e estendeu-a aos pés das damas. Ellas riram, e hesitando pararam. Descobriu-se D. Lucas, e improvisou esta decima:

A belleza e cortezia
em competidos assombros
tiram dos melhores hombros
a capa de mais valia.
Mas quando n'esta porfia
o juizo o lance apura,
discretamente assegura
que aquelle galan despejo
victima foi do cortejo,
não roubo da formosura.

Perceberam pouco os leitores? não importa; eu não percebi de todo. Mas acabou-se; a poesia então sahia muita vez assim.

*

Aquellas damas, como eram muito novas, quasi todas, no Paço escolhiam quasi sempre os noivos, e d'ahi casavam. Quanta vez eram padrinhos os senhores! Os galanteios davam só por si um livro.

Uma noite, (demos um salto para o seculo XVI) fóra de horas, no paço da Ribeira, pareceu a el-Rei D. João III que ouvia cochichar de uma janella para a banda do Terreiro. Foi a uma sala da frente, e

abriu cauteloso a vidraça; fazia um luar esplendido. Olhou, e viu n'uma das varandas proximas duas damas da Rainha conversando para baixo com dois embuçados.

—Quem será aquelle mocho?—perguntou um d'elles a meia voz, não reconhecendo logo el-Rei. As damas ficaram perturbadissimas, porque o reconheceram. E respondeu elle:

—O *mocho* não é *pêga;* se é para bom fim, ha-de saber calar-se.

Tableau!

*

Foi este mesmo Terreiro do Paço theatro obrigado de muitas scenas de boa caturreira innocente. Quero referir duas, que me suggeriu o auctor dos *Apologos dialogaes:* uma de verão, outra de inverno, *porque quem é galante todo o anno está de bom humor,* diz elle proprio.

Começaremos pelo verão.

Era uso andarem n'aquella praça *fazendo terreiro ás damas* (phrase technica) isto é, fazendo-lhes de longe a côrte, os mancebos elegantes de Lisboa; e ordenavam as etiquetas tacitas da galanteria, que, todo o tempo que alguma dama se assomasse na varanda ou nos eirados, nenhum cavalheiro, que timbrasse de primoroso, adiantasse mais um passo. Estava ali, por assim dizer, ás ordens, como servidor.

Um d'aquelles com quem ellas intendiam mais era D. Simão da Silveira, filho do primeiro Conde da Sortelha, e irmão do Jesuita martyr padre Gonçalo da Silveira. Era D. Simão rapaz buliçoso, de

bons ditos; a quem lh'as pregava não as sabia guardar[1].

Certo dia de grande calma (a nossa calma de agosto na zona torrida do Terreiro do Paço) chegou elle colleando no seu andaluz; viram-n'o as damas, e vieram chegando ás janellas. Elle, mal as avistou parou logo, tirou a gorra, e ficou. Era um duello de teima. Elle a ficar, e ellas sem o quererem despedir. Corria o tempo na zina do calor; e o misero D. Simão com todas as iras do Apollo mythologico a frigirem-lhe o cerebro. Occorreu-lhe um bom estratagema. Chamou muito disfarçado dois moços vadios, deu-lhes uns cobres, e encommendou-lhes uma saraivada de pedradas contra o balcão da luzida sociedade. Dito e feito.

Áquelle inesperado assalto fogem as damas. Foi o que elle quiz. Sahiu são e salvo, de gorra na cabeça, e com todas as honras da guerra. *Onde se fazem, ahi se pagam*—diz o anexim.

*

Agora o caso do inverno.

Foi tambem com D. Simão da Silveira.

Andava ali a passear a cavallo, quando cahiu um medonho aguaceiro. Viram-n'o por acaso, de dentro do paço algumas damas; tão certo é o rifão, que affirma que *nem as donas em sobrado, nem as rãs em charco, nem as agulhas em sacco, podem estar*

[1] Busque-se na *Hist. Gen.* T. XII, P. I, pag. 375. Falleceu em 1 de fevereiro de 1575.

sem deitar a cabecinha de fóra! E sabe o leitor o que logo fizeram? correram apressadas postar-se de atalaia n'um eirado coberto, mas em grande evidencia; e com muitos risinhos lá se deixaram ficar para gosarem de ver n'um pinto o cavalleiro.

Não foi tão rapida a manobra, que D. Simão não a percebesse em toda a sua intenção; e n'um abrir e fechar de olhos conseguiu, escondendo-se por momentos atraz de alguma esquina, apear-se, mandar subir para a sella um moiro seu, trocar com elle a capa e o chapeirão, e dar-lhe ordem de passear á chuva emquanto ali visse aquellas figurinhas.

Quanto a elle, correu ao paço, entrou, subiu rapido ao eirado, e em quanto ellas o julgavam no Terreiro, apparece-lhes como um milhano entre bandada de codornizes.

Quem ficou logrado? ah sexo fraco!!... foi muito celebrada a artimanha de D. Simão.

*

Acho muita graça ás relações affectuosas que prendiam as damas ao elemento frade velho no Paço.

Na Côrte de um dos Filippes ia entrando uma vez o veneravel Carmelita descalço Frei João de Jesus. Como era um velhinho muito virtuoso, e muito affavel, com a indulgencia dos bons, com o sorriso permanente da caridade, e sempre com algum dito chistoso para aquellas pombinhas (como elle lhes chamava) correram todas a recebel-o, e esvoaçavam-lhe em roda alvoroçadas. Ora é preciso saber, que, além

de tudo mais, era Frei João meio medico, tinha remedios para tudo, receitava umas coisas innocentes, e tão apetitosas, que era até muito bom estar doente. Todas as damas lhe pediram receitas, para insomnias, para fastio, para enxaquecas, para arripios, para frieiras, para sardas, para cieiro, para tudo.

E o bom do frade escutava-as, sorrindo com aquella sua doçura angelica, e respondeu:

—Hoje não trago receitas, senhoras minhas; hoje não; mas amanhã quando eu voltar ao paço, trago um braçado d'ellas.

—Está dito, Frei João; não vos esqueçais.

No dia seguinte, quando chegou, rodearam-n'o; era a qual havia de ser a primeira que o abraçasse.

—E as receitas?

—Ellas aqui veem—tornava Frei João tirando da manga um punhado de papellinhos, que ia distribuindo, com a cara mais magana que se pode imaginar. E os papellinhos diziam:

Xarope:—Recipe: modestia, quatro onças; abstinencia, tres; paciencia, outro tanto; tudo em infusão de devoção de Nossa Senhora.

Untura:—Linimento de dons do Espirito Santo; pomada de compostura; oleo de prudencia; tudo bem misturado.

Bochechos:—Agua de innocencia: amor do proximo, tres grãos; maceração dos apetites, quatro onças; devoção a Nossa Senhora; misture e mande.

E todas assim por este theor.

*

Se Frei João conseguisse dar-me tambem a mim uma receita efficaz para me curar d'esta mania das diggressões, para melhorar a minha penna d'este sestro de andar a fazer *l'école buissonniére* pelas azinhagas, e a apanhar pelas chronicas amoras de silva, creio bem que lh'a havia de agradecer muito a paciencia dos leitores d'estes meus livrinhos.

CAPITULO VII

Uma anecdota contada por D. Francisco Manuel de Mello.— Entretenimentos da Côrte. — Namorados e namoradas. — Conta-se o caso de um namorado mais velho que as torres da Sé.— O cego e o manco, versos de Andrade Caminha.

Conta o soldado, na *Visita das fontes*, outra anecdota, que estou em dizer teve por protagonista o proprio D. Francisco Manuel de Mello. Oiçamol-o, este engraçadissimo D. Francisco; será elle d'esta feita o narrador, pela bocca do *soldado:*

Achando-me eu com um fidalgo, a quem servi na Côrte de Madrid não ha mil annos, era tal a carestia de galantes, que o meu amo, presado de pouco lerdo, vendo um dia passar despejados os estribos de um dos coches em que as damas passeavam no Prado, lhes disse:

— Se Vossas Senhorias me pagaram bem, fôra eu ahi entretendo-as.

Foi tal o riso e a galhofa que fizeram a este mote, que alguma disse:

—No hay oro con que pagar a quien tiene tan buen gusto.

Isto precisa uma explicação. Duas precisava, porque, em boa verdade, não se entende bem o chiste; mas emfim, vamos á segunda.

Nos estribos dos coches antigos, pendurados aos lados d'aquellas envidraçadas bisarmas, era moda collocarem-se os elegantes, para conversarem com as senhoras que iam. O perigo de cahir era nenhum, porque o andamento dos coches ia compassado. D'esse uso antigo dos galantes quinhentistas e seiscentistas, restam vestigios em muitos passos dos escriptores de costumes.

*

Restam tambem, aqui, ali, descripções dos passatempos com que se adubavam às delicias da sociedade.

Para os saraus do Paço, que tão brilhantes foram ás vezes, e que tanto faziam realçar as formosuras da Côrte (porque lá diz o rifão: *a mulher e a seda, de noite á candeia*), havia uns entretenimentos litterarios, que hoje desdizem completamente dos nossos, e, quanto a mim, deviam levar as lampas aos lanceiros e quadrilhas, ao voltarete e ao whist, com que matâmos o tempo.

Citarei para exemplo as quarenta e oito trovas, vinte e quatro de *louvor,* e as outras de *deslouvor,* inventadas e referidas por Garcia de Resende; e de-

pois d'ellas (muito conhecidas) a chamada *cabeça de motes*.

Que era?

Era um tiroteio de perguntas e respostas em verso, cuja descripção traz a *Visita das fontes*[1], mas que, por mais que tentei, não pude perceber ao certo. Tambem, creio que não vale a pena insistir.

Tudo isso, a final de contas, eram formas varias do galanteio. N'esses *serões* tinha o galanteio papel muito principal, e sahia a terreiro, em taes alardos de cortesanias, mais enfeitado que palmito em arraial saloio.

*

Todos os moços ali eram namorados; e não só elles; entre os namorados celebres, ficou um, cujo coração senil se viu remoçado de repente, ao sorriso de uma gentil dama de dezasseis annos!

Velho amador, inverno com flor—diz o ditado; mas por desventura, esses verões de S. Martinho não trazem comsigo a verdadeira mocidade, senão que parecem motejar d'ella; e por isso aconteceu deixar o serodio pretendente, ao longo das chronicas, um sulco de sorrisos! Ainda hoje, ao ler nos livros velhos a narração do caso, se nos figura ver franzidas, com cruel ironia, as boccas dos praguentos dos paços da Ribeira e de Azeitão, da Rua Nova e do Rocio.

Falo no Duque de Coimbra D. Jorge, o filho dilecto e mimoso d'el-Rei D. João II. Esses amores

[1] Pag. 288.

lá os conta por menores um auctor serio e grave; e d'elle extraio a narrativa. Oiçam.

Era o Duque já muito puchado em annos, já viuvo, e pae de filhos homens feitos.

(E ainda assim, não se achava tão provecto, que não podesse hombrear com outro, tambem velho mas muito mundano, e que por isso entrou n'um dos *porquês* achados em Setubal em tempo de D. João II:

Porque sobre noventa annos
é mundanal Ruy de Sousa?)

Costumava o Duque D. Jorge encontrar-se no Paço com D. Maria Manuel, dama da Rainha D. Catherina, e uma das mais nobres e graciosas raparigas do tempo; filha do (já fallecido então) D. Fernando de Lima, senhor de Castro d'Aire, e de outra dama, D. Francisca de Vilhena. Maria era um sol. Foram taes os excessos do ancião, taes e tão publicas as suas demonstrações, que a lisonjearam. Tambem o verão de S. Martinho seduz e engana. E de mais, lá pondera um anexim: *Mais quero velho que me honre, que moço que me assombre.* E quando as outras mariposas de palacio gracejavam com D. Maria Manuel, e lhe assacavam os setenta invernos do galanteador, respondia ella pela bocca pequena um rifão das suas aias antigas: *Mais velha é a egreja, e vão a ella.*

Levantou-se uma celeuma diabolica na sociedade alta de Lisboa. Os filhos, os proprios filhos de D. Jorge, que eram o Duque de Aveiro, o Bispo de Ceuta, e outros, ergueram escarceos de amotinar o mundo, desde que presencearam que D. Maria Ma-

nuel inclinava o coração para o terrivel SIM. *A barba cã se entrega a moça louçã.*

Não era da melhor fidalguia a requestada? não era virtuosa? não era prendadissima? isso quem o podia negar? Mas não é aos setenta que os trocazes costumam arrulhar madrigaes. Ralhou a Rainha, ralhou el-Rei, a Côrte, a familia; só não ralharam os Limas, a quem agradava enxertar com garfos realengos aquelle ramunculo do seu antigo e copado limoeiro.

Teve de intervir quem podia. Foi chamado por D. João III o Desembargador Gaspar de Carvalho, e ordenou-se-lhe que intimasse ao Duque de Coimbra desterro para a sua casa de Azeitão.

Ateou-se a labareda. Ardeu o misero Duque; escabujou-lhe o coração raivas inuteis, chorou lagrimas de punho, e nunca soube esquecer aquella affeição arrastadora. Desfizeram-se em fumo as suas formaes promessas de casar, e desfecharam apenas em saudosas expressões e deixas, no testamento que lavrou em 20 de julho de 1550. Dois dias depois, era cadaver [1].

*

Pensava n'este caso talvez (quem sabe?) o elegante Pero de Andrade Caminha, contemporaneo e conhecidissimo do Duque, ao escrever certo epigramma. Querem ouvir?

[1] Veja-se esta curiosa intriga na *Hist. Gen.* T. XI, pag. 23 e seg.

A UM VELHO MOÇO

Porque queres ser moço, sendo velho?
porque vives da edade tão trocado?
quanto melhor te fôra dar conselho,
que deveres de ser aconselhado!
eu te amoesto, amigo, e te aconselho,
que sejas já de ti desenganado;
entende que a ti só comtigo enganas;
a ti só fazes mal, a ti só danas.

CAPITULO VIII

Os tratamentos que as Damas davam e recebiam.— Anecdotas varias.— Extractos de um antigo tratado de civilidade.— O *Dom*.— A Excellencia.— Tratamento que da Duqueza de Bragança D. Catherina recebeu o Duque d'Alba.

Quando, na era de quinhentos, succedia haver arrufos entre namorados, a namorada, dama do Paço, dava então ao seu servidor, sem mais nem mais, e por maior que fosse a intimidade, o tratamento que por lei lhe competisse a elle. O leitor não percebe talvez, mas eu explico.

Diz D. Francisco Manuel, que as damas tratavam simplesmente por *vós* aos seus servidores solteiros, ainda que fossem Grandes do Reino; era uma prova de intimidade affectuosa. Lá observa Rodrigues Lobo: *Aos eguaes tratâmos de Mercê, e ficou-se o Vós e a brandura d'elle para os amigos e para os mal ensi-*

nados[1]. Quando porém a mosca do capricho e do arrufo picava as damas, e quando ellas queriam significar aos seus arrojados que os despediam, davam-lhes o seu legal tratamento, acabando de vez com aquella engraçada familiaridade[2].

Elles a ellas tratavam-n'as sempre por *Senhoria.* Quando falavam das senhoras em geral, diziam *a minha senhora D. Fulana;* mas quando se referiam ás damas, diziam só: *a senhora D. Fulana;* o *minha* era tido por grosseria[3]. Usos. É que este complicado contraponto da cortesania tem ás vezes caprichos da maior puerilidade.

Ha um dito de não sei que escriptor moralista francez, que me parece admiravel lição para certa gente: *La politesse n'est rien, si elle n'est pas doublee de bienveillance.* Aproveitem o ensino, uns certos, que rebuçam em sorrisos falsos e cortesias elegantes o fel que lhes vae na alma.

*

Dizia eu, que, em as damas se zangando, davam aos seus servidores o tratamento que elles tinham por lei. Inda isso era extrema benevolencia em comparação de um caso que nos conta Rodrigues Lobo na *Côrte na aldeia*[4]. (Provavelmente era coisa conhecida de todos, e o poeta quando a contava, previa que alguem punha a carapuça).

[1] *Côrte na aldeia.* Dialogo XII.
[2] Id., ibid.
[3] Id., ibid.
[4] Id., ibid.

Não sei como, tinha incorrido no desagrado de uma dama certo cortesão mancebo; e ella, n'um accesso de furia, descalçou um chapim, e atirou-lh'o como castigo. O mancebo muito serio parou, apanhou o chapim, beijou-o com muita ternura, e tornou-o a offerecer á gentil dona, com uma profunda e respeitosa cortesia. Ella sorriu-se, cahiu em si, e d'ahi em deante... moderou as suas iras.

*

Antigamente eram muito mais pautadas, muito mais estudadas do que hoje as etiquetas. Hoje a singeleza respeitosa é que dá a norma do proceder. Mas os nossos maiores! oh! Santo Deus! acho que estavam em constante passo de dança. Lá observa com graça o auctor da *Côrte na aldeia,* que a Deus se falava com os dois joelhos em terra; aos Reis com o esquerdo posto no chão; aos eguaes, com elle dobrado, inclinando o pé para traz. A Deus beijâmos o chão; ao Papa, o pé; ao Rei, a mão; entre eguaes, beijâmos a mão com que tocâmos a d'elles; e por palavras beijâmos a mão de toda a gente[1]. Se até havia, para expressar os indifferentes, o termo de *amigos de «beijo-vol-as-mãos»!*

Nas instrucções que o Prior do Crato deu em 1588 a seu filho D. Christovão (precioso documento, cheio de minucias acerca da requintada cortesia antiga portugueza), allude o senhor D. Antonio ao uso de se beijar a propria mão ao aproximar-se alguem

[1] Dial. XII.

de pessoa de respeito. Não sei se se usa ainda algures esta moda; sei que a vi praticar em Lisboa ha quatro ou cinco annos a um Allemão extremamente polido.

A proposito:

Contam-se alguns casos frisantissimos, de lições subtilmente dadas a orgulhosos, que se julgavam dispensados de guardar certos preceitos. Rodrigues Lobo, que é um manancial, lá traz esta historia:

*

Indo uma vez certo cavalheiro portuguez visitar um Italiano illustre, este á despedida dispunha-se a não acompanhar a visita até á porta; então o hospede, impellindo-o devagarinho com a mão, disse, todo elle sorrisos:

—Vejo que para Italiano faz V. S. muito pouco exercicio.

E obrigou-o a caminhar.

*

Um dia (esta é contemporanea) tinha certo Lisboeta ido visitar um altivo morgado de Lamego, que o recebeu de pé, e de pé se deixaria ficar, se o Lisboeta picado lhe não dissesse com graciosa urbanidade:

—Vejo com pena que V. Ex.ª se conserva em pé por minha causa; é que V. Ex.ª é extremamente amavel; mas eu peço-lhe que se sente.

E puchava duas cadeiras; e o outro sentava-se, mordendo os beiços.

*

Um nosso conhecido, que morreu ha poucos annos (aliás excellente e digna pessoa), tinha o pessimo e deploravel costume de dar apenas um dedo em vez da mão toda, quando falava com alguem. Achava-se uma noite em S. Carlos um dos nossos primeiros homens de lettras com tres ou quatro amigos, quando acertou de passar o mencionado sujeito. Conforme o seu desleixado uso, estendeu inconscientemente um dedo, disse duas palavras aos circumstantes, e seguiu.

—Feliz homem!—exclamou o poeta—Feliz homem este, que tem uma mão para cinco amigos ao mesmo tempo.

*

Que admirações sentiriam os nossos maiores, se de repente se achassem na sociedade actual! que mudança nos usos e etiquetas! que desleixo de pragmatica!

O mesmo espanto que nós, se nos vissemos na sociedade do seculo XVI ou do seculo XVII.

Não é preciso ir tão longe. Possuo uns antigos «Elementos da civilidade e da decencia, para instrucção da mocidade», traduzidos do francez, e publicados em Lisboa em 1801, *com licença da Mesa do Desembargo do Paço.* A leitura d'essa obra, que tem mais de 300 paginas, é a coisa mais engraçada e *desopilante* que se pode imaginar; o que prova que

o livro mais difficil de escrever é um d'esse genero. A civilidade, filha legitima da caridade christã, aprende-se no uso; não se legisla; e é de si tão transitoria na fórma, e tão incoercivel na essencia, que nem se pode sequer reduzir a regras.

Uma das que usam os preceptistas é formular a sua doutrina em ordens negativas: «não façam tal ou tal acto; não digam tal ou tal palavra». Parece-me muito mais efficaz dizer-se-me o que devo fazer, em vez de se me explicar o que não devo. Faz-me isto lembrar uma Grammatica franceza-portugueza, contemporanea, onde tambem se estatue por negativas; por exemplo:

Quando o alumno quizer dizer que deu cabo do seu chapeo, não diga:

J'ai donné caporal de mon chapeau;

nem

J'ai donné câble de mon chapeau;

nem

J'ai donné cap de mon chapeau;

mas diga

J'ai détruit mon chapeau.

Parece inventada, mas não é.

Ora este tal tratado de civilidade, usando identico systema, diz a pag. 23:

Devemos abster-nos, quanto fôr possivel (note-se), *de dormir quando outras pessoas estiverem fallando, como tambem de estarmos assentados quando ellas estiverem em pé, ou de passear quando ellas estiverem paradas; e* (note-se bem) *não mataremos nem pulgas, nem outro qualquer insecto na presença de alguem. (!)*

O auctor disse *quanto nos fôr possivel;* logo, quando não poder deixar de ser, dormiremos...

N'outra parte, a pag. 27 diz:

Devemos ter muito cuidado de não ajuntar ao titulo de «meu Senhor» *ou* «minha Senhora» *alguma palavra que possa formar algum equivoco. Seria rusticidade, se dissessemos, por exemplo: «Este livro é encadernado em pelle de porco, meu Senhor»; ou: «Eis aqui uma bella egua, minha Senhora»; ou «Elle estava montado em um cavallo, meu Senhor.»*

Que lhes parece a doutrina?

A pag. 37 accrescenta o auctor:

É tambem uma acção muito indecente o tirar a cabelleira ou casaca, cortar as unhas ou roel-as com os dentes, em presença de senhoras;... como tambem nos não devemos coçar, nem atar alguma liga, ou desapertar o sapato, ainda que elle nos cause grande impressão;... por serem todas estas acções muito indecentes e incivís.

Mas, observa o senso-commum, essas acções só as praticaria deante de senhoras o selvagem do Aveyron, ou o negro boçal da Zululandia, dado comtudo o caso d'esses sujeitos usarem cabelleira, casaca, ligas, e sapatos; e para elles não se legisla assim.

No capitulo das visitas ha leis curiosissimas: se o visitante é nosso inferior, se é nosso egual, se é nosso superior, etc. Exemplo:

Quando tivermos a honra de receber a visita de pessoa de grande qualidade, diz o auctor, que, *se esta pessoa qualificada que nos veiu visitar tiver vindo a pé, devemos acompanhal-a até á porta da rua, e não nos recolheremos sem que primeiro ella tenha*

partido. Porém se a tal pessoa fôr alguma senhora, então pede a civilidade que a levemos a sua casa... muito principalmente sendo de noite, e sua casa distante.

Não sei que senhoras qualificadas eram estas, que andavam a fazer visitas de noite. Bonito emprego para um dono de casa (se tivesse recebido muitas senhoras) andar até madrugada a reconduzil-as da Junqueira a S. Vicente, ou do Campo de Santa Clara á travessa dos Ladrões! Confesso que eu por mim dava a minha demissão, por maior e mais profundo que seja o respeito que me ufano de consagrar ás senhoras.

Na Parte III d'este livrinho unico, intitulada TRATADO DOS PRINCIPAES FUNDAMENTOS DA DANÇA, EM QUE SE DÃO OS PRECEITOS, NÃO SÓ PARA BEM DANÇAR, MAS PARA ANDAR, SAUDAR, E FAZER AIROSAMENTE CORTESIAS, ASSIM NAS ASSEMBLÉAS, COMO EM OUTRA QUALQUER OCCASIÃO, vê-se que antigamente o saudar, e até o andar, eram preceituados segundo as regras choregraphicas. Um antigo diplomata não andava como um actual. O marquez de Pombal, e José de Seabra da Silva, moviam-se a compasso de solfa. Boileau e Racine, magestosos sob as suas cabelleiras de anneis, meneavam-se, nas alcatifas de Versailles, como os pavões do Jardim zoologico de S. Sebastião da Pedreira. Jorge IV, o brilhante Principe de Galles, e o seu immortal valído Brummel, rei da suprema elegancia, não caminhavam; passavam, inspiravam-se constantemente na gavotta, e deslisavam pelas salas e pelas ruas como quem estava acompanhando menuetes de Mozart.

Para andar, diz o meu livrinho que *é preciso ter a cabeça direita sem constrangimento algum, os hombros bem levados atraz, com o que fica parecendo mais largo o peito, e com maior graça o corpo; os braços cahidos até á altura dos quadrís, as mãos nem abertas nem fechadas, a cintura firme, as pernas muito estendidas, e os bicos dos pés voltados para fóra.*

As cinco posições da dança, inventadas pelo celebre Ricardo Beauchamp, mestre de Luiz XIV, vê-se que estavam em pleno vigor para as regras do mais simples passeio hygienico pelo Rocio ou pela rua do Ouro.

O comprimentar com o chapeo era operação muito séria, que o auctor declara se deve fazer em *tres tempos*. Havia a cortesia *para deante,* a cortesia para o lado, ou *de passagem,* e a mais respeitosa de todas, a cortesia de Côrte, ou *para traz*. Esta praticava-se olhando primeiro modestamente para a pessoa a quem se ia comprimentar (o que se denominava technicamente *apresentar* a cortesia). Depois punha-se suavemente o pé direito na *quarta posição*, apoiando o peso do corpo sobre a perna esquerda, e deixando portanto a direita prompta para se mover, até ganhar a *segunda posição.* Inclinava-se então o tronco para deante, e ao levantal-o raspava-se com o pé direito no chão, levantando com muita pausa o calcanhar até o pé chegar á *terceira posição* para traz[1].

Como se está vendo, tudo isto é meditado, grave, e serio.

[1] Pag. 294.

Todas estas coisas, que nos fazem rir, e nos parecem caricatas, tinham razão de ser, e representavam o mutuo respeito, e as gradações indispensaveis nas provas reciprocas de consideração social. Hoje, quasi todas essas provas, e as suas formulas verbaes e escriptas, caducaram; caducou pois tambem o apuro n'este ramo da arte de Vestris.

A arte da dança, tão propria para desenvolver a elegancia de maneiras nas creanças, era ha poucas dezenas de annos assumpto que merecia todas as attenções.

Coisa nenhuma me parece mais agradavel em uma companhia,—diz o auctor citado ha pouco—*do que ver dançar serio* (note-se esse adverbio, inintelligivel agora) *duas pessoas de um e outro sexo; que applauso para ellas! e que gosto para os circumstantes!*[1]

Havia extremados dançarinos de solo inglez, gavotta, e menuete. Conta D. Antonio da Costa na sua interessantissima *Historia do Marechal Saldanha,* que o elegante General foi na sua mocidade um Beauchamp de primeira ordem. Quando elle se dispunha a ir dançar, formavam todos circulo, e chamavam-se de sala em sala:

—Venham! venham ver! vae dançar o João Carlos de Saldanha!

A boa dança era uma aristocracia. Rimava com tudo mais. A dança regulava a civilidade. A civilidade, nas suas formulas diversas, era o codigo do respeito social; e esse respeito graduava-se conforme as honras de cada um.

[1] Pag. 296.

*

Chegou modernamente tudo isto de *honrarias* á miseria a que nunca se imaginou que podesse chegar! Nada mais baixo que os titulos, nada mais baixo que as condecorações, nada mais baixo que os tratamentos distinctos. Já no seu tempo dizia o abbade de Jazente, que só tres coisas andavam baratas:

os tremoços, o arroz, e as Senhorias.

Que diria hoje!

Ao infimo cidadão se escreve como d'antes só se escrevia a ministros. O protocóllo epistolar degenerou em banalidade irrisoria.

Mente Martha como sobrescripto de carta—moteja o annexim; e tem razão.

Que isto por cá, mais ou menos, sempre andou um tanto fóra dos eixos, é indubitavel; sempre exageraram Portuguezes os extremos e requintes da civilidade; e n'isso concordam estrangeiros de grande criterio, como por exemplo Feijóo, o Benedictino do *Theatro critico*, dizendo:

Vi en una ocasion requebrarse dos aulicos con tan extremada ternura, que un Portuguès podria aprender de ellos frases y gestos para un galantèo.

*

No tempo d'el-Rei D. Affonso V (sem ir mais longe) ainda se não dava, nem permittia, o *Dom* a todas as senhoras, ainda mesmo nobres e fidalgas. Ha

na Torre do Tombo uma carta do mesmo Rei[1], em que elle, por muito favor, confere aquelle tratamento á mulher e filhas de Nuno Martins da Silveira, Rico-homem, e Escrivão da sua puridade, Leonor Gonçalves de Abreu, Guiomar de Abreu, Leonor da Silveira, e Violante de Abreu. Isto em 1 de junho de 1451!

No seculo XVI era já por cá o *Dom* apetecidissima regalia das filhas dos *mechanicos limpos* (classe burgueza d'então). Na *Eufrosina* fala Jorge Ferreira do empenho de certos paes em casarem as filhas com fidalgos, *porque lhe deem o Dom, que no dito Dom está o mel*[2].

*

Hoje toda a parte feminina da Nação portugueza (com poucas excepções) gosa de Excellencia. Da masculina, quasi tudo: não só os que a teem *de jure*, não só os que teem *de jure* a Senhoria, mas os que nem teem Mercê. «Em Hespanha, e particularmente em Portugal—diz com graça Bluteau—sem grande familiaridade ou dependencia, ninguem leva um *Vós* com paciencia». Isto em 1721! que diremos hoje! A Excellencia, o disputado tratamento da Casa de Bragança, e da Casa de Aveiro, tornou-se por assim dizer o nosso *Usted*, e o nosso *Vous*. É commodissimo, mas burlesco. Tem o que quer que seja dos *preclarissimos, famosissimos, estimadissimos*, do Baixo Imperio.

[1] Livro III dos *Mysticos*. fl. 263, citada na *Hist. Gen.* T. III, pag. 36.

[2] Acto. V, sc. V.

Quanto á abreviação, que a pronuncia usual faz quasi sempre do *Vossa Excellencia,* syncopando-a em *Vócencia* ou *Voçlencia*, observo que é isso já antigo por cá; pelo menos é-o em Castella. Encontrei o *Vuecelencia* e o *Vuecencia* em Calderon de la Barca [1]; e lembro-me de o ter visto em outros comicos, como Quevedo, por exemplo, nos seus entremezes.

*

Por mui altos, porém, que andassem ainda no fim do seculo XVI os tratamentos, por pouco accessiveis que se conservassem, a *Senhoria* (que hoje ninguem aceitaria sem séria reclamação) e a *Excellencia* (mais barata que sardinha petinga em redes da Nazareth) nenhuma d'essas honrarias consuetudinarias chegava ainda assim ao elevado tratamento, com que a Duqueza de Bragança recebeu o Duque de Alva. Se os leitores se não recordam, eu conto.

Era em 1581, quando Filippe II de Castella veio a Portugal correr estes Estados, a que pelo direito da força chamava seus. Em Villa-Boim visitou a Duqueza de Bragança D. Catherina; depois d'elle sahir, entraram na camara da Duqueza os Grandes castelhanos: Duques de Medina Sidonia, de Ossuna, e de Pastrana, Prior de S. João, e outros; e depois, quiz o Rei que tambem a visitasse o Duque d'Alba, aquelle terrivel vencedor da chamada batalha da ponte de Alcantara.

[1] *El Alcaide de Zalamea.* Jornada II, scena VII.

Feita a visita, e curiosissimo o Soberano de saber como teria o Duque sido recebido, com que etiquetas, com que ficticios agrados, pela astuciosa Duqueza, muito ciosa de prerogativas, e que não costumava malbaratar tratamentos, perguntou rindo:

—Então, Duque, como vos tratou minha prima D. Catherina?

—Senhor, deu-me elevadissimo tratamento.

—Senhoria?

—Mais, meu senhor.

—Quê! Excellencia?

—Muito mais; muito mais.

—Então Alteza?...

—Muito mais, meu senhor.

—Então...

—Tratou-me por *Jesus*.

—Como assim?

—Eu estava ancioso por ver, se a senhora D. Catherina se dignaria egualar-me aos senhores de sua Casa; apenas entrei, logo Sua Excellencia me disse: «Jesus, Duque, tanto favor com esta visita!» E eu, querendo informar-me da sua saude, lhe perguntei como se achava. Respondeu: «Jesus, havia eu de ser tão grosseira, que não estivesse muito boa com uma visita tão estimavel?!» E ao despedir-me disse outra vez: «Jesus! pouco tempo consegui uma tão boa conversação». D'onde vê Vossa Magestade, que tive o divino tratamento de *Jesus*[1].

Assim disfarçava a Duqueza o seu despeito, mostrando, com feminina astucia, ao altivo D. Fernando

[1] *Hist. Gen.* T. VI, pag. 190.

de Toledo, que os florões de uma corôa ducal de segunda ordem não conseguiam equiparal-o á Casa realenga de Bragança. Respeitava assim aquella Princeza (sem quebra de pragmaticas) os direitos do seu proprio sangue, e protestava.

CAPITULO IX

Influencia das damas do Paço no primor da educação dos mancebos.—No dominio filippino a ausencia da Côrte deixou Lisboa em lamentavel atrazo.—Cita-se e extrata-se a chistosa *Visita das fontes* por D. Francisco Manuel de Mello.—Recorda-se a maneira fastuosa como sahia á rua el-Rei D. Manuel.

Com a presença das Rainhas e Princezas em Lisboa, com a vida elegante, muito menos expansiva do que hoje, e portanto mais concentrada no Paço para aquelles a quem o seu nascimento lá chamava, tinha antigamente a Casa dos nossos Reis physionomia mui outra da que hoje tem. Havia além de varias circumstancias os dois alludidos elementos, que por si bastavam para alterar de todo a feição moderna do Paço: o elemento moço-fidalgo a educar na camara Real, e o elemento dama, que era numeroso, e (segundo se vê) muito buliçoso tambem.

No seu engraçado livro *Côrte na aldeia*[1] traz Francisco Rodrigues Lobo um acertado quadrinho, que em duas pennadas nos dá a conhecer o merecido respeito que ás damas do Paço portuguez se consagrava, aos seus graves costumes, á sua discreção, ao seu decóro. *Em presença e ausencia*—diz o autor—*os cortesãos as nomeiam por senhoras, se lhes descobrem, e ajoelham como a deusas, lhes fazem festas, jogos, justas, e torneios, como a deidades, estão pendurados de seus favores e respostas, como de oraculos, as acompanham como a coisas sagradas, se vestem, ornam, e enfeitam pelas agradar, se desvelam pelas servir, se apuram para as merecer, no esforço, na gentileza, na galanteria, no dito discreto, no escripto avisado, no mote galante, na endeixa subtil, no soneto conceituoso. Por ellas se ensaiam para o saráu, no dançar, no falar, no acompanhar, e no offerecer. Por ellas se aprestam, nas occasiões de jornadas, de creados e librés, galas e ginetes. Por ellas continuam o passeio á vista das janellas, atravessam as salas á sua conta, e rodeiam o Terreiro do Paço mil vezes por seu gosto. Por ellas se offerecem a todo o perigo; porque qual é, que um servidor de damas não ache facil por amor d'ellas?*

E já o proprio Rei D. Duarte notava quanto os amores obrigavam os rapazes a maior alinho e apuro no trajo e nos usos; *fazem gente manceba melhor se trazer*—diz o Real moralista[2].

[1] Dialogo XIV, pag. 109.
[2] Leal Conselheiro, cap. XLIV.

*

Com taes mestras e taes premios, era o Paço uma escola, pensa Rodrigues Lobo, d'onde os alumnos sahiam apurados. E como escrevia sob o regimen dos Filippes, lamenta que a falta da Côrte em Lisboa, desde tantos annos, privasse os Portuguezes d'aquelle curso de *honra, primor, e discreção*, e nota que por isso faltava a muitos filhos illustres do Reino certa polidez, que só trazem os exemplos femininos.

D. Francisco Manuel, bom cortesão como os que o eram, tambem deixa entender que, ainda nos dias incertos e calamitosos do começo do reinado do Duque D. João de Bragança, escasseavam as festivas reuniões do paço da Ribeira.

Antigamente—diz o faceto conversador dos *Apologos dialogaes*—... *havia damas, e talvez convites; eram celebradissimos os saráus e festins, que se experimentavam entre damas e galantes, em bodas e nascimentos de Principes, vindas de embaixadores ou hospedes semelhantes. Agora está muito syncopada a galanteria!*[1]...

A propria Rainha, aquella varonil Duqueza, que tantas festas luzidissimas se costumára a ver nos seus paços adoptivos de Villa-Viçosa, era, por uso e costume, retrahida e recolhida.

*

Na citada *Visita das fontes* diz para a fonte nova do Terreiro do Paço a sentinella:

[1] *Visita das fontes*, pag. 279.

—*Melhor será, e bem melhor, que vos appliqueis a ver aquella procissão de coches que lá vem; e é, segundo me parece (ainda que apparecem longe), o acompanhamento da Rainha, que sahiu fóra; elle é; não me engano.*

Responde ao soldado a fonte nova:

—*Dera-vos alviçaras, se m'as pedíreis; porque estando já aqui ha dias, não tive até hoje o bom dia de ver Sua Magestade.*

Atalha a fonte velha do Rocio, matrona que alli viera conversar com a sua companheira:

—*Será assim, porque é uma das mais recolhidas e caseiras Princezas do mundo. Raras vezes deixa o seu paço; sae só a visitar os templos e quem os habita.*

FONTE NOVA —*Pois eu me lembro, que me contava meu pae, o senhor Chafariz que Deus perdoe*[1], *que a Rainha D. Catharina, ultima d'este reino*[2], *sahia muitas vezes de tarde a passear pela Ribeira em umas andas de duas urcas, e se presava tanto de mãe, como de senhora, dos seus, servindo-se de aceitar das mulheres, que vendiam por essas cabanas, as pádinhas de pão, que já lhe tinham guardado para lhe offerecerem quando passasse; e que ella lhes sabia os nomes, e lhes falava muito a proposito, e com boa graça*[3].

FONTE VELHA —*Tudo isso então parecia muito bem; mas se se fizesse agora, seria estranhado da politica d'este tempo; que, supposto que em nossos Principes*

[1] O Chafariz d'el-Rei.

[2] Mulher d'el-Rei D. João III.

[3] Que lindissimo quadro de costumes!

não mudasse a humanidade, foi conveniente mudar o costume.

Fonte nova — *Sentidissima fico eu de não poder ver o coche Real, que as guardas e a gente nos encobre; mas allivío vendo os das damas que se lhe seguem.*

Fonte velha — *Sim, aquellas quatro ou cinco carroagens são de damas e senhoras, que antigamente chamavam donas.*

Fonte nova — *Valha-me Deus! que formosura! que gentileza! que galhardia! que galas! que aceios! que bordados! que plumagens! Baixo parece o ceo para tão altos vôos. Se Venus em seus jardins tem gaiolas de ave Phenix, estes coches devem de ser suas gaiolas. Mas que senhores são aquelles, que vejo junto aos estribos? Bem fazem de os não perderem em occasião tão venturosa.*

Fonte velha — *Aquelles, sobrinha, são irmãos, cunhados, tios, e primos, de algumas das damas; e alguns não lhes são nada, mas andam para o ser, porque são os galantes, que as servem com animo de as pedirem, e alcançarem por esposas.*

Fonte nova — *Não cuidava tal. E como novata corteză, não sei se é bom costume.*

Fonte veiha — *Desculpo a estranheza com que o ouvís; porém os Reis de Europa sempre o admittiram; porque o decoro e o respeito são dois personagens muito grandes, e muito confiados de todos os Paços dos Principes; que sabemos o mais composto e reformado foi sempre o dos Reis portuguezes; e porque a detracção não fosse tão ousada, que se atrevesse a algum ruim pensamento, é lei dos Paços que até os*

casados galanteiem, para que se veja que n'este exercicio não tem alguma parte a esperança ou pretenção, e tudo pára em mera cortezia, ou cortezania. Em França, Inglaterra, e Hespanha, ha mais larguesa, mas não descompostura, se se mede sua singeleza com o natural hespanhol, um pouco mais travêsso que o das outras nações.

Aqui metteu o seu dois d'oiros na conversação o Apollo de pedra, que em cima do chafariz campeava; e disse:

Apollo — *Por essa singeleza tornou*[1] *tanto aquelle Rei inglez, que em obsequio ao decoro da dama, que lhe cahiu, dançando com elle, uma liga (era muito presada d'el-Rei), fez da mesma liga a nobre insignia da Jarreteira, uma das famosas cavallarias do mundo, com a celebrada lettra:* Mal haja quem mal cuida[2]; *d'onde deu figas á malicia*[3].

*

Segundo se vê de varios documentos e apreciações antigas, nunca primou a Côrte portugueza em festas e recepções frequentes.

É de todo o ponto triste a Côrte de Lisboa; — diz um escriptor francez do principio do seculo XVIII — *quasi nunca tem assemblêas da fidalguia; el-Rei costuma comer sosinho, poucas vezes com a Rainha; em publico, isso nunca. Sae até mui pouco; e com quanto possua uma quinta de regalo a dez leguas da capi-*

1 Palavra morta; isto é: *pugnou*; é parenta do *torneio*.

2 Traducção excellente do *Honni soit qui mal y pense*.

3 Apol. dial. Vis. das fontes, pag. 276 e seg.

tal, em Salvaterra, com boa tapada bem provida, passam-se annos sem lá apparecer[1].

Conta o mesmo narrador anonymo a maneira singela por que sahia em Lisboa el-Rei D. João V: n'um coche puchado a seis, onde iam com elle o Infante D. Antonio, o Duque do Cadaval D. Jayme, e o camarista de semana; a escolta eram apenas quatro ou cinco creados a cavallo; a saber: o carpinteiro dos coches, o ferrador, o selleiro, e um ou dois moços de estribeira vestidos com a libré da Guarda Real[2].

Tudo isso contrasta seu tanto com a extravagante magnificencia de rajah, com que apparecia em publico pela Cidade el-Rei D. Manuel. Não se contentava

com duas canas deante,

como diz Sá de Miranda; nem se contentaria com o modestissimo apparato, todo democratico, em que sae el-Rei D. Carlos seu neto, precedido (e nem sempre) de dois batedores a cavallo, com libré azul e prata, e seguido (quando muito) de um caleche com camaristas. Não; o Rei *feliz* tinha n'estes seus usos quotidianos uma emphase, umas hypérboles, que lembravam o Oriente.

Vede-o: lá passa primeiro, com o seu porte pesado e mau, um rhinoceronte ferropeado, levado á trela de um Indio. Depois seguem cinco elephantes, quatro machos e uma femea, com os seus cornacas vestidos de côres vistosas. Depois um cavallo per-

[1] *Description de la ville de Lisbonne*, pag. 80.
[2] Id., pag. 81.

sio acobertado, nas ancas do qual um caçador persio leva uma onça de caça, presente d'el-Rei de Ormuz. Depois, a distancia, a cavallo, el-Rei D. Manuel; e finalmente a sua comitiva[1].

Espectaculo surprehendente e desusado, de que a Europa falava com pasmo, e que era para os lisboetas a mais efficaz concitação indirecta ás briosas entreprezas e aventuras da conquista.

*

Voltando ao reinado de D. João V:

A Rainha D. Marianna tambem apparecia pouco. Ia aos sabbados depois do jantar fazer as suas devoções a um Convento; acompanhavam-n'a o Principe e as Princezas sua filha e cunhada, mais a Condessa de Unhão Camareira-Mór. As sahidas Reaes eram annunciadas de manhã por tambor e pifano, que andavam correndo a Cidade para se juntar no paço a guarda dos alabardeiros. O coche da Soberana ia flanqueado de moços a pé, e precedido de alabardeiros descobertos, com o capitão e o tenente a cavallo. Atraz seguiam quatro coches, em que iam os estribeiros, mór e menor, e doze damas de honor[2].

Na quinta feira santa é que a mesma Rainha sahia a pé, com o seu sequito, a visitar as egrejas; e davase então um uso curioso, que mal comprehendemos hoje, e que está a revelar o tremedal mais immundo nas calçadas lisboetas. Iam a deante da Rainha

[1] Damião de Goes. *Chron. d'el-Rei D. Manuel.* P. IV, cap. LXXXIV.

[2] *Description de la ville de Lisbonne,* pag. 83.

uns grupos de mariolas (n'esse tempo não era insulto) dispondo ao longo do caminho uma serie de taboados a formar estrado em cima das lamas; de fórma que os *chapins* de Sua Magestade julgavam ir pisando um estirado corredor. Os coches iam seguindo muito atraz, e a Rainha servia-se d'elles na volta ao paço da Ribeira[1].

Na nossa Côrte, sempre piedosa, são estes usos da visitação das egrejas em quinta feira santa já muito velhos. O mais antigo rasto encontrei-o d'el-Rei D. João II, que celebrava as suas endoenças como qualquer simples mortal[2].

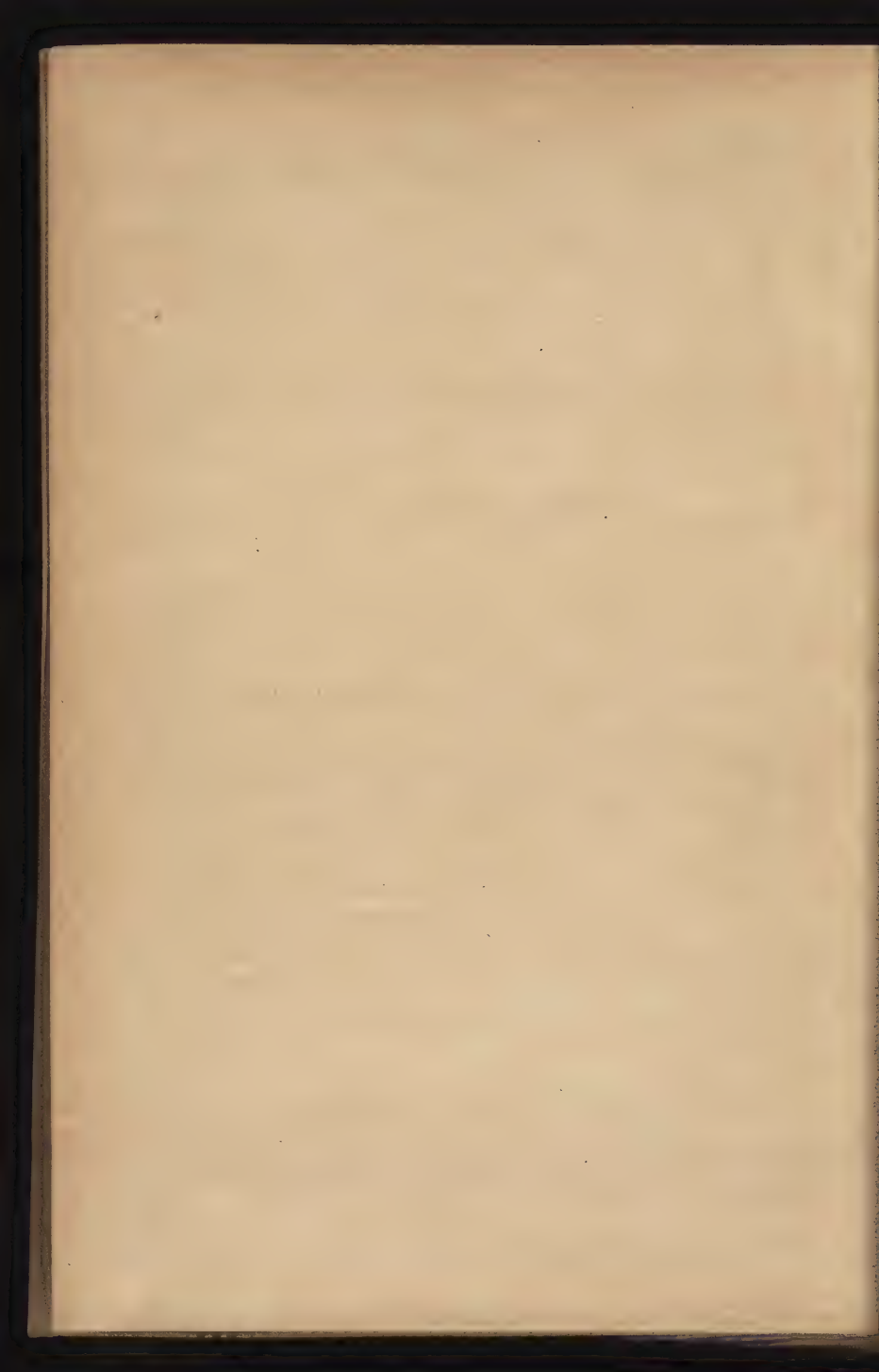
*

Usos e costumes mortos para sempre! quadros soltos da vida da Côrte antiga. Tenho pena de ter entretido tanto tempo os meus leitores com estas brilhantes bagatelas, ou antes, lentejoilas historicas. Vou concluir, que é a parte mais difficil do meu escripto, visto ser indispensavel pôr de banda um milhão de noticias tentadoras, que o tempo destroe com affinco de iconoclasta. Vou concluir, visto reparar no desmedido tamanho do volume.

Foi tudo isto um *a-proposito*, de que peço desculpa.

Resta-me porém a convicção de que enfeixei um ramalhete de noticias amenas e caracteristicas, muito nossas, que hão-de ser algum dia aproveitadas por quem as entenda e aprecie.

1 *Description*, etc. pag. 84.

2 Veja-se Garcia de Resende. *Cron. d'el-Rei D. João II*, cap. CII.

CONCLUSÃO

Eil-o finalmente preenchido, o Tomo VII da Parte II da LISBOA ANTIGA.

Do exposto n'estes livros deduz-se facilmente quanto a idéa religiosa bafejou o berço da Lisboa de Affonso Henriques, e o muito que lhe devem os augmentos da Cidade. Por todo o perímetro da primitiva Lisboa, e até por fóra d'elle, avulta uma recordação gloriosa: a do nome do nosso primeiro Rei: na Alcáçova, nos lanços da cerca, na Sé, em S. Vicente, nos Martyres, no monte de S. Gens, em cada palmo emfim d'esta povoação bellicosa e nobilissima, que elle resgatou e christianisou.

Cumprem aos Municipios duas coisas:

1.ª:—conservar para sempre, e ciosamente, as reliquias d'aquellas eras; 2.ª:—erigir n'uma praça da nova Lisboa um padrão condigno ao colossal Af-

fonso Henriques, unindo á sombra d'elle o pensamento altamente patriotico, e administrativo, que o desvelou, e a idéa sem a qual nada ha grande, sem a qual tudo são ruinas: a idéa por que elle pugnou, e daria o seu sangue: a Religião.

Ha pessoas que ainda confundem a *liberdade* com a *licença;* e tambem as ha, que pensam que o famigerado *progresso* consiste em vilipendiar todos os padrões das eras antigas.

Desejo mostrar-lhes que tambem ha quem pense de diverso modo.

*

Está acabada a obra?—perguntam algumas pessoas. Não—respondo eu;—não está, nem tão cedo o estaria, se chegassem a um só homem as forças para tão aspera tarefa. Pode ser que algum dia eu continue estes tentames pelo mesmo systema, seguindo ás parochias do segundo e terceiro reinados. Pode ser; mas não sei quando. Agora vou-me descançar n'outros estudos.

Fiz o que pude, e offereci á minha Cidade natal o meu tributo como soube. É isto o fructo de muitos annos de estudo improbo; para escrever uma obra assim, não é preciso senão *paciencia,* e *intelligencia clara.*

Engano-me; é indispensavel outro predicado: certa bossa de *massador,* que é força reconhecer-me, e com que muito me honro.

O *massador,* n'estas coisas, é o perseverante, é o

incansavel. O massador é aquelle, que, levando muito alto o fito dos seus trabalhos, os emprehende e prosegue só pelo gosto de ser util aos seus conterraneos. É aquelle, que pospõe interesses positivos, ou os ocios faceis de uma Cidade grande, á ufania de servir e defender de todo o coração a antiguidade, por isso mesmo que é moda insultal-a. É aquelle, que se faz cavalleiro andante das tradições honrosas da terra que lhe deu o berço, quebra lanças por ella, pugna pelos foros d'ella, envelhece sobre pergaminhos, gasta a vida em seroadas inglorias no silencio de uma livraria, e tem a consciencia de que ha-de morrer obscuro, mas contente comsigo. O massador é aquelle, que, depois de ter esgotado tudo quanto se pode colher em chronicas e registos manuscriptos dos archivos, se atreve ás vezes a mendigar a mercê de consultar taes ou taes documentos particulares, ou de o deixarem penetrar (por grande favor!) em tal ou tal predio publico! Finalmente, é aquelle, que, submettendo todas as suas faculdades ao serviço da chronica minuciosa de uma povoação interessantissima, hoje, no periodo da sua quasi total transformação, tem o espanto de se ver apontado a dedo, em alguns circulos, por maníaco, por inutil, por frivolo colleccionador de ninharias, por malbaratador de tempo precioso.

Isso é que é o massador; e esse *massador* sou eu.

Seja como for. Fiz o que podia, e não me pesa o ter importunado. Com certeza que não mendiguei para mim.

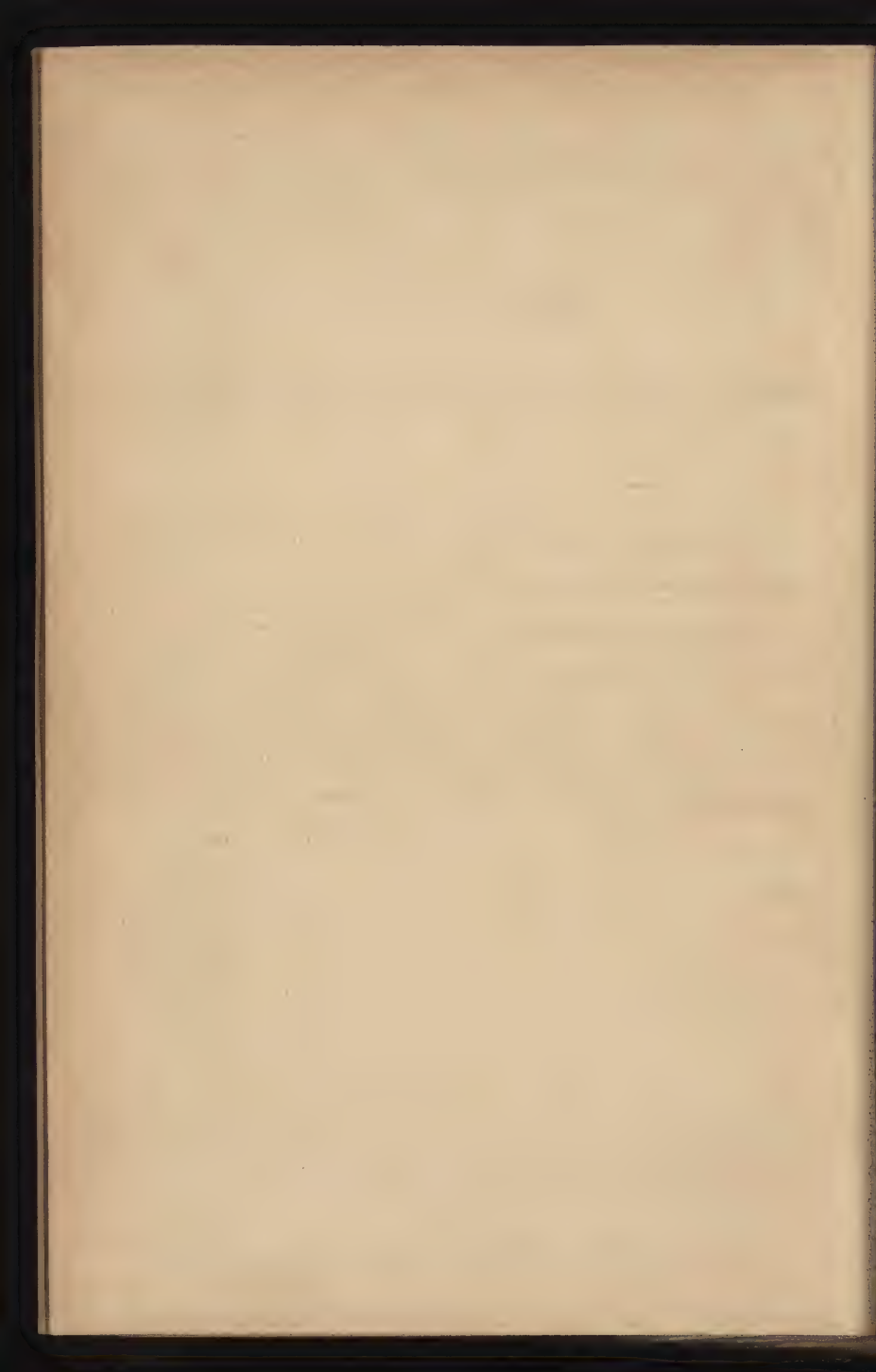
Mendiguei para uma nobre e formosa desvalida, que se chama: A Arte.

Ao despedir-me dos leitores d'estes pobres livros, fecharei a porta repetindo, eu, obscuro cabouqueiro, o que da sua obra immortal dizia João de Barros:

Não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar coisas derramadas, e per papeis rotos e fora da ordem.

Quinta das Varandas—Olivaes—26 de janeiro de 1890

FIM DA PARTE II DA LISBOA ANTIGA

NOTAS

NOTA I

DOAÇÃO DE UM PREDIO EM S. BARTHOLOMEU A D. JOÃO AFFONSO

(PAG. 30)

Doaçõ a Joha affon filho daffonsso sanchs duas casas q esta na ffregsia de sanbtolameu de lixboa.

Don Denis pela gra dedeos Rey de Port e do Algue A qntos esta cta vire faço sabr qeu Enssenbra cõ a Reina dona Isabel mha molhr e cõ o Inffant Dom affon nosso filho pmeyro hdeyro Dou e doo patodo senpe por jur derdade. ajhane affon filho daffon Sanchiz as mhas casas qeu ey naffreeguesia da sanbtolameu delixboa q foro de viçente mtiz en outro tpo meu Thesoureyro nas qes agora moraua Jhoa simhõ. como pte essas casas cõ as casas q Joham Simhõ hy cõprou desteuã doiz q foy meu çaqteyro e de sa molhr Pore dou ao dto johe affon as dtas mhas casas cõ entradas e saydas, e cõtodos seos ditos epteence assi como as eu ei ededro devo aaur. E mado q el e seus suçessores faça delas een elas toda sauootade come de ssa propa possissõ E sse alguu tan be da mha pte come dout stnha ql qr sobrsto qsr faz demanda ou poer enbargo ao dto

Jhãe affōn ou asseos suçessõres q̃ o nõ possã fazer e qᵘntolhy demãdarẽ tantolhy cõponhã ẽ dobro. E rrenuço logo e tolho demī todo drtō tanbẽ deposse como de p̄pedade q̃eu ey nas dtās casas e metoo logo ẽpose delas. Entestemūyo desto mãdei dar ao dtō Johē affōn esta mha ᶜᵗᵃ Dãt en lixbōa xviij. dias de Julho. Elrey omandou Johã Domīguiz affez. Ẽ. m̃. c̃cc, l ẽ cinq̃ Anos.

(Torre do Tombo—Chancellaria d'el-Rei D. Diniz.)

NOTA II

Lista, apresentada ao Cardeal Infante D. Henrique, de palacios lisbonenses aptos para n'elles se estabelecer o Seminario archi-episcopal.

(pag. 62)

No codice manuscripto da Bibliotheca Nacional de Lisboa A—4—5—intitulado *Memorias para Historia Ecclesiastica de Portugal*, por mim examinado em 24 de fevereiro de 1886, existe uma serie de perguntas e respostas ácerca da Sé de Lisboa, assumptos sacros, fundações pias, etc. No fim da folha 57, trata-se da creação do Seminario de Lisboa (ao que parece, e é, com quanto o periodo se ache truncado pelo copista); e vê-se que o anonymo collector diligentissimo de tantas noticias valiosas teve á mão uma lista, em mau latim, de muitos palacios, mais ou menos amplos, onde era possivel estabelecer-se o projectado Seminario, lista que existia no cartorio que esse collector examinava, e que julgo era o da Sé. Diz elle:

...«e como para a fundação que se houve de fazer do dito «Seminario se deu ao dito fundador um rol dos palacios e sitios «em que commodamente se podia erigir, nos pareceu trans-«crever aqui a memoria d'elles, que achámos nos livros d'este «cartorio pela maneira seguinte:

«Primo—Palatium Episcopi Portugalens. in quo Cardinalis de Capite ferreo, dum esset Nuntius in partibus, hic inhabitavit.

Item—Palatium Episcopi Ferdinandi de Silveira, quod est prope Ecclesiam S. Georgis[1].

«Item—Palatium Camerarii majoris Regis, ibi contigum[2].

«Item—Palatium Comitis de Tentugal, contiguum Ecclesiæ Sancti Jacobi, in quo habitavit Ill.mus Dominus meus Cardinalis Infans Portugalliæ[3].

«Item—Palatium Dom Hieronymi, in quo Rex per multum tempus inhabitavit prope Ecclesiam S. Jacobi[4].

«Item—Palatium in quo habitat Dom Ferdinandus de Castro, in quo Regina Portugalliæ inhabitavit[5].

«Item—Palatium Federici[6].

«Item—Palatium Roderici de Figueiredo quod est contiguum palatio D. Federici[7].

---

[1] Creio dever ter sido o palacio dos Condes da Sortelha, proximo á demolida egreja de S. Jorge, e defronte da de S. Martinho.

[2] Palacio dos Condes de Villa Nova de Portimão, Guardas-Móres da pessoa do Rei, defronte de S. Martinho. Já mencionado na *Lisboa Antiga.*

[3] Palacio de D. Alvaro de Bragança, hoje *Photographia popular*, acima de S. Thiago, da banda do Tejo. Já estudado pela *Lisboa Antiga.*

[4] Palacio dos Castros do Paul de Boquilobo, na esquina da rua de S. Thiago para o largo do Contador, onde hoje está uma escola. Já estudado pela *Lisboa Antiga.*

[5] Palacio contiguo ao antecedente pela banda de cima, e que foi dos antigos Castros, Condes do Basto; hoje do sr. A. J. de Carvalho. Já estudado na *Lisboa Antiga.*

[6] Visivelmente o que deu nome ao pateo de D. Fradique.

[7] Palacio do pateo de D. Fradique, hoje da familia Belmonte

«Item—Palatium arcus S. Georgii, quod fuit Emmanuelis Syrni, olim factoris Regis in Flandria[1].

«Item—Palatium Regis situm in Castello[2].

«Item—Palatium Laurentii de Souza prope Sanctam Crucem[3].

«Item—Palatium Sancti Blesii, quod est Dom Antonii filiimet Infantis Dom Ludovici[4].

«Item—Palatium portæ de Alfôfa, quod fuit Computoris majoris[5].

«Item—Francisci de Faria, in quo habitavit Ill.mus D. Cardinalis Infans Portugalliæ[6].

«Item—Palatium D. Garciæ de Noronha, quod est ante Ecclesiam Sancti Crispini[7].

«Item—Palatium D. Odoardi de Almeida, quod subtum est[8].

---

cujas armas (Figueiredo, cinco folhas de figueira em aspa) ainda lá se podem ver.

1

2 Parte do paço da Alcáçova; e digo *parte*, porque a Familia Real, apesar de possuir os paços da Ribeira, dos Estáos, e de Santos, ainda não desamparára de todo a vivenda do Castello. Haja vista el-Rei D. Sebastião, que em 1571 lá morou, e a grande Infanta D. Maria, que ahi veiu a fallecer em 10 de outubro de 1577, tendo a sua casa ao Campo de Santa Clara. Da Alcáçova já tratou minuciosamente a *Lisboa Antiga*.

3 Palacio dos avós dos Condes de S. Thiago de Beduido, no recinto do Castello, junto a Santa Cruz (edificio hoje desconhecido).

4 Moraria o Prior do Crato no palacio que veiu a ser da familia Salter de Mendonça (Viscondes de Azurara) defronte da egreja de S. Braz da Ordem de Malta, vulgo Santa Luzia?

5

6

7 Depois Convento provisorio dos Carmelitas descalços, depois Seminario dos Irlandezes, e hoje Asylo das Irmanzinhas dos pobres, nas escadinhas de S. Chrispim; tudo já descripto da *Lisboa Antiga*.

8

«Item—Palatium in quo habitavit Lucas Giraldi[1].

«Item—Palatium Laurentii de Sousa forreri (sic) majoris, ibi contiguum[2].

«Item—Palatium Nunii da Cunha, olim Vice Regis Indiæ, ad Petras nigras[3].

«Item—Palatiu Regis Platea, vulgariter Estaos[4].

«Item—Palatium quod est supra Ecclesiam Magdalenæ, in quo habitavit Episcopus Capellanus major[5].»

Ora sendo a fundação do Seminario em 1566, claro está que se reportam a praso pouco anterior essas preciosissimas indicações.

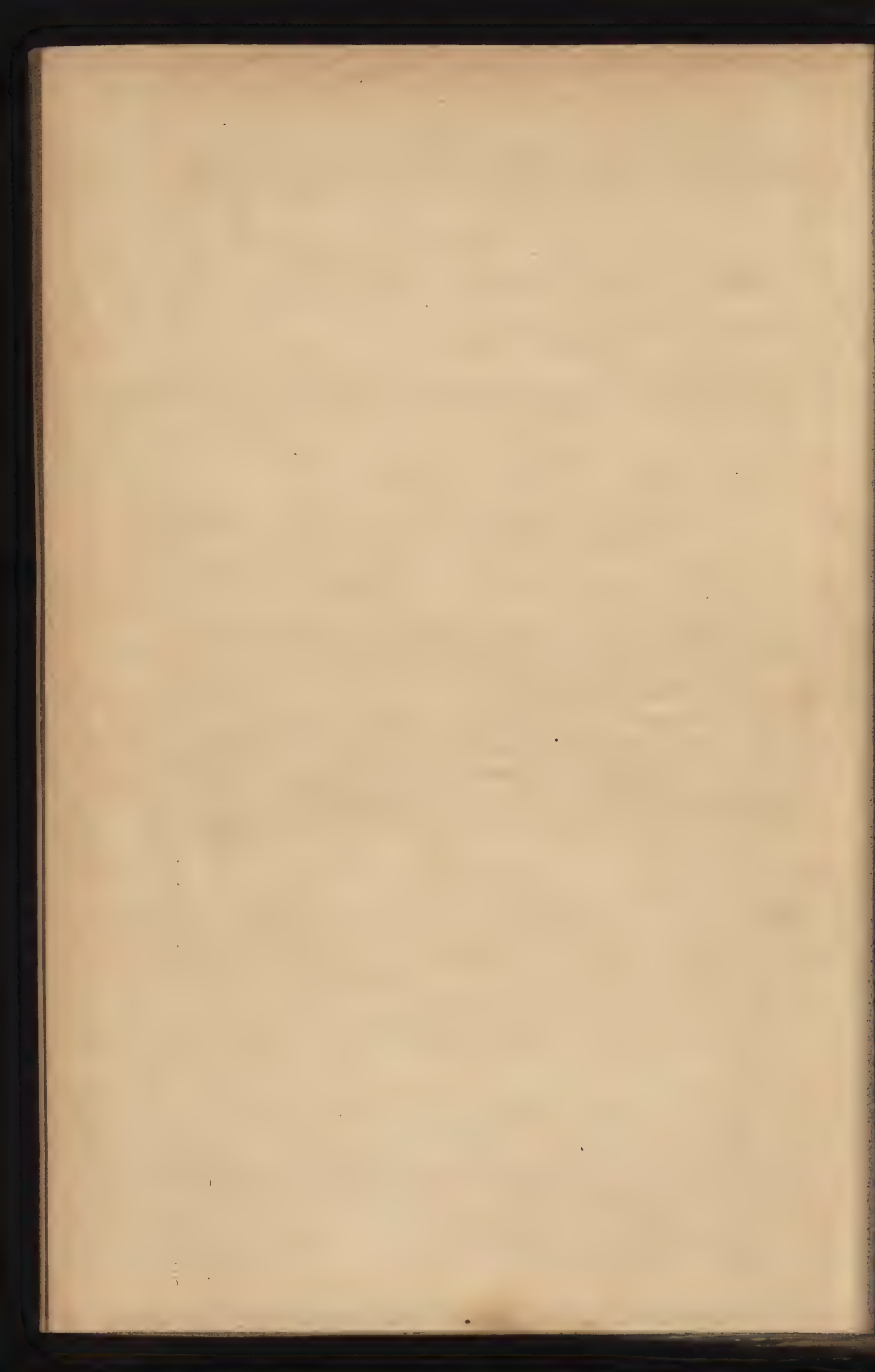
---

[1] Lucas Giraldi era um rico mercador florentino domiciliado em Lisboa. Onde morava?

[2] Palacio dos Sousas Aposentadores Móres, Commendadores de Alfayates, avós da casa de S. Thiago de Beduido.

[3]

[4] Paços dos Estáos, no Rocio, então deshabitados. Já descriptos na *Lisboa Antiga*.

[5]

LISTA DAS PRINCIPAES OBRAS

CONSULTADAS

PELO AUCTOR D'ESTE VOLUME

AFÓRA OUTRAS JÁ CITADAS

NOS VOLUMES ANTECEDENTES

Azurara (Gomes Eannes de). *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes.* No vol. II, dos *Ineditos* da Academia.

Barros. Vide *Gama Barros.*

Brito (Frei Bernardo de) *Elogios dos Reis de Portugal.*

Cá Masser (Leonardo da) *Relazione alla Serenissima Repubblica di Venezia sopra il commercio dei Portoghesi nell'India dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza* (1497–1506). No T. 22 da collecção intitulada *Archivio Storico Italiano.*

Cancioneiro d'Evora. Vide *Hardung* (*Victor Eugenio*).

Duarte. (El-Rei o senhor D.) *Leal conselheiro, o qual fez Dom Duarte pela graça de Deos Rei de Portngal e do Algarve, e Senhor de Ceuta, a requerimento da muito excellente Rainha Dona Leonor sua mulher; seguido do livro da ensinança de bem cavalgar toda sella,... precedido de uma introducção, illustrado com varias notas... do... Visconde de Santarem fielmente trasladado do manuscripto contemporaneo que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz, revisto, addicionado com notas... e impresso á custa de J. I. Roquete, Presbytero.*—Pariz—1842—4.º 1 vol.

Elemento da civilidade e da decencia 2.ª edição correcta e emendada. Lisboa 1801 8.º 1 vol.

Estaço. (Gaspar) *Varias antiguidades de Portugal.* Lisboa 1625 –6.º 1 vol.

Gama Barros (Henrique dá) *Historia da administração publica em Portugal nos seculos* XII *a* XV. *T.* 1... Lisboa 1885-8.º 1 vol.

Hardung. (Victor Eugenio) *Cancioneiro d'Evora publié d'après le manuscrit original.* 1875–8.º 1 folheto...

Marquez Soares. (José) *Divertimento de estudiosos.*

Masser. Vide *Cá-Masser.*

Mendanha. (D. Francisco de) (Prior do mosteiro de S. Vicente de Lisboa). *Descripçam e debuxo do moesteyro de sancta Cruz de Coimbra.* (Traducção do original latino por D. Verissimo, Conego do mesmo mosteiro de S. Vicente). *Conimbrie* (sic) *apud cœnobium diuæ Crucis.* Anno Domini M.D.XLI. Rarissimo.

Nogueira. (José Maria Antonio) *Hospitaes de Lisboa,* artigo no Jornal do Comercio de 27 de julho de 1865.

Porto-Seguro (Visconde de) Francisco Adolpho de Varnhagen. *O Livro das cantigas do Conde de Barcellos.*

Rodrigues Lobo (Francisco). *A Côrte na aldeia.*

Simões. (Augusto Filippe) *A exposição retrospectiva de arte ornamental portugueza e hespanhola em Lisboa.* Lisboa 1882 –8.º 1 vol.

Sousa. (D. Antonio Caetano de) *Memorias sepulchraes, que para beneficio da Historia de Portugal offereceu á Academia Real.* Mss. que pertenceu ao Em.mo Cardeal Saraiva; hoje em poder do sr. conselheiro Deslandes.

Sousa. (Frei Luiz de) *Vida do Arcebispo.*

Sousa Monteiro. (José de) *Um serão Real,* artigo no jornal lisbonense *O Reporter* de 9 de outubro de 1888.

Varnhagen. Vide *Porto-Seguro* (*Visconde de*)

Vasconcellos. (Padre Simão de) *Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brazil.*

Villa-Franca. (Conde de) *D. João I e a alliança ingleza,* 1 vol. *D. João II, drama,* 1 vol.

Villalba y Estaña. (Bartholomé de) donzel vecino de Xérica. *El pelegrino curioso, y grandezas de España.* (Publicalo la Sociedad de Bibliofilos españoles). Madrid 1889 4.º 2 vols.

INDICE

LIVRO VIII

Capitulo I

Capitulo II

Capitulo III

Capitulo IV

Capitulo V

Capitulo VI

Capitulo VII

Capitulo VIII

Capitulo IX

Capitulo XIV

Capitulo XV

Capitulo XVI

Capitulo XVII

LIVRO IX

Capitulo I

Capitulo II

Capitulo III

Capitulo IV

Capitulo V

Capitulo VI

Capitulo VII

CAPITULO X

CAPITULO XI

CAPITULO XII

Capitulo XIII

LIVRO X

Capitulo I

Capitulo II

CAPITULO III

CAPITULO IV

CAPITULO V

Capitulo IX

ERRATA

PAG.	LIN.	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
13	13	tababos	tabacos
23	8	n.os 12 e 26	n.os 8 a 26
30	2	1317[2]	1317[1]
»	28	*Martins*[1]	*Martins*[2]
»	29	[2] *Mon. Lus.*	[1] *Mon. Lus.*
»	30	[1]Vide	[2] Vide
161	16	pussuidor	possuidor
243	27	immorredura	immorredoura
352	19	por Lei competisse	por Lei nos competisse